



**Relatório de Avaliação sobre o Estado do
Ordenamento do Território (REOT)**

Freixo de Espada à Cinta

FASE 2: REOT

DEZEMBRO 2019

CÂMARA MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA
Praceta do Município 5180-103 Freixo de Espada à Cinta
Tel.: (+351) 279 658 160

geral@cm-fec.pt
<http://www.cm-freixoespadacinta.pt/>

ÍNDICE

1. Enquadramento	4
2. Metodologia a aplicar aos REOT de Freixo de Espada à Cinta	6
2.1. INDICADORES	7
3. Caracterização e avaliação do estado do território	9
3.1. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA	9
3.2. PARQUE HABITACIONAL	13
3.2.1. Dinâmica urbanística	13
3.2.2. Alojamentos familiares clássicos	16
3.2.3. Épocas de construção do parque edificado, utilização e ocupação	18
3.2.4. Condições de habitabilidade e lotação	21
3.3. SISTEMA URBANO MUNICIPAL	25
3.3.1. Caracterização urbanística e funcional	25
3.3.2. Metodologia	27
3.3.3. Tipologias das áreas urbanas e análise estatística	27
3.3.4. Morfologia e sistemas de povoamento	36
3.3.5. Síntese de ocupação das áreas urbanas	57
3.4. EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA	59
3.4.1. Metodologia	59
3.4.2. Hierarquia territorial e funcional dos equipamentos	59
3.4.3. Equipamentos de educação	63
3.4.4. Equipamentos de solidariedade e segurança social	71
3.4.5. Equipamentos de desporto	77
3.4.6. Equipamentos de saúde	86
3.4.7. Equipamentos de cultura	87
3.4.8. Equipamentos a criar e respetivas áreas a reservar	91
3.5. REDE DE ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES	92
3.5.1. Infraestruturas de transporte	92
3.5.2. Principais ligações à rede exterior	95
3.5.3. Desempenho do sistema rodoviário	96
3.5.4. Rede de transportes de passageiros	98
3.6. SISTEMAS DE INFRAESTRUTURAS BÁSICAS	100
3.6.1. Sistema de abastecimento de água	100
3.6.2. Sistema de drenagem e tratamento de águas residuais	101
3.6.3. Sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos	103
4. Análise económica do concelho de Freixo de Espada à Cinta	105
4.1. ECONOMIA E PERFIL FUNCIONAL	105
4.2. EMPREGO: SECTORES DE ATIVIDADE E RENDIMENTO	106
4.3. EMPRESAS	108
4.4. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	110
4.5. SAÚDE	113
4.6. PROTEÇÃO SOCIAL	115
4.7. TURISMO E PATRIMÓNIO	116
4.8. CULTURA	117
4.9. AMBIENTE	118
5. Valores naturais e regimes de salvaguarda territorial	119
5.1. RECURSOS, VALORES NATURAIS E FLORESTAS	120
6. IGT e políticas de ordenamento com incidência no município de Freixo de Espada à Cinta	125
6.1. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL	126
6.1.1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	126
6.1.2. Plano Nacional da Água (PNA)	133
6.1.3. Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)	133
6.1.4. Plano de Ordenamento de Área Protegida do Parque Natural do Douro Internacional (POPNDI)	134
6.1.5. Plano de gestão da região hidrográfica do Douro Rh3 (PGRH Douro)	136
6.1.6. Plano regional de ordenamento florestal do Douro (PROF Douro)	140
6.2. PLANOS SETORIAIS DE ÂMBITO MUNICIPAL	142
6.2.1. Plano municipal de emergência (PME)	142
6.2.2. Plano municipal de defesa da floresta contra incêndios (PMDFCI)	142
6.3. PLANOS EM REVISÃO OU EM FASE DE DISCUSSÃO PÚBLICA	143
6.3.1. Plano regional de ordenamento do território da região Norte (PROTN)	143

6.3.2.	Estratégia Nacional para Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)	144
7.	Avaliação do enquadramento estratégico e do planeamento territorial.....	146
7.1.	CONTEÚDO DOCUMENTAL DO PDM DE FREIXO DE ESPADA À CINTA	146
7.2.	AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS DE ORDENAMENTO MUNICIPAL	148
7.2.1.	Coerência interna	149
7.2.2.	Relevância	151
7.2.3.	Interpretação legal.....	152
7.2.4.	Coerência externa	152
7.2.5.	Utilização do PDM na tomada de decisão	153
7.2.6.	Envolvimento de recursos humanos e financeiros	153
7.2.7.	Eficácia	153
7.2.8.	Direção para o processo de desenvolvimento.....	154
7.3.	ERROS MATERIAIS E LIMITAÇÕES DECORRENTES DA INTERPRETAÇÃO DAS PEÇAS DESENHADAS	155
7.4.	SERVIÇOS DA AUTARQUIA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO	155
7.5.	PROGRAMAS E PROJETOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	156
8.	Considerações finais e conclusões segundo os indicadores	158
8.1.	GRAU DE CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DEFINIDOS E AÇÕES DEFINIDAS NO PDM DE FREIXO DE ESPADA À CINTA.....	158
8.2.	GRAU DE CONCRETIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS TERRITORIAIS	158
8.3.	GRAU DE CONCRETIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA PREVISTOS	158
8.4.	TAXA DE OCUPAÇÃO DO SOLO NAS ÁREAS URBANAS E ÁREAS LIVRES PASSÍVEIS DE SEREM OCUPADAS;.....	159
8.5.	IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS URBANAS A ALTERAR	159
8.6.	ÁREAS VERDES URBANAS, EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS URBANAS	160
8.7.	EDIFICAÇÃO NO SOLO RÚSTICO	160
8.8.	AVALIAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES E MOBILIDADES.....	160
8.9.	GRAU DE CONCRETIZAÇÃO DOS DEMAIS INVESTIMENTOS PÚBLICOS PREVISTOS NO PDM; IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES DE MUDANÇA DA ESTRUTURA DO TERRITÓRIO;	161
8.10.	DEFINIÇÃO DE NOVOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO E IDENTIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE A ADOTAR.	161

1. ENQUADRAMENTO

O presente documento visa apresentar o Relatório de Avaliação sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) do concelho de Freixo de Espada à Cinta, considerando que este Município pretende iniciar o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM).

Decorridos mais de duas décadas desde a entrada em vigor do atual PDM de Freixo de Espada à Cinta, impõem-se, cada vez mais, a necessidade da sua revisão, em conformidade com o previsto na legislação em vigor.

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de Maio, consagra a necessidade de avaliação periódica dos instrumentos de gestão territorial, através da elaboração de um relatório sobre o estado do ordenamento do território (artigo 189º), elaborado pela câmara municipal e submetido à apreciação da respetiva assembleia municipal.

O relatório sobre o estado do ordenamento do território traduz o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial de âmbito local em vigor, bem como dos níveis de coordenação interna e externa verificados, fundamentando o processo de revisão do PDM de Freixo de Espada à Cinta.

O artigo 50º da Lei de Bases Gerais da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 317/2014 de 30 de Maio) estabelece a possibilidade de revisão alteração, suspensão ou revogação, em razão da evolução ou reponderação das condições económicas, sociais, culturais e ambientais subjacentes à sua elaboração, com fundamento em relatório de avaliação a elaborar nos termos estabelecidos na lei.

Por sua vez o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), estabelece no n.º 2 do seu artigo 124.º, alínea a), que a revisão dos planos municipais decorre “da necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições ambientais, económicas, sociais e culturais, que determinaram a respetiva elaboração, tendo em conta os relatórios sobre o estado do ordenamento do território previsto no n.º 3 do artigo 189.º”

Nesse sentido, o REOT incidiu sobre o PDM, sobre as dinâmicas de transformação do território nos aglomerados populacionais existentes, e ainda sobre a coerência entre os diferentes instrumentos e estratégias municipais e supramunicipais com incidência territorial no concelho de Freixo de Espada à Cinta.

O concelho de Freixo de Espada à Cinta localiza-se no distrito de Bragança e integra o Parque Natural do Douro Internacional (PNDI). Compreende 24414,29 ha e tem como concelhos limítrofes Mogadouro (a norte), Torre de Moncorvo (a oeste), Vila Nova de Foz Côa (a sudoeste), Figueira de Castelo Rodrigo (a sul), e a este faz fronteira com Espanha (Província de Salamanca), coincidente com o Rio Douro.

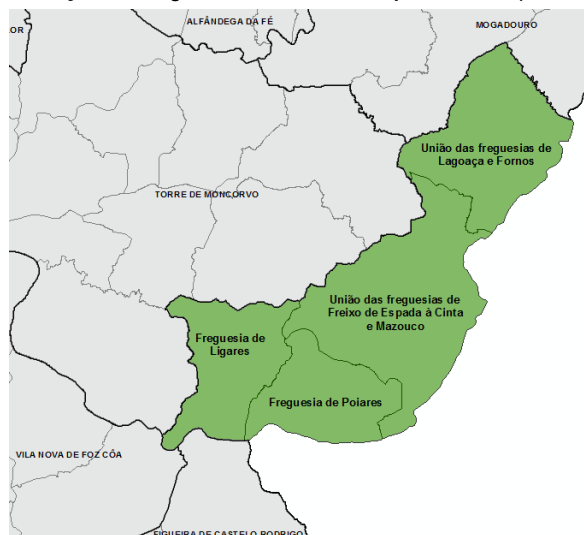
Este Concelho é composto por quatro freguesias, segundo a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP): Poiães (4073,54 ha); Ligares (4569,22 ha); União das freguesias de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco (9344,7 ha); e União das Freguesias de Lagoaça e Fornos (6426,83 ha).

Freixo de Espada à Cinta integra também a Associação de Municípios do Douro Superior, a par dos municípios de Miranda do Douro, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa. Integra igualmente a Comunidade Intermunicipal do Douro, ao qual também pertencem os municípios de Murça, Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Penedono Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Semancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Coa e Vila Real.

Figura 1 - Localização geográfica do concelho de Freixo de Espada à Cinta (Fonte: CAOP 2016)



Figura 2- Localização das freguesias de Freixo de Espada à Cinta (Fonte: CAOP 2016)



O relevo do concelho de Freixo de Espada à Cinta é bastante diferenciado entre o setor norte e o setor sul. No norte localizam-se as áreas com maior altitude (cota máxima de 880 m) e no extremo sul os locais com menor altitude (cota mínima de 125 m).

2. METODOLOGIA A APLICAR AOS REOT DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

A aplicação de uma metodologia no âmbito da elaboração do REOT do Município de Freixo de Espada à Cinta permitiu alcançar a concretização de um documento que incorpora a avaliação global e em várias dimensões do estado atual do Concelho no que respeita à execução de políticas, programas e planos de ordenamento territorial. A referida avaliação foi direcionada para as necessidades mais significativas de revisão e elaboração dos instrumentos que coloquem em prática, de forma sustentada e ajustada, as opções de desenvolvimento estratégico territorial mais adequadas às características sociais, económicas e territoriais do concelho de Freixo de Espada à Cinta.

A elaboração do presente REOT foi feita em duas etapas:

- | | |
|----------|--|
| 1ª ETAPA | recolha, produção e análise de informação cartográfica e estatística |
| 2ª ETAPA | apresentação do REOT na sequência da avaliação e diagnósticos dos elementos alcançados na 1ª ETAPA |

1ª ETAPA

1. **reconhecimento do território concelhio e respetivo enquadramento regional, através da recolha, compilação e tratamento da informação de base documental e dados disponíveis, nomeadamente:**
 - a. **planos municipais de ordenamento do território;**
 - b. **programas estratégicos;**
 - c. **avaliações e programas de monitorização;**
 - d. **documentos de âmbito regional com incidência no município (de natureza territorial, especial ou sectorial);**
 - e. **informação estatística atualizada, e com referência ao período de vigência do Plano;**
 - f. **informação geográfica de base cartográfica e georreferenciada;**

2ª ETAPA

1. **elaboração do REOT de Freixo de Espada à Cinta (Relatório), contendo:**
 - a. **enquadramento;**
 - b. **objetivos;**
 - c. **sistemas de monitorização e avaliação existentes;**
 - d. **caracterização do Município com base em critérios e indicadores específicos;**
 - e. **diagnóstico da situação atual em termos de elaboração e concretização dos instrumentos de base estratégica e territorial;**

O REOT apresenta os principais resultados da avaliação complementada com a definição das novas metas e princípios orientadores. Cada uma das etapas incorpora os passos a elas associados, como forma de permitir e assegurar a coerência e estruturar o desenvolvimento do processo de elaboração do REOT.

No quadro seguinte são enunciados cada um dos passos relacionados com as suas respetivas Etapas:

1ª ETAPA	
Reconhecimento do Território	1. Reconhecimento do território
	2. Recolha e tratamento de informação cartográfica e estatística
2ª ETAPA	
Elaboração do REOT	3. Definição de objetivos e enquadramento legal
	4. Metodologia de trabalho
	5. Definição do sistema de monitorização municipal
	6. Caracterização e avaliação do estado do território
	7. Situação de referência do sistema de planeamento municipal
	8. Avaliação e apresentação de resultados
	9. Definição de novas metas e estratégias de ordenamento territorial

2.1. INDICADORES

O REOT pretende disponibilizar ao Município de Freixo de Espada à Cinta um diagnóstico atualizado e revelador das dinâmicas populacionais e territoriais ocorridas ao longo do período de vigência do PDM, de igual modo, pretende mostrar os impactos e influência desse plano nas dinâmicas registadas, traduzindo-se num balanço, não só, da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, mas também, dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, e que fundamentam de forma ajustada a sua necessidade de revisão.

O REOT permite, ainda, responder ao previsto na legislação útil em vigor, nomeadamente, na Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (LBGPPSOT)), e no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), permitindo ao Município de Freixo de Espada à Cinta o enquadramento legal que possibilita dar início ao processo de revisão do PDM.

A avaliação e monitorização de planos permite medir a necessidade de proceder a ajustamentos, aprimorar estratégias ou viabilizar revisões completas ao PDM.

Nesse sentido, foram realizados os trabalhos conducentes ao processo de elaboração do REOT, que contém, por um lado, a avaliação do nível de execução do PDM em vigor, feita através da determinação do grau de concretização das suas propostas e pela verificação da eficácia de concretização dos objetivos e da execução do modelo de ordenamento nele proposto, e, por outro, o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial previstos, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos.

A referida avaliação caracteriza a evolução da dinâmica urbanística e dos níveis de execução do plano, suportada em indicadores e cartogramas demonstrativos da situação, tendo como referência a data de aprovação do PDM ou a data dos Censos mais próximo daquela, tendo incidido sobre o seguinte:

- Grau de concretização dos objetivos e ações definidas no PDM;
- Grau de concretização das infraestruturas territoriais no âmbito das redes de abastecimento de água, rejeição das águas residuais, resíduos sólidos urbanos, redes elétricas, redes de telecomunicações egás;
- Grau de concretização de equipamentos de utilização coletiva previstos;
- Taxa de ocupação do solo nas áreas urbanas e áreas livres passíveis de serem ocupadas;
- Identificação de áreas urbanas a alterar, como sejam áreas urbanas suscetíveis de reabilitação, renovação e reestruturação ou de maior densificação e consolidação urbana;
- Identificação dos aglomerados urbanos a reestruturar, em resultado de fatores de mudança da organização do território ou da necessidade de integração de solo a afetar à estrutura ecológica municipal, necessária ao equilíbrio do

espaço urbano;

- **Quantificação e capitação das áreas de espaço verde, população servida pela rede de abastecimento de água e pela rede de drenagem de águas residuais, de recolha, de tratamento e de reciclagem dos resíduos sólidos urbanos;**
- **Edificação no solo rústico;**
- **Avaliação das acessibilidades e mobilidades existentes, devendo ter presente as características territoriais, principalmente relacionadas com a insularidade, e o seu impacto nas modalidades de transporte existentes;**
- **Grau de concretização dos demais investimentos públicos previstos no PDM; Identificação dos fatores de mudança da estrutura do território;**
- **Definição de novos objetivos de desenvolvimento para o município e identificação dos critérios de sustentabilidade a adotar.**

Esta avaliação inclui outros dados de referência, relevantes no reconhecimento da situação do território, como sejam a taxa de variação da população residente no município, a densidade populacional no espaço urbano, o número de fogos e edifícios existentes, a relação entre a área do solo urbano e a área do município, e as respetivas áreas executadas desde a entrada em vigor do PDM.

Em resultado desta avaliação, foram identificados e ponderados os principais desvios ao plano, as causas e os impactes positivos e negativos gerados, direcionando-se esta ação para o esforço de aperfeiçoamento do processo, evitando a duplicação de erros e aproveitando as iniciativas bem-sucedidas.

3. CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ESTADO DO TERRITÓRIO

3.1. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

Observando os resultados dos censos para a população (Nº) por Local de residência, Sexo e Grupo etário, constantes da tabela 1, entre 2001 e 2011, verifica-se, para Freixo de Espada à Cinta, um decréscimo da sua população, passando de 4184 habitantes em 2001 para 3780 habitantes em 2011, correspondendo a uma variação de -9,66%, ou seja, menos 404 habitantes no espaço de uma década.

Tabela 1 – população do concelho em 2001 e 2011

Grupo etário	População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011), Sexo e Grupo etário; Decenal						
	Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011)						
	Freixo de Espada à Cinta						
	Período de referência dos dados						
	2001		2011			Variação 2001 - 2011	
Sexo							
HM	H	M	HM	H	M	HM	
N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	(%)
Total	4184	2016	2168	3780	1820	1960	-9,66
0 - 14 anos	474	241	233	429	228	201	-9,49
15 - 24 anos	477	257	220	324	165	159	-32,08
25 - 64 anos	1923	943	980	1715	859	856	-10,82
65 - 74 anos	737	322	415	626	283	343	-15,06
75 e mais anos	573	253	320	686	285	401	19,72

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001 e 2011

Dos 3.780 habitantes em 2011, 1820 eram homens e 1960 mulheres, correspondendo a uma taxa de variação negativa de -9,66%.

A tendência de diminuição acontece em quase todos os grupos etários, com exceção para as pessoas com mais de 75 anos (que aumenta 19,72%). O decréscimo mais acentuado vai para o grupo etário entre os 15 -24 anos, com uma variação de -32,08%. Em 2011, a estrutura etária dominante era o grupo dos 25 – 64 anos.

Esta tendência de decréscimo populacional já se verificava se tivermos como referência os censos de 1991, quando o concelho contava com uma população total de 4914 habitantes, revelando uma diminuição ainda mais acentuada entre 1991 e 2001, quando a perda foi de 730 habitantes.

A densidade demográfica corresponde a 15,5 habitantes por Km², um número bastante mais baixo que o verificado para o País que é de 114,5 habitantes por Km²

Ao nível das projeções demográficas, considerando o total da população de Freixo de Espada à Cinta para 2025 e o ritmo de crescimento tendo por base os CENÁRIOS - PROJ. INE - Método das componentes por coortes, temos a definição de quatro cenários de projeção da população:

- **cenário baixo** - conjuga as hipóteses pessimista para a fecundidade, central para a mortalidade e pessimista para as migrações;
- **cenário central** - associa as hipóteses de evolução central para a fecundidade e para a mortalidade e a otimista para as migrações;
- **cenário alto** - combina as hipóteses de evolução otimista para a fecundidade, mortalidade e migrações;
- **cenário sem migrações** - cenário idêntico ao cenário central, mas que contempla a possibilidade de não ocorrência de migrações.

Os resultados podem ser consultados na próxima tabela.

Tabela 1 – Projeção demográfica para o ano de 2025

Ano	População Residente por grupo etário Censos 2011		Estimativas da População Residente por grupo etário INE, 2015					Projeção da População Residente do Município de Freixo de Espada à Cinta para o ano 2025 tendo por base os cenários de projeção realizados pelo INE para as NUTS III para 2060, considerando que a proporção de residentes no município na Região Norte é constante igual à média registrada entre 2001 e 2014. Inplenitus 2016				
	2011		2012	2013	2014		2015		2025			
Território	Norte	Freixo de Espada à Cinta	Norte	Freixo de Espada à Cinta	Norte	Freixo de Espada à Cinta	Norte	Freixo de Espada à Cinta	CENÁRIOS	Norte	Freixo de Espada à Cinta	Média da Proporção FEC/Norte (2001-2014)
Total	3689682	3780	3666234	3677	3644195	3622	3621785	3559	Baixo	3386685	3484	0,1029%
									Central	3493641	3594	
									Alto	3538892	3640	
									Sem migrações	3546964	3648	
0-4 anos	163398	133	156694	128	150177	117	144629	108	Baixo	111055	85	0,0767%
									Central	121227	93	
									Alto	127016	97	
									Sem migrações	125025	96	
05-09 anos	185453	145	176053	135	171422	135	166924	137	Baixo	123074	94	0,0765%
									Central	128471	98	
									Alto	131704	101	
									Sem migrações	129567	99	
10-14 anos	208382	151	202973	157	199176	158	193308	149	Baixo	140741	110	0,0780%
									Central	143203	112	
									Alto	143707	112	
									Sem migrações	141464	110	
15 - 19 anos	212077	162	207317	186	205245	176	205643	175	Baixo	160467	142	0,0882%
									Central	164936	146	
									Alto	164990	146	
									Sem migrações	163568	144	
20 - 24 anos	213799	162	211847	194	208950	195	205238	192	Baixo	174420	157	0,0897%
									Central	183610	165	
									Alto	183705	165	
									Sem migrações	186542	167	
25 - 29 anos	233044	182	218092	188	211570	191	205128	191	Baixo	182770	155	0,0850%
									Central	197603	168	
									Alto	197757	168	
									Sem migrações	207629	176	
30 - 34 anos	266844	211	250017	201	241687	198	234574	196	Baixo	179580	147	0,0816%
									Central	195165	159	
									Alto	195373	159	
									Sem migrações	209342	171	
35 - 39 anos	291005	222	287971	257	280766	255	270376	235	Baixo	184794	149	0,0808%
									Central	197264	159	
									Alto	197536	160	
									Sem migrações	208646	169	
40 - 44 anos	281655	197	286239	221	285546	232	285442	234	Baixo	213192	163	0,0764%
									Central	222506	170	
									Alto	222945	170	
									Sem migrações	229306	175	
45 - 49 anos	285360	192	289271	197	285916	189	280511	203	Baixo	249823	180	0,0721%
									Central	257038	185	
									Alto	257739	186	
									Sem migrações	262192	189	
50 - 54 anos	262486	223	275015	211	278484	199	282656	192	Baixo	275823	226	0,0821%
									Central	281029	231	
									Alto	282016	231	
									Sem migrações	284727	234	
55 - 59 anos	240304	223	244925	215	249462	222	252600	219	Baixo	266999	267	0,1000%
									Central	270592	271	
									Alto	271796	272	
									Sem migrações	272602	273	
60 - 64 anos	214436	265	222994	212	223501	217	227177	226	Baixo	271883	298	0,1095%
									Central	274486	301	
									Alto	276207	303	
									Sem migrações	273998	300	
65 - 69 anos	178282	307	180352	258	188736	221	194685	193	Baixo	240624	381	0,1582%
									Central	242706	384	
									Alto	245126	388	
									Sem migrações	241136	381	
70 - 74 anos	157970	319	150687	260	150510	264	152638	265	Baixo	209975	408	0,1944%
									Central	211342	411	
									Alto	214925	418	
									Sem migrações	209922	408	
75 ou mais anos	295187	686	305787	657	313047	653	320256	644	Baixo	401465	929	0,2314%
									Central	402463	931	
									Alto	426350	986	
									Sem migrações	401298	928	

Fonte: INE – censo 2011 e estimativa 2015.

Mantendo-se as condições atuais, existirá uma diminuição da população concelhia de 2011 para 2025. Ou seja, decresce de 3780 habitantes em 2011 para 3594 habitantes em 2025 (considerando o cenário central).

Em termos de faixas etárias, prevê-se, por um lado, que dos 0 aos 49 anos haja um decréscimo da população, enquanto a partir dos 50 anos a população assistirá a um crescimento.

A questão do envelhecimento e as problemáticas a ele associadas são bastante prementes em Freixo de Espada à Cinta. Não só o índice de envelhecimento é superior à média nacional e regional como também o índice de dependência de idosos. No entanto, convém assinalar que o índice de longevidade em Freixo de Espada à Cinta ostenta um valor superior às médias nacionais e regional.

Tabela 2 – indicadores e taxas 2

Unidades geográficas	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de idosos	Índice de longevidade
Portugal	150,9	32,5	48,7
Norte	146,4	29,1	47,1
Douro	212,0	37,9	53,5
São Brás de Alportel	277,6	52,2	55,9

Fonte: INE, 2013

3.2. PARQUE HABITACIONAL

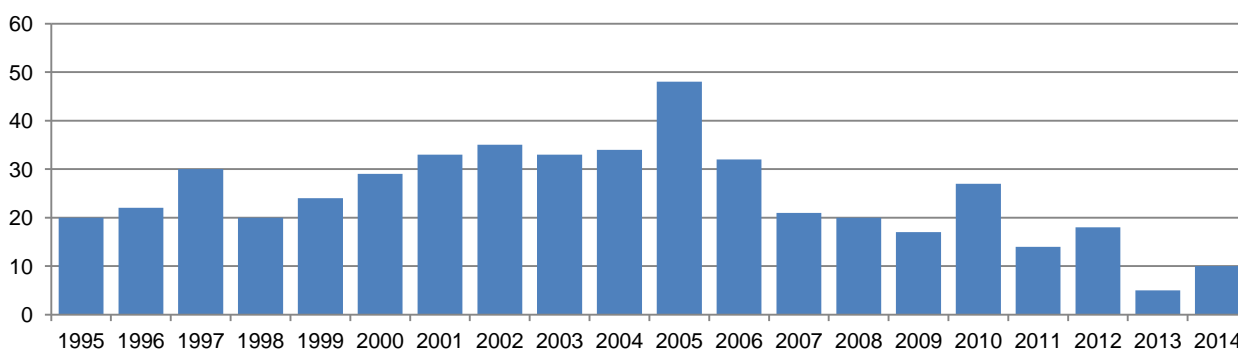
3.2.1. DINÂMICA URBANÍSTICA

No presente ponto pretende-se aferir a dinâmica de licenciamento e de construção no concelho de Freixo de Espada à Cinta, tendo como referência os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, em séries cronológicas desde 1995.

No período considerado foram licenciados cerca de 492 edifícios no concelho de Freixo de Espada à Cinta, o que corresponde a uma média anual aproximada de 25 edifícios licenciados. O ritmo a que ocorre o licenciamento é oscilante, destacando-se o período de 2002-2006 como o mais intenso, em matéria de licenciamento urbanístico e com especial relevância para o ano de 2005, onde foram licenciados para construção 48 edifícios.

A tendência evidenciada é de diminuição acentuada do número de licenciamentos para edificação, ainda que pareça estar a existir alguma retoma já que 2014 apresenta 10 licenciamentos para construção e em 2015 a Câmara Municipal informa que foram efetuados 13 licenciamentos.

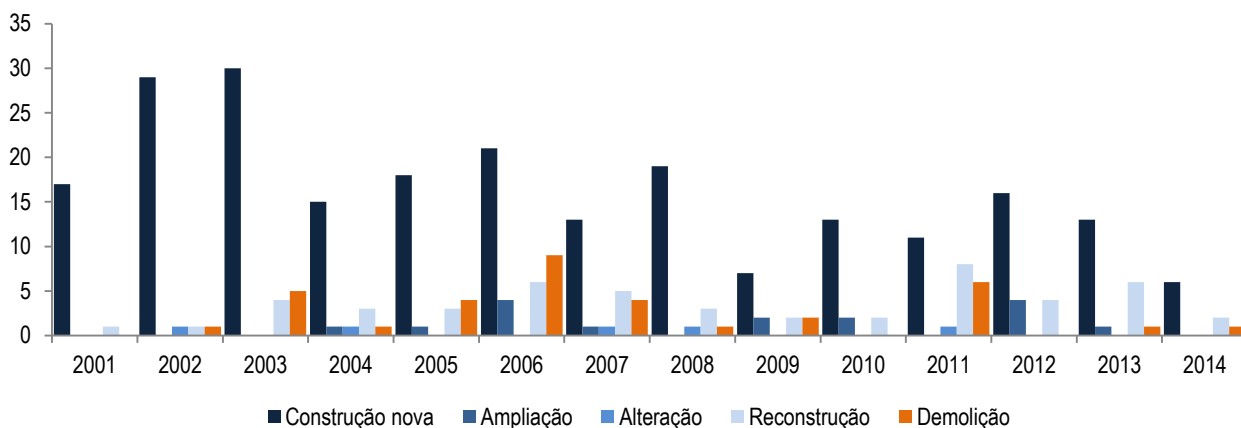
Figura 3 – Dinâmica de licenciamento de edifícios em Freixo de Espada à Cinta 1995 - 2014



Fonte: INE, 2011

Quanto ao destino da obra, a maioria destina-se a construção nova e o remanescente a ampliações, alterações, reconstruções e demolições de edifícios existentes, cujas percentagens têm sofrido várias oscilações desde 1995. Entre 1995 e 2001 a percentagem de licenciamentos para construções novas foi sempre superior a 80% e em datas posteriores, tem variado bastante, sendo que em 2010, 2012 e 2014 atingiram valores na casa dos 40%. Os edifícios licenciados para construção nova, são essencialmente para habitação familiar.

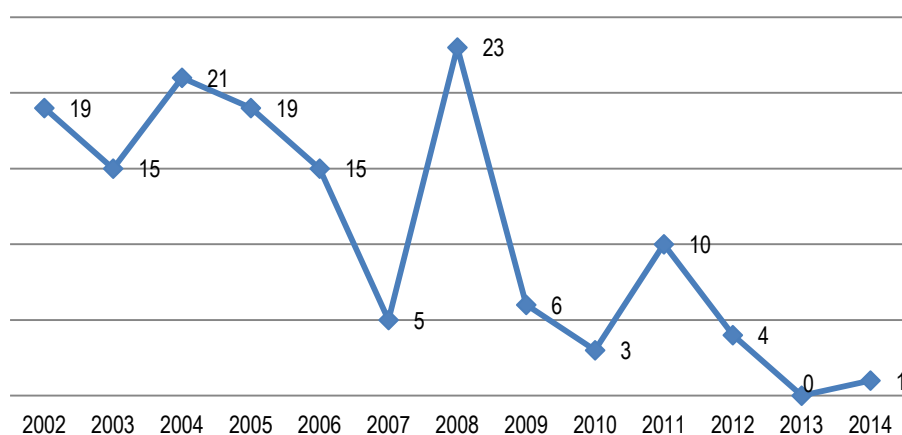
Figura 4 – Edifícios concluídos em Freixo de Espada à Cinta 2001-2014, por tipo de licenciamento



Fonte: INE, 2011

Paralelamente, foram licenciados 141 fogos ao nível do concelho, desde 2001, verificando-se uma maior intensidade do licenciamento no período compreendido entre 2002-2006. A partir desta data, o número de fogos licenciados tem vindo sempre a descer, registando um pico no ano de 2007 e no último ano regista apenas 1 fogo licenciado em todo o concelho (2014).

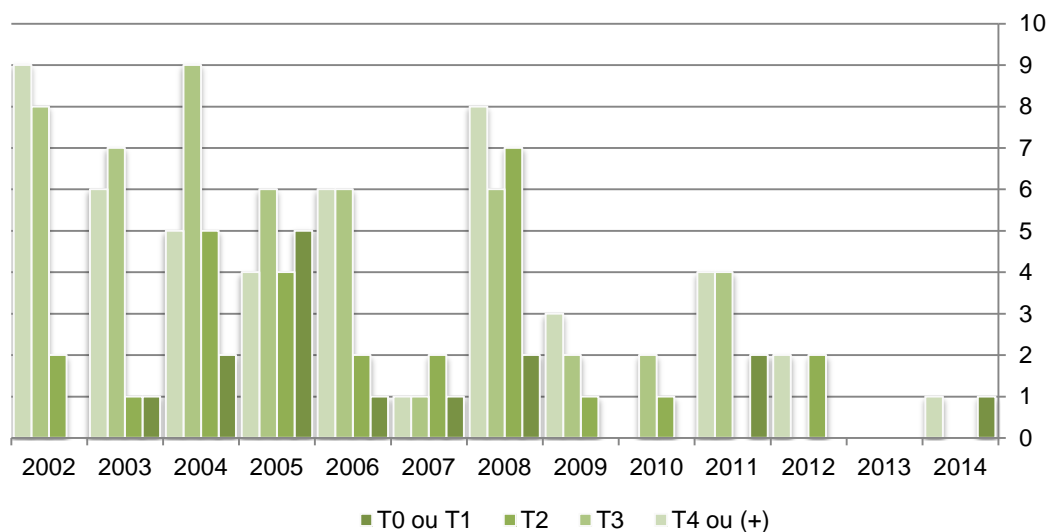
Figura 5 – Fogos licenciados em construções novas em Freixo de Espada à Cinta, período 2002-2014



Fonte: INE, 2011

A tipologia predominante dos fogos licenciados tem variado, mas destacam-se os T3 e os T4 ou mais, com exceção dos anos de 2007 e 2013, mas a tipologia T2, tem também alguma incidência. As menores tipologias, T0 e T1 vão apresentando também alguma expressão embora não se possa considerar que tenham uma tendência de linear de crescimento.

Figura 6 – Fogos licenciados em construções novas e por tipologia em Freixo de Espada à Cinta, período 2002 – 2014

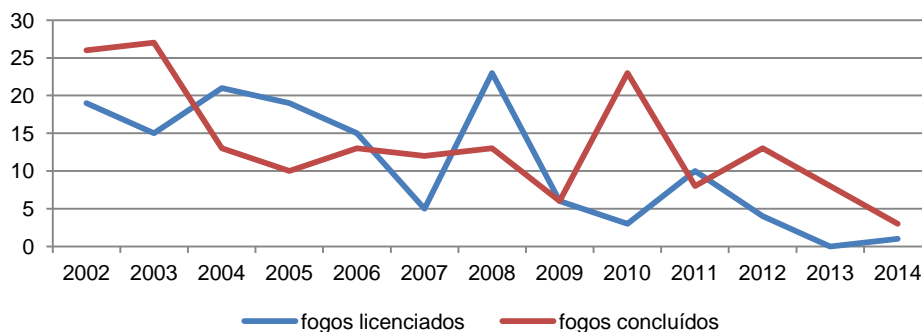


Fonte: INE, 2011

As características de um povoamento mais rural são consentâneas com as tipologias de edificação descritas, onde se evidencia a preponderância de habitações familiares pensadas para agregados de maior dimensão, não obstante a dimensão média da família não ser muito elevada.

Uma análise comparativa entre os fogos licenciados e efetivamente construídos demonstra-nos que no período em análise a dinâmica de construção foi ligeiramente superior, na medida em que se foram concluindo fogos em número superior (175) aos licenciados (141). Porém, esta relação é baixa e indireta na medida em que estes fogos construídos podem ter origem em licenciamentos de anos anteriores. E essa tendência é claramente evidenciada nos anos de 2002 e 2003, onde os fogos construídos advêm de maior dinamização de licenciamentos do final da década de 90 do século XX e claramente notória no ano de 2010 cujo pico de construção corresponde ao pico de licenciamentos de 2008.

Figura 7 – Fogos licenciados e fogos concluídos em Freixo de Espada à Cinta, período 2002-2014



Fonte: INE, 2011

3.2.2. ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS

Em 2011, o parque habitacional do concelho de Freixo de Espada à Cinta era composto por 3.165 alojamentos, maioritariamente alojamentos familiares e todos do tipo clássico, não se detetando, deste modo, alojamentos não clássicos (barracas ou outras estruturas improvisadas).

Em 2011, o parque habitacional do concelho de Freixo de Espada à Cinta era composto por 3.165 alojamentos, maioritariamente alojamentos familiares e todos do tipo clássico, não se detetando, deste modo, alojamentos não clássicos (barracas ou outras estruturas improvisadas).

Tabela 3 – Alojamentos

	Total	Alojamentos familiares		
	N.º	% sobre o total	Clássicos (% sobre aloj.fam.)	Não clássicos (% sobre aloj.fam.)
Portugal	5 878 756	99,8%	99,9%	0,1%
Continente	5 639 257	99,8%	99,9%	0,1%
R. Norte	1 850 890	99,8%	99,9%	0,1%
Douro	140 278	99,8%	99,9%	0,1%
FEC (Mun.)	3 165	99,3%	100,0%	0,0%
Fornos	361	100,0%	100,0%	0,0%
FEC	1 347	98,7%	100,0%	0,0%
Lagoaça	546	99,5%	100,0%	0,0%
Ligares	356	99,7%	100,0%	0,0%
Mazouco	244	100,0%	100,0%	0,0%
Poiares	311	99,7%	100,0%	0,0%

Fonte: INE, 2011

O número total de alojamentos diminuiu desde 2001, cerca de 1%, já que nessa data se cifravam em 3.208 e em 2011 rondavam os 3.165 alojamentos.

Os alojamentos são na sua maioria correspondentes a edifícios sendo que apenas 6% dos edifícios do município abarcam mais do que um alojamento, criando uma imagem onde predomina a moradia unifamiliar.

Tabela 4 – Alojamentos por edifícios

	Total de edifícios (N)	Edifícios (%)					
		1 aloj.	2 aloj.	3 aloj.	4 a 9 aloj.	10 a 15 aloj.	16 e (+) aloj.
Portugal	5 859 540	53%	6%	2%	17%	10%	12%
Continente	5 621 098	52%	6%	2%	17%	10%	12%
R. Norte	1 846 589	57%	8%	2%	15%	8%	10%
Douro	139 842	81%	4%	1%	9%	3%	2%
FEC (Mun.)	3 142	94%	4%	1%	1%	0%	0%
Fornos	361	96%	3%	1%	0%	0%	0%
FEC	1 329	90%	6%	2%	2%	0%	0%
Lagoaça	543	96%	4%	0%	0%	0%	0%
Ligares	355	97%	3%	0%	0%	0%	0%
Mazouco	244	100%	0%	0%	0%	0%	0%
Poiares	310	99%	1%	0%	0%	0%	0%

Fonte: INE, 2011

Quanto á forma de ocupação dos alojamentos verificamos que as médias nacionais e regionais apontam para a predominância da ocupação como residência habitual, mas a nível municipal encontramos uma quase igualdade entre ocupação como residência oficial e residência secundária e uma baixa percentagem de alojamentos vagos.

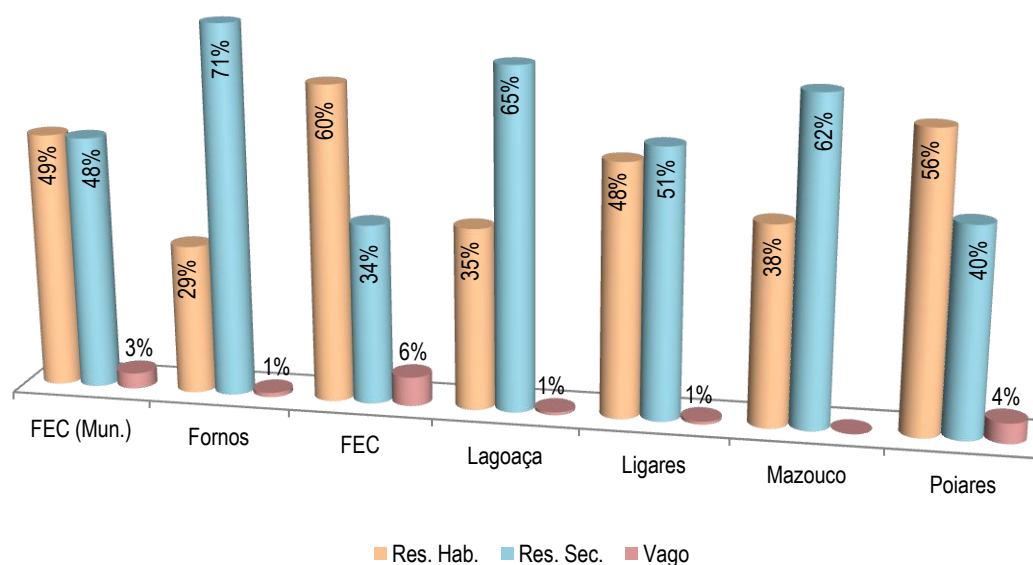
Tabela 5 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares

	Residência habitual	Residência secundária	Vago
Portugal	68%	19%	13%
Continente	68%	20%	13%
R. Norte	71%	18%	11%
Douro	56%	32%	12%
FEC (Mun.)	49%	48%	3%

Fonte: INE, 2011

Em 2001, os alojamentos do município de Freixo de Espada à Cinta eram 52% de residência habitual, 35% de residência secundária ou sazonal e 13% estavam vagos. O decréscimo populacional e a consequente diminuição do número de famílias, desde 1991, responderão, evidentemente pela diminuição do volume de habitações utilizadas como residência habitual e o aumento do número de alojamentos de residência secundária. Da comparação entre 2001 e 2011 destacam-se, no entanto, os alojamentos vagos, cujo valor diminuiu consideravelmente o que, apesar da diminuição dos alojamentos vista anteriormente, aponta para a existência de alguma dinâmica construtiva ao nível das remodelações e recuperações de imóveis.

Figura 8 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares em Freixo de Espada à Cinta e nas suas freguesias em 2011



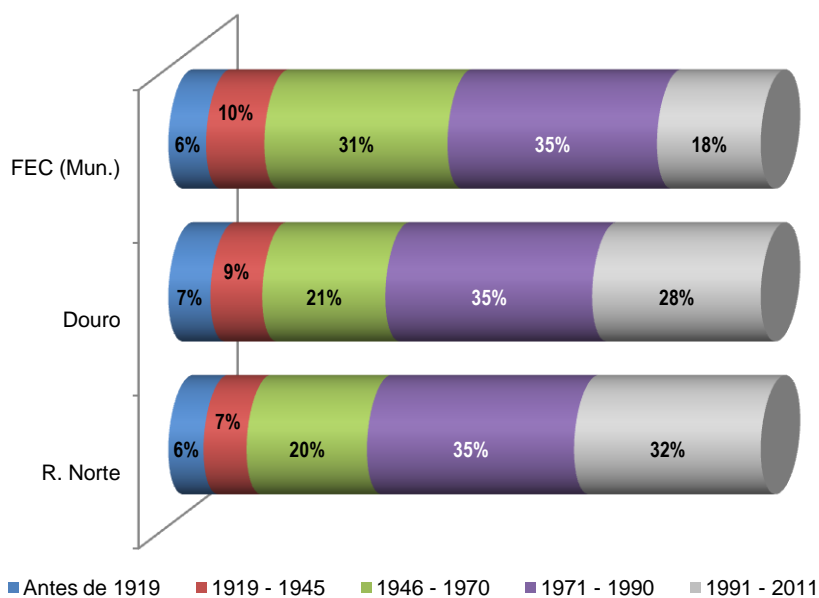
Fonte: INE, 2001 e 2011

Ao nível das freguesias é visível a quase predominância da habitação secundária / sazonal com a exceção das freguesias de Poiares e Freixo de Espada à Cinta. Apesar do investimento efetuado na recuperação de imóveis para segunda habitação ou uso sazonal, não deve deixar de se ter em atenção o facto de que este tipo de ocupação é muito pontual não colmatando o decréscimo populacional. Especial atenção deve ser dada às freguesias de Fornos, Lagoaça e Mazouco, onde mais de dois terços dos alojamentos estão associados a este tipo de ocupação.

3.2.3. ÉPOCAS DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE EDIFICADO, UTILIZAÇÃO E OCUPAÇÃO

O parque edificado de Freixo de Espada à Cinta é relativamente jovem. Com efeito, cerca de 53% é de construção posterior a 1971, existindo apenas 6% de construção anterior a 1919 e 41% entre 1919 e 1971, o que indica que esta área tem uma densidade de ocupação de maior relevância a partir do início do século XX.

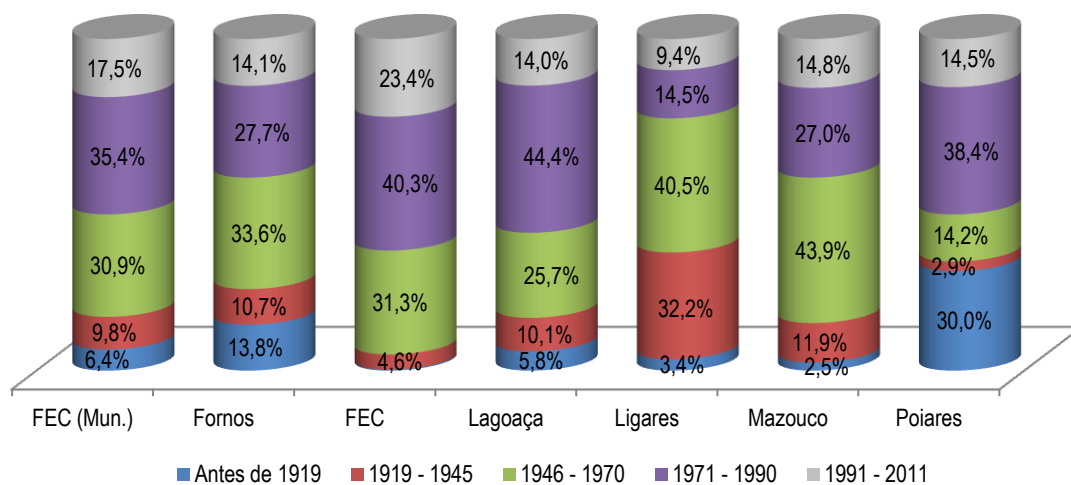
Figura 9 – Época de construção do parque edificado



Fonte: INE, 2011

De forma mais específica verificamos que as freguesias de Fornos e Poiães são as que apresentam maior volume de construções anteriores a 1919. A época de maior expansão construtiva para Mazouco, Ligeiros e Fornos foi entre 1946 e 1970 (valores entre os 31 e os 44%) e para as restantes freguesias aconteceu entre 1971 e 1990. A freguesia sede do município teve também um crescimento significativo de edifícios na última década intercensitária (23%).

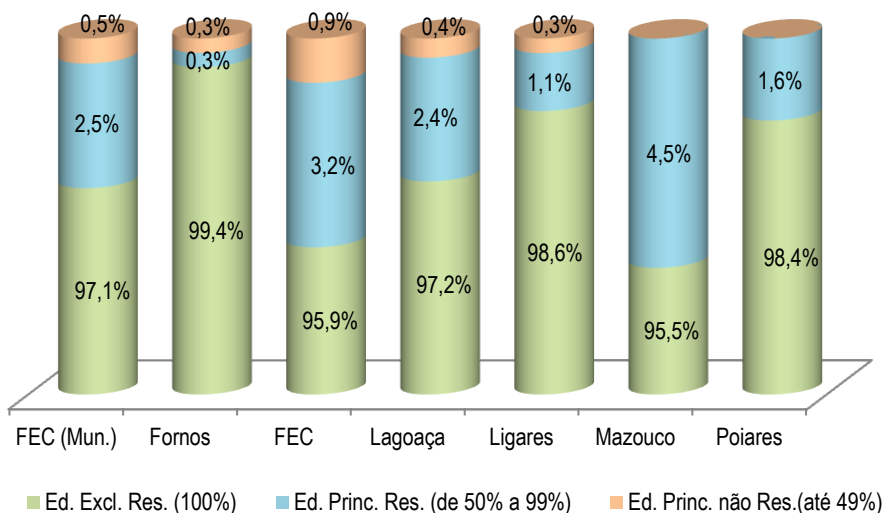
Figura 10 – Época de construção do parque edificado do município



Fonte: INE, 2011

A maioria dos edifícios são exclusiva ou principalmente residenciais (100% ou 50 a 99%), sendo que os edifícios principalmente não residenciais apresentam valores inferiores a 1%. Esta situação é de facto um espelho do tipo de utilização existente nos edifícios a nível nacional e regional.

Figura 11 – Tipologia do edificado

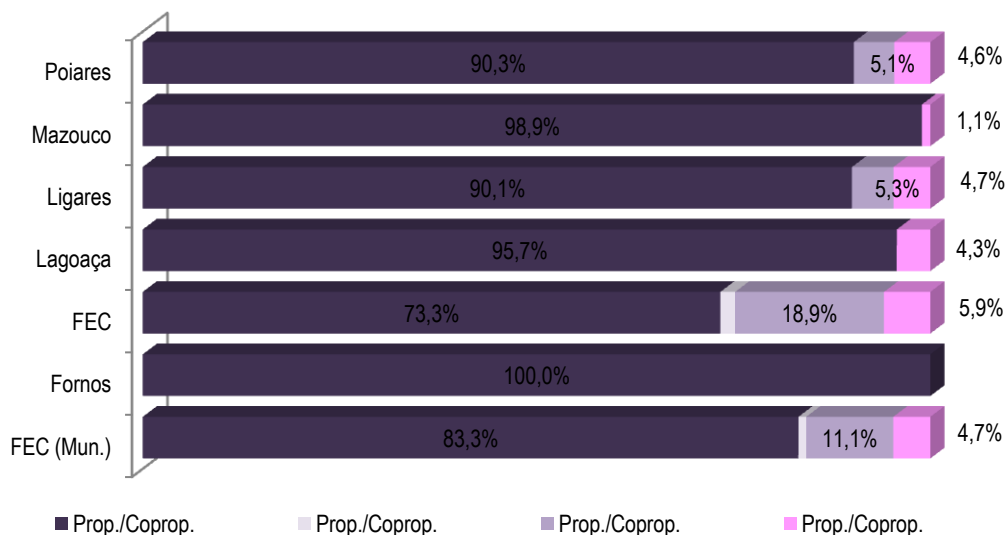


Fonte: INE, 2011

Por último é importante referir a forma de ocupação dos alojamentos familiares relativamente ao tipo de propriedade. A grande maioria dos alojamentos são ocupados pelo proprietário ou coproprietário, em todas as freguesias do município, destacando-se Fornos como o local onde os alojamentos são integralmente ocupados segundo esta modalidade. As modalidades de propriedade /

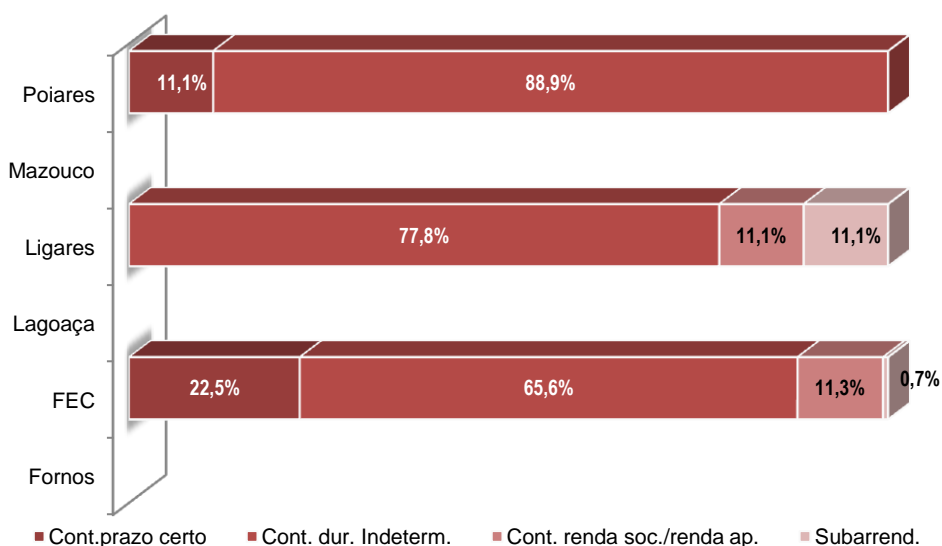
copropriedade em propriedade coletiva ou cooperativa de habitação, arrendatário ou subarrendatário e outra situação, têm pouca expressão a nível municipal com a exceção do arrendamento / subarrendamento na freguesia de Freixo de Espada à Cinta.

Figura 12 – Forma de ocupação relativamente ao tipo de propriedade, 2011



As propriedades arrendadas ou subarrendadas, existentes apenas nas freguesias de Freixo de Espada à Cinta, Ligares e Poiares, representam principalmente contratos de duração indeterminada ou contratos a prazo certo. Ligares, é a única freguesia onde existem situações de subarrendamento, sendo ainda esta e a freguesia sede de município as únicas onde se podem encontrar contratos de rendas sociais ou apoiadas.

Figura 13 – Forma de ocupação relativamente ao tipo de propriedade, 2011



Fonte: INE, 2011

3.2.4. CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE E LOTAÇÃO

Considerando que estes indicadores estão diretamente relacionados com as condições de vida das populações nos alojamentos de residência habitual, verifica-se que em matéria das infraestruturas abordadas, se destaca a cobertura quase total de todas as infraestruturas consideradas. Será de referir que em termos estatísticos deixou de se aferir as condições de habitabilidade relativamente à presença de eletricidade nos alojamentos, considerando uma cobertura quase total a nível nacional. Assim, neste novo recenseamento apenas se privilegia o abastecimento de água, o saneamento e as instalações de banho/duche e o sistema de aquecimento.

Tabela 6 – Alojamentos familiares de residência habitual por existência de instalações

	Aloj. Fam. Res. Hab.	Com água canalizada		Com sist. Dren. Águas Res.		Com inst. Banho / Duche		Com Ret. c/ Disp. Descarga		Com Ret. s/ Disp. Descarga		Com Ar Cond.	
FEC (Mun.)	1529	1526	99,8%	1526	99,8%	1501	98,2%	1509	98,7%	7	0,5%	161	10,5%
Fornos	103	103	100%	103	100%	99	96,1%	101	98,1%	0	0%	0	0%
FEC	799	799	100%	799	100%	790	98,9%	795	99,5%	4	0,5%	137	17,1%
Lagoaça	188	186	98,9%	186	98,9%	183	97,3%	183	97,3%	0	0,0%	1	0,5%
Ligares	171	170	99,4%	170	99,4%	167	97,7%	166	97,1%	3	1,8%	7	4,1%
Mazouco	93	93	100%	93	100%	92	98,9%	93	100%	0	0%	0	0%
Poiares	175	175	100%	175	100%	170	97,1%	171	97,7%	0	0%	16	9,1%

Fonte: INE, 2011

Nos últimos anos e muito beneficiando dos quadros comunitários, os municípios foram assumindo a infraestruturização dos lugares como uma prioridade, dotando as populações de uma melhor qualidade de vida. Mesmo nos territórios mais dispersos, os municípios têm procurado satisfazer as necessidades a este nível, pelo que a taxa de cobertura tem vindo a aumentar progressivamente.

Relativamente ao estado de conservação dos edifícios, por época de construção verificamos que no município os edifícios construídos entre 1946 e 1960, são os que apresentam maiores necessidades de reparação totalizando cerca de 10% sobre o total de edifícios de 2011. Este valor reflete obviamente o maior volume de edifícios deste período de tempo a necessitar de reparação nas freguesias de Mazouco e Ligares.

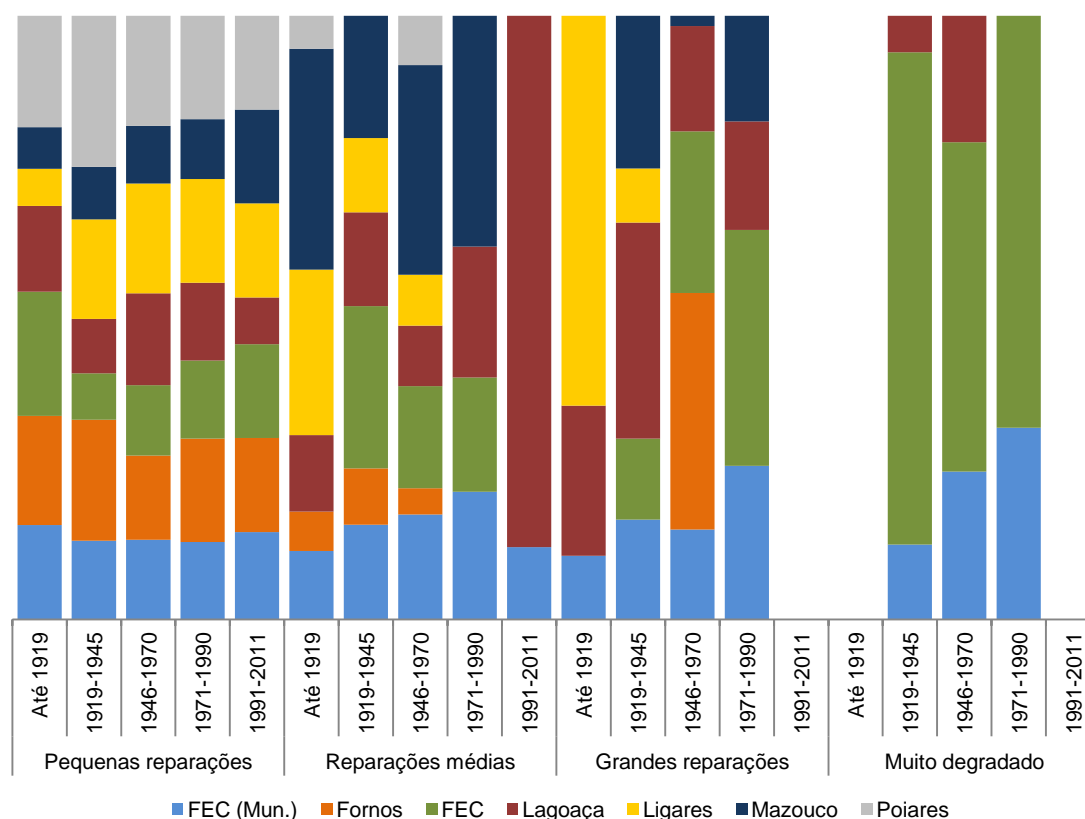
Tabela 7 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares Proporção de edifícios com e sem necessidade de reparação por época de construção

		FEC (Mun.)	Fornos	FEC	Lagoaça	Ligares	Mazouco	Poiares
		Sem necessidade de reparação	Até 1919	2,57%	1,64%	0,19%	2,59%	0,36%
1919 - 1945	2,52%		6,54%	1,47%	2,01%	3,99%	1,44%	2,30%
1946 - 1960	13,33%		24,30%	14,73%	11,08%	11,59%	5,29%	10,34%
1971 - 1990	21,56%		21,73%	26,08%	27,77%	6,52%	5,05%	32,18%
1991-2011	12,28%		11,21%	18,05%	9,93%	4,71%	5,53%	12,36%
Com necessidade de reparação	Até 1919	2,30%	9,81%	0,06%	1,87%	1,81%	1,44%	5,75%
	1919 - 1945	4,74%	2,34%	1,66%	5,61%	16,49%	5,53%	0,29%
	1946 - 1960	10,08%	3,50%	10,14%	8,49%	14,13%	20,43%	2,30%
	1971 - 1990	5,42%	1,17%	6,44%	6,33%	2,72%	10,82%	2,01%
	1991-2011	1,10%	0,47%	0,89%	0,86%	1,27%	3,13%	0,57%

Fonte: INE, 2011

Consultando a tabela anterior identificamos a necessidade de reparações em 23,63% dos edifícios existentes no município, distribuídos numa escala que vai de pequenas reparações a edifícios muito degradados. Esta escala integra a maior ou menor necessidade de intervenção em componentes do edifício nomeadamente, estrutura, cobertura, paredes e caixilharia exteriores.

Figura 14 – Tipologia de reparações para as freguesias por época de construção



Fonte: INE

Na figura 9 e na tabela seguinte, podemos constatar que a maioria dos edifícios necessita apenas de pequenas reparações independentemente do ano de construção, ainda que na freguesia de Freixo de Espada à Cinta 35% dos edifícios construídos entre 1919 e 1945 apresentem necessidade de grandes reparações.

Tabela 8 – Proporção de edifícios com necessidades de reparação, mediante o tipo por ano de construção

		FEC (Mun.)	Fornos	FEC	Lagoaça	Ligares	Mazouco	Poiares
Pequenas reparações	Até 1919	76,1%	88,1%	100,0%	69,2%	30,0%	33,3%	90,0%
	1919-1945	52,1%	80,0%	30,8%	35,9%	65,9%	34,8%	100,0%
	1946-1970	63,4%	66,7%	56,0%	72,9%	87,2%	45,9%	87,5%
	1971-1990	74,7%	100,0%	75,2%	75,0%	100,0%	57,8%	100,0%
	1991-2011	93,2%	100,0%	100,0%	50,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Reparações médias	Até 1919	20,7%	11,9%	0,0%	23,1%	50,0%	66,7%	10,0%
	1919-1945	33,7%	20,0%	57,7%	33,3%	26,4%	43,5%	0,0%
	1946-1970	26,5%	6,7%	25,8%	15,3%	12,8%	52,9%	12,5%
	1971-1990	22,1%	0,0%	19,8%	22,7%	0,0%	40,0%	0,0%
	1991-2011	6,8%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Grandes reparações	Até 1919	3,3%	0,0%	0,0%	7,7%	20,0%	0,0%	0,0%
	1919-1945	14,2%	0,0%	11,5%	30,8%	7,7%	21,7%	0,0%
	1946-1970	10,1%	26,7%	18,2%	11,9%	0,0%	1,2%	0,0%
	1971-1990	3,2%	0,0%	5,0%	2,3%	0,0%	2,2%	0,0%
	1991-2011	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Muito degradado	Até 1919	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	1919-1945	5,3%	0,0%	34,6%	2,6%	0,0%	0,0%	0,0%
	1946-1970	2,0%	0,0%	4,4%	1,7%	0,0%	0,0%	0,0%

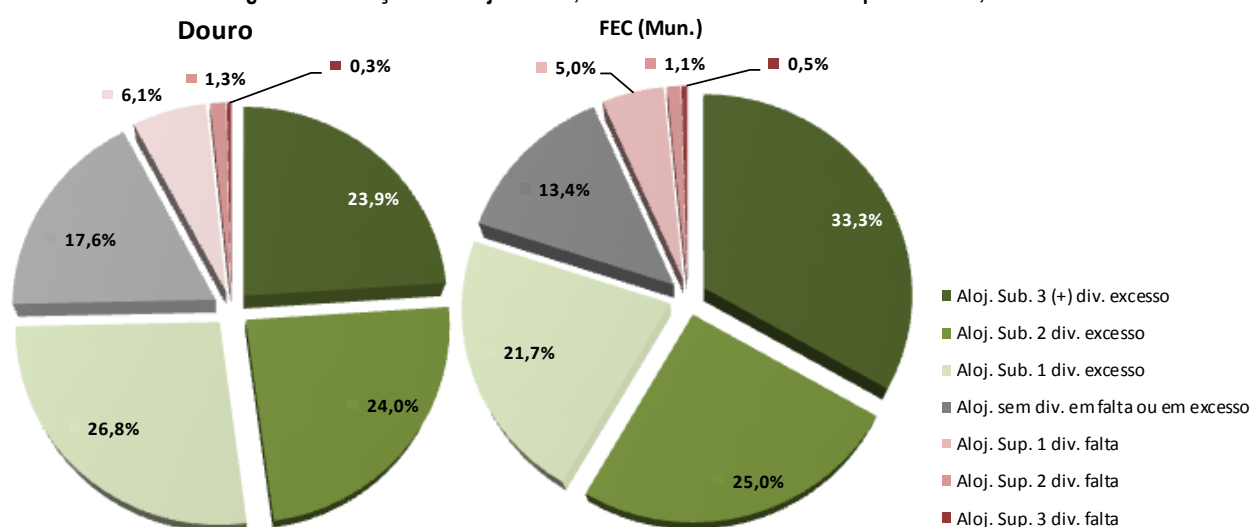
Tabela 8 – Proporção de edifícios com necessidades de reparação, mediante o tipo por ano de construção

	FEC (Mun.)	Fornos	FEC	Lagoaça	Ligares	Mazouco	Poiares
1971-1990	0,5%	0,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
1991-2011	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: INE

No que concerne a lotação dos alojamentos verificamos que a grande maioria se encontra sublotada, já que os alojamentos com divisões em falta rondam os 7,7% e os 6,6% na NUTS III Douro e no Município, respetivamente. A estes valores não são alheios a diminuição da população residente e o menor número de indivíduos que compõem os agregados familiares.

Figura 15 – Lotação dos alojamentos, NUTS III Douro e Freixo de Espada à Cinta, 2011



Fonte: INE, 2011

Na tabela seguinte podemos confirmar que esta tendência se mantém em todas as freguesias, constatando-se que em todas elas os alojamentos apresentam divisões em excesso numa proporção que oscila entre os 76% da freguesia sede do município e os 89% de Fornos. Grande parte destes valores é constituída pela existência de um excesso de 2 ou mais divisões nos alojamentos refletindo a já referida diminuição da dimensão de famílias e o envelhecimento populacional.

Tabela 9 – Lotação dos alojamentos por freguesia, 2011 (%)

	Alojamento sublotado			Alojamento sem divisões em falta nem em excesso	Alojamento superlotado		
	3 (+) div. excesso	2 div. excesso	1 div. excesso		1 div. falta	2 div. falta	3 div. falta
FEC (Mun.)	33,3%	25,0%	21,7%	13,4%	5,0%	1,1%	0,5%
Fornos	39,8%	31,1%	18,4%	6,8%	3,9%	0%	0%
FEC	30,5%	23,5%	22,0%	16,9%	5,3%	1,3%	0,5%
Lagoaça	42,0%	26,1%	16,5%	8,5%	4,8%	1,6%	0,5%
Ligares	41,5%	22,8%	22,8%	8,8%	2,3%	1,8%	0%
Mazouco	21,5%	32,3%	33,3%	9,7%	3,2%	0%	0%
Poiares	30,9%	25,7%	20,6%	13,1%	8,0%	0,6%	1,1%

Tabela 9 – Lotação dos alojamentos por freguesia, 2011 (%)

	Alojamento sublotado			Alojamento sem divisões em falta nem em excesso	Alojamento superlotado		
	3 (+) div. excesso	2 div. excesso	1 div. excesso		1 div. falta	2 div. falta	3 div. falta

Fonte: INE, 2011

3.3. SISTEMA URBANO MUNICIPAL

A abordagem à rede urbana permite caracterizar a estrutura e dinâmica construtiva das áreas de povoamento do concelho de Freixo de Espada à Cinta, assim como efetuar uma breve abordagem à estrutura urbana e ao seu desenvolvimento sob o enquadramento do PDM em vigor.

Os elementos em estudo são fundamentados por bibliografia publicada, observação in situ do território e em dados fornecidos pela autarquia.

3.3.1. CARACTERIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNCIONAL

A origem do povoamento no concelho de Freixo de Espada à Cinta, de acordo com vários historiadores, está ligada aos Nabassos, um povo ibérico pré-romano mencionado por Ptolomeu, que habitavam toda esta zona da península, pressupondo que a existência da povoação antecede a fundação do reino de Portugal.

Vários acontecimentos históricos marcaram este concelho, como os saques e conflitos com as forças leonesas no início do século XIII. Em 1240, a povoação de Freixo de Espada à Cinta é tornada vila, mas apenas oito anos depois, D. Afonso III confirmou o foral outorgado e em 1275, o estatuto é publicado em diploma foralengo.

A partir do século XIV, as feiras e as festas religiosas foram-se tornando oficiais, elevando o estatuto de Freixo de Espada à Cinta, como centro económico local transfronteiriço, incentivando a fixação de burgos e mercantes.

Em 1342, foi pedido a D. Afonso IV que fosse concedido o uso das receitas da Igreja para a conclusão das muralhas da vila, além da construção da Igreja Matriz.

Durante o passar dos séculos, a vila sofria com a “guerra da fronteira”, designadamente entre 1580 e 1640, quando as pilhagens e a destruição assolavam o território, destruindo as povoações de Lagoaça e Fornos em 1644.

Em 1840, o concelho é suprimido e anexado a Torre de Moncorvo, mas o desagrado da população fez reverter essa situação em 1898, dando-se a restauração do foro municipal.

Atualmente, Freixo de Espada à Cinta, embora rico em história e património, tem vindo a perder população e dinamismo funcional, ocupando um lugar periférico relativamente à rede urbana regional.

“Freixo é uma vila cheia de História podendo ser usufruída pelo visitante com enorme satisfação, que ao percorrer as suas ruas cheias de portadas e janelas manuelinas, as antigas muralhas e torre ainda medievais, ao visitar a Igreja, ao passear pela Encruzilhada, pela Rua das Flores, pelo Vale, pelo Castanheiro ou pelo Outeiro, desfrutará com certeza de um prazer sem comparação.”¹

O concelho organiza-se administrativamente em 4 freguesias, denominadas pelas povoações que as constituem, cujas atividades e relações territoriais estão muito ligadas ao mundo rural.

¹ <http://www.cm-freixoespadacinta.pt/ver.php?cod=0B0E>

Figura 16 – Aglomerados urbanos do concelho de Freixo de Espada à Cinta



Fonte: Cartografia de base 10k (homologada); limites administrativos CAOP

No âmbito da legislação vigente, (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio) “O plano diretor municipal define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente: g) A identificação e a delimitação das áreas urbanas, com a definição do sistema urbano municipal e os correspondentes programas na área habitacional, bem como as condições de promoção da regeneração e da reabilitação urbanas e as condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal”²

O mesmo diploma acrescenta, relativamente às áreas de povoamento, que o PDM tem igualmente de definir orientações relativamente às “condições de atuação sobre áreas de reabilitação urbana, situações de emergência ou de exceção, bem como sobre áreas degradadas em geral”.³

Tendo como base o acima descrito, a rede urbana é analisada numa perspetiva hierarquizada, correspondendo às orientações definidas no PROT Norte. À hierarquia dos centros urbanos está subjacente a necessidade de definição de um zonamento que reflete uma adequada gestão do território, que fomente tanto a preservação das condições de salubridade e sustentabilidade, como a melhoria das condições de vida dos habitantes. Desta forma, a definição da hierarquia dos centros urbanos ao nível concelhio serve de orientação para a implantação espacial de equipamentos e atividades de valor económico, promotoras de desenvolvimento e atenuadoras de desigualdade social, coordenando as relações inter-centros com vista à acessibilidade das funções urbanas a toda a população, nomeadamente nas áreas de baixa densidade.

Os centros urbanos, além de servirem a economia local e a sua população residente, constituem polos dinamizadores para uma área de influência, em função dos postos de trabalho, dos equipamentos, dos serviços públicos e privados neles existentes, ou a criar, e que são localizados estrategicamente no espaço, representando aceitáveis níveis de acessibilidade.

A distribuição de bens pressupõe contactos frequentes com outros centros. A ligação entre os vários centros, feita por um conjunto

² Alínea g) do n.º 1 do artigo 96.º, DL 80/2015, de 14 de maio.

³ Alínea o) do n.º 1 do artigo 96.º, DL 80/2015, de 14 de maio.

de fluxos (pessoas, mercadorias, capitais, informação), permite constituir uma rede. Chama-se rede urbana, ou sistema urbano, ao conjunto de centros e respetivas áreas de influência ligados por relações hierárquicas de dependência.

O nível de cada centro é determinado pelo nível de funções nele existentes e, geralmente, a importância funcional de um centro é proporcional ao número dos seus habitantes.

Na dependência direta, na definição do nível hierárquico, está a centralidade (medida pela distância) de cada lugar, em relação à população que serve e são as atividades terciárias (comércio e serviços), as que possuem maiores requisitos de centralidade.

A diferenciação de níveis hierárquicos de centros reflete, essencialmente, a periodicidade da procura pelos sectores económicos e pela população residente de equipamentos, serviços e bens. Assim: i) a procura diária de primeira necessidade deve ser satisfeita nos centros de centralidade inferior (centros básicos) e de fácil acesso; ii) a procura especializada e esporádica e/ou excepcional deve ser satisfeita nos centros hierarquicamente superiores.

A posição hierárquica de alguns centros é, muitas vezes, conferida pela sua importância administrativa que, por sua vez, obriga à ocorrência de equipamentos e serviços capazes de conferir uma certa capacidade atrativa e não tanto pelas dinâmicas demográficas existentes e/ou pela importância de outros indicadores de desenvolvimento.

3.3.2. METODOLOGIA

Para a definição hierárquica dos centros urbanos do concelho de Freixo de Espada à Cinta são definidos como critérios de seleção todos os aglomerados com mais de 10 edifícios (principais, não tendo em conta com anexos) que distem entre si menos de 50 metros.

Os indicadores de referência para a determinação da hierarquia dos centros urbanos são os seguintes:

- Dimensão demográfica;
- Diversidade funcional:
 - Funções do setor público;
 - Funções do setor privado.

Os indicadores de demografia possibilitam identificar quais as áreas onde existe uma maior concentração da população, e, por oposição, quais as áreas de povoamento menos densas.

A diversidade funcional, por sua vez, permite identificar os centros funcionais das povoações e os tipos de função presentes em cada aglomerado. Logicamente, um aglomerado com maior acumulação de diferentes funções de apoio à população será um centro urbano mais dinâmico.

3.3.3. TIPOLOGIAS DAS ÁREAS URBANAS E ANÁLISE ESTATÍSTICA

“A questão urbana, pela importância económica, social e política de que se reveste, tende a estar cada vez mais na ordem do dia, sendo hoje vulgarmente utilizadas as noções de urbano e rural, ainda que a complexidade da problemática em causa continue a alimentar uma ampla discussão”⁴.

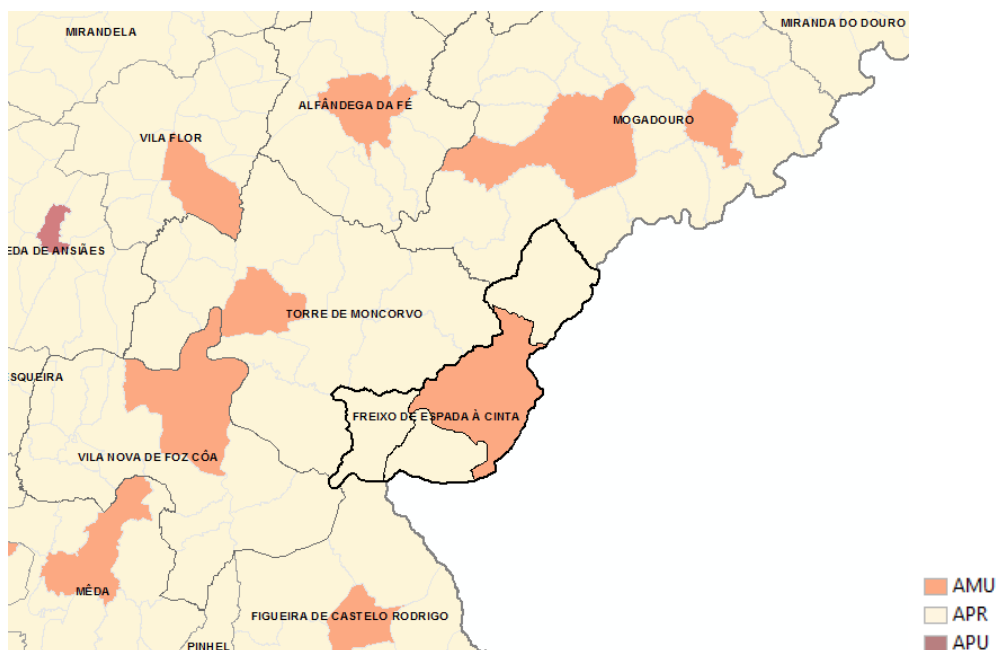
Assim, constatamos que facilmente conseguimos identificar os limites entre o urbano e o rústico em situações extremas, ou seja, em cidades que constituem zonas fortemente urbanizadas, ou no ‘espaço rural profundo’ respeitante a um povoamento reduzido, com tendência, em alguns casos, para a dispersão, e na grande maioria dos casos, envolvido por áreas naturais protegidas. Por outro lado, verificamos que a delimitação dos restantes casos, menos contrastantes do que os referidos, que correspondem à grande

⁴ DGOTDU (atual DGT)

maioria dos cenários urbanos com que nos deparamos, não é simples ou possível de simplificar.

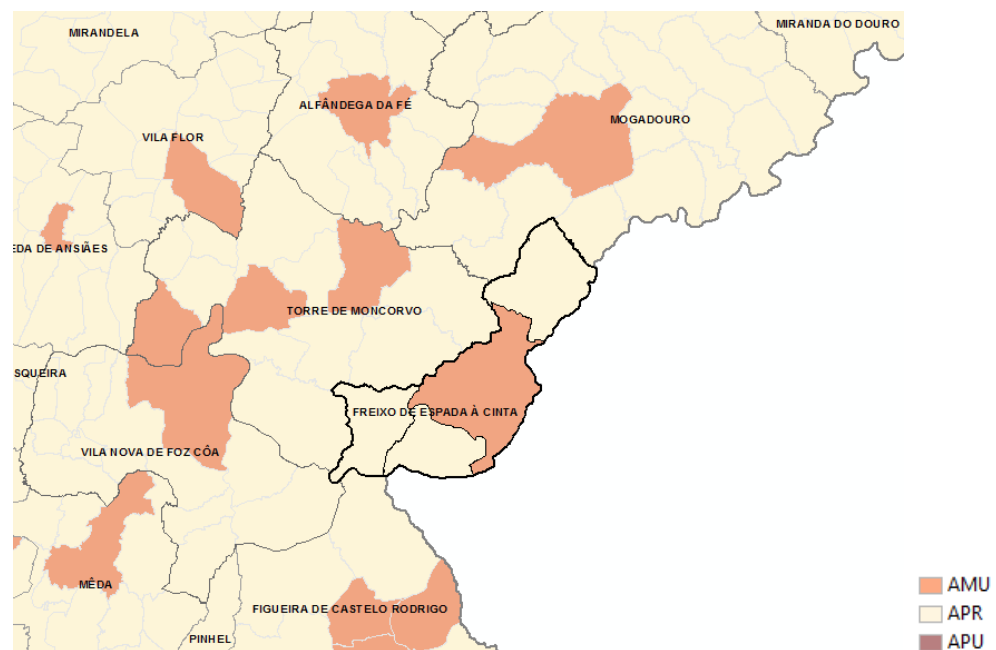
As tipologias de áreas urbanas para fins estatísticos foi objeto de revisão em 2014, com base na informação censitária de 2011, dando continuidade aos resultados decorrentes dos censos de 1991 e de 2001. A 39.ª (2014) Deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística do Conselho Superior de Estatística publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 144, de 29 de julho de 2014, aprovou assim a referida tipologia bem como a sua aplicação a todas as freguesias do País, substituindo a anterior versão de 2009.

Figura 17 – TIPAU 2009



Fonte: Tipau 2009

Figura 18 – TIPAU 2014



Fonte: Tipau 2014

De uma forma geral, este território da região norte manteve-se consistente em termos das tipologias das áreas urbanas, sem grandes alterações na classificação das freguesias. A evolução em termos de dinâmica de urbanização no concelho de Freixo de Espada à Cinta não sofreu alterações, continuando a freguesia de Freixo de Espada à Cinta com o nível de AMU, enquanto que o restante território municipal está classificado como APR.

Esta análise está definida de acordo com os dados censitários de 2011, pelo que atualmente, os dados estatísticos reiteram as conclusões do relatório TIPAU 2014.

Em termos de população, a freguesia de Freixo de Espada à Cinta é a que tem o valor de densidade populacional mais elevado e a única que registou um aumento, no período censitário 2001-2011. Porém, esta tendência terá invertido, como demonstram os valores absolutos da população residente a partir de 2011, que, embora se remetam para a totalidade do concelho, mostram que a população tem decrescido de forma proporcional à região Norte (e também ao nível nacional).

Também os movimentos migratórios refletem a dinâmica referida, embora o concelho não tenha uma flutuação de valores assinalável, os valores apontam para um pico de imigração em 2011 e depois um acentuado decréscimo em 2012.

Tabela 10 – Densidade populacional por freguesia, de acordo com censos 2011

Freguesia	2011	2001	1991
Fornos	7,2	11,17	14,46
Freixo de Espada à Cinta	29,3	28,53	30,27
Lagoaça	11,6	13,62	19,19
Ligares	8,7	11,38	14,01
Mazouco	8,9	11,03	13,87
Poiares	10,1	12,46	15,63

Fonte INE

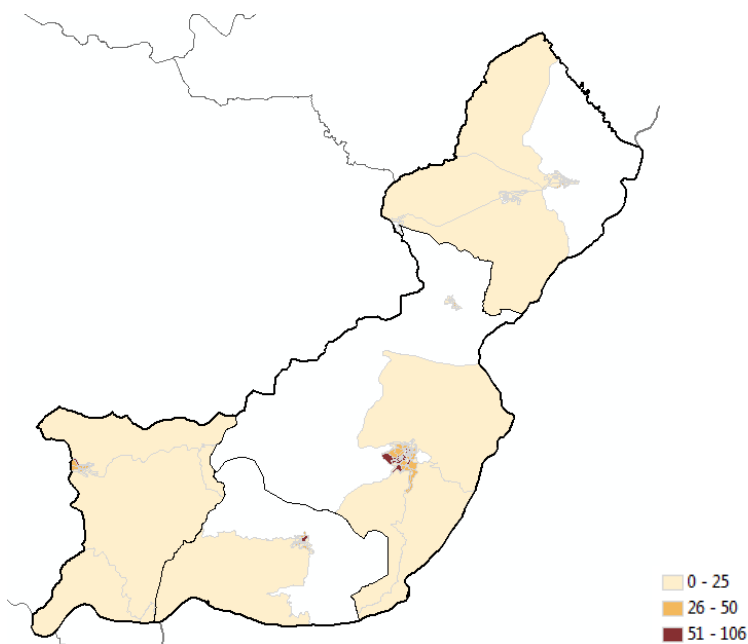
Tabela 11 – Evolução da população residente

	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Portugal	10309573	10341330	10374822	10427301	10487289	10542398
Norte	3584575	3603778	3621785	3644195	3666234	3687224
Douro	193202	195247	197210	199400	201741	204121
Freixo de Espada à Cinta	3409	3492	3559	3622	3677	3736

Fonte: INE

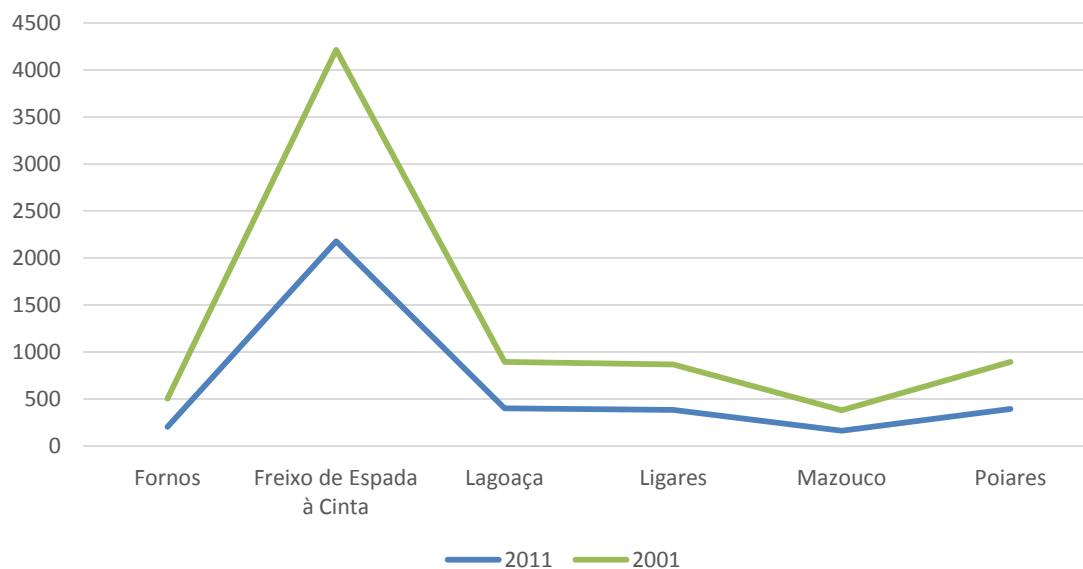
Na análise populacional à escala dos lugares, é de salientar que, no concelho, a população máxima registada por lugar, se encontra na ordem dos 100 habitantes. Estes valores registam-se na vila de Freixo de Espada à Cinta, entre a Rua do Samiteiro de Cima e a Rua do Samiteiro de Baixo. As vilas de Poiares e Ligares têm também alguma expressão ao nível de densidade de lugares e, por último, os aglomerados de Mazouco, Fornos e Lagoaça são os que mostram menor densidade. Porém, de acordo com os valores de população residente, à data dos Censos de 2011, a diferenciação faz-se ao nível da sede de freguesia e os restantes aglomerados, cuja expressão populacional não difere muito entre eles.

Figura 19 –Escalaões de população de acordo com a BGRI



Fonte: dados INE, BGRI; limites administrativos CAOP

Figura 20 –Gráfico comparativo das projeções da população



Fonte: dados INE

Relativamente às projeções da população, e recorrendo aos indicadores NUTII, a região Norte apresenta uma tendência de despovoamento, pelo que se espera que esta se aplique genericamente ao nível dos concelhos.

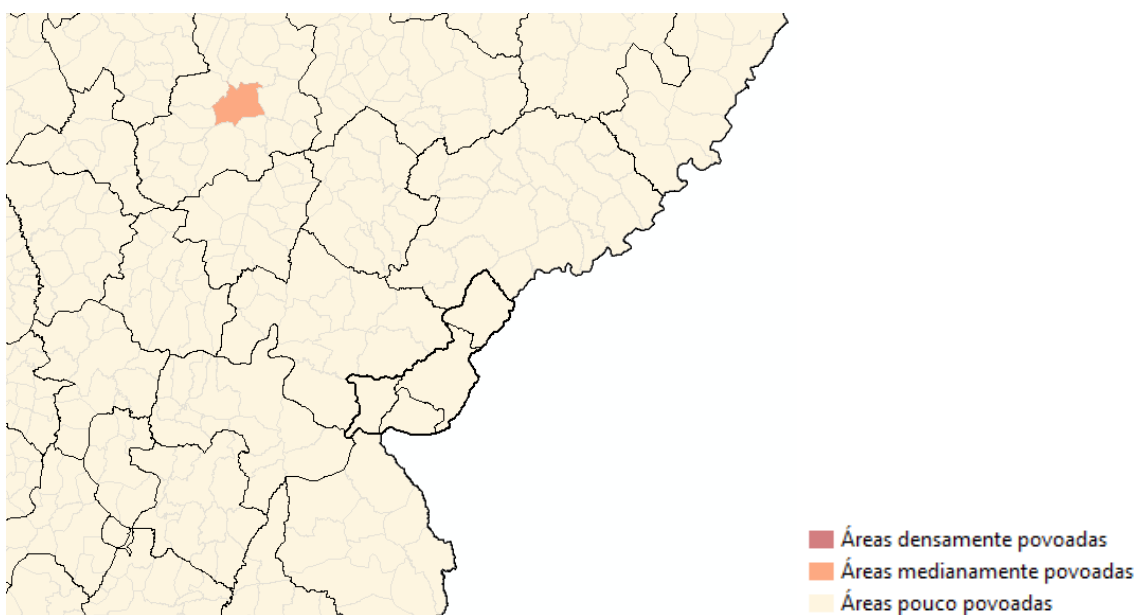
O Grau de Urbanização 2011 é uma tipologia de classificação do território que tem por base as unidades territoriais LAU 2 (unidades administrativas locais de nível 2 - freguesias em Portugal) e permitiu repartir o território dos Estados-Membros da União Europeia em três categorias (áreas densamente povoadas, áreas medianamente povoadas e áreas pouco povoadas), essencialmente através de critérios de densidade e dimensão populacional, sendo utilizada no âmbito de alguns inquéritos comunitários, nomeadamente no

Inquérito ao Emprego, no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento e nas Estatísticas do Turismo.

A nova tipologia de grau de urbanização (2011) tem por base uma análise da ocupação do espaço através de uma malha ortogonal de 1x1km referenciada a 2006. Como as quadrículas têm idêntica dimensão, este novo método elimina as distorções associadas a uma classificação direta com base nas LAU2.

Uma unidade local (freguesia) pertencente a uma área pouco povoada ou a uma área medianamente povoada, pode ser classificada como densamente povoada se pertence a um grupo de unidades locais (freguesias) com uma função política e se a maioria da população deste grupo de unidades locais (freguesias) residir num agrupamento de alta densidade. Assim, na tipologia Grau de urbanização para Portugal, estão classificadas como densamente povoadas todas as freguesias incluídas nos municípios correspondentes às cidades abrangidas pelo projeto europeu Urban Audit 2012/2013.

Figura 21 – Grau de urbanização aplicado às freguesias



Fonte: limite administrativo CAOP; dados INE

De acordo com estes critérios, Freixo de Espada à Cinta é um concelho predominantemente rural, com exceção da sede de freguesia que se tipifica como uma área medianamente urbana, indicando um território de génese rural onde não se identificam lugares nem com muita população, nem com elevada densidade. A análise ao grau de urbanização dá-nos uma perspetiva mais fiel à realidade concelhia, porém, e embora a extrapolação dos valores seja feita à quadrícula de 1km², o facto da média do conjunto dos valores ser aplicada a uma única unidade territorial (freguesia) homogeneiza a informação e não retrata a dicotomia entre o território ocupado por povoamento e a restante área.

Mais se poderia concluir se os dados estivessem expostos na sua forma bruta, através da quadrícula de 1km², pois evidenciaria a prevalência de áreas habitadas nas vilas, por oposição ao território agrícola e florestal.

Aumentando a escala de análise, é notório a periferialização do concelho relativamente à região Norte e, mesmo até da sub-região do Douro. Todavia, há um padrão que se reflete nos concelhos próximos desde Miranda do Corvo, Mogadouro, Macedo de Cavaleiros, Alfândega da Fé até Vila Flor, Carrazeda de Ansiães e Vila Nova de Foz Côa, sendo o facto da freguesia sede de concelho ter um grau de urbanização maior, que se reflete nas tipologias de áreas urbanas como área medianamente urbana. Esta classificação, à semelhança da análise descrita para Freixo de Espada à Cima, é o reflexo da importância da povoação sede de concelho projetada para a totalidade da área da freguesia, sem que, no entanto, o território tenha características de urbanidade na

generalidade.

Em conclusão, as estatísticas territoriais que remetem para funções urbanas estipulados para a unidade administrativa da freguesia são, em grande medida, o reflexo do seu centro urbano. No caso de Freixo de Espada à Cinta, excecionam-se as unidades administrativas de UF de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco e UF de Lagoaça e Fornos, em que os dados estatísticos devem ser aferidos de acordo com a informação proveniente dos lugares.

Tabela 12 – Dados estatísticos aplicados aos centros urbanos

Centros urbanos	População 2011 (freguesia)	Peso no total do concelho	Varição da população (%)	Total da população dos lugares (BGR)	Peso no total do concelho
Fornos	206	5,45	-3,10	166	4,39
Freixo de Espada à Cinta	2188	57,88	1,51	2172	57,46
Lagoaça	411	10,87	-2,28	406	10,74
Ligares	397	10,50	-3,25	375	9,92
Mazouco	167	4,42	-1,03	167	4,42
Poiars	411	10,87	-2,54	407	10,77

Fonte: INE

Dos 6 centros urbanos analisados no âmbito desta análise, cerca de 97,7% vive nos centros urbanos, ao passo que a restante população habita o território rural, sob a configuração de edificações isoladas ou quintas.

A vila de Freixo de Espada à Cinta destaca-se como o mais importante polo demográfico, representando mais de metade da população residente total do concelho. Secundariamente, as vilas de Poiars, Lagoaça e Ligares representam 10,8%, 10,7% e 9,9% da população, respetivamente. As dinâmicas populacionais das vilas e Poiars e Lagoaça são muito idênticas, recorrendo-se ao fator de densidade populacional para efeitos de ordenação dos centros urbanos.

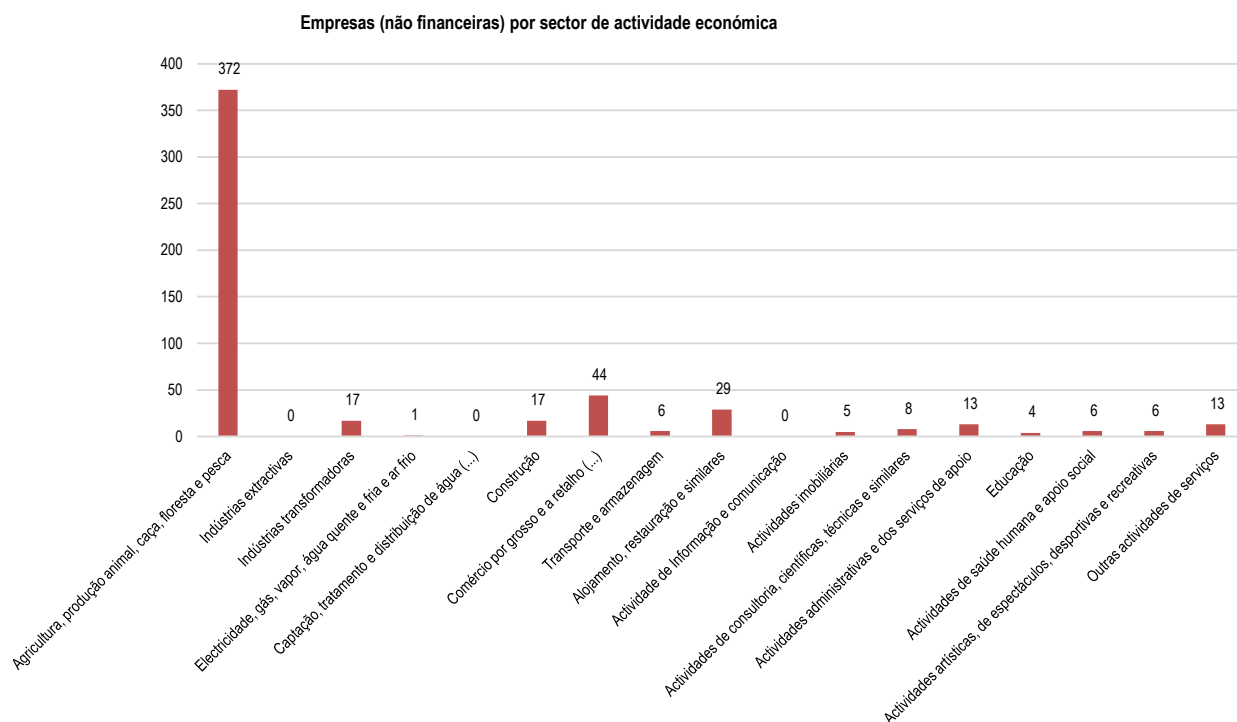
Os restantes aglomerados têm pesos relativamente diminutos no volume populacional concelhio.

Para atestar esta conclusão, analisamos a dimensão funcional do concelho, verificando as estatísticas e localização de serviços, comércio e equipamentos, assim como a abrangência das redes de infraestruturas urbanas (saneamento, abastecimento de água, rede elétrica e telecomunicações). Outra das componentes que auxiliam a análise sobre a rede urbana é a rede de transportes públicos, permitindo ter uma ideia da acessibilidade aos aglomerados urbanos.

A dimensão funcional representa os fatores de iniciativa empresarial, privada ou de grupos económicos, que se assumem como indicadores da dinâmica funcional de cada centro urbano.

Para as atividades económicas, os dados disponíveis são à escala do concelho, porém através da extrapolação da tipologia de edifícios com função mista ou não residencial, e através dos levantamentos de campo, conseguimos ter uma imagem sobre a situação das atividades por centro urbano.

Figura 22 – Gráfico do número de empresa por setor de atividade



Fonte Pordata.pt

Os dados apresentados são de 2015 (estatística disponível) e demonstram que a grande maioria das empresas no concelho de Freixo de Espada à Cinta estão relacionadas com o setor primário, nomeadamente o setor agrícola, produção animal e florestal. Seguidamente, também têm alguma expressão os setores de comércio a grosso e a retalho e as atividades ligadas ao alojamento, restauração e similares.

No gráfico não são interpretados os dados relativamente às empresas financeiras (caixas de crédito agrícola mútuo, bancos e caixas económicas) que, em 2015, existiam 3 empresas desta tipologia (os dados mantiveram-se para 2016).

Pese embora esta informação não esteja disponível por localidade, o diretório de empresas nacional⁵ indica que é na vila de Freixo de Espada à Cinta que se concentram a maior parte das atividades. É de salientar que o universo de dados é diferente da informação estatística oficial, mas que, para efeitos de análise, é um indicador de dinamismo empresarial de âmbito territorial.

Tabela 13 –Número de empresas por aglomerado e por setor de atividade

	Fornos	Ligares	Poiares	Freixo de Espada à Cinta	Lagoaça	Mazouco
Atividades administrativas e serviços de apoio				5		2
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares				9		
Atividades financeiras e de seguros				7		
Transporte e armazenagem			1	11	1	
Atividades artísticas, de espetáculo, desportivas e recreativas	1		1	7	1	2
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	4	3	9	73		2

⁵ http://www.infoempresas.com.pt/Concelho_FREIXO-ESPADA-CINTA.html

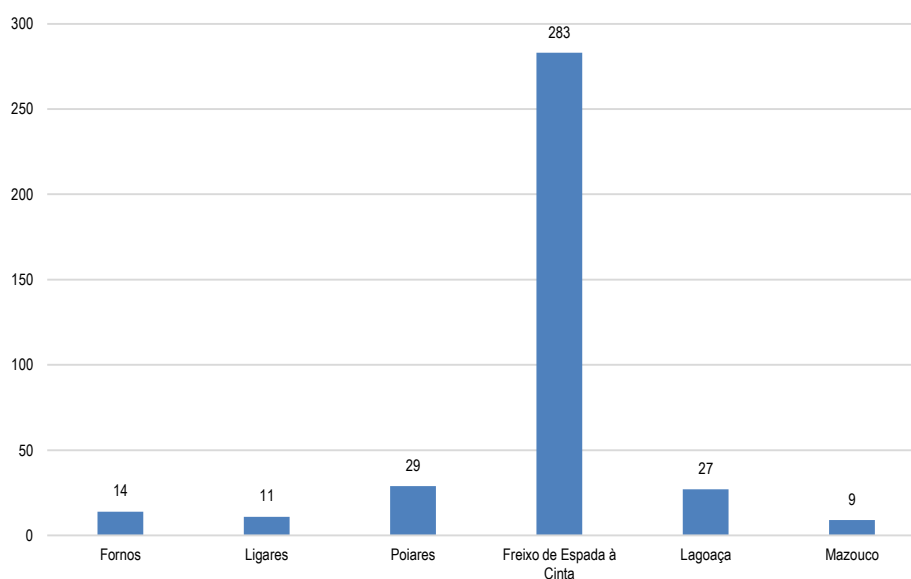
Tabela 13 –Número de empresas por aglomerado e por setor de atividade

	Fornos	Ligares	Poiares	Freixo de Espada à Cinta	Lagoaça	Mazouco
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2	2	5	80	9	2
Alojamento, restauração e similares	2		8	18	4	
Outras atividades de serviços		3	1	14	2	
Atividades imobiliárias				4		
Atividades de saúde humana e apoio social	1	1	1	4	1	1
Educação				2		
Indústrias extrativas				1		
Construção	1	1	2	22	6	
Indústrias transformadoras	3	1	1	26	3	

Fonte: www.infoempresas.com.pt

Da análise dos dados é notória a supremacia económica da sede de concelho em relação aos restantes aglomerados. A dinâmica económica não tem, porém, ligação direta ao número de empresas do concelho, pois as empresas podem estar presentes num ou mais setores de atividade, dependendo do tipo de produtos e serviços que implementam no mercado. Os setores que se destacam são a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e comércio a grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos. Este segundo setor está presente em todas as povoações de freixo de Espada à Cinta.

Figura 23 – Gráfico da dimensão funcional por aglomerado



Fonte: www.infoempresas.com.pt

As funções urbanas básicas são também consideradas para a análise, visto constituírem os equipamentos e serviços coletivos de apoio à população, tanto do setor público como do privado, que possuem uma componente social muito importante. A sua localização depende maioritariamente de fatores administrativos, pese embora estejam subjacentes fatores de racionalização económica dos investimentos públicos.

Além das funções assinaladas anteriormente, existe ainda no concelho 12 valências de serviços centrais do setor da administração pública, defesa e segurança social obrigatória, nomeadamente as juntas de freguesia, camara municipal, associação humanitária de

bombeiros voluntários de Freixo de Espada à Cinta e conservatória do registo civil, predial e comercial e cartório notarial de Freixo de Espada à Cinta.

Nas áreas administrativas que foram unidas com a reorganização administrativa, as juntas de freguesia foram suprimidas nos aglomerados de menor dimensão: a junta de freguesia da UF de Lagoaça e Fornos localiza-se em Lagoaça, e a junta de freguesia da UF de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco localiza-se na sede de concelho.

Relativamente à rede de equipamentos, a análise à rede urbana foca-se nas tipologias mais diretamente ligadas ao apoio diário à população: equipamentos de educação, saúde, apoio social e segurança.

A rede de equipamentos de educação é a base para a fixação de famílias residentes, incluindo nesta análise a rede pública e a rede privada.

Tabela 14 – Equipamentos escolares por centro urbano

	Fornos	Ligares	Poiares	Freixo de Espada à Cinta	Lagoaça	Mazouco
Pré-escolar		1		3		
Ensino básico 1.º ciclo				1		
Ensino básico 2.º e 3.º ciclos				1		

Fonte: Dgest

A rede pré-escolar é constituída por quatro jardins de infância, três dos quais localizados na vila de Freixo de Espada à Cinta e um em Ligares. Apenas um dos estabelecimentos da rede pré-escolar é público, sendo os restantes jardins de infância da tutela da Santa Casa da Misericórdia, Centro paroquial e centro social.

A totalidade da escolaridade obrigatória não é assegurada no concelho, pois as duas escolas básicas localizadas em Freixo de Espada à Cinta, atendem a matriz curricular até ao grau de ensino do 9.º ano de escolaridade.

A rede alargada de cuidados de saúde concelhia insere-se na Unidade Local de Saúde do Nordeste e é constituída pelo Centro de Saúde de Freixo de Espada à Cinta com as valências de consultas programadas, de vigilância de grupos de risco e de grupos vulneráveis, rastreio, consulta aberta, administração de terapêutica e vacinação, radiologia, psicologia, medicina dentária, podologia, nutrição, serviço social, cardio-pneumologia e fisioterapia. No concelho existe uma farmácia na vila de Freixo de Espada à Cinta.

Quanto aos serviços sociais, além da prestação de serviços públicos locais obrigatório da segurança social, existe um lar de idosos no Centro Social Monsenhor Martins na vila de Ligares e outro da tutela da Santa casa da Misericórdia na vila de Freixo de Espada à Cinta.

Os equipamentos de segurança resumem-se ao posto da GNR de Freixo de Espada à Cinta.

A rede de transportes públicos desempenha o papel fundamental na movimentação da população. A rede urbana é igualmente influenciada pelos tipos de transporte e redes de mobilidade local da população. Pese embora, os aglomerados concelhios sejam de pequena dimensão, a centralização de equipamentos e serviços em Freixo de Espada à Cinta deve estar apoiada numa rede pública que permita a acessibilidade aos mesmos.

O sistema de mobilidade é principalmente assegurado por empresas de transporte individual por táxi, existindo três empresas privadas localizadas em Freixo de Espada à Cinta, Ligares e Poiares. Paralelamente, no setor do turismo existe uma ligação semanal que liga Freixo de Espada à Cinta a Alfândega da Fé, que opera apenas ao domingo ou segunda (quando dia feriado), e também uma empresa turística de transporte fluvial.

A par dos serviços e equipamentos, serve a presente análise para abordar as infraestruturas urbanas, fazendo uma abordagem à

cobertura das redes de abastecimento de água por rede pública, saneamento doméstico e rede elétrica. Os dados estatísticos relativos a estas componentes indicam que a totalidade da população é servida por abastecimento de água e saneamento (dados de 2009), e por rede elétrica, concluindo que todos os aglomerados urbanos têm a mesma qualificação em termos de infraestruturas.

Como referido anteriormente, o estabelecimento da hierarquia da rede urbana tendo em conta a análise efetuada, tem o objetivo de ordenar os aglomerados por grau de urbanidade como ponto de partida para a classificação em sede de ordenamento.

Desta forma, a vila de Freixo destaca-se nitidamente pela maior concentração de atividades económicas e diversidade de serviços e equipamentos de apoio à população. Em segundo lugar, as vilas de Poiares e Lagoaça detêm também um peso económico expressivo. Todavia, atribui-se destaque a Poiares devido à proximidade com a sede de freguesia e com as áreas qualificadas para a instalação de atividades económicas.

Ligares e Fornos são também vilas com dinâmicas semelhantes, diferindo apenas na importância administrativa, sendo que Fornos está integrada na UF com Lagoaça e Ligares manteve-se como sede de freguesia depois da reorganização administrativa.

A vila que está mais ligada ao mundo rural é Mazouco. Para além da sua pequena dimensão e densidade populacional, a dinâmica de vivência está ligada à subsistência e autoconsumo, sem a prevalência de atividades económicas associadas ao mercado externo.

3.3.4. MORFOLOGIA E SISTEMAS DE POVOAMENTO

A leitura morfológica dos sistemas de povoamento através da identificação das morfotipologias de origem, permite compreender uma estratégia a partir das estruturas existentes, estabelecendo critérios de ocupação do solo e edificabilidade como base para a operacionalidade da gestão urbanística. A sistematização da relação morfológica entre o edificado e o espaço não ocupado público ou privado compreende as lógicas subjacentes aos tecidos e padrões de ocupação que os definem. O processo de análise define-se através do estabelecimento de critérios físicos e morfológicos: edificado, acessibilidades, espaço público e património; e a sua interpretação na malha existente.

As formas de povoamento estão relacionadas com diferentes fatores históricos e geográficos que condicionam o desenvolvimento, apropriação e crescimento da ocupação humana no meio. Esta relação ganha especial importância quando se trata de planeamento do território em que as tipologias de crescimento são sistematizadas através da deteção das formas de ocupação dominantes e com procura, o que permite uma correta aferição das invariáveis permanentes e das tendências de transformação. Os fatores de mudança estão ligados à introdução de serviços e equipamentos cuja necessidade é comprovada, alterando os hábitos de vivência do lugar.

As formas de povoamento são determinadas por fatores que condicionam a ocupação humana, podendo identificar dois tipos básicos: o **povoamento linear**, onde a ocupação estrutura-se ao longo das vias; e o **povoamento nucleado**, constituído por um padrão de ocupação estruturado através de uma malha relativamente densificada e contida. **O povoamento linear pode ainda ser contínuo ou descontínuo**, dependendo do desenvolvimento sistemático (ou não) da ocupação ao longo das vias. Há ainda uma terceira forma de povoamento que pode ocorrer isoladamente ou associada à periferia dos povoamentos nucleados: o **povoamento disperso**. este tipo de povoamento ocorre através da ocupação menos regrada e avulsa, intimamente ligada às atividades tipicamente rurais e à procura de tipologias de edificação isolada, que os centros consolidados não conseguem dar resposta.

O conceito de área edificada está associado à 'unidade de vizinhança', não como escalão urbano que se assemelha ao bairro, resultado da reunião de várias unidades residenciais, mas como a formulação de unidades visando o incremento das relações entre vizinhos, articuladas com serviços eficazes e racionalizados de serviço público, de infraestruturas e de equipamentos. Todavia, as áreas edificadas diferenciam-se por não serem autossuficientes funcionalmente, associando-se num sistema de complementaridades de nível municipal e regional.

A fim de balizar os padrões de povoamento uniformemente por toda a região, o PROT Norte define uma metodologia de cariz geométrico, calculada em ambiente SIG, que faz uma aproximação territorial à delimitação de áreas edificadas de acordo com duas tipologias: áreas edificadas consolidadas e em consolidação e áreas edificadas dispersas.⁶:

- **Áreas edificadas consolidadas e em consolidação** – núcleos edificados onde predomina a contiguidade ou grande proximidade entre os edifícios e em que os terrenos não edificados expectantes correspondem aos habitualmente designados espaços de colmatação (distância entre as edificações já existentes não superior a 50 metros), acrescidos das áreas não edificadas com uso urbano estabilizado, nomeadamente espaços públicos de utilização coletiva, áreas verdes e áreas afetas a equipamentos, interiores ou contíguas aos referidos núcleos, e cuja área global não seja inferior a 5 hectares;
- **Áreas edificadas dispersas**– polígonos de solo exteriores às áreas edificadas consolidadas e em consolidação definidos pelas linhas fechadas que envolvem estritamente conjuntos de edificações existentes que não distem mais de 100 metros entre si, devendo cada polígono cumprir individualmente as seguintes condições cumulativas:
 - um índice bruto de ocupação do solo compreendido entre 0,01 m²/m² e 0,1 m²/m²;
 - uma área mínima de 5 hectares, ou uma área compreendida entre 2,5 hectares e 5 hectares em que existam pelo menos 10 edificações não contíguas entre si.

Com base nos polígonos definidos no PROT Norte, a caracterização da rede urbana é feita de forma comparativa. Não olvidando que a informação digital do PROT Norte é datada e teve como recurso os elementos cartográficos disponíveis, recorre-se a cartografia e orto-cartografia e imagens aéreas mais recente, assim como toda a informação recolhida no âmbito da fase de levantamentos de campo. Por um lado, esta análise comparativa permite-nos verificar os fenómenos urbanísticos presentes e a sua evolução e, por outro lado, analisar as dinâmicas mais recentes de crescimento urbano.

O objetivo é estabelecer uma associação direta entre a informação extrapolada através de algoritmos digitais, de base cartográfica, e a morfologia do povoamento. Esta associação deverá estabelecer a base para a fundamentação da delimitação dos perímetros em sede de ordenamento, a par das orientações estabelecidas pelo PROT Norte, planos setoriais e condicionantes territoriais.

Este capítulo apresenta então, uma análise genérica da estrutura de povoamento do concelho de Freixo de Espada à Cinta, através da identificação de morfotipologias homogéneas, reconhecendo não só os tecidos primitivos e a sua evolução, mas também a entidade transformadora da realidade económica, social e cultural com o objetivo de consolidar e justificar as opções para o planeamento municipal. Assim, a base de análise da estrutura de povoamento consistiu, numa fase inicial, na delimitação dos perímetros edificados que decorreu dos seguintes procedimentos:

- a) Análise da recente cartografia digital à escala 1:10.000, tendo em consideração a escala de apresentação do PDM, 1:25.000, complementada com a análise da fotografia aérea mais recente integrada no *software* ArcGIS;
- b) Comparação de orto fotos, de forma a visualizar o crescimento dos perímetros edificados;
- c) Comparação com o sistema urbano definido no PDM em vigor (tendo em consideração a falta de rigor na sua delimitação).

O grão de análise das áreas edificadas é a parcela, considerando-se tanto as que incluem edificações, como as ainda livres de construção na sua proximidade.

Para efeitos de organização, a ordem de abordagem tem em conta a hierarquia dos centros urbanos estabelecida anteriormente.

FREIXO DE ESPADA À CINTA

Do ponto de vista estrutural, a ocupação do concelho de Freixo de Espada à Cinta tem como base a implantação de pequenas aldeias ao longo do Rio Douro – mas longe da margem do rio – e da fronteira com Espanha, situadas acima da cota dos 500 metros, sendo que a vila de Freixo de Espada a Cinta situa-se entre os 450 e 500 metros de altitude. **O padrão morfológico patente é do**

⁶ O PROT Norte utiliza o termo “área de edificação dispersa existente”, todavia, para que não haja confusão com os termos de definição de categoria de solo rústico, optou-se por alterar a denominação.

povoamento nucleado que define pequenas povoações de raiz rural e de pequena dimensão. Pode-se considerar, através de uma análise mais detalhada que os aglomerados nucleares congregam **morfotipologias mistas, com trechos urbanos lineares, mais ou menos fragmentados, e com maior ou menor densidade, mas com estreita relação entre si, através do eixo viário (N221)** que liga todas as povoações dentro do concelho. Por sua vez, cada uma das povoações é servida de uma via que liga diretamente à margem do Douro.

Diversas origens decorrem dos modelos medievais das vilas na península ibérica, e **Freixo de Espada à Cinta poderá ter sido uma povoação que se desenvolveu pelo crescimento de uma aldeia rural, assumindo a traça medieval como adaptação aos acontecimentos socio-territoriais do período da fundação de Portugal.** O crescimento da aldeia deu-se pela instalação de novas funções, como os edifícios ligados às ordens militares e religiosas, que conduziram à sobreposição de traçados: as ruas da aldeia foram sendo sobrepostas com o traçado radio-concêntrico da idade média. A sobreposição de traçados é feita numa ordem específica, com pontos de apoio nos eixos viários pré-existentes, ruas de passagem, portas das muralhas e edifícios onde se prestavam serviços públicos. O aspeto final é de aparente desordem, porém intrinsecamente ligado à topografia do terreno.

A estrutura urbana tem como base o elemento morfológico dos quarterões medievais, onde os edifícios se concentram na periferia do perímetro do quarteirão e contactam diretamente com a rua, deixando livre as traseiras, ou interior do quarteirão, para hortas e/ou jardins privados, que, tecnicamente, constitui uma área reservada à salubridade urbana.

As áreas edificadas resultam dos vários momentos de expansão do aglomerado, e caracterizam-se por acentuadas mudanças ao nível da morfologia, tipológico e funcional. A forma dos quarteirões é determinada pelo traçado das ruas e travessas, sem a utilização de dimensões predeterminadas. O espaço público não é mais do que o que sobra entre as casas sem a definição de espaço de estrada e passeio, e a formalidade tipológica apenas se identifica junto à Igreja Matriz, através do adro ajardinado na lateral, que liga à Torre do Galo, e da praça Jorge Álvares, à entrada, que configura um espaço de menagem à delicadeza arquitetónica da fachada da igreja, que também dá acesso à biblioteca municipal. Num segundo nível, e ainda explorando formalmente as marcas do traçado medieval, identificam-se alguns largos, comumente associados às entradas de edifícios de grande valor comercial.

A rua é também uma extensão do mercado, já que era ali que se negociava, é o caso do Largo do Terreirinho, onde se encontra uma capela, o Largo do Vale, o Largo do Poeta e o Largo do Outeiro. As praças resultam mais de um vazio aberto na estrutura urbana do que fruto de um desenho prévio. Atualmente, motivado pelos constrangimentos de tráfego e acessibilidade, estes largos são principalmente utilizados pela população como locais de estacionamento. Em termos de estado de conservação, no entanto, os pavimentos são em pedra e encontram-se em bom estado, ao contrário do estado geral dos edifícios que, nalguns casos, se encontra bastante degradado.

A tipologia construtiva é marcada pelas casas pequenas, unifamiliares de dois pisos, em que muitas delas ostentam marcas do estilo arquitetónico manuelino. Os edifícios que remontam à idade média possuem individualidade própria e variam em desenho de fachada e cêrcea, o que resulta a irregularidade geométrica. Já as construções mais novas, são muito descaracterizadoras da estética original da vila. **A reconstrução dos edifícios fez-se de acordo com os cânones da construção atual, muito ao gosto do seu proprietário, que, para acomodar as exigências de espaço interior nos lotes de pequena dimensão, deu origem a habitações com três ou mais pisos, cuja área de implantação é a (quase) totalidade da área do lote.** Pelas travessas mais estreitas, encontram-se também alguns edifícios familiares e outros de habitação coletiva. Embora estes edifícios mais recentes cheguem a ter 5 pisos, a cêrcea é compensada pelo declive natural do terreno, não criando choques visuais em termos de altura das edificações.

Figura 24 – Núcleo primitivo da vila de Freixo de Espada à Cinta



Com o passar do tempo, o crescimento urbano provocou alterações à estrutura urbana da vila de Freixo de Espada à Cinta. **O centro urbano da vila medieval – que era a praça do adro da igreja matriz – mobilizou-se para fora da “vila velha”, dando lugar a uma morfologia urbana moderna, de modelo ortogonal, onde o espaço público é formalmente definido e onde se identificam os elementos de rua, passeio, estacionamento e praça.** O espaço público está individualizado relativamente ao espaço privado e a proporção entre área construída e área livre é mais equilibrada, e de acordo com os cânones urbanos contemporâneos.

Na parte mais baixa da vila, os quarteirões são tendencialmente ortogonais e, à medida que a povoação cresce para cotas mais altas, as ruas assumem a configuração do território e o traçado torna-se mais irregular. Em termos de ocupação edificada, à medida que se caminha para as imediações da vila, a percentagem relativa de ocupação diminui e vão surgindo diferentes morfotipologias, espaços verdes públicos qualificados, espaços verdes de enquadramento privados e áreas intersticiais expectantes. No centro, implantam-se os grandes equipamentos que servem a população não só da vila, mas de todo o concelho: as escolas, centro de saúde, quartel de bombeiros, equipamentos desportivos, etc.; aos quais está associado um espaço verde e um local de estacionamento.

As tipologias construtivas variam e não há uma regram de zonamento rígida associada. Grande parte das edificações mais recentes foi feita com recurso a loteamentos, normalmente de moradias com 2 dois pisos em banda ou isoladas. Muitos destes loteamentos ainda não estão totalmente construídos. As edificações mais antigas encontram-se junto às pequenas capelas e outros edifícios de cariz religioso, presentes no território desde a fundação da vila.

Comparativamente à abordagem do PROT Norte, sobre à extrapolação das áreas edificadas consolidadas e das áreas edificadas dispersas, verifica-se alguma discrepância relativamente à configuração morfológica do povoamento. O principal critério desta diferença é notoriamente a atualidade da informação cartográfica existente. A par disso, a interpretação digital de que as áreas não construídas ficam excluídas das tipologias de áreas edificadas, origina a que a interpretação digital fuja da realidade territorial.

Atendendo às densidades de ocupação, é de merecer alguma atenção ao fato das áreas comprometidas com processos de

licenciamento válidos e eficazes são consideradas como consolidadas, uma vez que a ocupação dessas áreas já se encontra programada e tem prioridade dentro da lógica de colmatção do espaço urbano existente.

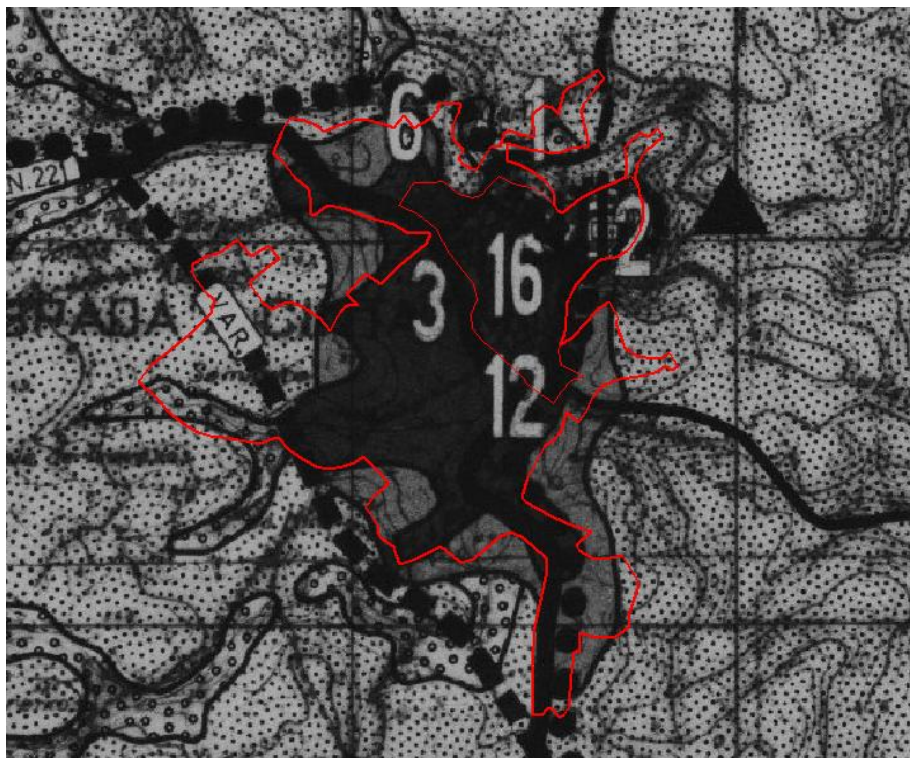
De uma forma geral, **a vila de Freixo de Espada à Cinta encontra-se toda ela consolidada, sendo que as nuances de ocupação se alteram mediante a morfologia de fundação da área urbana.** A morfologia é, por isso, influenciada pelo histórico de ocupação medieval, numa primeira fase e, através da necessidade de crescimento e modernização da qualidade de vida e instalação de serviços e equipamentos modernos, a vila cresceu para sul e para poente, assumindo a formatação cadastral definida por instrumentos atuais de configuração das propriedades.

O estado de conservação do espaço público é notável, assim como a cobertura das redes de infraestruturas urbanas. Por outro lado, **o estado de conservação do edificado é muito heterogêneo.** As edificações – públicas, especialmente - que possuem elementos patrimoniais que se relacionam com o estilo arquitetónico manuelino estão em bom estado de conservação. As habitações privadas habitadas do centro histórico, em regra, não respeitam a traça histórica e são o fruto das opções específicas do seu proprietário. Mas a real ameaça encontra-se nos edifícios devolutos e ruínas abandonadas que não contribuem para a valorização da imagem urbana.

Figura 25 – Análise comparativa entre a delimitação morfológica do povoamento (limite tracejado vermelho – núcleo primitivo; limite tracejado preto – limite atual; trama laranja – área edificada consolidada; trama verde – área edificada dispersa)



Figura 26 – Análise comparada do limite morfológico do povoamento com a planta de ordenamento do PDM em vigor

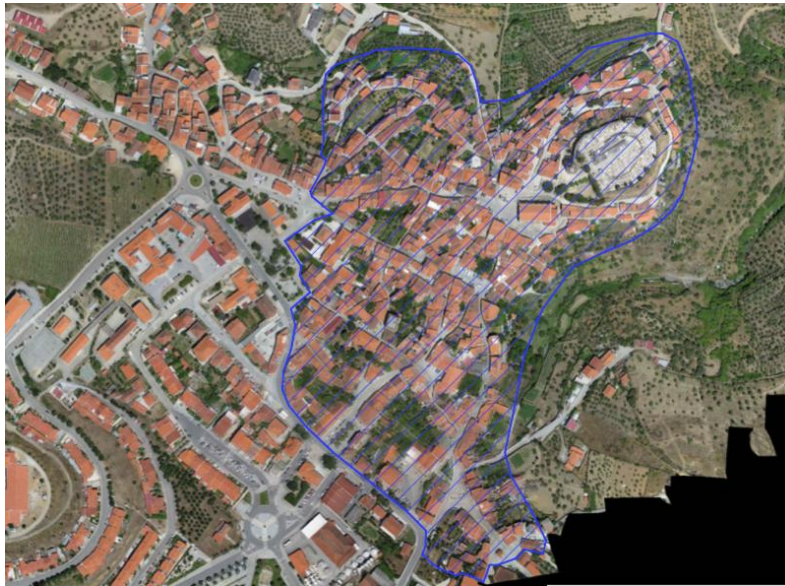


Fonte: Planta de ordenamento do PDM de Freixo de Espada à Cinta vigente

Este fator de degradação está a ser abordado pela autarquia de Freixo de Espada à Cinta através da elaboração de uma ARU (área de reabilitação urbana) com o objetivo de apoiar o financiamento e atribuir benefícios fiscais à recuperação e reabilitação dos edifícios em mau estado de conservação.

De acordo com o PDM em vigor, existem áreas do perímetro urbano atual não urbanizadas, notoriamente por serem utilizadas para aproveitamento agrícola das terras. Por outro lado, o lado poente, onde se encontra o campo de jogos, foi fruto de uma intervenção em espaço agrícola.

Figura 27 – ARU de Freixo de Espada à Cinta



Fonte: limite ARU FEC

POIARES

A povoação de Poiares é a sede, e único aglomerado, da freguesia homónima. É especulado que o topónimo deriva de “poio” que é um termo regional para monte ou colina mais alta. O povoamento nasceu pela deslocação da população que vivia numa vila de Santo Estêvão que se implantou nas margens do rio Douro, mas, fustigada pelas cheias, obrigou à mobilização dos seus habitantes para terras interiores a maior cota.

Há registos desta povoação que remontam ao século XIII, e por isso, a traça urbana é também marcada pela forma de ocupação medieval, pese embora, com uma expressão mais rural comparativamente à vila de Freixo de Espada à Cinta.

A rua direita da vila é a que une a entrada da vila aos principais equipamentos coletivos, que, em Poiares, começa na entrada norte da vila – CM1181 – que vai entroncar no Largo da Praça, seguindo para poente pela rua da Aldeia até à Junta de freguesia, no largo do Olmo. A partir do largo, a rua direita segue para sul pela rua da Esquina e, depois, pela travessa da Esquina, até culminar com a rua da Costinha e com a rua do Cancelo no largo da Igreja Matriz.

Do ponto de vista formal, o padrão de ocupação é perçivelmente linear apoiada na ‘rua direita’, apoiado nos eixos da rua das Lamelas, rua das Flores e rua da Aldeia, de direção nascente-poente. No remate em direção a poente, a travessa da Esquina e a rua da Fonte de Baixo indicam o caminho para a Igreja Matriz e Capela de Santa Cruz. A rua da Fonte de Baixo faz ainda a ligação para a zona urbana atrás da Igreja Matriz, para a rua do Cancelo (rua sul) e para a Rua de Santo António (rua norte).

À semelhança de Freixo de Espada à Cinta, as tipologias construtivas sofreram muitas alterações desde o modelo típico de habitação da região, porém, em Poiares, pode-se encontrar ainda alguns exemplos de casas em xisto, a maioria com um elevado grau de degradação, mas algumas foram alvo de obras de recuperação, preservando aspetos do modelo original.

As características dos edifícios permitem-nos determinar as épocas de crescimento da vila, sendo assim identificáveis dois momentos de expansão, um para sul outro para nascente, que terão ocorrido entre das décadas de 1940 e 1970. A sul da zona mais antiga, existem elementos típicos do período do Estado Novo, assim como a escola primária e o jardim público ortogonal – largo de São Sebastião - com vista para a capela, cujo objetivo era a demarcação de um centro cívico para a vila.

Em relação à área expandida para poente, atrás da Igreja Matriz, os resquícios dos antigos muros de xisto confinam os caminhos

que ligam ao cemitério e demarcam os limites da vila.

Na zona norte da vila encontram-se construções mais recentes, ladeando a rua do Coiço, onde se denota alguma diferenciação nas dimensões do cadastro, com propriedades maiores, onde está patente a atividade agrícola

Figura 28 – Delimitação morfológica de Poiares



O espaço público é a área sobrance entre as casas. Salvo na rua do Coiço, as ruas são desprovidas de zonas de passeio e estacionamento. As casas dão diretamente para a rua e nos becos e vielas é difícil distinguir a área pública das zonas privadas das casas. Todas as ruas estão pavimentadas, sendo que a rua direta está calcetada com granito, em que o desenho atribui algumas pistas sobre o que é via do que é pedonal. As redes de infraestruturas básicas estão presentes por toda a vila.

As tipologias construtivas modernas são variadas dentro do conjunto de habitações unifamiliares e bifamiliares, em que os pisos oscilam entre 1 e 3. No caso das edificações com mais que 1 piso, o rés-do-chão é afeto à garagem e arrecadações, e no(s) piso(s) de cima encontra-se a zona do(s) fogo(s) E ainda resistem ao teste do tempo muitas construções em xisto, que atualmente mais se assemelham a ruínas. Algumas delas parecem ser utilizadas como arrumos domésticos ou agrícolas, pois os telhados são feitos de telha lusa, outras estão remediadas com telha mourisca. Em termos de morfotipologias, a configuração predominante são as construções em banda, delimitando a configuração das ruas, com exceção para as moradias unifamiliares mais recentes que configuram construções isoladas nas imediações da povoação.

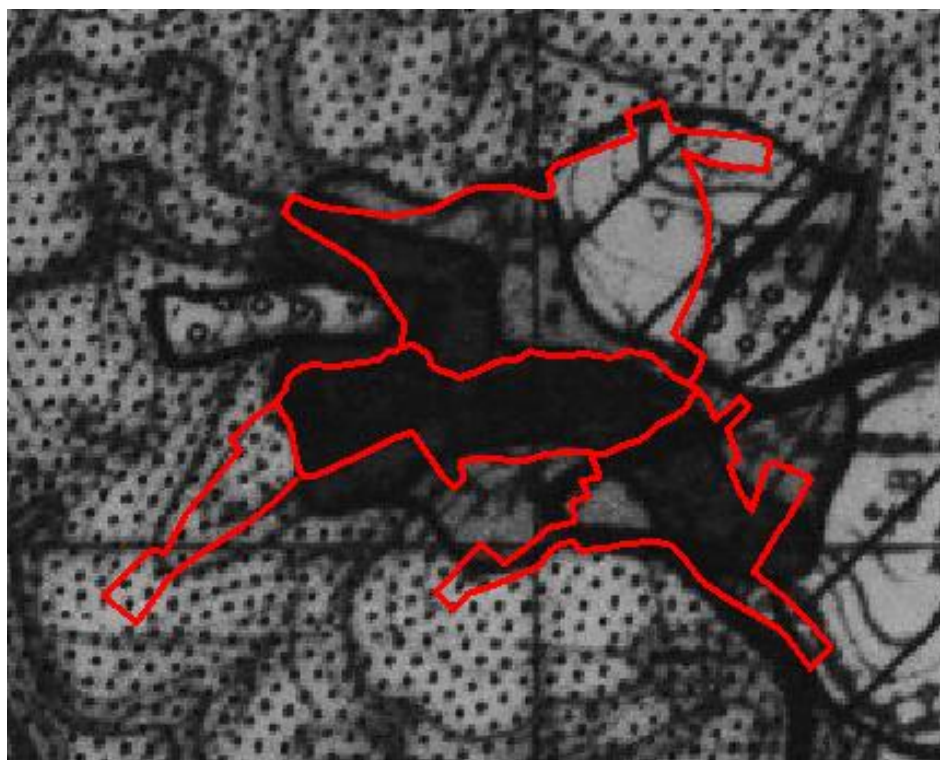
Considerando a densidade de ocupação e a respetiva delimitação tal como definida no PROT Norte, a vila de Poiares é uma área edificada consolidada, verificando-se igualmente que o limite considerado está bastante aproximado aos limites morfológicos da povoação.

No PDM em vigor, a configuração morfológica do aglomerado excede significativamente a área urbana e urbanizável disponível, inclusive existindo edificações num a pequena mancha de espaço natural.

Figura 29 – Análise comparativa entre a delimitação morfológica do povoamento (limite tracejado vermelho – núcleo primitivo; limite tracejado preto – limite atual; trama laranja – área edificada consolidada;)



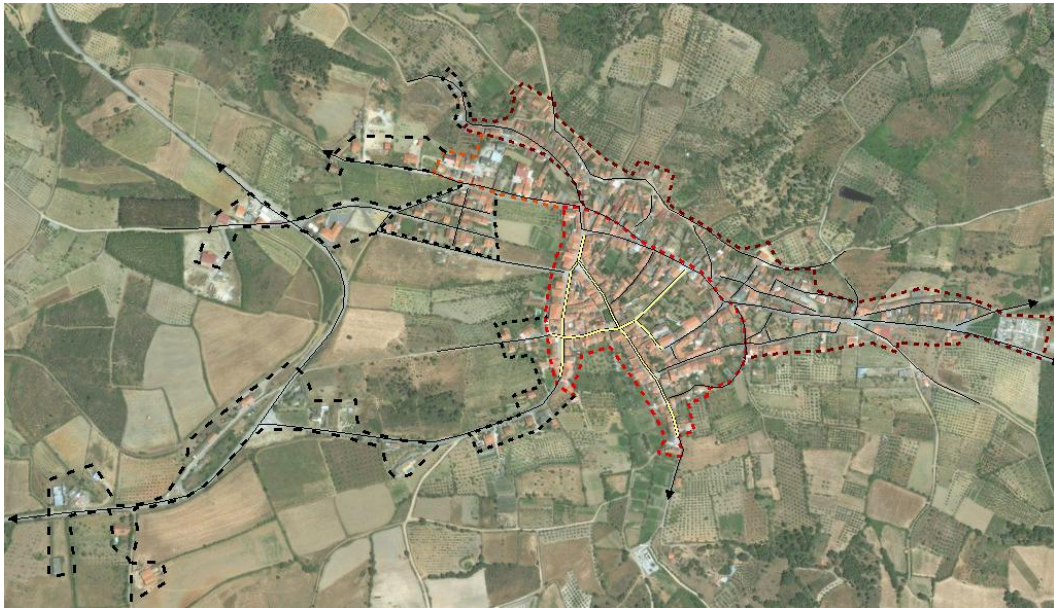
Figura 30 – Análise comparada do limite morfológico do povoamento com a planta de ordenamento do PDM em vigor



Fonte: Planta de ordenamento do PDM de Freixo de Espada à Cinta vigente

LAGOAÇA

Figura 31 – Delimitação morfológica de Lagoaça



A povoação de Lagoaça localiza-se na freguesia mais a norte do município de Freixo de Espada à Cinta. A data de fundação do aglomerado é incerta, mas achados arqueológicos da Idade do Ferro provam que a fixação de população neste local remonta à pré-história. Este facto não é alheio às condições territoriais, pois Lagoaça está implantada num planalto num dos pontos mais altos, e é acessível apenas por determinados caminhos.

A história administrativa indica que a povoação inicialmente poderá ter sido um curato do Marquês de Távora e, mais tarde, um priorado. Em 1286, D. Dinis atribuiu-lhe o foral, e mais tarde beneficiou do foral de Bemposta, atribuído por D. Manuel (1512). Até ao século XIX, Lagoaça pertenceu ao concelho de Mogadouro, sendo que apenas em 1842, passou para a administração do município de Freixo de Espada à Cinta.

Uma das interpretações do topónimo Lagoaça está associado a terrenos ricos em recursos hídricos (terreno alagadiço), associando diretamente o termo às condições favoráveis para a agricultura presentes do local. A fertilidade das terras terá incentivado a fixação de população, sendo eu a estrutura urbana é baseada fundamentalmente na rua direita que corresponde à rua de Baixo, de desenvolvimento norte-sul. Mais tarde, a construção da Igreja Matriz de Lagoaça marcou-se como o centro da povoação, e o cruzamento deste com a rua direita, faz-se através de um eixo perpendicular, atualmente constituído pelas ruas da Costa e rua Nova. Com o crescimento do aglomerado e consequente adaptação à topografia, outro eixo quase paralelo à rua direita surgiu a partir do Largo de Santa Cruz, denominado como rua da Rebola e rua do Cabo do Lugar.

Tratando-se de uma prospera para a agricultura, o cadastro reflete o estabelecimento de pequenas quintas, que progressivamente foram parceladas, dando lugar a propriedades menores. A rua das Eiras (e correspondente continuidade para a rua do Cemitério) marca uma divisão clara na forma do povoamento: para sul, todas as propriedades têm acesso à via pública e, de uma forma geral, as construções não ocupam todo o lote, havendo um quintal ou uma pequena horta nas traseiras; para norte, a dimensão média da implantação das construções é menor e a forma como se organizam, sem relação de alinhamento entre elas, demonstra a existência de muitas edificações de apoio à agricultura, o que sugere que muitas destas edificações não sofreram alterações desde a sua fundação.

As tipologias construtivas são similarmente o reflexo da evolução da povoação. O equilíbrio da proporção de área vazia dentro do lote

são sinais de renovação das edificações, assim como o aumento do número de pisos, para acomodar as exigências atuais dos fogos. Dentro do núcleo primitivo, junto à Igreja Matriz, a modernização das construções criou uma área urbana com menor carga construtiva e, por isso, menos densa, sem que esteja, no entanto, patente, o recurso aos atuais instrumentos de alteração do espaço urbano (loteamento, p.e.). Pelo contrário, nas áreas de expansão mais recentes, a ortogonalidade e regularidade da configuração das propriedades demonstra o recurso a operações de loteamento, como resposta à procura de habitação em Lagoaça.

O espaço público tem as marcas características que Poiares, onde as ruas são o espaço sobranes entre as casas, sem distinção entre zonas de estacionamento, passeio ou entradas (privadas) das edificações. As ruas do centro histórico estão pavimentadas com pedra granito, denotando cuidado na definição de espaços pedonais junto às margens. Como este aglomerado está estreitamente associado à atividade agrícola, não se verifica a existência de praças, com exceção da Praça Prof. João A. Moreno. Os largos (identificados por topónimos) são desafogos do espaço público constituídos pelo cruzamento das ruas.

O estado de conservação das construções demonstra alguma precariedade, nomeadamente pela introdução de muitos elementos descaracterizadores da traça rural original, associada às construções em xisto. As tipologias construtivas presentes, à semelhança de Poiares, são as edificações uni e bifamiliares, entre 1 a 4 pisos, organizados morfotipologicamente em banda.

No extremo poente, identifica-se uma área urbana de traça ortogonal, resultante de um loteamento que. Esta área distingue-se do restante aglomerado pelas suas características urbanas mais contemporâneas, nomeadamente a existência de ruas e passeios, fruto de um desenho urbano prévio nalguns locais. A tipologia presente é a moradia unifamiliar até dois pisos (algumas com aproveitamento das mansardas). Nem todos os lotes estão ocupados e verifica-se a existência de casas inacabadas.

Figura 32 – Análise comparativa entre a delimitação morfológica do povoamento (limite tracejado vermelho – núcleo primitivo; limite tracejado preto – limite atual; trama laranja – área edificada consolidada;)

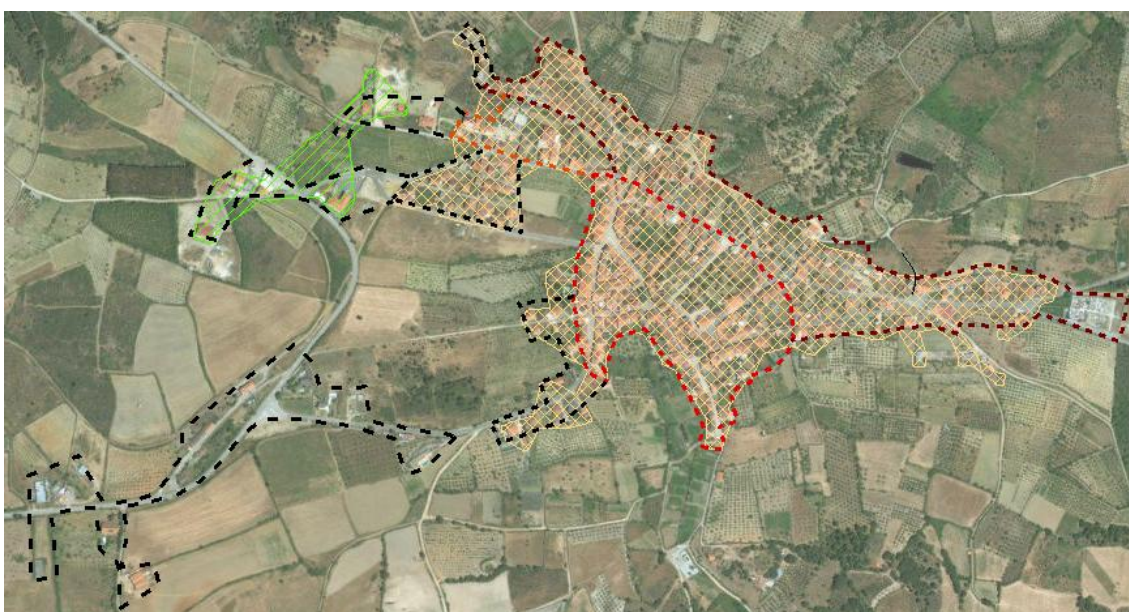


Figura 33 – Análise comparada do limite morfológico do povoamento com a planta de ordenamento do PDM em vigor



Fonte: Planta de ordenamento do PDM de Freixo de Espada à Cinta vigente

A análise urbanística da vila de Lagoaça efetuada pelo PROT Norte apresenta a povoação como uma área edificada consolidada, o que vai de encontro à análise morfológica. Há ainda a identificação de uma área edificada dispersa na saída norte-nascente, que já não se encontra totalmente correta, pois já existem mais edificações que conferem a continuidade com o aglomerado urbano principal, sem que, por sua vez, haja alteração do fator de densidade. Por outro lado, na saída sul-nascente (em direção a Fornos) existem atualmente algumas edificações que configuram uma área edificada dispersa composta por habitações e atividades económicas, e não está delimitada em sede da informação do PROT Norte.

À semelhança do que acontece na vila da Freixo, nem todas as áreas urbanas/urbanizáveis delimitada em PDM foram ocupadas. As bolsas de área urbanizável delimitadas para norte e para sul da rua de Trás das Eiras no extremo nascente da povoação não tiveram qualquer intervenção urbana. Por oposição, do lado poente de Lagoaça houve procura para construção, ao longo das vias já existentes.

LIGARES

Tal como Lagoaça, a povoação de Lagoaça teve um percurso administrativo inconstante. Sob o topónimo original de Iligares (ou Illegares), integrou o concelho de Urros até 1236, quando este foi suprimido, passando a integrar depois o concelho de Freixo de Espada à Cinta até 1896, quando passou a pertencer a Torre de Moncorvo durante dois anos, retornando depois a Freixo, sendo uma aldeia no limite administrativo do concelho.

O povoamento localiza-se no cimo de uma encosta acolhida pelo monte de Santa Bárbara, em terra fértil para a agricultura, com produção de vinho, amêndoa e azeitonas.

A rede urbana assenta sobre o assentamento rural, com as casas viradas para a rua direita, atualmente a rua da Amargura, de sentido nascente-poente. O crescimento urbano deu-se para sul, subindo a encosta e para poente, pela EN325 (que faz a ligação à vila de Urros). O padrão de ocupação está intrinsecamente ligado à estrutura da propriedade rural de uso agrícola com duas tendências de ocupação: a moradia assente na frente da propriedade e as traseiras afetas à agricultura; ou, no caso dos lotes de pequena dimensão, a implantação do edifício ocupa a totalidade da área do lote. Ao longo da rua da Amargura (rua direita) a densidade de ocupação é maior que na restante povoação, por oposição a rua Professor José Maria Barreiros (rua da meia encosta)

percorre um trecho da povoação menos denso, em que a frente das casas é lateral relativamente ao sentido da via, havendo vários morros para aceder às edificações.

A ponte encontra-se a zona mais recente de crescimento da povoação, todavia, como resulta do somatório de intervenções isoladas, o espaço público não está qualificado com zonas de passeio.

A configuração das ruas obedece ao declive, ziguezagueando pela encosta e por entre as casas, sem haver a separação entre via e espaço pedonal. Nas travessas mais estreitas quase que há o sentimento de estar a invadir o espaço das habitações, pois estes confundem-se e sobrepõem-se. As tampas de serviço das infraestruturas urbanas são visíveis em todas as ruas, e o pavimento desde o largo da Santa Cruz, travessa da Volta da Barreira, subindo em direção à Igreja Evangelista e depois à Igreja de São João Baptista, rua da Costa – desde a junta de freguesia - percorrendo a rua da Amargura até ao cemitério, é constituído por calçada em granito onde são demarcadas as áreas de passeio junto às casas através da configuração do povoamento. Na traça são identificáveis formalmente duas praças: entre a junta de freguesia e a Capela da Santa Cruz e o espaço ajardinado entre a Igreja Matriz e o Cemitério.

Figura 34 – Delimitação morfológica de Lagoaça



As tipologias construtivas são constantes com a morfotipologias patente nos restantes aglomerados do concelho. Existem muitas casas degradadas e algumas com deficiências ao nível dos acabamentos, e as edificações típicas mais antigas estão muitas em estado de ruína. No entanto ainda estão presentes muitos elementos urbanos típicos da paisagem rural, como os muros de xisto que separam os terrenos agrícolas, que, progressivamente vão sendo substituídos por alvenaria.

Figura 35 – Análise comparativa entre a delimitação morfológica do povoamento (limite tracejado vermelho – núcleo primitivo; limite tracejado preto – limite atual; trama laranja – área edificada consolidada;)



Figura 36 – Análise comparada do limite morfológico do povoamento com a planta de ordenamento do PDM em vigor



Fonte: Planta de ordenamento do PDM de Freixo de Espada à Cinta vigente

De acordo com a aferição do PROT Norte relativamente à densidade e configuração da área edificada, Ligares é tipificada como área edificada consolidada. A delimitação da mancha tem algumas incoerências com a morfologia do povoamento, nomeadamente na abordagem às áreas interiores não edificadas – quintais agrícolas e praças. A sudeste de Ligares existe um pequeno conjunto de edificações destacado do conjunto urbano, que não foi interpretado como tal pela metodologia de análise urbanística por insuficiência do número de edificações que compõe (menos de 10 polígonos com mais de 30m²). Para efeitos de análise no âmbito do REOT esta área merece menção, pois as edificações existentes são recentes o que pode ser um indicador de disponibilidade (e procura) de solo para construção, visto que o desenvolvimento por expansão de Ligares se encontra flanqueado pelo limite administrativo.

Comparativamente com o PDM, o aglomerado excedeu a área urbana estipulada, especialmente em direção a sul, por oposição à zona noroeste, onde a bolsa urbanizável não teve procura em termos de ocupação.

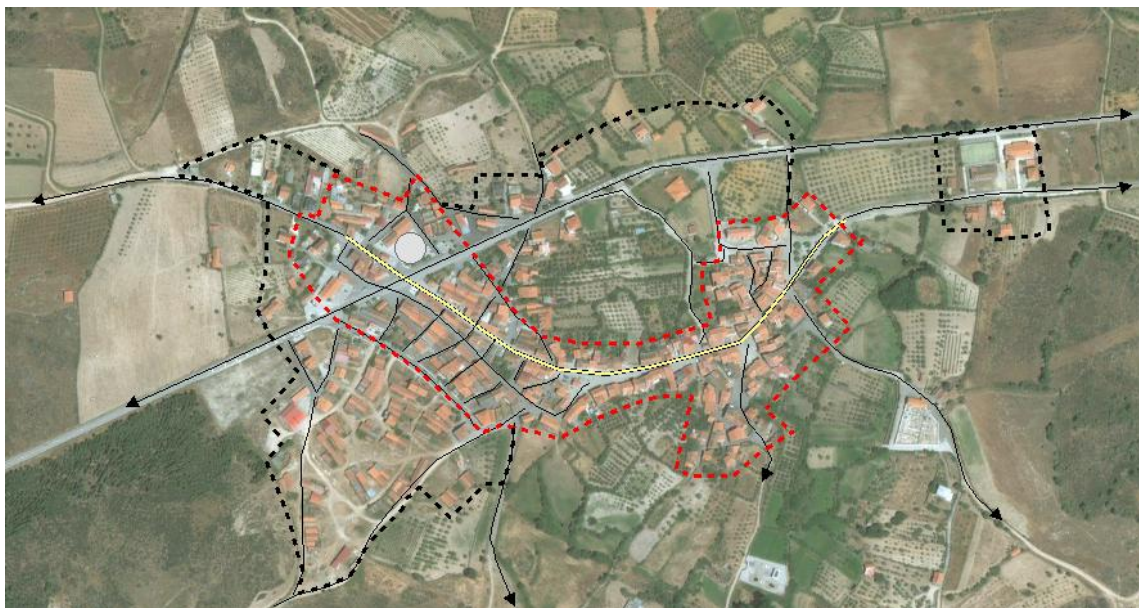
FORNOS

A história da aldeia de Fornos está intrinsecamente ligada a Lagoaça. Ao nível administrativo teve o mesmo percurso e mais recentemente as freguesias foram anexadas em união.

A mesma traça medieval assente no eixo da rua direita está na fundação da forma do povoamento e atualmente, Fornos desenvolve-se para norte e para sul da estrada nacional (N221). A rua Nova, que se prolonga para o lado norte da N221 como rua Lameiro Pinheiro é o eixo comum dos edifícios e outras estruturas religiosas e administrativas: começa a nascente na Igreja Matriz e no largo do Santo, onde assenta uma praça-jardim triangular entre a casa de estilo mais nobre – a Casa do Santo – e a Capela do Santo; segue depois para poente sob o topónimo de rua do Santo até ao Largo da Praça, e depois passando a ser rua Nova, passando pela Capela de Nossa Senhora da Rua Nova, até à N221; do lado norte, encontra-se a antiga junta de freguesia de Fornos e o prolongamento desta rua para norte assume-se como rua Lameiro Pinheiro.

O padrão de ocupação é tendencialmente linear e há uma diferenciação visível entre dois polos: um centrado na Capela do Santo e outro sem um centro, mas marcado pela existência de quarteirões. O padrão de ocupação do lado da povoação a norte da N221 tem características de ser o prolongamento deste último polo, mas a forma como as edificações estão implantadas é mais “desordenada” e, visualmente, perde-se a noção dessa relação.

Figura 37 – Delimitação morfológica de Lagoaça



O polo centrado na Capela do Santo e na Igreja Matriz aparenta ser o núcleo primitivo e anterior à restante povoação. As edificações concentram-se em banda ao longo da rua e radialmente em volta da capela, onde se formaram becos e travessas de acesso às casas. As habitações são genericamente de 2 pisos (exceto as que já foram alvo de demolição e reconstrução, que chegam aos 3 pisos) e de pequena implantação e ocupam a totalidade do lote. As mais antigas ainda são construções em xisto em que o rés-do-chão está semienterrado e uma escadaria à cota da rua, dá acesso à entrada principal que se localiza no piso de cima. Este facto deve-se à utilização do piso térreo como arrumos, curral de gado ou alguma outra atividade que não a residencial, e, por isso, o pé direito é visivelmente menor, apartando o espaço de habitação ao nível do piso superior. Essa característica está presente em

grande parte das edificações em Fornos.

Ao nível do espaço público, verifica-se que as obras recentes de pavimentação em granito da rua Nova fizeram a diferenciação da zona de pedestre, através de passeios desnivelados salvaguardando as entradas das habitações, mas as travessas que irradiam do Largo do Santo, são pavimentadas com asfalto, não existindo passeios, salvo os que foram feitos por iniciativa privada em frente à respetiva edificação, provocando constrangimentos na diferenciação entre espaço público e privado.

A zona poente do aglomerado aparenta ter sido fruto de um plano de alinhamento urbano, pese embora existam muitas construções antigas (de xisto e granito), estas têm claramente uma regra de implantação e até um dimensionamento constante, assim como o respeito pelo alinhamento das frentes de rua, quer seja através das fachadas ou muros.

As diferentes morfologias unem-se na rua do Calvário, a partir da qual se desenvolve para sudoeste um quarteirão retangular, diagonal à N221, dividido por pequenas travessas. A rua paralela está dotada de passeios em pavimento betuminosos, mas não possui zonas de estacionamento ou articulação com as travessas, nem aparenta estar dimensionado de acordo com as convenções legais atuais. Para sul, o padrão regrado perde-se, pese embora a tipologia construtiva mantém-se: edificações retangulares em xisto e granito para arrumos de alfaias agrícolas, com apenas uma porta de garagem e sem quaisquer outras aberturas. Os acessos são através de caminhos em terra batida e os espaços públicos e interstícios não estão tratados ou qualificados urbanisticamente. Algumas das propriedades estão demarcadas com muros de pedra, peculiarmente um campo de jogos localizado ao longo da N221. As tipologias construtivas são a habitação uni e bi-familiar, isolada ou em banda, cujas alterações são fruto da sensibilidade e necessidade dos proprietários. Existe um número considerável de construções com condições precárias e sem acabamentos, e construções abandonadas ou em ruína.

Figura 38 – Análise comparativa entre a delimitação morfológica do povoamento (limite tracejado vermelho – núcleo primitivo; limite tracejado preto – limite atual; trama laranja – área edificada consolidada;)



Figura 39 – Análise comparada do limite morfológico do povoamento com a planta de ordenamento do PDM em vigor



Fonte: Planta de ordenamento do PDM de Freixo de Espada à Cinta vigente

A abordagem do PROT Norte é bastante aproximada à realidade morfológica de Fornos: o aglomerado urbano é considerado como área edificadas consolidada. Apenas o pequeno núcleo a nascente não foi considerado, provavelmente por se tratarem de construções recentes que não estavam contempladas na cartografia de base utilizada.

A delimitação do perímetro urbano de Fornos difere significativamente da área efetiva da povoação. A consideração de área urbana do lado nascente sugere a intenção de ligação entre as edificações periféricas e o núcleo principal, todavia, a expansão urbana não se deu de acordo.

MAZOUCO

Figura 40 – Delimitação morfológica de Lagoaça



Os detalhes do desenvolvimento da povoação de Mazouco perdem-se por entre as histórias das fundações dos aglomerados maiores de Freixo de Espada à Cinta. Pelas características das construções e configuração territorial, percebe-se que os períodos de transformação urbana não atenderam a tendências expansivas, mas antes alterações por via da modernização das edificações e qualificação urbana ao nível das redes de infraestruturas e pavimentação das ruas e restante espaço público.

Todavia são evidentes duas fases na rede urbana, em sintonia com os restantes aglomerados do concelho: a traça medieval patente na estrutura em rua direita faz adivinhar a forma urbana linear, com as casas organizadas em banda, que começa na Casa da Capela até à Igreja Matriz que fina numa cota mais elevada; um segundo momento remete-nos para o extremo norte da povoação, em que se verifica uma forma nuclear em torno dos quarteirões com equipamentos públicos (escolas, jardim/ praça, junta de freguesia).

Existem ainda muros e casas antigas em xisto, as que estão habitadas mostram alterações à construção ao nível da cobertura e vãos substituídos com materiais mais modernos. Porém, a maioria das habitações já foi completamente transformada, verificando-se muitas construções rurais que eram feitas na época do Estado Novo, e outras, mais recentes, já remissivas das décadas de 1970/1980/1990. A cêrceas não são constantes, pois as formas das construções são quase aleatórias, mas predominam as habitações unifamiliares de 2 pisos, chegando aos 3 pisos, com ou sem aproveitamento de mansardas. Tal como em Fornos, está presente a tipologia construtiva em que o piso residencial é sobrelevado em relação ao nível da rua, acessível através de escadas, em que o rés-do-chão ou tem um pé-direito menor ou está semienterrado. Na zona norte de Mazouco, as construções estão mais longe dos cânones tradicionais e estão presentes muitas construções de apoio à agricultura sem acabamentos exteriores.

A rua principal do aglomerado é consentânea com das marcas de qualificação do espaço público presentes nos aglomerados urbanos de Freixo de Espada à Cinta: a rua está pavimentada com blocos paralelepípedicos de granito, fazendo o desenho da rua e dos passeios junto às casas, quando a largura o permite. Existem ainda três pontos marcantes no espaço público urbano o largo de

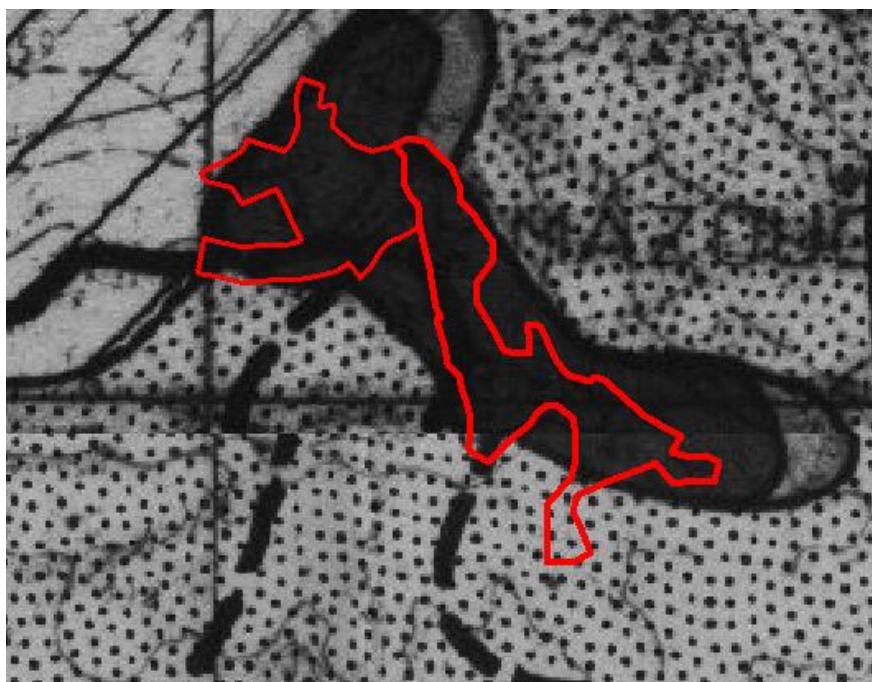
frente ao fontanário e ao lavadouro público; o largo da Igreja Matriz, que fica à mesma cota que esta, mas sobrelevado de forma a permitir a instalações de lavabos públicos; e uma praça pavimentada em xisto, com uma zona de adoração e de descanso para a população.

A aldeia está servida pelas redes de infraestruturas urbanas: abastecimento de água, saneamento doméstico e pluvial, rede elétrica e telecomunicações.

Figura 41 – Análise comparativa entre a delimitação morfológica do povoamento (limite tracejado vermelho – núcleo primitivo; limite tracejado preto – limite atual; trama laranja – área edificada consolidada;)



Figura 42 – Análise comparada do limite morfológico do povoamento com a planta de ordenamento do PDM em vigor



Fonte: Planta de ordenamento do PDM de Freixo de Espada à Cinta vigente

À semelhança do que se verifica em Fornos, a abordagem feita pelo PROT Norte está consentânea com a morfologia do povoamento de Mazouco, que, neste caso, não apresenta estruturas mais recentes que a representação feita na cartografia de base utilizada par ao estudo das áreas edificadas consolidadas.

O PDM apresenta uma delimitação de perímetro urbano mais abrangente, assumindo que o aglomerado tinha tendência de crescimento, porém tal não se verificou.

Além da rede urbana principal, é ainda de referir a existência de zonas humanizadas de uso específico e estruturas territoriais de apoio à rede urbana.

Há ainda que destacar uma pequena área edificada nas imediações do limite administrativo do interior, pois é uma área edificada de Quinta da Macieirinha, no concelho de Torre de Moncorvo. Parte dessa área edificada dispersa é a continuidade da povoação que efetivamente se prolonga para o concelho de Freixo de Espada à Cinta, existindo ainda um pequeno bairro rural que se desenvolve a partir da Estrada de Freixo (N221) para norte, mas principalmente para sul desta, através de um eixo perpendicular, de acesso à povoação de Quinta da Macieirinha. Fora do contexto urbano, este bairro tem construções com características construtivas recentes, todavia o espaço público não está qualificado e não tem acesso à rede de saneamento municipal. A apropriação do espaço mostra que a população residente desempenha atividade agrícola nos terrenos adjacentes.

Figura 43 – Limite morfológico da área edificada de Quinta da Macieirinha

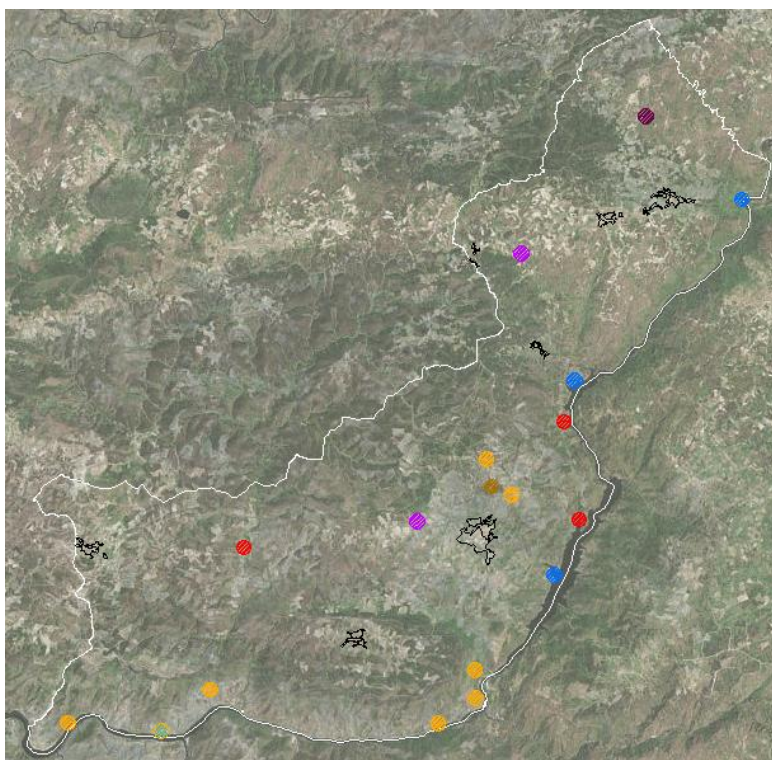


Para além das redes de infraestruturas em alta e rede viária que são transversais a todo o concelho, por todo o território municipal existem outras estruturas e sítios que influenciam a rede urbana. Sendo um concelho cuja atividade económica dominante é a agricultura verifica-se a existências de algumas quintas agrícolas qualificadas para a atividade, havendo também o caso de uma quinta que concilia a atividade com o turismo rural.

É também frequente a existência de conjuntos de edificações rurais, que, não conformando um aglomerado, são lugares onde se fixaram pessoas, especialmente ao longo do Douro. Também nas margens do rio, existem pontos de interesse para o turismo, sejam empreendimentos, parques de merendas ribeirinhos e pequenas docas onde podem atracar embarcações de pequenas dimensões.

Finalmente, aborda-se as áreas industriais existentes: uma a oeste da vila de Freixo e outra a nascente de Quinta da Macieirinha. Ambos não têm a sua capacidade de acolhimento de empresas esgotada e são importantes polos para a fixação de atividades económicas de grande dimensão que podem fomentar o emprego e o desenvolvimento do concelho.

Figura 44 – Outros elementos territoriais com influência no funcionamento da rede urbana



3.3.5. SÍNTESE DE OCUPAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS

Tabela 15 – Síntese da ocupação das áreas urbanas (hectares)

Aglomerado urbano	Perímetro urbano			PROT Norte							Área edificada		
	Urbano	Urbanizável	total	AEC	AEC PU	AED	AED PU	total	Em PU	total	Em Urbano	Em Urbanizável	Em PU
Freixo de Espada à Cinta	60,74	31,83	92,57	56,36	52,57	10,41	0,07	66,78	52,64	113,31	54,03	16,99	71,03
Mazouco	17,98	2,97	20,95	9,94	9,23	0,00	0,00	9,94	9,23	14,20	8,27	0,02	8,29
Fornos	26,29	4,74	31,03	16,17	13,03	0,00	0,00	16,17	13,03	29,09	14,89	1,43	16,32
Lagoaça	25,70	7,76	33,46	24,05	20,58	2,60	0,00	26,64	20,58	41,39	16,99	3,51	20,49
Poiães	12,38	5,09	17,46	18,92	12,41	0,00	0,00	18,92	12,41	26,70	9,69	3,35	13,03
Ligares	13,62	4,68	18,30	17,18	10,61	0,00	0,00	17,18	10,61	26,50	11,03	1,20	12,23
Quinta da Macieirinha	0,00	0,00	0,00	8,43	0,00	10,59	0,00	19,02	0,00	4,92	0,00	0,00	0,00
totais	156,71	57,06	213,77	151,06	118,43	23,60	0,07	174,65	118,49	256,12	60,87	9,50	141,40

O estudo sobre as áreas urbanas e áreas ocupadas do concelho indica que existe alguma discrepância entre o que se pode constatar como áreas edificadas e os limites dos perímetros urbanos. O caso mais notório é o da localidade da Quinta da Macieirinha onde não estando determinado perímetro urbano em sede de PDM, é identificada área edificada com expressão territorial.

Em primeiro lugar analisemos comparativamente as áreas indicadas pelo PROT Norte e os perímetros urbanos do PDM de Freixo de Espada à Cinta. De uma forma geral, as maior parte das áreas edificadas consolidadas encontram-se dentro dos perímetros urbanos do PDM, porém, relativamente às áreas edificadas dispersas, somente na vila de Freixo de Espada à Cinta é que esta se encontra em solo urbano, e a uma percentagem residual. Na localidade da Quinta da Macieirinha são identificadas áreas edificadas consolidadas e dispersas que não têm enquadramento no PDM.

O aglomerado cuja área edificada do PROT Norte vai mais de encontro aos limites do perímetro urbano é Mazouco, com 92,8%,

mas, por outro lado, em Ligares, apenas 61,75% da área edificada se encontra em solo urbano, expressando que o desenvolvimento da povoação se deu contrariamente à delimitação do PDM.

Em segundo lugar, verificamos que o total de área ocupada, determinada pela análise morfológica à escala do plano, com recurso à orto-interpretação, é sensivelmente maior que os perímetros urbanos em vigor, no entanto, as percentagem de ocupação calculadas indicam que apenas 40% a 60% das áreas ocupadas se encontram em perímetro urbano.

O aspeto mais expressivo desta análise comparativa é o facto de apenas 55,21% das áreas ocupadas se encontrarem em perímetro urbano, essencialmente na categoria de espaço urbano. O espaço urbanizável tem uma ocupação quase residual, onde a vial de freixo de Espada à Cinta e Poiares se destacam com 15% e 12,54% de ocupação, respetivamente.

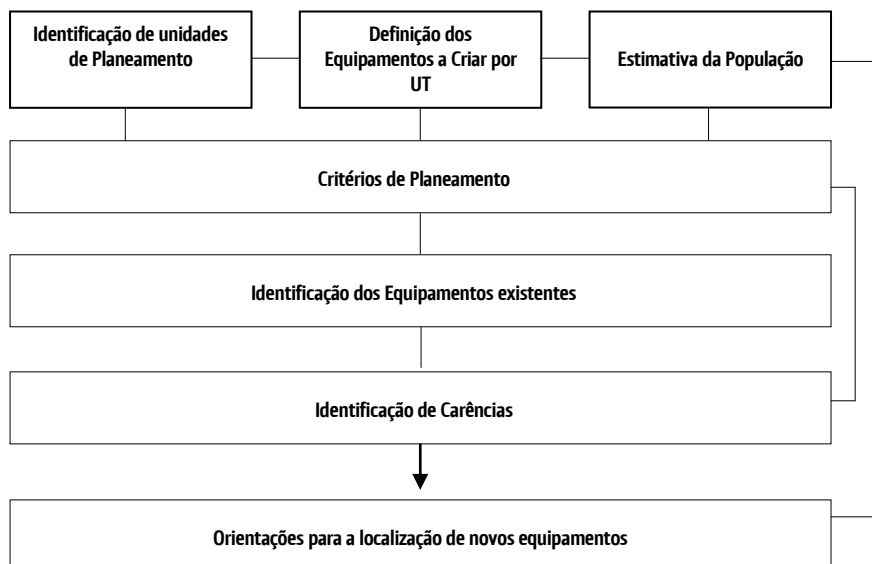
À semelhança das conclusões extrapoladas sobre as áreas edificadas determinadas pelo PROT Norte, houve uma clara tendência de crescimento urbano desfasada dos limites dos perímetros urbanos do PDM.

Aglomerado urbano	Perímetro urbano			PROT Norte				Área edificada		
	Urbano	Urbanizável	AEC	AEC PU	AED	AED PU	Em PU	Em Urbano	Em Urbanizável	Em PU
Freixo de Espada à Cinta	65,62	34,38	84,41	78,73	15,59	0,10	78,83	47,69	15,00	62,69
Mazouco	85,84	14,16	100,00	92,80			92,80	58,24	0,15	58,39
Fornos	84,72	15,28	100,00	80,60			80,60	51,18	4,92	56,10
Lagoaça	76,82	23,18	90,26	77,25	9,74		77,25	41,05	8,47	49,52
Poiares	70,86	29,14	100,00	65,56			65,56	36,27	12,54	48,81
Ligares	74,44	25,56	100,00	61,75			61,75	41,64	4,52	46,16
Quinta da Macieirinha			44,33		55,67					
totais	73,31	26,69	86,49	67,81	13,51	0,04	67,85	23,77	3,71	55,21

3.4. EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA

3.4.1. METODOLOGIA

O processo de elaboração da análise e Projeção de Equipamentos Coletivos é sintetizado na seguinte metodologia:



No Processo de Identificação dos Equipamentos Existentes é considerada a irradiação dos equipamentos segundo o estabelecido na legislação. No entanto, esta área de “influência” é considerada um referencial e não uma imposição de uma carência concreta, uma vez que a dispersão populacional, associada a baixos volumes populacionais podem tornar contraproducente a adoção de uma necessidade baseada no fator distância, tornando-se este relativo.

As orientações para a localização de novos equipamentos são vertidas em Planta de Ordenamento, sem que, tal como definido em Regulamento, haja a possibilidade de alteração do tipo e número e equipamentos a instalar, decorrente da articulação com entidades ligadas ao planeamento de equipamentos coletivos e das dinâmicas efetivas da população.

Relativamente ao número de famílias clássicas, a tendência é semelhante à da população residente, com o município a apresentar uma diminuição de 365 famílias entre 2001 e 2011 correspondendo a uma taxa de decréscimo de 19,2%. A freguesia com um decréscimo mais acentuado foi Fornos, o que resultará certamente da acentuada diminuição de população residente nos dois períodos intercensitários. Uma vez mais a freguesia sede de concelho, é a que apresenta menores decréscimos (2,4%) e a que na última década intercensitária assistiu ao aumento do número das famílias residentes.

Estes valores, além de representarem um êxodo de dimensões consideráveis podem, também, influenciar o mercado da construção / habitação, criando uma estagnação ao nível construtivo e apresentando obvias razões de preocupação com os alojamentos / edifícios existentes, nomeadamente pelo seu abandono e consequente delapidação.

3.4.2. HIERARQUIA TERRITORIAL E FUNCIONAL DOS EQUIPAMENTOS

Os equipamentos são identificados numa perspetiva setorial (Educativos, Solidariedade e Segurança Social, Desportivos, Saúde, Cultura e Outros Equipamentos). A hierarquia funcional dos equipamentos, de acordo com a sua maior ou menor abrangência geográfica, resulta de critérios quantitativos, relacionando cada um deles com a população que deverá servir.

A relação entre a hierarquia funcional dos equipamentos e a hierarquia territorial assume-se como instrumento de ordenamento do território e de reforço ou criação de centralidades.

Consideram-se três níveis de Unidades de Planeamento (UP), pelas características físicas, sociais e interdependências de populações e atividades:

- Concelho – correspondente à totalidade do Concelho do Freixo de Espada à Cinta;
- Unidades Territoriais (UT) – unidades homogêneas constituídas por freguesias ou grupos destas;
- Freguesias – unidades administrativas existentes.

Tabela 16 - Correspondência dos equipamentos à hierarquia territorial

Equipamentos	Educação				Sol. e Seg. Social		Desporto						Saúde		Cultura									
	Jardim-de-infância	Escola Básica 1	Escola Básica 2,3	Escola Secundário	Crianças e jovens	Idosos	Grande campo de jogos	Pista atletismo	Peq. campo de jogos	Pavilhão de desp.	Piscina coberta	Piscina ao ar livre	Campos de Ténis	Centro de Saúde	Extensão de Saúde	Biblioteca	Museu	Cinema	Audatório	Centro Cultural	Galeria de Arte/Exposições	Arquivo	Casa da Juventude	Centro Convívio
Concelho				•				•			•	•		•		•	•	•	•	•	•	•	•	
Unidades Territoriais			•				•			•			•											
Freguesias	•	•			•	•			•						•									•

Para a análise dos equipamentos são consideradas unidades geográficas de diferente dimensão do definidas como sejam o Concelho e respetivas Freguesias, considerando no caso em questão o Município como uma única Unidade territorial. A correspondência entre a tipologia dos equipamentos e as Unidades de Planeamento é especificada no quadro anterior.

POPULAÇÃO EM 2025

O planeamento de equipamentos coletivos é realizado com base no potencial número de utilizadores no horizonte temporal a que se reporta o Plano. Para tal é utilizada a projeção demográfica elaborada no Relatório Socioeconómico, por grupos etários, para o Concelho e para cada uma das Freguesias.

Na tabela seguinte verifica-se que a população do Concelho deverá registar uma tendência para um decréscimo na ordem de 5%, correspondente a menos 198 habitantes em 2025 do que em 2011. Salientam-se as seguintes dinâmicas demográficas:

- Diminuição da população infantil (0-4 anos) em 6% relativamente a 2011, valor relativamente elevado tendo em conta a dimensão populacional do município;
- Aumento da população em idade ativa em 13%, denotando algum potencial de recuperação económica;
- Diminuição da população idosa (com mais de 65 anos) em 33%;
- A faixa populacional com maior peso, sobre o total da população do concelho, é a referente aos indivíduos dos 25 a 64 anos, que representa mais de metade da população (54%);
- A população jovem, (0-24), representa aproximadamente 1/5 do total (21%), enquanto a população idosa compõe 1/4 dos residentes no concelho.

Tabela 17 - População residente, por grupos etários e freguesia, em 2011 e 2025

	Município		U. F. FEC e Mazouco		U. F. Lagoaça e Fornos		Ligares		Poiares	
	2011	2025	2011	2025	2011	2025	2011	2025	2011	2025

Tabela 17 - População residente, por grupos etários e freguesia, em 2011 e 2025

	Município		U. F. FEC e Mazouco		U. F. Lagoaça e Fornos		Ligares		Poiares	
	2011	2025	2011	2025	2011	2025	2011	2025	2011	2025
0-14	429	403	322	302	48	45	24	23	35	33
15-24	324	357	222	245	26	28	36	40	40	44
25-64	1 715	1 943	1 135	1 287	257	285	163	190	160	183
65 e mais	1 312	878	676	452	286	194	174	115	176	117
total	3 780	3 582	2 355	2 286	617	552	397	367	411	377

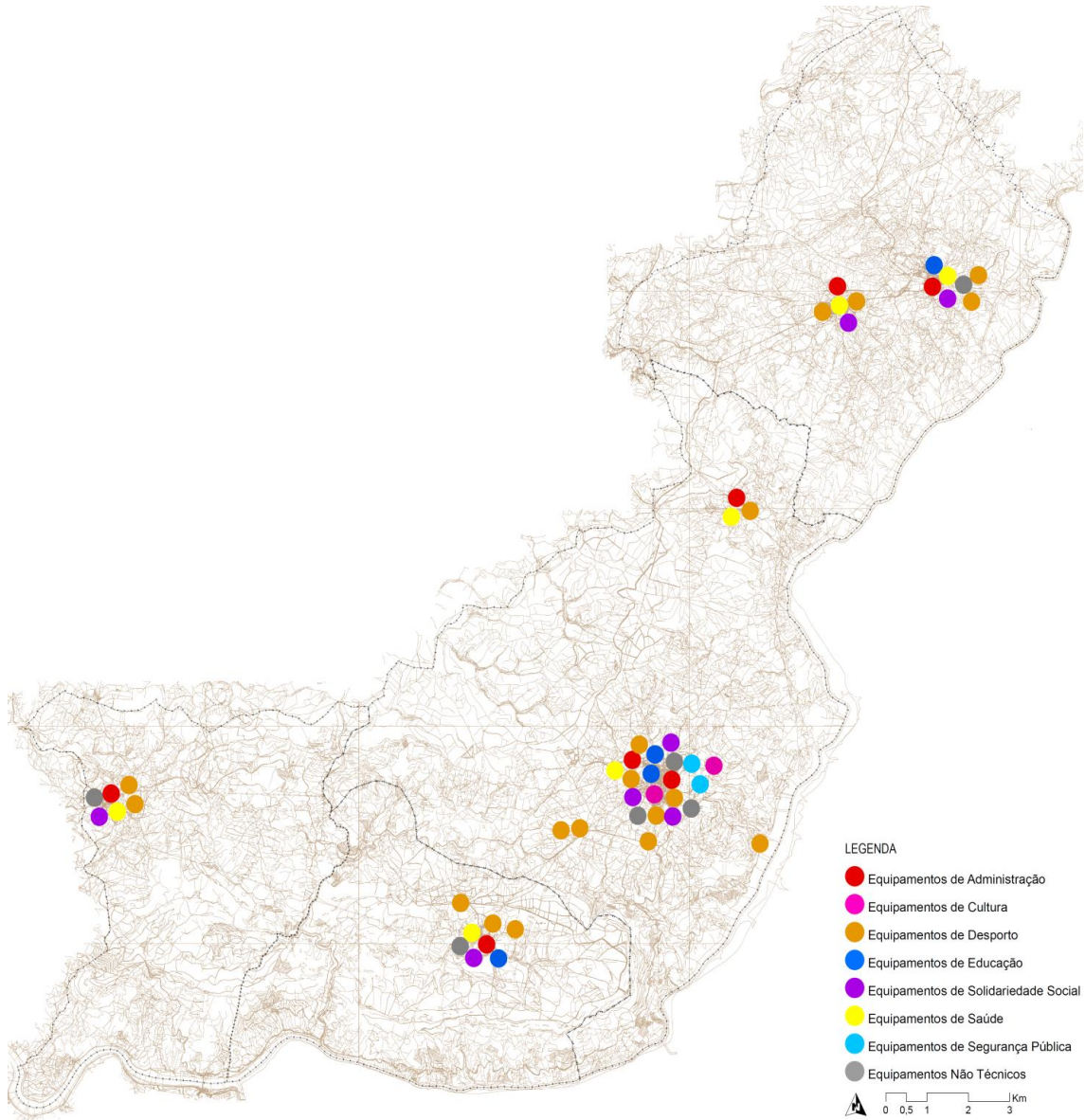
Fonte: Relatório da Dinâmica Socioeconómica do PDM do Freixo de Espada à Cinta

Ao nível das Freguesias verificamos que a União de Freguesias de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco tem o menor decréscimo, (-3%) e a União de Freguesias de Lagoaça e Fornos é a mais afetada pela diminuição de residentes (-10%). Em todas as freguesias assistimos a um elevado decréscimo da população idosa com valores superiores a 1/3 dos seus totais.

As freguesias de Ligares e Poiares decrescerão na ordem dos 8% ainda que a primeira apresente as maiores taxas de crescimento nas faixas etárias entre os 15 e os 64 anos, 11% dos 15 aos 24 anos e 16% dos 25 aos 64 anos.

Verificada a projeção demográfica global e por grandes faixas etárias para o concelho do Freixo de Espada à Cinta e as suas freguesias, apresentamos, nos pontos seguintes, a análise elaborada aos equipamentos. Para cada tipologia de equipamento, sujeita a programação, apresenta-se a população alvo a atingir em 2025, tendo em conta a projeção demográfica. A distribuição da população, estimada para 2025, ano a ano por freguesia, foi elaborada tendo como referência a distribuição da população, ano a ano por freguesia, de 2011, uma vez que este é o dado mais fiável que se encontra disponível até ao momento no INE.

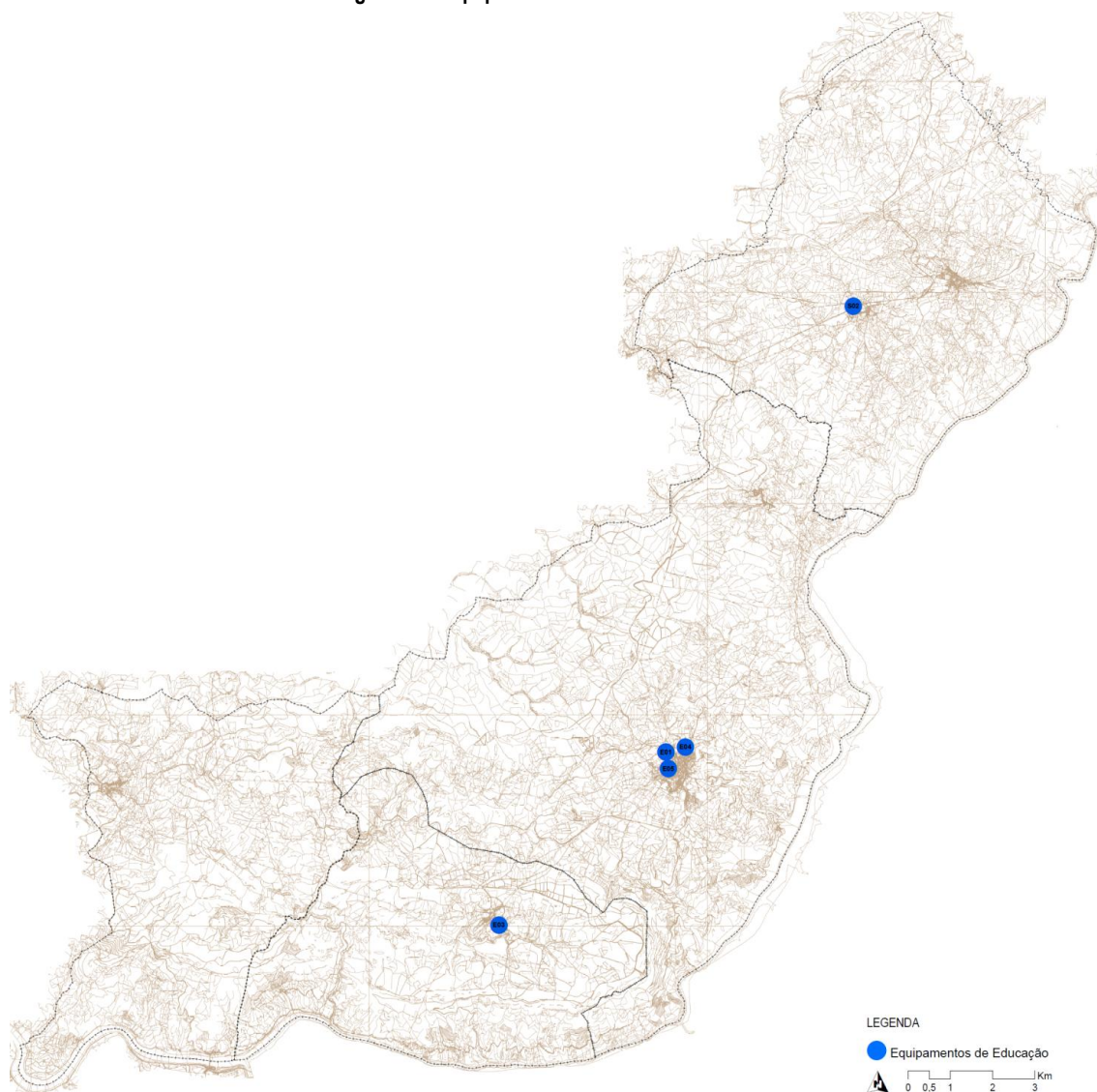
Figura 45 – Equipamentos existentes



3.4.3. EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

Os Equipamentos de Educação objeto de planeamento são as Creches, os Jardins de Infância – Ensino Pré-escolar (JI), as Escolas dos 1º, 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico (EB1 e EB2,3) e as Escolas de Ensino Secundário (ES).

Figura 46 – Equipamentos Educativos existentes



Fonte: Elaboração própria

CRITÉRIOS DE PLANEAMENTO

Os critérios de planeamento foram estabelecidos com base nas Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos e em dados do GEPE-ME7.

Tabela 18 - Critérios de planeamento das Creches, JI, EB1, EB2,3 e ES

Equipamento	Taxa de Cobertura (%) ⁸	Alunos / Sala	ARU ⁹ / Aluno (m ²)	Irradiação ¹⁰	População Base
Creche	50 ¹¹	35 ¹²	20	1	
JI	100	26	16	0,5	[900; 3.600]
EB1	103,8 ¹³	26	18	1	[2.000; 4.500]
EB2	108,4 ¹⁴	26	26	2	
EB3	114,7 ¹⁵	26	26	2	

CRECHES

SITUAÇÃO EXISTENTE

Segundo os dados disponibilizados no site da Carta Social 2015¹⁶ não existem creches no concelho pelo que não é possível determinar taxas de cobertura deste equipamento.

Segundo os Censos de 2011 a faixa etária dos 0 aos 2 anos apresentava 76 crianças e para 2025 estimam-se 71 crianças. É evidente que há uma diminuição de crianças nesta faixa etária, mas mais importante é a falta de equipamentos com esta valência no município.

Tabela 19 - Crianças na Faixa etária dos 0 aos 2 anos

0 a 2 anos	U. F. FEC e Mazouco	U. F. Lagoaça e Fornos	Líquares	Poiães
2011	61	7	2	6
2025	57	7	2	6

Fonte: Relatório da Dinâmica Socioeconómica do PDM do Freixo de Espada à Cinta

CARÊNCIAS PARA 2025

Em 2025, como já foi referido, teremos no município 71 crianças na faixa etária dos 0 aos 2 anos e estabelecemos como meta uma cobertura na ordem dos 50%. Assim, será necessário criar vagas para 36 crianças que devem ser distribuídas por todas as freguesias. Como se pode verificar na tabela anterior, grande parte das vagas a criar deverá ser estabelecida na União de Freguesias de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco (aproximadamente 28 a 29 vagas).

7 Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação.

8 Taxa de cobertura: indica, para cada nível de ensino e correspondente faixa etária, a população a servir; taxas superiores a 100% significam que, além da população do grupo etário pretende-se englobar os alunos repetentes, considerando também eventuais abandonos e alunos oriundos de concelhos limítrofes.

9 Área de Reserva Urbanística

10 Irradiação: distância máxima desejável entre a escola e os locais de residência.

11 Percentagem definida tendo por base o aumento da percentagem de população abrangida por este nível de ensino em 2011 (26%)

12 Número máximo considerado nas Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos (2002), DGOTDU, Lisboa

13 Por corresponder ao ensino básico, além da cobertura todos os alunos do grupo etário correspondente, considera-se a manutenção da taxa de retenção e desistência, apontada pelo GEPE-ME de 3,8% para o EB1, no ano letivo 2007/08.

14 Por corresponder ao ensino básico, além da cobertura todos os alunos do grupo etário correspondente, considera-se a manutenção da taxa de retenção e desistência, apontada pelo GEPE-ME de 8,4% para o EB2, no ano letivo 2007/08.

15 Por corresponder ao ensino básico, além da cobertura todos os alunos do grupo etário correspondente, consideram-se a manutenção da taxa de retenção e desistência, apontada pelo GEPE-ME de 14,7% para o EB3, no ano letivo 2007/08.

16 Não foi possível aferir a existência de estabelecimentos do tipo Creche

Nas restantes freguesias e porque o volume de crianças e vagas a criar é mais diminuto, não será prodente criar oferta que não terá procura ou deslocar crianças para a sede do conselho. Em alternativa propõem-se a criação da “Creche Familiar”¹⁷, um projeto que apoiado nas “amas” configura a existência de uma creche em ambiente familiar, na casa da ama e onde estas não poderão ter a seu cargo mais do que 4 crianças.

Convém ainda ressaltar que, apesar dos cálculos efetuados, há que ter em consideração a necessidade de efetivamente se atingir uma taxa de cobertura de 50%, ou superior, no Município e/ou Freguesias. Na realidade existe ainda um elevado grau de intergeracionalidade no Concelho, o que leva a que os pais possam preferir deixar as crianças aos cuidados de familiares. Sendo este o caso assistiríamos a um esforço financeiro por parte de públicos e/ou privados, que poderia não ser recompensado.

Por último, outra questão a ter em conta é a da localização das creches e oportunidades de emprego, já que muitos pais preferirão colocar as crianças em estabelecimentos mais próximos dos locais de trabalho, criando uma pressão de procura superior nesses locais.

EQUIPAMENTOS DE PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

SITUAÇÃO EXISTENTE

Tabela 20 - Escolas de Pré-Escolar – Ano letivo 2014/2015

Ident.	Pré-escolar / Jardins de Infância	Alunos¹⁸	Salas¹⁹	Capacidade²⁰
E01	Jardim de Infância de Freixo de Espada à Cinta	12	3	78
E02	Jardim de Infância de Lagoaça	6	2	52
E03	Jardim de Infância de Poiares	3	3	78
SS02	Pré-escolar do Equipamento Social da Santa Casa da Misericórdia de FEC	20		20
SS06	Pré-escolar do Centro Social Monsenhor Júlio Martins	5		5
	Total	46		233

Fonte: Elaboração própria

O ensino pré-escolar, em Jardim-de-infância (JI), destina-se à faixa etária dos 3 aos 5 anos e o 1º ciclo do Ensino Básico, compreende todas as crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos. No município existem 5 estabelecimentos de pré-escolar e 1 do 1º ciclo.

Os 5 estabelecimentos de pré-escolar apontam para uma capacidade instalada para 233 crianças (segundo os dados existentes e extrapolados). Destes estabelecimentos 3 pertencem à rede pública estando incluídos no Agrupamento de Escola de Freixo de Espada à Cinta e 2 fazem parte de IPSS com valências direcionadas para a infância, a Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta (SCM FEC) e o Centro Social Monsenhor Júlio Martins.

Os dados disponíveis são referentes ao ano letivo 2014/15 revelando uma frequência de 46 Crianças, para este nível de ensino, sendo que apenas a capacidade apresentada pelas IPSS se encontra totalmente ocupada. No entanto, este valor poderá estar sujeito a flutuações ao longo do ano, uma vez que podem existir movimentos migratórios dos pais, que condicionem o abandono/integração dos alunos nos estabelecimentos de ensino do concelho e de concelhos vizinhos.

Relativamente ao 1º Ciclo do Ensino Básico, verificamos que no concelho existe 1 estabelecimento, pertencente à rede pública, que leciona este nível de ensino, com uma capacidade instalada para 182 alunos, distribuídos por 7 salas. Este estabelecimento de ensino, localizado na sede do concelho, agrega todas as crianças das freguesias, uma vez que a diminuição populacional e as

¹⁷ <http://www.abcdobebe.com/educacao/creches-familiares.html>

¹⁸ Segundo dados do site <http://www.cartasocial.pt/> e do site do Agrupamento de Escolas de Freixo de Espada à Cinta

¹⁹ Inferido através de registo fotográfico da escola presente no site do Agrupamento de Escolas de Freixo de Espada à Cinta

²⁰ Estimado através do número de salas inferido (nos 3 primeiros casos) e pelos dados constantes do site <http://www.cartasocial.pt/>

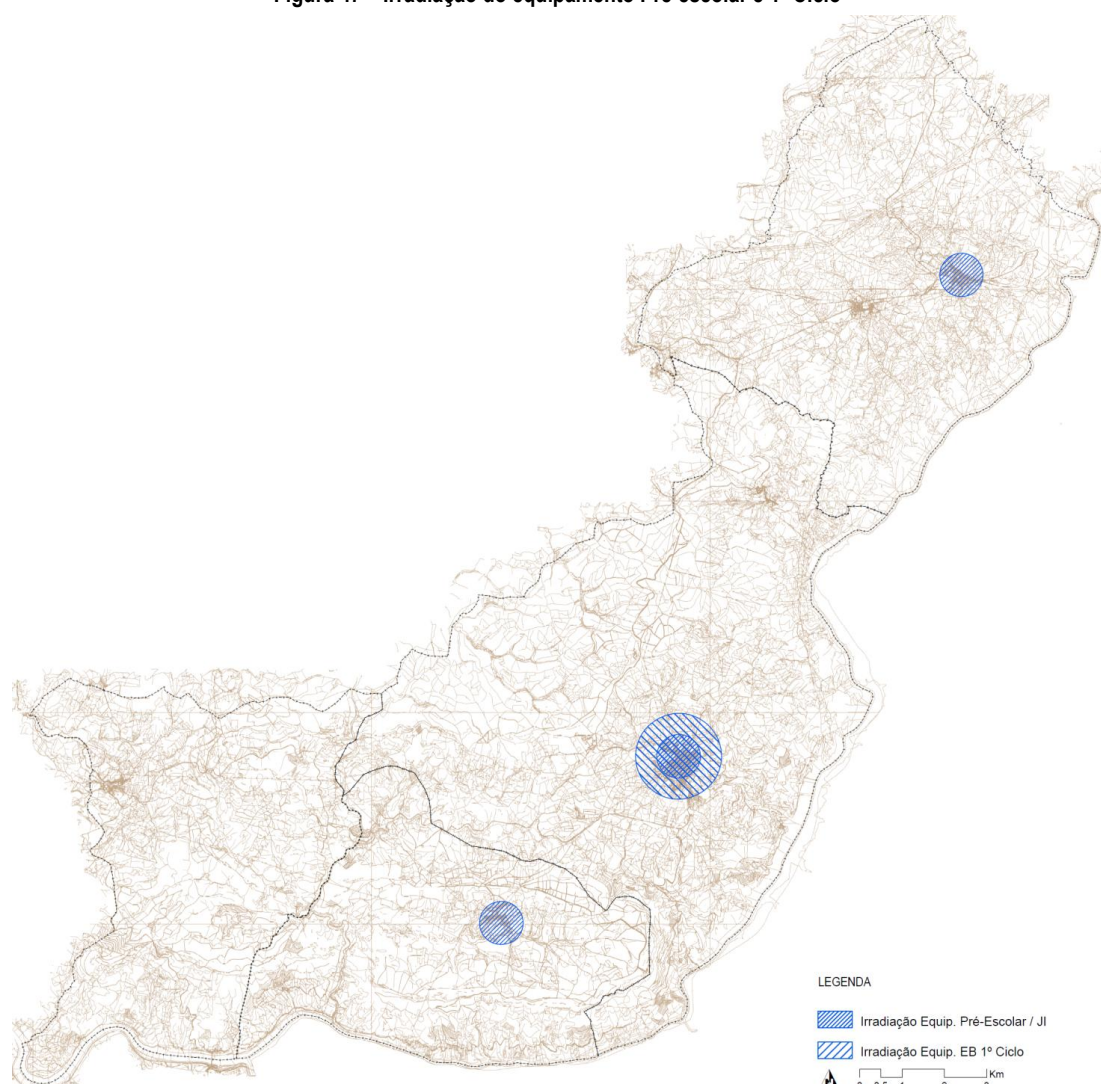
medidas de racionalização definidas pelo Ministério da Educação levaram ao encerramento de todas as outras escolas deste nível de ensino, existentes nas outras freguesias. O encerramento destas escolas poderá ter deixado vagos uma série de imóveis para os quais seria importante conhecer as perspetivas de futuro.

Tabela 21 - Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico – Ano letivo 2014/2015

Ident.	1º Ciclo do Ensino Básico	Alunos	Salas	Capacidade ²¹
E04	Escola Básica do 1ºCiclo de Freixo de Espada à Cinta ²²	96	7	182
	Total	96	7	182

Fonte: Elaboração própria

Figura 47 – Irradiação do equipamento Pré-escolar e 1º Ciclo



Fonte: Elaboração própria

As irradiações destes equipamentos (figura anterior) revelam que apenas uma pequena parte do território é abrangido por qualquer

21 Inferido segundo dados do Agrupamento de Escolas de Freixo de Espada à Cinta

22 Segundo dados do Agrupamento de Escolas de Freixo de Espada à Cinta

dos equipamentos de pré-escolar ou primeiro ciclo.

Como podemos ver pelas imagens de localização e irradiação dos equipamentos de pré-escolar as freguesias de Fornos, Mazouco e Ligares não possuem qualquer valência deste tipo o que se justifica pelo baixo volume de população e de crianças nesta faixa etária. Relativamente ao 1º ciclo é evidente a centralização da oferta.

Tanto nos estabelecimentos de Pré-escolar, como no do 1º Ciclo verificamos que grande parte do território fica fora da sua área de influência, o que pode levar a que haja menos crianças a frequentar o pré-escolar, devido à distância a percorrer até à escola, quando contraposta com a pouca idade da faixa etária correspondente.

No entanto, a localização dos estabelecimentos está próxima, se não mesmo nos centros das freguesias, dos locais mais dinâmicos em termos económicos, pelo que poderá ser reflexo de uma procura mais acentuada nesses locais, mas também é fruto de um esforço da autarquia na concentração do parque escolar.

CARÊNCIAS PARA 2025

Considerando a projeção demográfica para 2025, e a distribuição ano a ano efetuada segundo a distribuição populacional ano a ano de 2011, verificamos que em 2025 teremos 70 crianças na faixa etária 3 a 5 anos e 116 na faixa etária 6 a 9 anos.

Assumindo que o 1º Ciclo do ensino Básico é de frequência obrigatória e que o nível de ensino Pré-escolar se pretende que seja tendencialmente de cobertura total, consideramos a necessidade de se cumprirem taxas de cobertura de 103,8%²³ para o 1º Ciclo e 100% para o pré-escolar. Deste modo, para o pré-escolar em 2025, seria necessária uma capacidade instalada para acolher 70 alunos existindo, neste momento, 233 vagas.

Tabela 22 - Carências de equipamentos de educação para Pré-escolar e 1º Ciclo do ensino Básico

Ident.	Estabelecimentos	Freguesia	Cap. instalada	Pop. em idade escolar 2025 ²¹	Taxa de cob. (2025)*
Pré-escolar					
E01	Jardim de Infância de Freixo de Espada à Cinta	U. F. FEC e Mazouco	98	50	50
SS02	Pré-escolar do Equip. Social da Santa Casa da Misericórdia de FEC		26	18	1
E02	Jardim de Infância de Lagoaça	U. F. Lagoaça e Fornos	52	11	11
SS06	Pré-escolar do Centro Social Monsenhor Júlio Martins	Ligares	5	5	5
E03	Jardim de Infância de Poiães	Poiães	78	4	4
total			233	70	70
1º Ciclo					
E04	Escola Básica 1ºC de Freixo de Espada à Cinta	U. F. FEC e Mazouco	182	84	87
U. F. Lagoaça e Fornos			0	14	15
Ligares			0	6	6
Poiães			0	12	12
total			182	116	120

Fonte: Elaboração própria

Verifica-se assim, que não existe carência de vagas para este nível de ensino, o que deixará disponível parte da capacidade instalada, pelo que esta poderá ser adaptada para a criação de vagas em creche, integrando esta valência aos primeiros níveis de ensino à semelhança do que já acontece em alguns municípios, portugueses.

Realçamos que algumas das crianças desta faixa etária estarão mais distantes das escolas (freguesias de Ligares, Fornos e Lagoaça), o que pode levar à decisão de não frequentarem este nível de ensino. Contudo, seria contraproducente abrir vagas nestas

²³ Segundo Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos e em dados do GEPE-ME.

freguesias dado o volume residual que estas crianças representam, pelo que será mais aconselhável investir numa rede de transporte que permita a sua deslocação de forma segura à escola mais próxima.

Quanto ao 1º Ciclo do ensino básico, verificamos uma capacidade instalada de 182 vagas, para um universo de alunos que em 2025 rondará os 120 (116 crianças sem taxa de cobertura), pelo que será necessário criar mais vagas.

Em suma, para estes níveis de ensino não parecem existir carências, já que a capacidade instalada suporta o número de alunos residentes no concelho para 2025.

EQUIPAMENTOS DO 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO

SITUAÇÃO EXISTENTE

O ensino básico dos 2º e 3º ciclos, lecionado em Escolas do 2º e 3º ciclo (EB2,3) e Escolas Secundárias destina-se à faixa etária dos 10 aos 14 anos, e o ensino secundário destina-se à faixa etária dos 15 aos 17 anos. No concelho do Freixo de Espada à Cinta apenas existe um Estabelecimento para os níveis de ensino do 2º e 3º Ciclo, Escola Básica 2,3 de Freixo de Espada à Cinta, localizada na sede do concelho. Neste estabelecimento estavam inscritos no ano letivo 2014/2015, 179 alunos do segundo e terceiro ciclos de Ensino Básico.

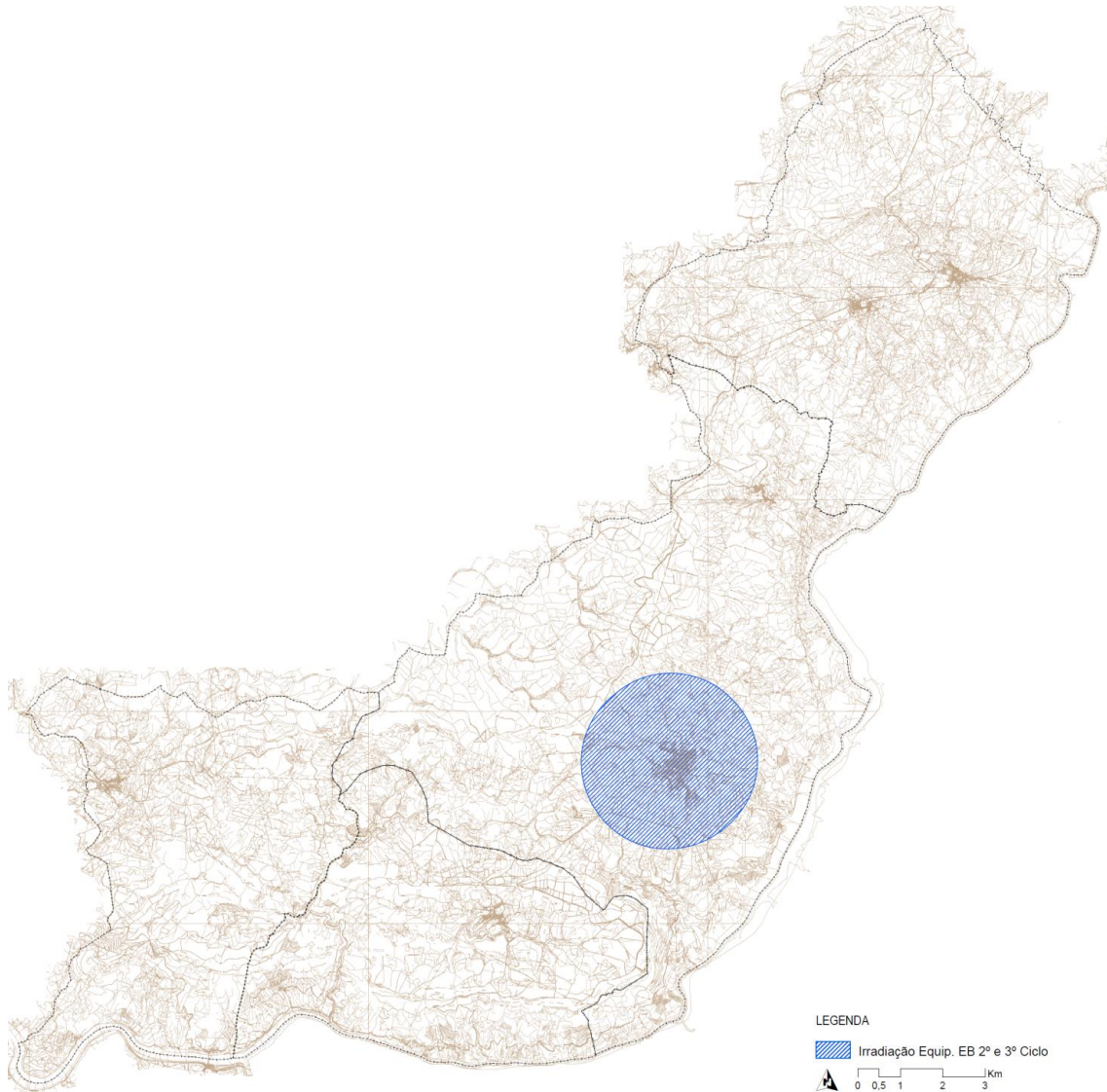
Tabela 23 - Equipamentos de educação do 2º e 3º Ciclo e ensino Secundário

Ident.	Escolas 2º e 3º Ciclo e Secundário	2º Ciclo	3º ciclo	total
E05	Escola EB 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico de Freixo de Espada à Cinta	75	104	179

Fonte: Elaboração própria

A irradiação (figura seguinte) deste estabelecimento mostra que ele se encontra numa situação geográfica central na freguesia sede do concelho, ainda que não abranja a totalidade do território.

Figura 48 – Irradiação do equipamento 2º e 3º Ciclo



Fonte: Elaboração própria

Apesar desta situação, apenas nos merece mais preocupação o facto de a população da União de Freguesias de Lagoaça e Fornos, bem como de Ligares se encontrarem mais distantes deste estabelecimento de ensino, o que torna a viagem dos alunos maior e mais cansativa podendo prejudicar o rendimento escolar.

Contudo, as características de dispersão populacional também criam constrangimentos a uma localização mais central que permita maior cobertura territorial, mas o volume de população escolar não justifica um segundo equipamento destes níveis de ensino.

CARÊNCIAS PARA 2025

Para 2025 a projeção demográfica aponta um total de 239 indivíduos na faixa etária correspondente ao 2º e 3º Ciclo. Tendo em conta estes valores e as taxas de cobertura definidas (108,4% do 2º ciclo e 114,7% do 3º ciclo) verificamos a necessidade de se preverem, um total de 273 vagas, em 2031.

Relativamente ao ensino Secundário a projeção demográfica aponta para 100 indivíduos na faixa etária correspondente a este nível

de ensino para 2025.

Tabela 24 - Equipamentos de educação do 2º e 3º Ciclo e ensino Secundário

Ident.	Escolas 2º e 3º Ciclo e Secundário	2º Ciclo	3º ciclo	total
E05	Escola EB 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico de Freixo de Espada à Cinta	57	108	164
			carências	0

Fonte: Elaboração própria

Segundo o site do Agrupamento de Escolas neste estabelecimento de ensino existem 14 salas correspondentes, de forma linear, a uma capacidade para 364 alunos, pelo que não existirão carências ao nível do segundo e terceiro ciclos de Ensino Básico.

A inexistência de Ensino Secundário, no Concelho pode colocar um peso maior na tendência de decréscimo populacional que tem afetado o município principalmente considerando que os 100 alunos estimados para este nível de ensino em 2025 serão absorvidos pelas escolas dos municípios vizinhos, o que pode contribuir para um êxodo populacional maior uma vez que os adolescentes e jovens perdem o vínculo com o seu local de residência.

Havendo a possibilidade de que o ensino secundário integre o agrupamento de escolas existentes poderá ser pertinente reforçar o ensino profissional, cuja preferência no território continental tem sido crescente e dinamizadora de menores taxas de abandono e retenção. A oferta de cursos profissionais, adequados à realidade/dinâmica económica local, pode reforçar a fixação de população jovem do concelho.

SÍNTESE

A rede de equipamentos educativos do Concelho do Freixo de Espada à Cinta é constituída por 5 estabelecimentos Pré-escolares, 1 Escola Básica do 1ºCiclo e uma Escola Básica do 2º e 3º Ciclo.

No ano letivo de 2014/2015 estavam inscritos 321 alunos e para 2025 projeta-se, para as faixas etárias dos 0 aos 17 anos, uma população de 468 indivíduos que segundo as taxas de cobertura se cifrarão na necessidade de prover 499 vagas.

Na abordagem elaborada verifica-se que para 2025, apenas existem carências na tipologia creche, nomeadamente com a necessidade de 28 a 29 vagas na União de Freguesias de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco e a possível criação de “Creches familiares” nas restantes freguesias.

Pelo facto de não existir Ensino Secundário no concelho e dado o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos (desde o ano letivo de 2010/2011) não podemos deixar de mencionar que 100 jovens (correspondentes a 109 vagas usando a taxa de cobertura necessária para estes níveis de ensino) terão de ser absorvidos pelos estabelecimentos escolares de municípios vizinhos potenciando um futuro êxodo populacional do concelho.

3.4.4. EQUIPAMENTOS DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Os equipamentos de Solidariedade e Segurança social desempenham um papel complementar ao das famílias, relativamente a crianças, jovens e idosos. Pretende-se que esta complementaridade aconteça quando o apoio familiar não é possível, mas também que funcionem como espaço de interação social e de reunião intergeracional.

A informação utilizada na elaboração deste ponto foi retirada da do site da Carta Social do Continente sendo relativa ao ano letivo 2014/2015 nas valências relacionadas com crianças e nas valências para idosos os dados são os disponibilizados em janeiro de 2016. No entanto, como no referido site não é possível aceder aos registos de anos anteriores impossibilita a obtenção de uma série cronológica condicionando a análise, já que não é possível perceber qual a tendência de procura destes equipamentos.

Neste capítulo em particular serão analisados os dados obtidos para as várias valências no que diz respeito à Infância e Juventude e ao Idosos. Um planeamento concreto, com uma proposta bem fundamentada de valências a criar deverá contar com um levantamento preciso de oferta e procura, contudo, tentaremos dar pistas para os serviços a criar.

CRITÉRIOS DE PLANEAMENTO

Tabela 25 - Critérios de planeamento de equipamentos de ação social

Equipamento	Taxa de Cobertura (%)	Utentes p/ Equipamento	Área Reserva Urbanística
ATL	-	60	25m ² /ut
CAP ²⁴	-	60	
CAO	-	30	²⁵ 300m ²
CAT	-	20	16m ² /ut
Lar Crianças e Jovens	-	20	16m ² /ut
Residências	-	30 ²⁶	1 ²⁷
Centro de Convívio	-	50	7m ² /ut
Centro de Dia	-	50	12,5m ² /ut
Lar	-	40	32m ² /ut
Apoio Domiciliário	50	50	7m ² /ut

Os critérios a utilizar no planeamento de equipamentos de ação social são indicados no quadro anterior. O número de utentes por equipamento e a área de reserva urbanística são estabelecidos com base nas Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos²⁸.

Relativamente às valências para idosos consideramos uma taxa de cobertura de 50% da totalidade da população na faixa etária dos 65 e mais anos, repartidos pelas diversas valências para idosos existentes no concelho.

É importante salientar que devido à dificuldade de localização precisa dos vários equipamentos, não foi possível definir as suas irradiações que nos dariam uma informação mais precisa em termos de localização futura de equipamentos deste tipo. Assim, a localização apresentada na figura seguinte é apenas indicativa.

O Quadro seguinte apresenta as diversas valências de Solidariedade e Segurança Social existentes no município.

Tabela 26 - Valências existentes no município

Ident.	Instituições/Valências	Freguesias
--------	------------------------	------------

24 Considerando parâmetros para Centro de Apoio Socioeducativo

25 Área média das instalações

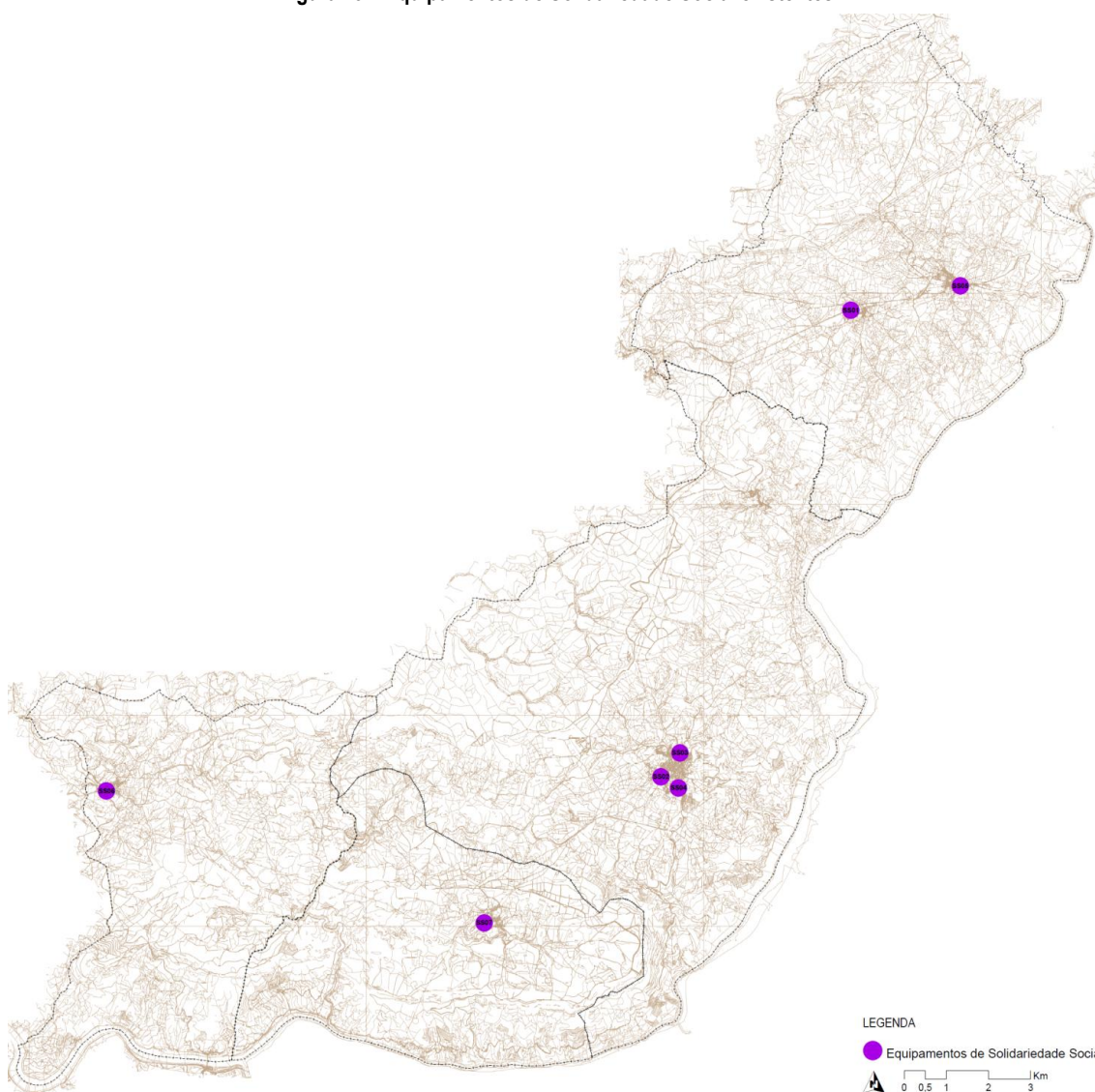
26 Apartamentos individuais ou para casal

27 Área média das instalações em estudo

28 in Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos (2002), DGOTDU, Lisboa

Idosos		
SS01	Centro Social e Paroquial de Fornos	Fornos
SS02	Equipamento Social da Santa Casa da Misericórdia de FEC	Freixo de Espada à Cinta
SS03	Estalagem de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de FEC	
SS04	Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de FEC	
SS05	Centro Social e Paroquial de Lagoaça	Lagoaça
SS06	Centro Social Monsenhor Júlio Martins	Ligares
SS07	Centro Social e Paroquial de Poiares	Poiares
Crianças e Jovens		
SS02	Equipamento Social da Santa Casa da Misericórdia de FEC	Freixo de Espada à Cinta
SS06	Centro Social Monsenhor Júlio Martins	Ligares
SS08	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de FEC	Freixo de Espada à Cinta

Figura 49 – Equipamentos de Solidariedade Social existentes



Fonte: Elaboração própria

SITUAÇÃO EXISTENTE E CARÊNCIAS PARA 2025

Na Carta Social²⁹ encontram-se identificadas 2 instituições com valências destinadas a crianças e jovens e uma comissão de Proteção de Crianças e Jovens. O Equipamento Social da SCM de Freixo de Espada à Cinta, juntamente com o Centro Social Monsenhor Júlio Martins asseguram a valência de Pré-escolar, como já foi referido na análise dos equipamentos de educação sendo que a primeira instituição assegura também a valência de Atividades de Tempos Livres (ATL).

Tabela 27 - Valências direcionadas para crianças e jovens existentes no município

Ident.	Instituições/Valências	Freguesias
SS02	Equipamento Social da Santa Casa da Misericórdia de FEC	Freixo de Espada à Cinta
	Pré-escolar	
	ATL	
SS06	Centro Social Monsenhor Júlio Martins	Ligares
	Pré-escolar	
SS08	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de FEC	Freixo de Espada à Cinta

O Equipamento Social da SCM assegura uma capacidade de acolhimento de 50 crianças na valência ATL, sendo que no ano letivo de 2014/2015 apenas estavam ocupadas 46 dessas vagas. Apesar de a diferença entre a capacidade e a ocupação não ser significativa podemos concluir que existe uma procura muito significativa por este serviço ainda que não pareça existir uma carência. O facto de este equipamento se localizar na freguesia sede do município, onde também se localiza a única Escola Básica do 1º Ciclo do Conselho não ser fator contributivo para a lotação deste serviço oferecido pela SCM, pode revelar que efetivamente não é necessária mais oferta deste tipo de valência.

LARES / CENTROS SOCIAIS E DE CONVÍVIO

SITUAÇÃO EXISTENTE

No município do Freixo de Espada à Cinta estão localizadas várias valências, para a população sénior, oferecidas por diversas instituições, que asseguram valências como Centros de dia, Apoio domiciliário e Lar de idosos.

Tabela 28 - Valências direcionadas para idosos existentes no município

Ident.	Valências	Localização	Ocupação	
			capacidade	utentes
SS01	Centro Social e Paroquial de Fornos	Fornos		
	Apoio Domiciliário		50	11
	Centro de Dia		40	1
SS02	Equipamento Social da Santa Casa da Misericórdia de FEC	FEC		
	Apoio Domiciliário		60	33
	Centro de Dia		30	15
	Lar de idosos		20	16
SS03	Estalagem de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de FEC			
	Lar de idosos		18	18
SS04	Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de FEC			
	Apoio Domiciliário		20	18
	Lar de idosos		70	70
SS05	Centro Social e Paroquial de Lagoaça	Lagoaça		
	Apoio Domiciliário		30	25
	Lar de idosos		15	15
SS06	Centro Social Monsenhor Júlio Martins	Ligares		
	Centro de Dia		25	14

29 <http://www.cartasocial.pt/>

Tabela 28 - Valências direcionadas para idosos existentes no município

Ident.	Valências	Localização	Ocupação	
			capacidade	utentes
SS07	Lar de idosos	Poiares	34	34
	Centro Social e Paroquial de Poiares			
	Apoio Domiciliário		30	14
	Centro de Dia		25	6
	Lar de idosos		11	11

De acordo com os dados recolhidos, todas as freguesias com exceção de Mazouco têm uma ou mais instituições que oferecem valências para idosos, sendo a sua maioria bastante dinâmicas com serviços que vão desde o apoio domiciliário ao centro de dia e ao lar de idosos.

Como podemos verificar a oferta excede a procura em todas as valências disponibilizadas sendo de registar que na valência Lar de Idosos apenas o Lar do Equipamento Social da SCM se encontra a operar abaixo da sua capacidade. Os restantes serviços oferecidos estão na sua maioria sublotados o que pode revelar a necessidade de um maior investimento em soluções de residência permanente (lares), em vez de um aumento de capacidade em Centros de Dia e Apoio Domiciliário.

Até janeiro de 2016 existia uma capacidade instalada de 478 “vagas”, ocupadas por 301 utentes, ao nível das valências para idosos.

CARÊNCIAS PARA 2025

Tendo em conta que na faixa etária de 65 e mais anos, encontramos ainda, muitos indivíduos que poderão não necessitar destas valências, assumimos uma taxa de cobertura de 50% para a faixa etária entre os 65 e os 74 anos e uma taxa de 75% para faixas etárias acima dos 75 anos. De facto, quer o apoio familiar quer a maior longevidade associada a uma melhoria da qualidade de vida, permitem definir uma taxa que apenas cobre metade da população alvo numa idade mais jovem e que cobrirá $\frac{3}{4}$ da população em idades mais avançadas, pois com a maior longevidade surgem também muitas vezes doenças associadas com necessidade de cuidados permanentes, que nem sempre as famílias podem prestar.

Para 2025 estima-se um total de 878 indivíduos com 65 e mais anos a residir no Freixo de Espada à Cinta. Grande parte desse valor virá da União de Freguesias de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco, pelo que será importante concentrar neste local maior capacidade de acolhimento.

Tabela 29 - População com 65 e mais anos

65 e mais anos	U. F. FEC e Mazouco	U. F. Lagoaça e Fornos	Ligares	Poiares
2011	676	286	174	176
2025	452	194	115	117

Fonte: Relatório da Dinâmica Socioeconómica do PDM do Freixo de Espada à Cinta

No Quadro seguinte apresentamos um resumo da capacidade instalada e das necessidades a colmatar até 2031 para obter a taxa de cobertura definida.

Tabela 30 - Carências nas valências para idosos

Localização	Capacidade instalada	Capacidade a instalar	Faixa Etária mais de 65 anos em 2025 ³⁰
U. F. FEC e Mazouco	218	62	280
U. F. Lagoaça e Fornos	135	0	117
Ligares	59	14	73
Poiares	66	6	72
total	478	82	542

Fonte: Elaboração própria

Na tabela anterior está patente uma boa capacidade instalada em diferentes valências para a população alvo estimada para 2025, existindo, contudo, uma carência de 82 vagas para a totalidade do município, mas mais centrada na União de Freguesias de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco.

Apesar destes valores é importante referir, que algumas das valências atualmente oferecidas pelas instituições e que muito potenciam a capacidade instalada, se encontram com taxas de ocupação médias ou muito residuais o que é especialmente evidente no caso da valência “centros de dia”. Da mesma forma é evidente que as valências do tipo “Lar” têm uma taxa de ocupação de 100%. Esta situação implica a possibilidade de a carência real em 2025 ser superior à detetada.

Deste modo, deve ser elaborado um estudo aprofundado sobre as necessidades que a população sente relativamente a estes equipamentos. Este tipo de estudo poderá evidenciar o potencial de procura real bem como o tipo de valências de que necessitam. Por exemplo, os idosos podem preferir ter locais de convívio durante o dia, mas quererem voltar para as suas residências à noite; ou podem apenas pretender um espaço onde pernoitar; ou preferir um local onde residir permanentemente; ou podem apenas necessitar de apoio ao domicílio, etc.

Estes estudos são fundamentais para definir a tipologia de equipamento a inserir em determinado local, para que este seja utilizado pela população a que se destina e não se torne num investimento inviável.

Em resumo, considerando a taxa de cobertura assumida, a capacidade instalada, o peso e estrutura da população idosa, as condições sociais desta faixa etária e a aparente preferência na procura de determinadas valências, consideramos importante que se aumente a capacidade da valência “Lar de idosos”.

OUTROS EQUIPAMENTOS SOCIAIS

No município do Freixo de Espada à Cinta existe ainda um equipamento com valências na área de solidariedade e segurança social, que é o Centro de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) do Freixo de Espada à Cinta.

Este equipamento situa-se na sede do concelho, e presta serviços de proteção e aconselhamento à população

O CPCJ atua junto das crianças e jovens “aplicando medidas de promoção e proteção. A intervenção das comissões de proteção de crianças e jovens tem lugar quando não seja possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude atuar de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que se encontram.

SÍNTESE

Analizados os dados disponíveis para as diversas valências existentes no município e o seu nível de ocupação verificamos que apenas nas valências direcionadas para os idosos parecem existir algumas carências. De facto, tendo em conta a capacidade

³⁰ Considerando uma taxa de cobertura de 50% dos 65 aos 74 anos e de 75% acima dos 75 anos

instalada no ATL e o nível de ocupação em janeiro 2016 verificamos que existe um excedente de vagas pelo que, considerando a tendência populacional do município, não nos parece que haja necessidade de um aumento da capacidade instalada.

Relativamente à população idosa, a nossa proposta é apenas indicativa e encontra-se apresentada num quadro síntese das vagas a criar, seja em centros de dia ou centros de convívio para se atingirem as metas de cobertura de 50% da população entre os 65 e os 74 anos e 75% da população com idade de 75 e mais anos. Relembramos, no entanto, que, face aos dados existentes até janeiro de 2016 a tipologia de lar de idosos é a que parece mais sobrecarregada pelo que poderá ser importante que a criação de vagas se faça nesta valência.

Tabela 31 – Quadro Síntese

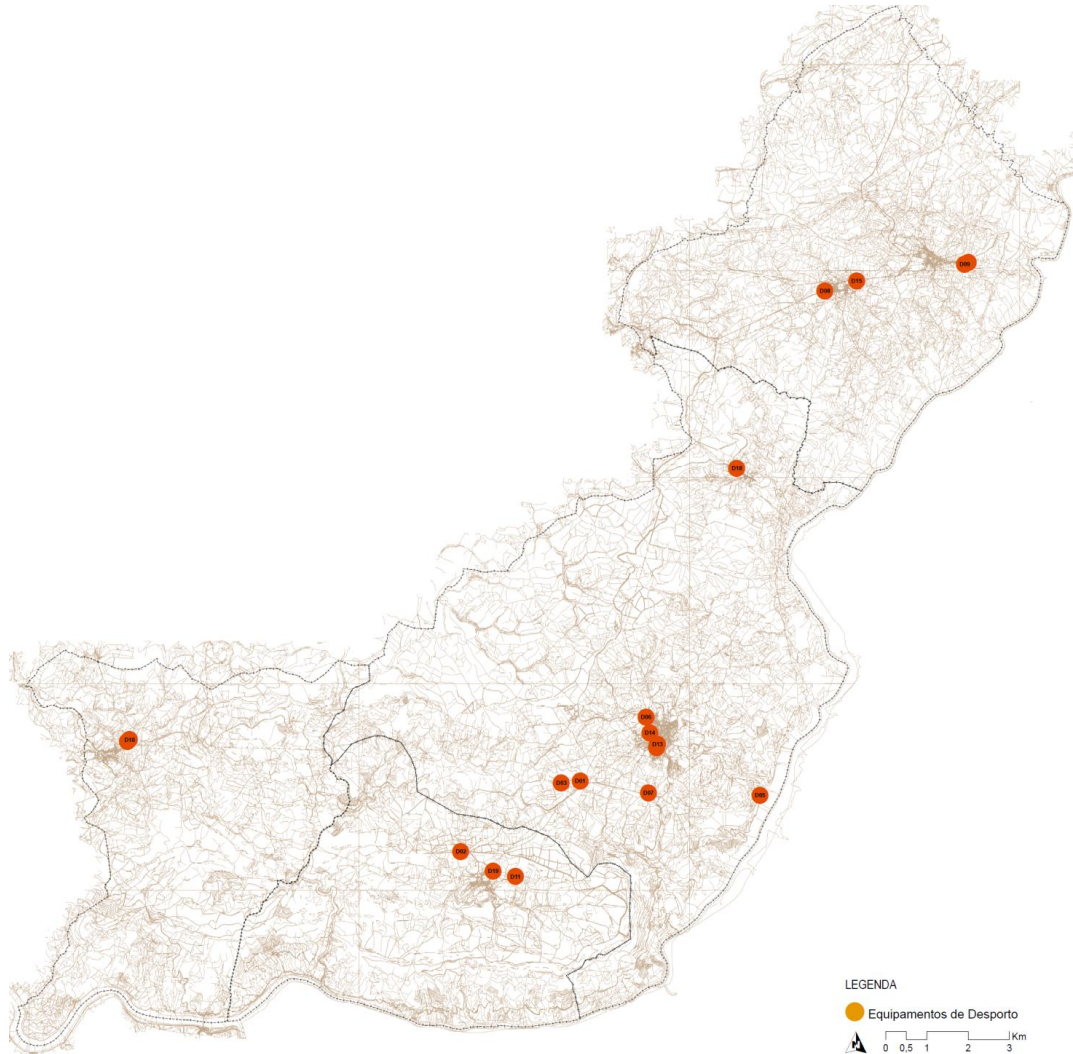
Localização	Capacidade a instalar
U. F. FEC e Mazouco	62
U. F. Lagoaça e Fornos	0
Ligares	14
Poiares	6
total	82

Fonte: Elaboração própria

3.4.5. EQUIPAMENTOS DE DESPORTO

Os equipamentos de desporto têm funções de recreio e lazer ou de espetáculo, contribuindo para o bem-estar físico e interação social dos cidadãos.

Figura 50 – Equipamentos de Desporto existentes



Fonte: Elaboração própria

CRITÉRIOS DE PLANEAMENTO

Os critérios de planeamento foram estabelecidos com base nas Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos.

Tabela 32 - Critérios de planeamento de equipamentos de desporto

	Parâmetros de Referência
--	--------------------------

Equipamentos	Área Funcional Útil		Área de Reserva Urbanística		Irradiação	População de Referência ³¹
	(m ² /hab)	(m ²)	(m ² /hab)	(m ²)		
Grande campo	2	8.000	3	12.000	2	4.000
Pista de Atletismo	0,8	14.000	1,2	21.000	4	17.500
Pequeno campo	1	800 ou 1.500	1.40	1.120 ou 2.100	1	1.500
Pavilhões e salas	0,15	450	0,48	1.440	1	3.000
Piscina coberta	0,03	375	0,24	3.200	3	12.500
Piscina ao ar livre	0,02	500	0,25	6.250	4	25.000
total	4 ³²					

SITUAÇÃO EXISTENTE

Os equipamentos desportivos do concelho do Freixo de Espada à Cinta, estão distribuídos por todas as freguesias, como se pode observar na tabela 18.

Tabela 33 - Equipamentos de Desporto Existentes

Ident.	Equipamento	Area ³³	Localização
Instalações Especiais			
D01	Campo de Tiro de FEC		FEC
D02	Campo de Tiro de Poiares		Poiares
D03	Pista de Motocross em FEC		FEC
D04	Pista de Parapente de FEC		
Piscinas Descobertas			
D05	Piscina Descoberta da Congida	300	FEC
Piscinas Cobertas			
D06	Piscinas Municipais	198	FEC
Grande Campo de Jogos			
D07	Campo de Futebol de FEC	5.795	FEC
D08	Campo de Futebol de Fornos	4.689	Fornos
D09	Campo de Futebol de Lagoaça	6.433	Lagoaça
D10	Campo de Futebol de Ligares	5.287	Ligares
D11	Campo de Futebol do Gógo	7.006	Poiares
Pavilhões /Salas de Desporto			
D12	Pavilhão Gimnodesportivo de FEC	800	FEC
Pequenos Campos de Jogos			
D13	Polidesportivo Descoberto de FEC	800	FEC
D14	Polidesportivo Descoberto de FEC	729	
D15	Polidesportivo Descoberto de Fornos	733	Fornos
D16	Polidesportivo Descoberto de Ligares	978	Ligares
D17	Polidesportivo Descoberto de Lagoaça	946	Lagoaça
D18	Polidesportivo Descoberto de Mazouco.	669	Mazouco
D19	Polidesportivo Descoberto de Poiares	678	Poiares

Como podemos observar o concelho apresenta inúmeros equipamentos de desporto de onde destacamos a Pista de Motocross, a Pista de Parapente e as Piscinas Descobertas (artificial e natural) do Complexo Turístico da Congida³⁴, como equipamentos com potencial para a promoção do município a nível regional e nacional. Além destes existem ainda: dois Campos de Tiro³⁵, a Piscina Municipal Coberta, cinco Grandes Campos de Jogos localizados em todas as freguesias com exceção de Mazouco e sete Pequenos Campos de Jogos espalhados um pouco por todo o território municipal.

31 Com base em valores standard

32 Superfície disponível útil por habitante segundo recomendação da UNESCO

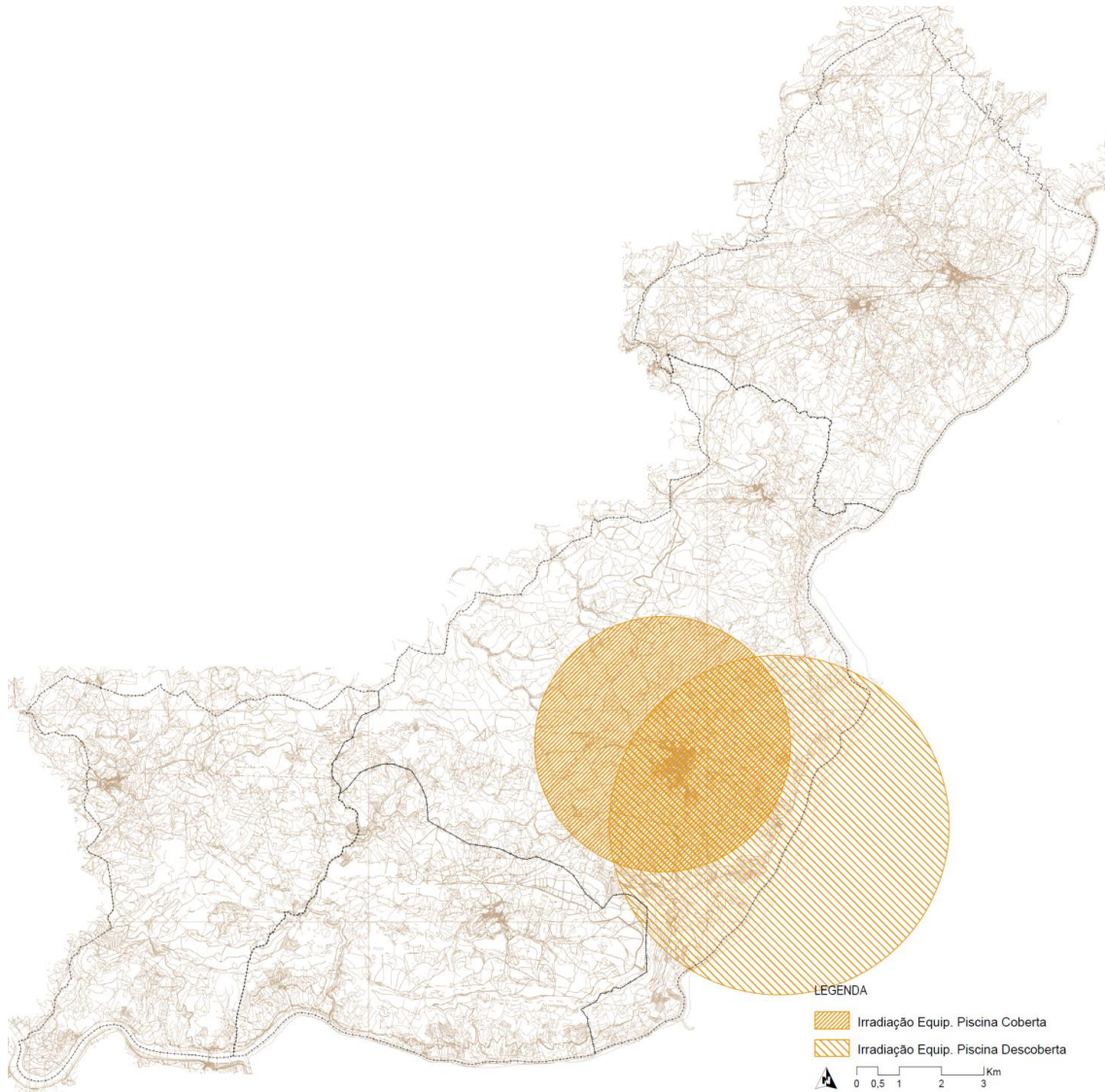
33Valores aferidos através de medição de polígono sobre cartografia com exceção dos equipamentos D05 e D13, áreas retiradas da Carta Educativa e D12 valor retirado do site da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta

34 De todos os mencionados apenas a piscina descoberta artificial é equipamento programável.

35 Não são considerados equipamentos programáveis.

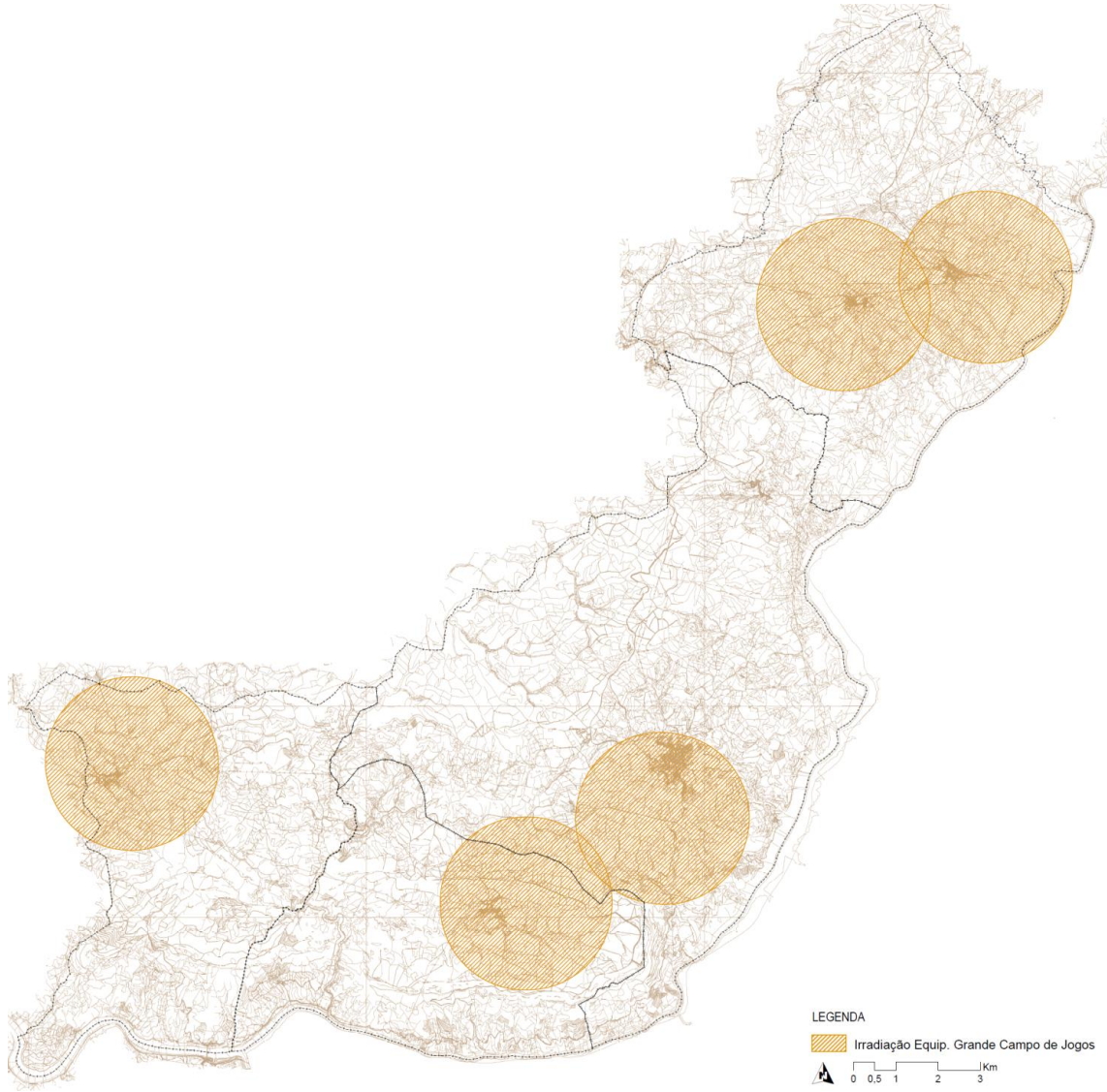
Por último, é importante lembrar que uma vez que neste caso as unidades territoriais se consubstanciam numa só, que corresponde à totalidade do território do município, não fará sentido falar de forma separada dela. Não obstante esta situação, a categoria de “Unidade Territorial” é considerada nos critérios de programação, pelo facto de alguns dos equipamentos programáveis estarem referenciados a este tipo de unidade de planeamento.

Figura 51 – Irradiação dos equipamentos Piscina Coberta e Piscina Descoberta



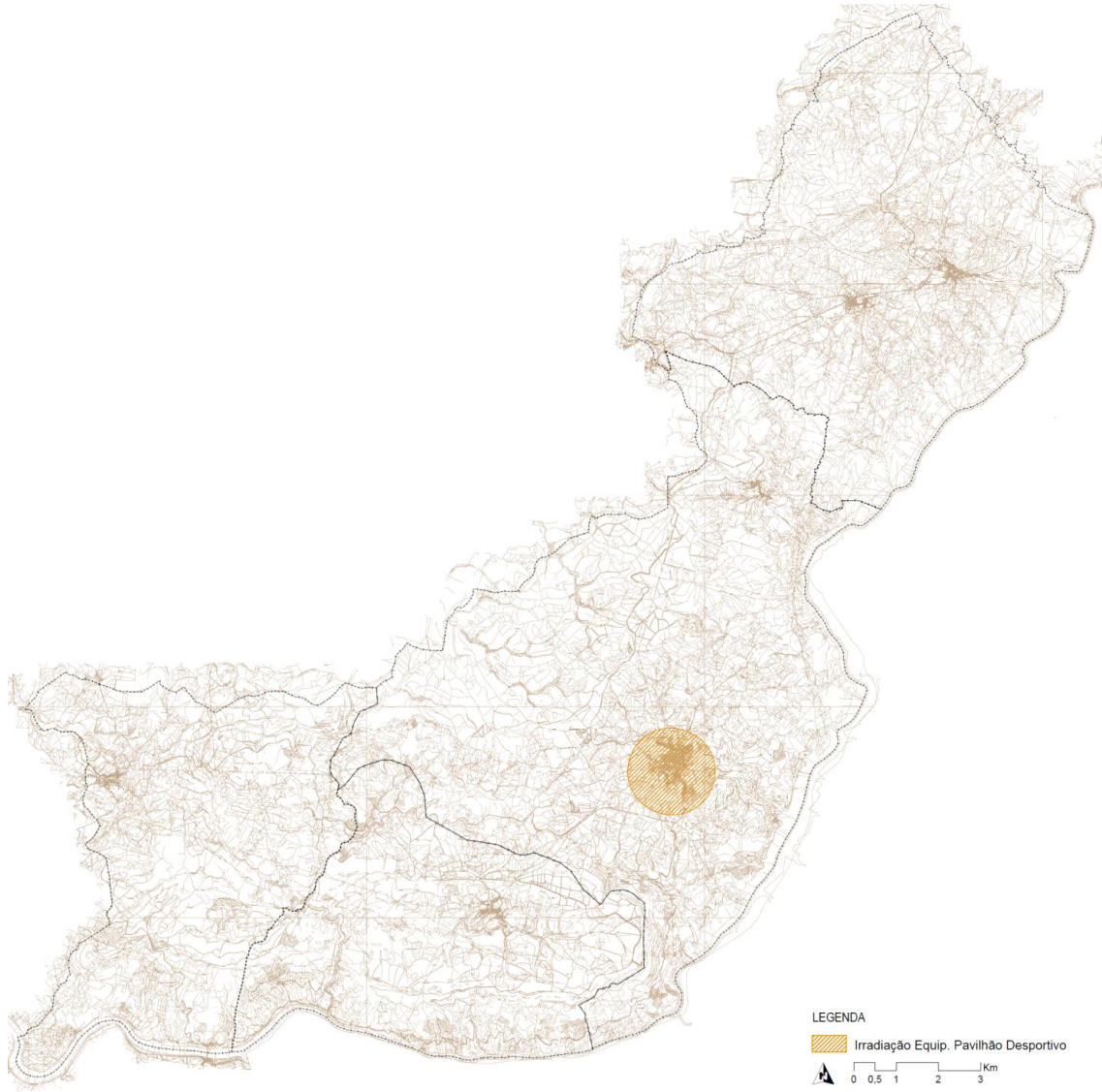
Fonte: Elaboração própria

Figura 52 – Irradiação do equipamento Grande Campo de Jogos



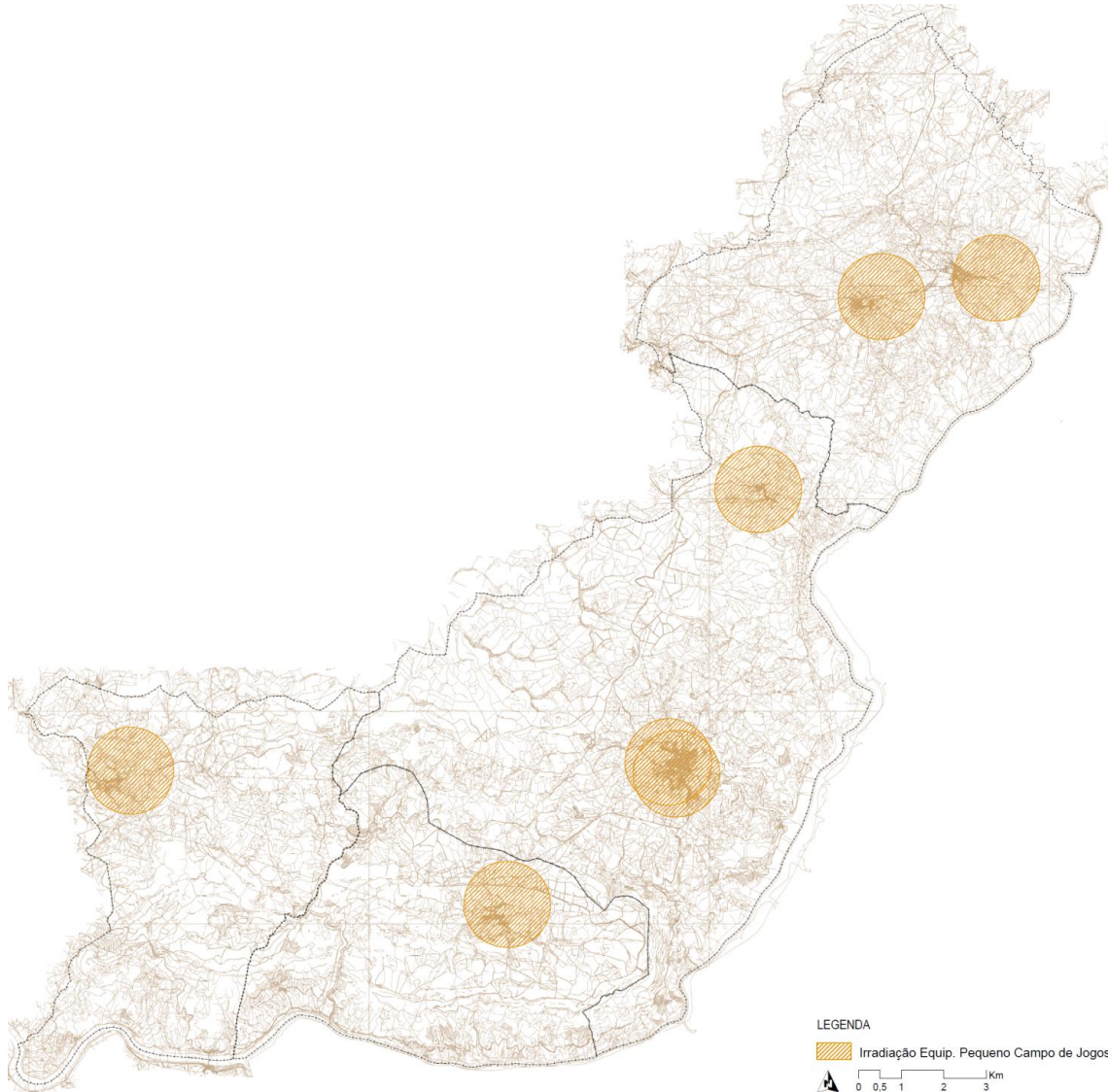
Fonte: Elaboração própria

Figura 53 – Irradiação do equipamento Pavilhões / Salas de Desporto



Fonte: Elaboração própria

Figura 54 – Irradiação do equipamento Pequeno Campo de Jogos



Fonte: Elaboração própria

As imagens anteriores mostram a área de influência dos equipamentos desportivos existentes. Como se pode verificar, apenas os Grandes e os Pequenos Campos de Jogos apresentam uma área de cobertura bastante razoável, enquanto os restantes equipamentos se concentram na freguesia Sede de Concelho, contudo, a especificidade deste tipo de equipamentos, e o volume reduzido de população, bem como a localização privilegiada da Piscina Descoberta da Congida podem servir como justificação para este facto.

É importante destacar as Pistas de Motocross e Parapente, bem como a já referida piscina descoberta pelo potencial de dinamização e atração turística, que encerram.

CARÊNCIAS PARA 2025

A identificação de carências revelou-se um processo difícil pela falta de atualização de dados oficiais. O levantamento mais completo sobre equipamentos desportivos do município que se conhece, onde se encontram dados como dimensões, tipos de uso, etc.,

encontra-se para consulta no site do município e não revela localizações precisas. Todas as áreas contabilizadas são as que constam do referido levantamento elaborado pela autarquia.

Para a identificação de carências são aplicados dois níveis de critérios de planeamento à população estimada para 2031: população de referência e dimensão funcional útil, indicados nos quadros seguintes.

No que diz respeito ao critério População de Referência, que faz uma comparação entre referenciais de população e o número de equipamentos existentes, verificamos que não existem carências.

Tabela 34 - Identificação de carências de acordo com a população de referência

Equipamentos		População		Critério: População de Referência			Carência 2025	
		2011	2025	Pop. de Ref.	Existente (nº de equip.)	Necess. 2011 (nº de equip.)		Necess. 2025 (nº de equip.)
Concelho								
Piscina coberta		3.780	3.582	17.500	1	1	1	0
Piscina descoberta		3.780	3.582	25.000	1	1	1	0
Pista de atletismo		3.780	3.582	12.500	0	0	0	0
Unidades territoriais								
Grande campo	Município	3.780	3.582	4.000	5	1	1	0
Sala de desporto	Município	3.780	3.582	3.000	1	1	1	0
Freguesias								
Pequeno campo	U. F. FEC e Mazouco	2.355	2.286	1.500	3	2	2	0
	U. F. Lagoaça e Fornos	617	552	1.500	2	1	1	0
	Ligares	397	367	1.500	1	1	1	0
	Poiars	411	377	1.500	1	1	1	0

Fonte: Elaboração própria

Ao nível das Freguesias vemos que em todas existem Pequenos Campos de Jogos e, em todas existe um número excedentário destes equipamentos face à população estimada.

A avaliação de carências pelo critério da dimensão funcional útil, poderá revelar a existência de mais carências do que as detetadas com o método anterior, já que relaciona parâmetros de referência de m² por habitante com o número de habitantes.

Tabela 35 - Identificação de carências de acordo com a dimensão funcional útil

Equipamentos		População		Critério: Dimensão Funcional Útil					
		2011	2025	Área por equip (m ²)	Parâmetro (m ² /hab)	Existente (nº de equip.)	Necess. 2011 (nº de equip.)	Necess. 2025 (nº de equip.)	Carência 2025
Concelho									
Piscina coberta		3.780	3.582	375	0,0	198,0	113,4	107,5	0,0
Piscina descoberta		3.780	3.582	500	0,0	300,0	75,6	71,6	0,0
Pista de atletismo		3.780	3.582	14.000	0,8	0,0	3.024,0	2.865,6	2865,6
Unidades territoriais									

Tabela 35 - Identificação de carências de acordo com a dimensão funcional útil

Equipamentos		População		Critério: Dimensão Funcional Útil					
		2011	2025	Área por equip (m ²).	Parâmetro (m ² /hab)	Existente (nº de equip.)	Necess. 2011 (nº de equip.)	Necess. 2025 (nº de equip.)	Carência 2025
Grande campo	Município	3.780	3.582	8.000	2	29.210,0	7.164,0	7.187,1	0,0
Sala de desporto	Município	3.780	3.582	450	0,15	800,0	537,3	539,0	0,0
Freguesias									
Pequeno campo	U. F. FEC e Mazouco	2.355	2.286	2.355	2.286	1.500	1	2.198,0	2.355,0
	U. F. Lagoaça e Fornos	617	552	617	552	1.500	1	1.679,0	617,0
	Ligares	397	367	397	367	1.500	1	978,0	397,0
	Poiares	411	377	411	377	1.500	1	678,0	411,0

Fonte: Elaboração própria

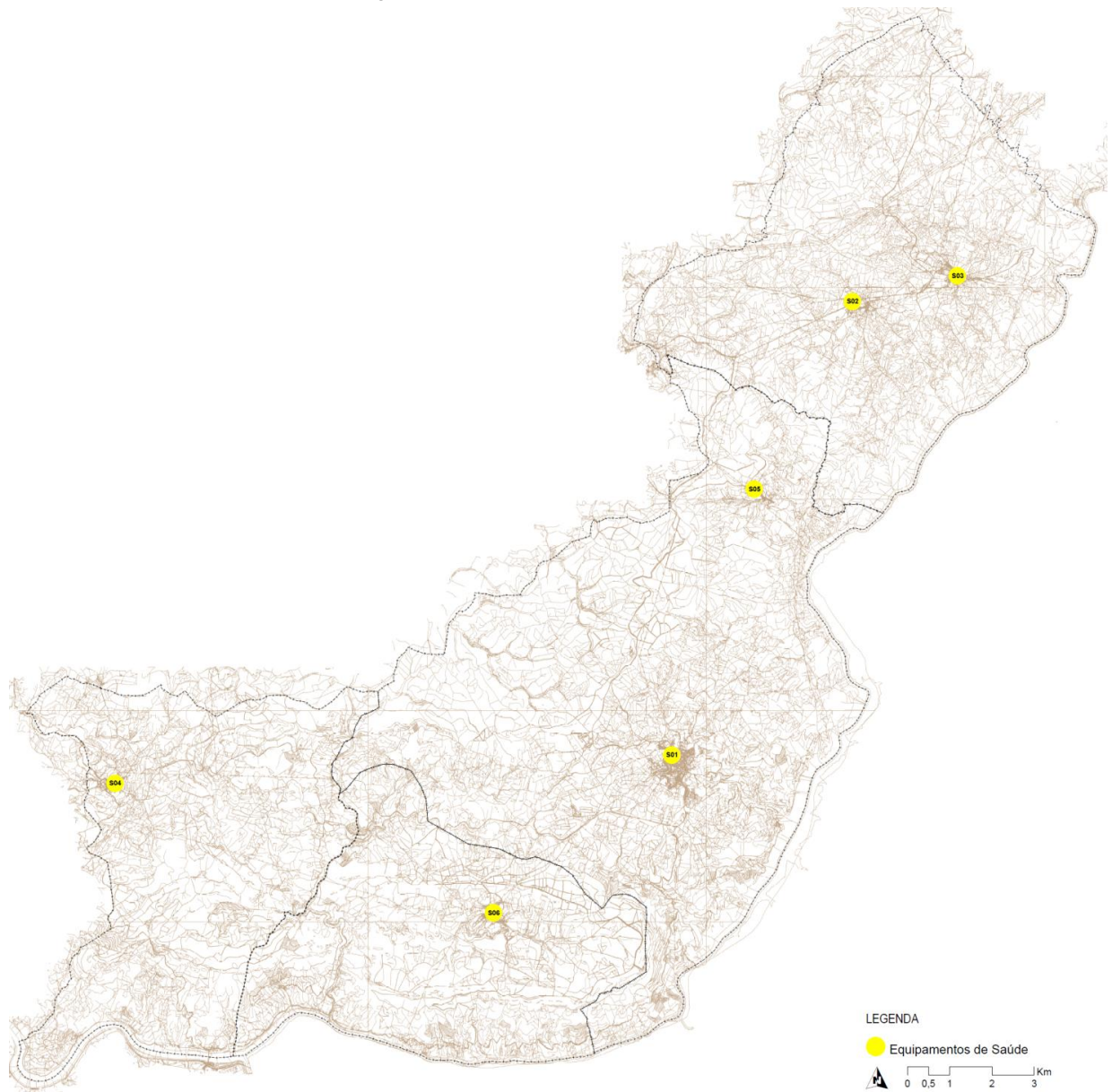
Com este critério verificamos que existe carência ao nível dos equipamentos Pista de Atletismo e Pequenos Campos de Jogos, No entanto no primeiro caso apesar de ser necessária uma área considerável esta é muito distante dos referenciais e no segundo caso de área em falta é muito diminuta.

SÍNTESE

A conjugação dos dois critérios, não revela carências evidentes, já que os valores obtidos estão quase sempre aquém dos referenciais de comparação. No entanto se houver uma procura considerável por um equipamento do tipo Pista de atletismo, talvez se possa considerar a construção de uma pista de dimensão reduzida (6.000 m²)

Para a generalidade do Concelho é cumprida a recomendação da UNESCO, uma vez que os investimentos realizados até 2015 mostram que o valor disponível face à população estimada para 2025, trará um rácio de 10,1m² 36, por habitante, valor superior ao recomendado por aquele organismo (a UNESCO recomenda 4m² por habitante). Se a este valor adicionarmos as áreas afetas aos equipamentos constantes das Instalações Especiais o valor será substancialmente maior que o recomendado.

Figura 55 – Equipamentos de Saúde Existentes



Fonte: Elaboração própria

3.4.6. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

Os equipamentos de saúde contribuem para a prevenção da doença, bem como para a promoção e prestação de cuidados de saúde. Dividem-se basicamente em hospitais (de nível concelhio ou supraconcelhio), Centros de Saúde (que abrangem normalmente todo um Concelho) e Unidades de Cuidados de Saúde/Extensão de Saúde (que poderão corresponder à área geográfica da freguesia).

CRITÉRIOS DE PLANEAMENTO

Indicados no quadro seguinte, os critérios de planeamento são estabelecidos com base nas Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos.

Tabela 36 - Critérios de planeamento dos equipamentos de saúde

Equipamento	População de Referência	Área (m2)	Irradiação (km)
Centro de Saúde	30.000	2.100	Concelho
Extensão de Saúde	5.000	500	2

SITUAÇÃO EXISTENTE E CARÊNCIAS PARA 2025

No concelho do Freixo de Espada à Cinta encontramos um Centro de Saúde na freguesia sede do concelho e 5 Extensões do Centro de Saúde distribuídas pelas restantes freguesias.

Tabela 37 - Equipamentos de saúde existentes

Ident.	Equipamento	Localização
Centros de Saúde		
S01	Centro de Saúde de Freixo de Espada à Cinta	FEC
S02	Extensão de Saúde Fornos	Fornos
S03	Extensão de Saúde Lagoaça	Lagoaça
S04	Extensão de Saúde Ligares	Ligares
S05	Extensão de Saúde Mazouco	Mazouco
S06	Extensão de Saúde Poiares	Poiares
Outros Equipamentos de Saúde		
OS01	Farmácia Guerra	FEC

De acordo com dados do INE relativos a 2014, existiam no Concelho 1,4 médicos e 6,2 enfermeiros por 1.000 habitantes, valores que no primeiro caso são muito inferiores aos verificados para a Região Norte e a média nacional e no segundo caso andam próximo das médias referidas (4,3/4,5 e 6,3/6,4, respetivamente).

Partindo da população estimada para 2025, a verificação de carências surge da aplicação dos critérios de planeamento e revela que não existe carência ao nível de instalações ainda que ao nível de médicos exista uma carência acentuada.

3.4.7. EQUIPAMENTOS DE CULTURA

CRITÉRIOS DE PLANEAMENTO

Não existem critérios quantitativos para a generalidade dos equipamentos de cultura (com a exceção da Biblioteca Municipal que, segundo as normas do GEPAT37 deverá ter 1.650 m² em concelhos com população superior a 50.000 habitantes). Para o Concelho são identificados os equipamentos indicados e outros relevantes e para determinar carências, há que procurar dinâmicas que apontem para a necessidade de criação de novos equipamentos. A tabela seguinte indica equipamentos culturais a abranger:

Tabela 38 - Critérios de planeamento de equipamentos de cultura

Unidade de Planeamento	Equipamentos	Critério de programação
Concelho	Biblioteca Municipal	1/12.000 habitantes ³⁸
	Museu	Pelo menos 1
	Ecrã de Cinema	Pelo menos 1
	Teatro/Auditório	Pelo menos 1
	Centro Cultural	Pelo menos 1
	Galeria de Arte/Exposições	Pelo menos 1
	Arquivo Municipal	Pelo menos 1
	Casa de Juventude	Pelo menos 1
Freguesia	Centro de Convívio	1/ 3.000 habitantes ou 1/ aglomerado

Os equipamentos relativos ao Concelho são aqueles que, pela sua dimensão e nível de utilização têm área de influência mais abrangente que o nível local, localizando-se geralmente em local central e de melhor acessibilidade.

O planeamento de equipamentos culturais a nível das Freguesias assenta no “Centro de Convívio”, entendido como equipamento onde se desenvolvem atividades culturais, recreativas e/ou desportivas, indutoras de interação social, abertas a toda a população, sem dedicação exclusiva a uma atividade ou faixa etária, sem prejuízo de poderem albergar outros serviços úteis à população.

O que se pretende é assegurar a existência de espaços que permitam e promovam a interação social, uma vez que estes pequenos equipamentos são por vezes os maiores dinamizadores da vida cultural, local.

Assume-se como desejável que o edifício do “Centro de Convívio” seja constituído, pelo menos, por sala polivalente e bar/café, indicando-se uma área de reserva urbanística de 400 m², que pode estar associado a outros equipamentos (sedes de associações culturais e recreativas ou equipamentos de ação social).

SITUAÇÃO EXISTENTE E CARÊNCIAS PARA 2025

A nível municipal encontramos vários equipamentos de interesse concelhio localizados na sede do concelho, como são o caso do Museu Regional Casa Junqueiro e do Museu da Seda e do Território.

Tabela 39 - Equipamentos de Cultura.

Ident.	Equipamento	Localização
C01	Biblioteca Municipal	Freixo de Espada à Cinta

37 Normas para Programação de Equipamentos Coletivos, Volume III (1990), Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território – GEPAT, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa.

38 Média de Portugal Continental (dados de Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População, 2004, INE)

Tabela 39 - Equipamentos de Cultura.

Ident.	Equipamento	Localização
C02	Museu Regional Casa Junqueiro	
C03	Museu da Seda e do Território	
C04	Auditório Municipal	
C05	Arquivo Municipal	
C06	Banda Filarmónica	

Figura 56 – Equipamentos de Cultura Existentes



Fonte: Elaboração própria

A nível concelhio parece não existir carência de equipamentos culturais. No entanto, ao nível das freguesias poderão existir carências uma vez que, as Associações ou Centros de Convívio Social, são habitualmente consideradas dinamizadoras da cultura local (pelo facto de albergarem inúmeras atividades de cariz cultural, recreativo e até desportivo, para as várias faixas etárias

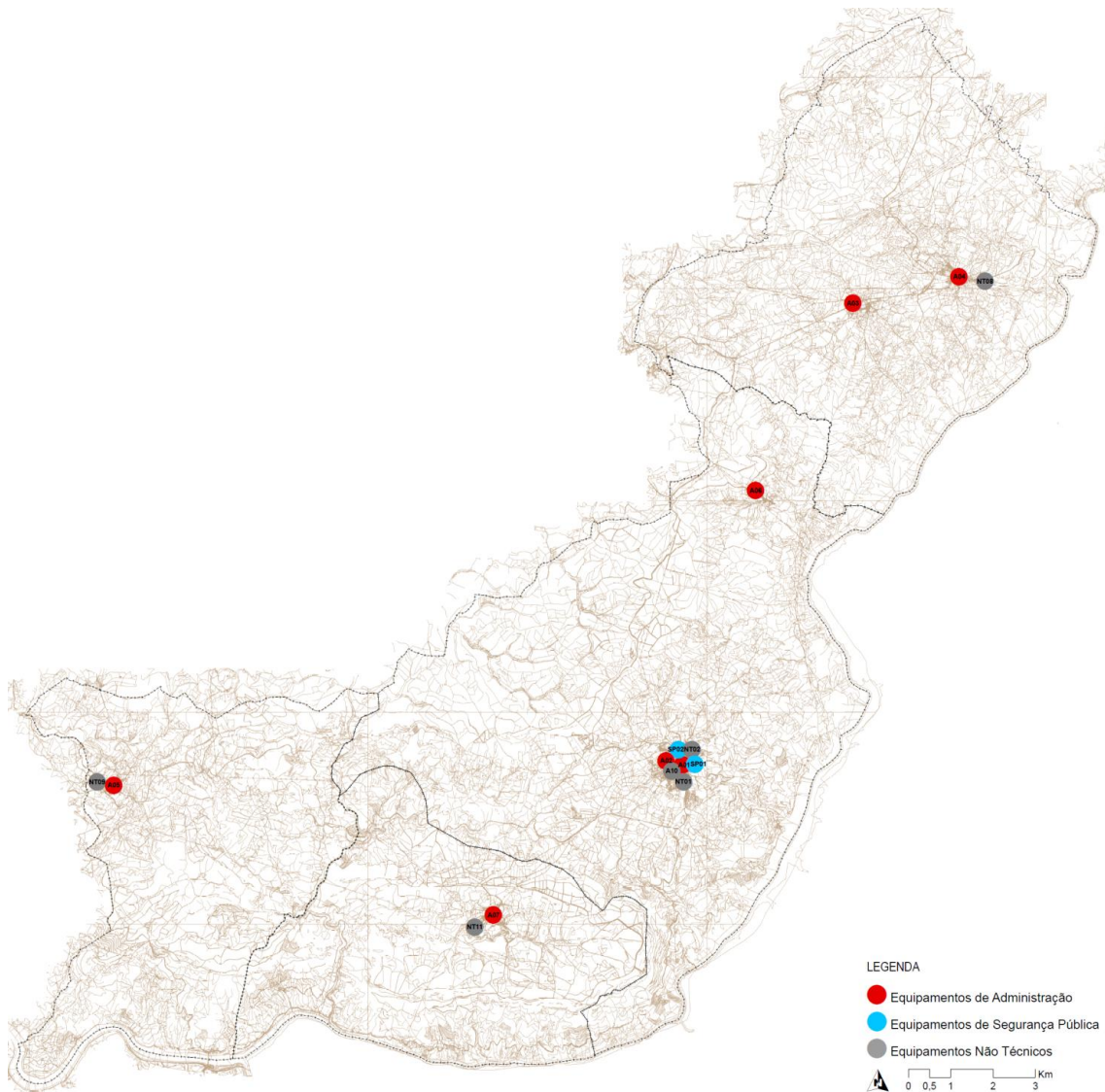
cumprindo assim o requisito de espaço de convívio intergeracional) e não temos indicações da sua existência.

OUTROS EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Além dos equipamentos analisados nos pontos anteriores, existem, no município, muitos outros indispensáveis à vida em sociedade. Referimo-nos, aos equipamentos de Segurança Pública, aos equipamentos Administrativos e a Equipamentos não Técnicos.

Os equipamentos de Segurança Pública existentes no Município localizam-se na freguesia sede do concelho correspondendo ao Posto Territorial da Guarda Nacional republicana (GNR) e aos Bombeiros Municipais.

Figura 57 – Outros Equipamentos



Fonte: Elaboração própria

O Planeamento de um destacamento ou posto da GNR, está a cargo do Comando Geral da GNR e do Gabinete de Estudos e Planeamento de Instalações do Ministério da Administração Interna³⁹. A população base para programação é variável e os

³⁹ in Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos (2002), DGOTDU, Lisboa

parâmetros apontam para um número de efetivos, entre 15 e 50, de acordo com a densidade populacional.

Quanto aos Quartéis de Bombeiros, o critério de programação efetua-se segundo determinada dimensão populacional, que no caso do Freixo de Espada à Cinta corresponde a um Programa tipo A abrangendo uma população até 20 mil habitantes. O critério de dimensionamento aponta para uma área de construção de 1.328m² e uma área de terreno de 2.500m².

Os equipamentos Administrativos, apesar de não serem programáveis são essenciais para a vida das populações na medida em que exercem funções de gestão do território, apoio das populações, etc. Assim encontramos as delegações de poder municipal e local, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, as delegações de Segurança Social, Conservatória, Repartição de Finanças, Cartório, etc.

Como Equipamentos Não Técnicos consideramos todos os restantes, como alguns serviços, Posto de Turismo e Correios; Cemitérios, Parques Infantis, Postos Florestais, etc.

Na tabela seguinte são apresentados todos os equipamentos referidos.

Tabela 40 - Outros Equipamentos

Ident.	Designação	Equipamentos
SP01	Bombeiros Voluntários de Freixo de Espada à Cinta	Equipamentos de Segurança Pública
SP02	GNR - Posto Territorial de Freixo de Espada à Cinta	
A01	Câmara Municipal de FEC	Administrativos
A02	Junta de Freguesia de FEC	
A03	Junta de Freguesia de Fornos	
A04	Junta de Freguesia de Lagoaça	
A05	Junta de Freguesia de Ligares	
A06	Junta de Freguesia de Mazouco	
A07	Junta de Freguesia de Poiares	
A08	Serviço de Finanças de FEC	
A09	Serviços de Registo e Notariado	
A10	Segurança Social de FEC	
A09	Espaço do Cidadão	Equipamentos Não Técnicos
OE01	Mercado Municipal de FEC	
OE02	Posto de turismo	
OE03	Espaço Internet	
OE04	Estação de Correios de FEC	
OE05	Complexo Turístico da Congida	
OE06	Cemitério de FEC	
OE07	Cemitério de Fornos	
OE08	Cemitério de Lagoaça	
OE09	Cemitério de Ligares	
OE10	Cemitério de Mazouco	
OE11	Cemitério de Poiares	

3.4.8. EQUIPAMENTOS A CRIAR E RESPETIVAS ÁREAS A RESERVAR

Apresentamos seguidamente um quadro síntese dos equipamentos a criar no concelho.

Tabela 41 - Equipamentos a Criar / Ampliar

Equipamentos	Vagas	Tipologia
Criação de Creche na U. F. de FEC e Mazouco	29	Equipamentos Educativos
Criação de Unidades de "Creches Familiares"		
U. F. de Lagoaça e Fornos	3	
Ligares	1	
Poiares	3	
Criação de Valências para idosos		Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social
U. F. de FEC e Mazouco	62	
Ligares	14	
Poiares	6	Equipamentos de Desporto
Pequena Pista de Atletismo		

Por último, é importante realçar que dada a complexidade da obtenção dos dados necessários, a proposta de equipamentos que apresentamos é a possível.

Como foi referido em todas as análises parciais, será necessário efetuar estudos aprofundados sobre a realidade atual em cada tipologia de equipamentos, bem como das necessidades mais urgentes da população para se definir um quadro de programação de equipamentos mais concreto.

3.5. REDE DE ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES

3.5.1. INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE

O sistema rodoviário do município de Freixo de Espada à Cinta é constituído por diferentes vias, sendo as principais as estradas nacionais que pertencem a rede de estradas complementares e as restantes estradas regionais ou municipais.

A distância entre a Sede de Concelho (Freixo de Espada à Cinta) e o Itinerário Principal mais próximo (IP2) é superior a 60 minutos (Relatório de Monitorização da Rede Rodoviária Nacional 2010).

O acesso ao IP 2 (que faz a ligação IP 4 – Guarda), é feito pela EN 220 no concelho de Torre de Moncorvo, no Pocinho.

O acesso à zona Norte do distrito da Guarda é feito pela ER 221 em Barca de Alva.

ESTRADAS NACIONAIS

As estradas nacionais asseguram as ligações às sedes de cada distrito com os contíguos, as ligações às sedes de cada distrito com os centros urbanos do mesmo e ainda as ligações entre a sede de cada distrito com o porto e a fronteira mais importante desse distrito, quando existente.

A Estrada Nacional 221, que liga a Estação de Freixo de Espada à Cinta (entroncamento com a Estrada Nacional 220) a Freixo de Espada à Cinta (núcleo urbano), tem 15.4 km de comprimento, com duas faixas de rodagem.

A EN 220 que faz a ligação - Pocinho/Estação de Freixo de Espada à Cinta, percorre o concelho ao longo de 2.6 km, terminando no entroncamento com a N 221. (Representadas na Carta 1, a negro.)

ESTRADAS REGIONAIS

No concelho de Freixo de Espada à Cinta estão integradas duas estradas regionais ambas com a classificação ER 221 que fazem a ligação com a Estrada Nacional 221, classificadas segundo o Decreto – Lei nº 222/98 de 17 de Julho.

A ER 221 que faz a ligação Estação de Freixo de Espada à Cinta (entroncamento com a EN 220) – Castelo Branco, percorre 11.5 km do concelho nas freguesias de Freixo de Espada à Cinta/ Mazouco e de Lagoaça/Fornos.

Esta faz a ligação de Freixo de Espada à Cinta – Barca d’Alva, sendo que a ER 221 percorre 17.5 km no interior do concelho, atravessando as Freguesias de Freixo de Espada à Cinta/ Mazouco, Poiares e Ligares. (Representadas na Carta 1 a vermelho, com a linha grossa).

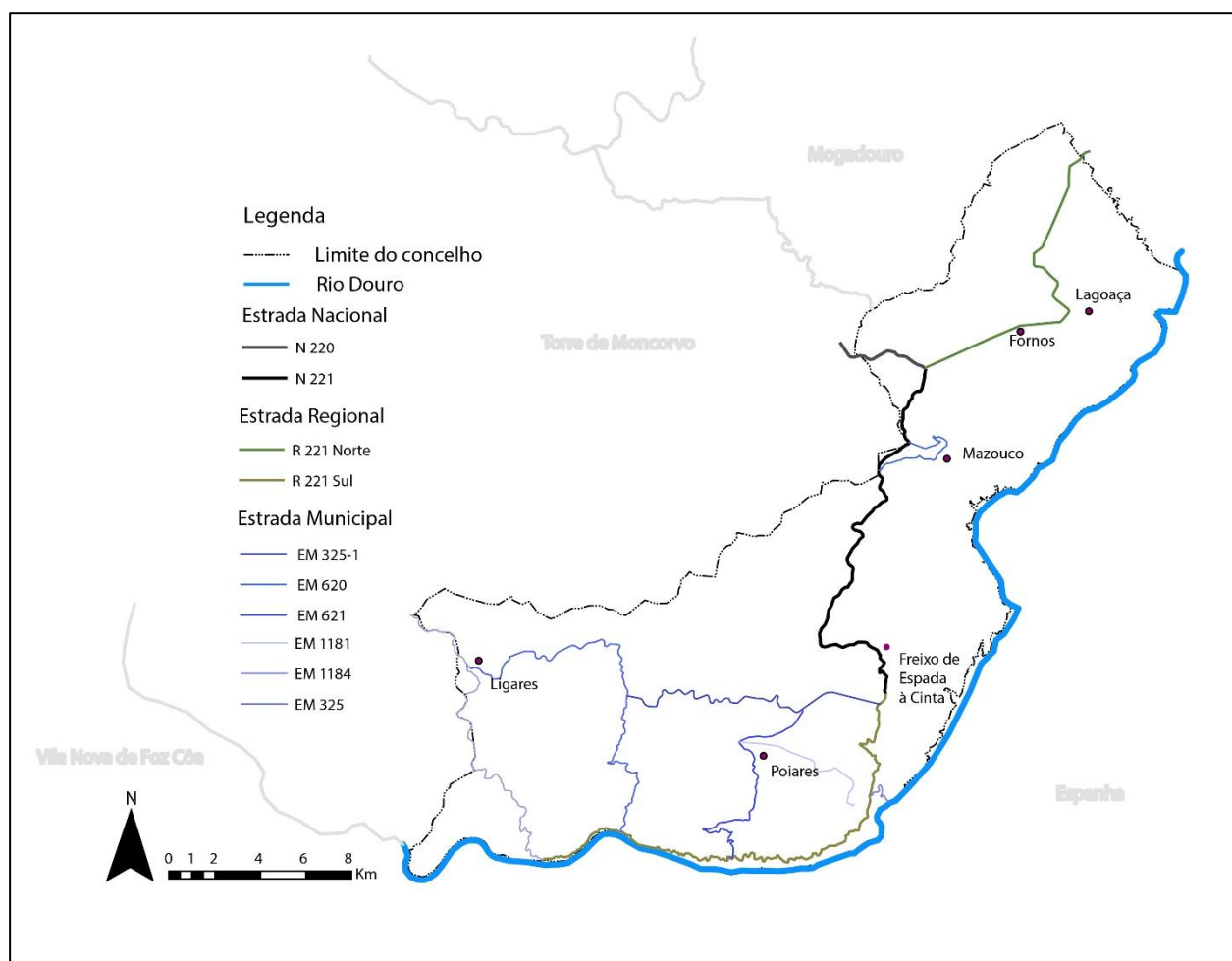
ESTRADAS MUNICIPAIS E CAMINHOS MUNICIPAIS

As estradas municipais existentes no concelho de Freixo de Espada à Cinta fazem a ligação entre as estradas nacionais e as freguesias, ligação entre freguesias ou entre outras estradas municipais e freguesias.

As estradas municipais dentro do limite do concelho com numeração fazem as principais ligações entre os aglomerados urbanos do concelho e vias intermunicipais. As estradas municipais com numeração são: a EM 325 (~14.2km) e 325-1 (~10 km) que liga Ligares a Freixo de Espada à Cinta, a EM 617 (~9.5km) liga a EN 221 ao lugar da Fonte Santa, a EM 619 liga a EN 221 à Aldeia de Fornos, a EM 620 (~4.8km) liga EN 221 à Aldeia de Mazouco, a EM621 (~9.45km) liga a EN 325-1 à freguesia de Poiares, a EM 1181 (~8.6km) liga a EM 621 à Freguesia de Poiares pela localidade de Penedo Durão e ainda a EM 1184 (~1.7km) liga Freixo de Espada à Cinta à localidade de Congida.

Os Caminhos Municipais (~135km) estão divididos entre dois tipos de pavimentos: (1) os localizados no interior de localidades em cubo de granito e (2) as vias em alcatrão dentro das localidades e na ligação entre localidades, com as bermas não definidas e captação das águas pluviais deficiente. (Representadas na Carta 1 com diferentes tipologias).

Figura 58 – Carta Municipal da Rede Rodoviária



FERROVIAS

A rede ferroviária presente no concelho de Freixo de Espada à Cinta não faz parte da rede ferroviária principal portuguesa, tendo sido desativadas as estações de Lagoaça e de Fornos em 1988, restando apenas as suas ruínas, acabando com a conhecida linha como a Linha do Sabor que terminava nas Duas Igrejas.

O troço Mogadouro - Duas Igrejas foi inaugurado a 22 de maio de 1938. A estação de Freixo de Espada à Cinta dista do centro do povoamento de Freixo de Espada à Cinta de aproximadamente 15 km. A estação ferroviária mais próxima e ativa é a estação de Pocinho. A estação de Lagoaça foi recuperada e funciona atualmente como Casa Rural – obra feita pela Junta de Freguesia de Lagoaça.

PONTES

Existem duas pontes na freguesia de Lagoaça e Fornos, entre 0 e 25 metros, localizando-se uma na ligação da estrada nacional 221 perto da povoação de Lagoaça e a outra perto da povoação de Lagoaça.

Uma ponte entre os 0 e 25 metros localiza-se no limite da União de Freguesias de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco com a União de Freguesias de Lagoaça e Fornos, perto da povoação de Mazouco.

Junto do aglomerado populacional de Freixo de Espada à Cinta encontram-se 3 pontes entre os 0 e 25 metros, sendo que uma se localiza a Norte, outra a Sul e a terceira mais afastada a Este do aglomerado populacional.

Na estrada nacional 221, no troço que liga Freixo de Espada à Cinta com a freguesia de Ligares a sul do concelho, localizam-se sete pontes, uma das quais uma tem dimensões superiores a 50 metros. As restantes têm dimensões entre os 0 e 25 metros.

A ponte de maiores dimensões localiza-se junto ao entroncamento entre a estrada nacional 221 e a estrada municipal 325.

A ponte de dimensões superior a 50 metros e menor que 75 metros localizada na freguesia de Poiares, encontra-se a poucos km do entroncamento entre a estrada municipal 325 com a 325-1.

Ainda na freguesia de Poiares identificam-se cinco pontes que têm as dimensões entre 0 e 25 metros. (Representadas na Carta 3 por pontos verdes com duas dimensões distintas, menores pontes entre 0 e 25 metros, maiores pontes entre os 50 e os 75 metros)

Figura 59 – Carta da antiga ferrovia

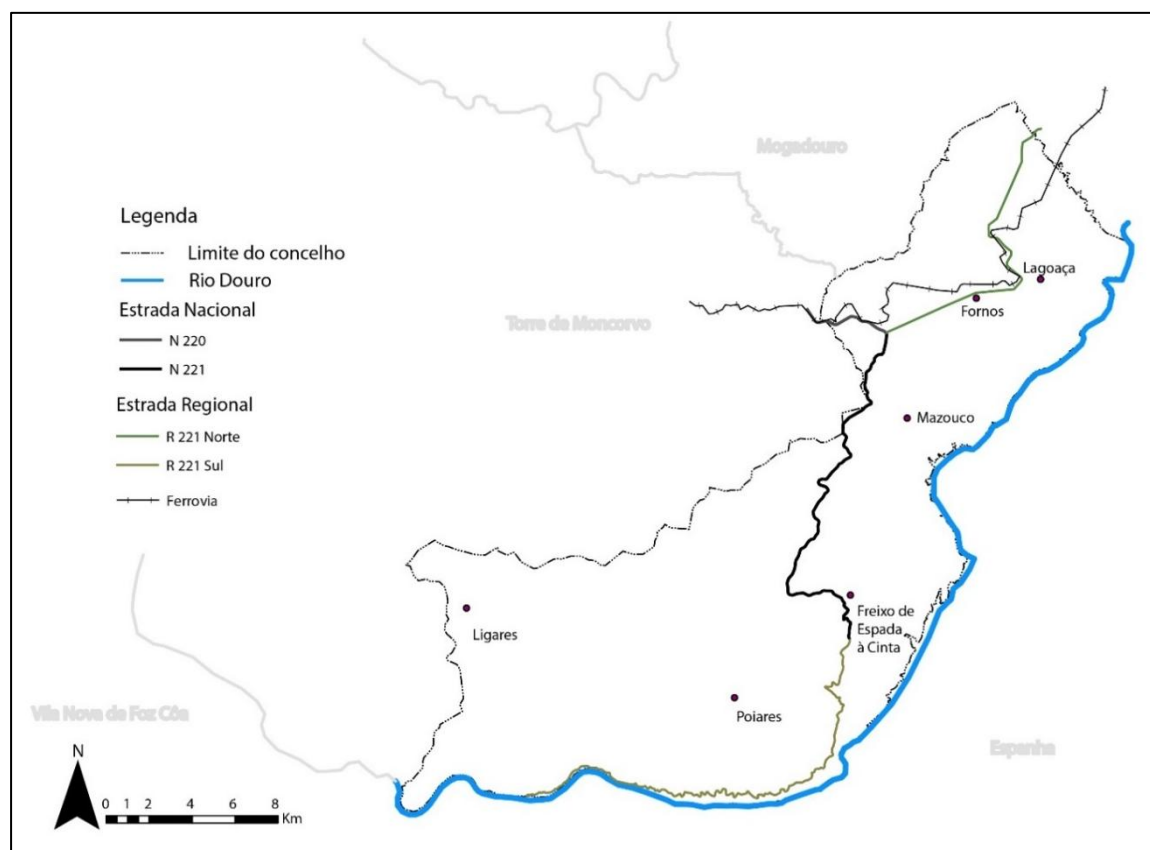
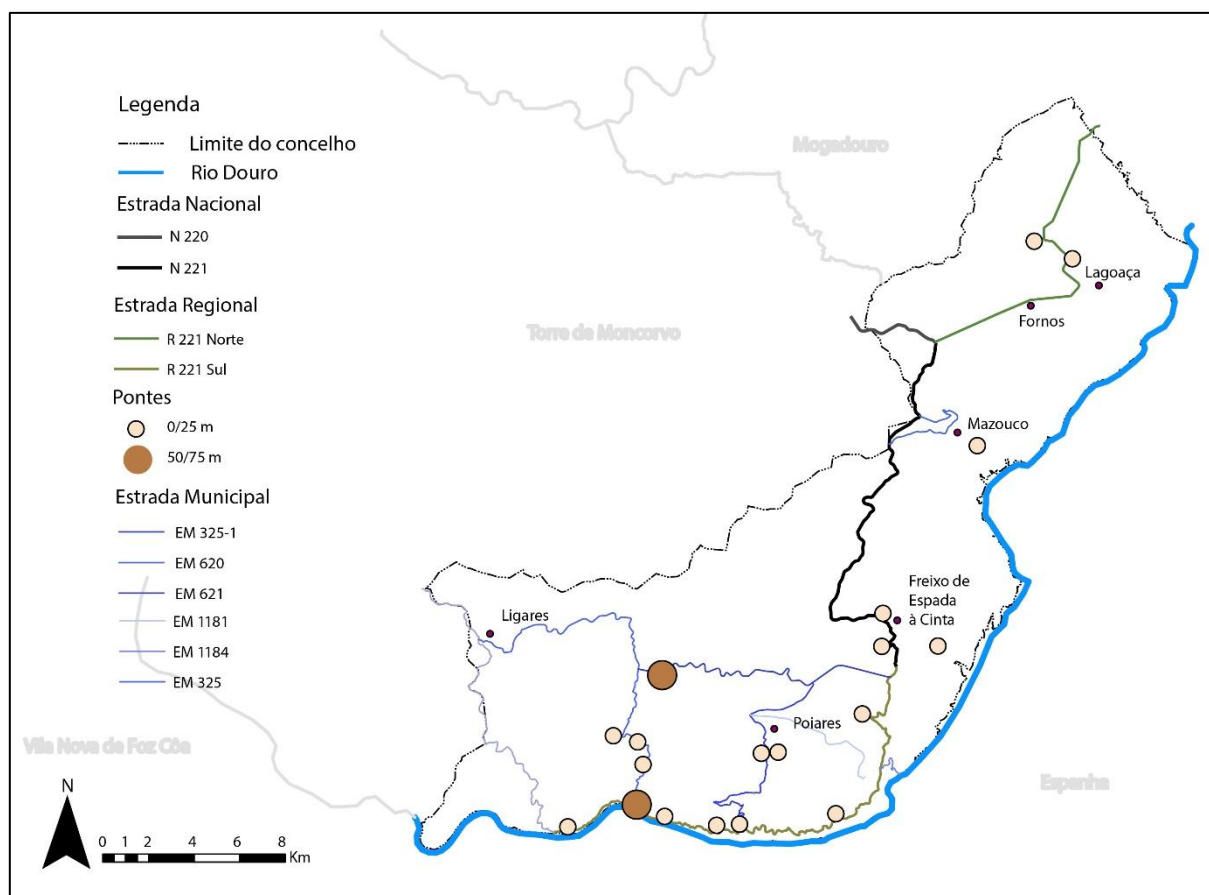


Figura 60 – Carta Municipal de Pontes e Viadutos



3.5.2. PRINCIPAIS LIGAÇÕES À REDE EXTERIOR

DISTÂNCIAS ENTRE FREIXO DE ESPADA À CINTA E CAPITALS DE DISTRITO

As distâncias entre a sede de concelho de Freixo de Espada à Cinta e a capital de distrito de Bragança, do Porto e de Lisboa, foram calculadas tendo em conta a distância em quilómetros em estrada que as separam.

O percurso é o de menor distância entre os pontos apontados, e não tem em conta a qualidade das vias nem o tempo de paragem.

Freixo de Espada à Cinta localiza-se a 143 km da capital de distrito a que pertence, sendo que as estradas em piores condições se localizam na freguesia de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco antes de se entrar em estradas nacionais ou complementares e principais.

A cidade Espanhola mais próxima a Freixo de Espada à Cinta localiza-se a 70,6 km, sendo a cidade de Salamanca, sendo necessário atravessar o Rio Douro.

A distância às cidades de Porto e Lisboa são respetivamente 238 km e 446 km, sendo as vias mais problemáticas as do concelho de Freixo de Espada à Cinta antes da entrada em itinerários principais ou complementares.

Melhor circuito	Distância aproximada	Tempo de deslocação aproximado
Freixo de Espada à Cinta - Bragança		
Freixo de Espada à Cinta → N221 → IC5 A4/IP4 → N 217 → Bragança	143 km	1.40 h
Freixo de Espada à Cinta - Porto		
Freixo de Espada à Cinta → N221 → IC5 Porto → A4	238km	2.37h
Freixo de Espada à Cinta - Lisboa		
Freixo de Espada à Cinta → N 221 → N 220 A 25 → A 26 → Lisboa	446km	4.33h
Freixo de Espada à Cinta - Salamanca		
Freixo de Espada à Cinta → Barragem de Saucelle → Salamanca	70.6km	1.22h

3.5.3. DESEMPENHO DO SISTEMA RODOVIÁRIO

CONDIÇÕES DAS VIAS

As estradas nacionais são pavimentadas em betuminoso, com duas vias sem situações pontuais de estrangulamento. As curvas, cruzamentos, entroncamentos e demais situações obedecem às normas publicadas de traçado. O estacionamento de veículos à face da via é impedido ou inibido.

Figura 61- EN 221



Figura 62 - EN 220



As Estradas Regionais são pavimentadas com betuminoso, duas faixas de rodagem com as bermas definidas, ladeadas, quando assim as condições o exigem, por muros de suporte em pedra.

Figura 63- ER 221 Norte



Figura 64- ER 221 Sul



As Estradas Municipais apresentam pavimento betuminoso, bermas pouco claras e delimitação das faixas de rodagem muitas vezes deficiente. Nas EM 325 e EM 325- 1 há recurso a barras laterais.

Figura 65- ER 221 Norte



Figura 66- ER 221 Norte



Figura 67- ER 221 Norte



Figura 68- ER 221 Norte



Os Caminhos Municipais estão divididos entre dois tipos de pavimentos, os localizados no interior das localidades são em cubo de granito e as vias em alcatrão dentro das localidades e na ligação entre localidades, com as bermas não definidas e captação das águas pluviais deficiente. Muitas vezes a circulação pedonal é ignorada nos caminhos dentro de localidades, sem que seja admitido o regulamento de uma rua de uso partilhado.

Figura 69- ER 221 Norte



Figura 70- ER 221 Norte



Figura 71- ER 221 Norte



Figura 72- ER 221 Norte



3.5.4. REDE DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

ESTUDO DE MOBILIDADE INTERURBANA

Os transportes públicos disponíveis no concelho são assegurados por duas companhias distintas: Rodonorte e Santos viagens, que fazem a ligação intermunicipal e interdistrital. A paragem localiza-se na Vila de Freixo de Espada à Cinta, fazendo a ligação com os restantes municípios.

Dentro do município são asseguradas as carreiras, dentro da época de aulas, de forma a garantir o acesso as escolas pelos alunos residentes no município.

FREQUÊNCIA DE LINHAS

Existem quatro linhas que passam por Freixo de Espada à Cinta duas no sentido Lisboa e outras duas no sentido Miranda do Douro.

No sentido Lisboa existe um autocarro de Segunda a Sexta às 7.45h, outro ao Domingo às 15.15h e um terceiro ao Sábados, Domingos e Feriados às 7.45h.

No sentido Miranda do Douro existem dois autocarros de Segunda a Sexta, um as 15.30h e outro as 18.30h, um autocarro à Sexta à meia noite e quarenta, um aos Sábados, Domingos e Feriados às 18.10h e por fim às sextas e Domingos às 21.10h.

3.6. SISTEMAS DE INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

3.6.1. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O sistema de abastecimento de água no concelho de Freixo de Espada à Cinta pertence ao Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro. O projeto envolve 30 municípios incluindo Freixo de Espada à Cinta, de acordo com o Decreto-Lei n.º 270-A/2001, de 6 de outubro. A concessão que tem como horizonte o ano de 2031 e um público-alvo estimado de 454 mil habitantes.

Tabela 42 – Alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, segundo as instalações (água canalizada) existentes nos alojamentos					
Zona Geográfica	Alojamentos familiares como residência habitual (total)	Com água canalizada no alojamento		Com água canalizada fora do alojamento, mas disponível no edifício	Sem água canalizada no alojamento ou edifício
		Proveniente da rede pública	Proveniente de rede particular		
Freixo de Espada à Cinta					
Alojamentos	1516	1515	11	0	3
Pessoas Residentes	3527	3533	28	0	6
Fornos					
Alojamentos	102	102	1	0	0
Pessoas Residentes	203	203	3	0	0
Freixo de Espada à Cinta					
Alojamentos	789	794	5	0	0
Pessoas Residentes	2010	2022	15	0	0
Lagoaça					
Alojamentos	187	186	0	0	2
Pessoas Residentes	392	393	0	0	5
Ligares					
Alojamentos	170	166	4	0	1
Pessoas Residentes	356	353	6	0	1
Mazouco					
Alojamentos	93	93	0	0	0
Pessoas Residentes	167	167	0	0	0
Poiães					
Alojamentos	175	174	1	0	0
Pessoas Residentes	399	395	4	0	0
Fonte: INE, Censos 2011					

Para efeitos de análise, os Censos de 2011 indicam que a quase totalidade dos Alojamentos familiares utilizados como residência habitual está servida de abastecimento de água canalizada, maioritariamente proveniente da rede pública. Desta forma, podemos concluir que a taxa de cobertura da rede de abastecimento de água ronda os 97% dos alojamentos do concelho e que a oscilação da percentagem de cobertura não tem grande variação entre freguesias.

SITUAÇÃO ATUAL

O sistema de abastecimento de água gerido pelo município de Freixo de Espada à Cinta é constituído por 6 zonas de abastecimento, das quais 2 são compradas e 4 de origem própria. Há ainda um sem número de origens que abastecem os diferentes fontanários e marcos de água. Caso não seja possível manter ou repor o caudal necessário para garantir o fornecimento de água, ou em caso de

interrupção de emergência, o abastecimento é assegurado pelos Bombeiros Voluntários através de camiões cisterna.

CAPTAÇÃO DE ÁGUA

No âmbito do n.º 1 do artigo 7º (Águas utilizadas para captação de água potável) da DQA, devem ser identificadas, em cada região hidrográfica, as massas de água destinadas à captação de água para consumo humano que forneçam mais de 10m³ /dia em média ou, que sirvam mais de 50 pessoas, bem como as massas de água previstas para esse fim.

A barragem das Olgas localiza-se na ribeira do Arroio, afluente da margem direita do rio Douro, cerca de 2,5km a sul da povoação de Maçores e cerca de 8km a sudoeste de Torre de Moncorvo, numa secção em que a bacia hidrográfica dominada é de 26,7,0km². Trata-se de uma barragem de betão gravidade clássica, embora com uma ligeira curvatura seus encontros.

O corpo da barragem é constituído por um bloco central com eixo retilíneo, sobre o qual será implantado o descarregador de cheias e por dois encontros laterais curvilíneos, ambos com raio de curvatura em planta de 200m. Para além do descarregador de cheias, esta barragem tem incorporados a descarga de fundo e a descarga de caudal ecológico. A altura máxima acima da fundação é de 34,5m, sendo que o coroamento tem um desenvolvimento de 123m de comprimento e um tabuleiro rodoviário com 7,5m de largura. A albufeira criada terá 11,14ha de área inundada e cerca de 938 800m³ de volume de armazenamento total à cota do NPA (381,55). A AdTMAD (Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro) construiu também, uma torre de tomada que tem três níveis distintos de captação, uma estação de bombagem implantada no interior da torre e um troço de conduta elevatória. Foi ainda construído um novo acesso de ligação da EM613 ao coroamento da barragem. A finalidade desta barragem será a de assegurar o reforço do fornecimento de água bruta à ETA do Arroio, que alimenta o subsistema de abastecimento de água Olgas/Arroio, nomeadamente as freguesias de Açoreira, Felgueiras, Maçores, Mós, Peredo dos Castelhanos, Urros e Torre de Moncorvo do concelho de Torre de Moncorvo e a freguesia de Ligares do concelho de Freixo de Espada-à-Cinta, cuja população máxima atual foi estimada em cerca de 5.100 habitantes permanentes e 4.100 habitantes flutuantes.

3.6.2. SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Existem 1 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), 3 Pequenas Instalações de Tratamento de Águas Residuais (PITAR) e 1 Estação de Tratamento de Águas (ETA) no município de Freixo de Espada à Cinta, de acordo com a informação da empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Figura 74 – Localização de ETA's, ETAR's, sistema adutor e emissários nos concelhos do Douro Superior/Terra Quente

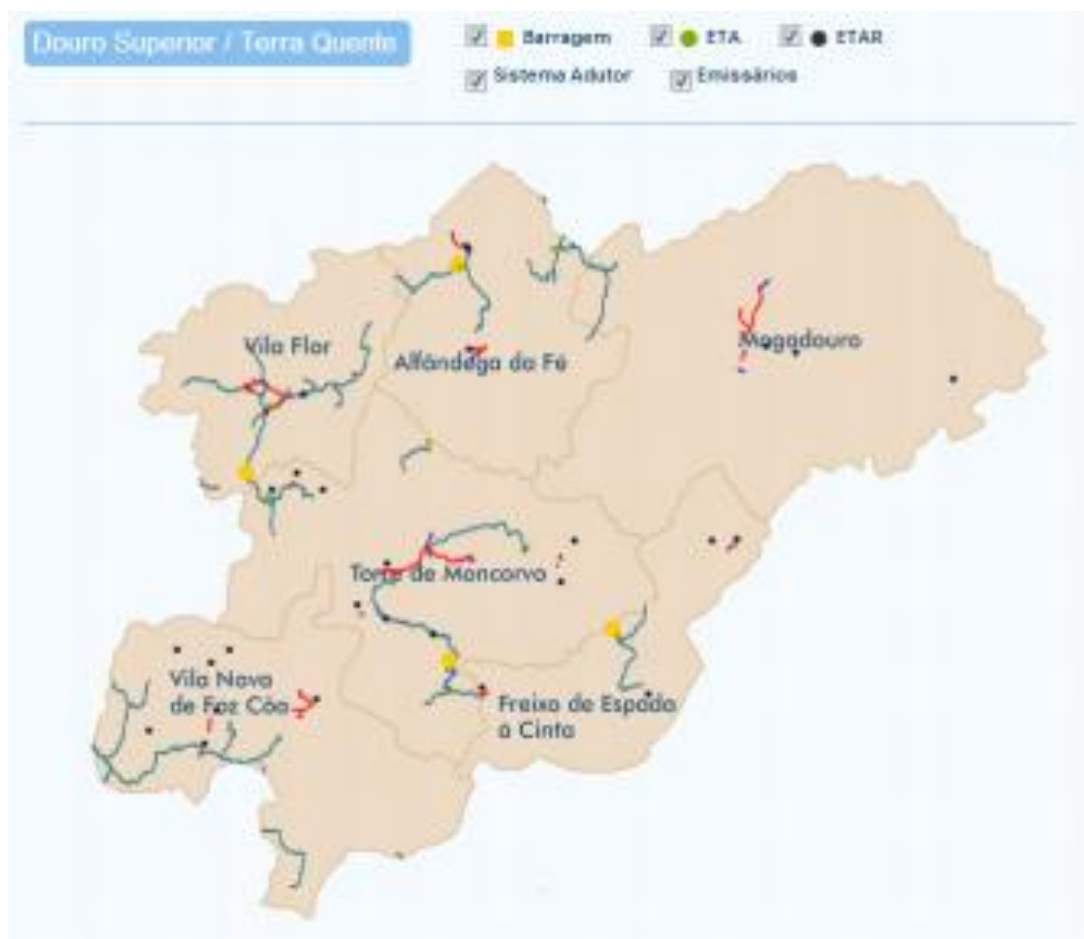


Tabela 43 – Alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, segundo as instalações (rede de drenagem de águas residuais) existentes nos alojamentos				
Zona Geográfica	Alojamentos familiares como residência habitual (total)	Ligado à rede pública de drenagem de águas residuais	Ligado a sistema particular de drenagem de águas residuais	Outros casos
Freixo de Espada à Cinta				
Alojamentos	1516	1448	62	19
Pessoas Residentes	3527	3384	153	30
Fornos				
Alojamentos	102	82	19	2
Pessoas Residentes	203	158	46	2
Freixo de Espada à Cinta				
Alojamentos	789	774	20	5
Pessoas Residentes	2010	1982	45	10
Lagoaça				
Alojamentos	187	178	5	5
Pessoas Residentes	392	375	15	8
Ligares				
Alojamentos	170	154	14	3
Pessoas Residentes	356	323	33	4
Mazouco				
Alojamentos	93	92	1	0
Pessoas Residentes	167	166	1	0
Poiães				

Tabela 43 – Alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, segundo as instalações (rede de drenagem de águas residuais) existentes nos alojamentos

Zona Geográfica	Alojamentos familiares como residência habitual (total)	Ligado à rede pública de drenagem de águas residuais	Ligado a sistema particular de drenagem de águas residuais	Outros casos
Alojamentos	175	168	3	4
Pessoas Residentes	399	380	13	6

Fonte: INE, Censos 2011

À semelhança da taxa de cobertura da rede de abastecimento de água, a taxa de cobertura da rede de drenagem de águas residuais nos alojamentos familiares ocupados como residência habitual é elevada e maioritariamente garantida pela rede pública de drenagem de águas residuais.

Fornos é a freguesia com maior percentagem de sistemas de drenagem particulares, com cerca de 18,63%, e a freguesia de Mazouco é a que tem maior cobertura garantida pela rede pública de drenagem de águas residuais – 98,92%.

3.6.3. SISTEMA DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Cabe à Associação de Municípios do Douro Superior e à sua participada RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM todo o processo de Recolha e Tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos – RSU dos Municípios do Douro Superior.

Depois de recolhidos no município, os resíduos sólidos urbanos indiferenciados são enviados para o aterro sanitário de Urjais – Mirandela, onde são tratados. Os resíduos recicláveis são recolhidos nos ecopontos e ecocentros e encaminhados diretamente para o mesmo aterro sanitário de Urjais – Mirandela.

Tabela 44 – Edifícios segundo o número de alojamentos, por existência de sistema de recolha de resíduos

Zona Geográfica	Edifícios segundo o número de alojamentos	
	Total	%
Recolha de RU		
Freixo de Espada à Cinta	3060	
Com recolha de resíduos urbanos	3005	98,20
Sem recolha de resíduos urbanos	55	1,80
Fornos	354	
Com recolha de resíduos urbanos	354	100,00
Sem recolha de resíduos urbanos	0	0,00
Freixo de Espada à Cinta	1267	
Com recolha de resíduos urbanos	1250	98,66
Sem recolha de resíduos urbanos	17	1,34
Lagoaça	534	
Com recolha de resíduos urbanos	511	95,69
Sem recolha de resíduos urbanos	23	4,31
Ligares	351	
Com recolha de resíduos urbanos	336	95,73
Sem recolha de resíduos urbanos	15	4,27
Mazouco	244	
Com recolha de resíduos urbanos	244	100,00
Sem recolha de resíduos urbanos	0	0,00
Poiães	310	
Com recolha de resíduos urbanos	310	100,00
Sem recolha de resíduos urbanos	0	0,00

Fonte: INE, Censos 2011

A taxa de cobertura da rede de recolha de resíduos sólidos urbanos é de 98,2% na globalidade do concelho de Freixo de Espada à Cinta, chegando a 100% nas freguesias de Fornos, Mazouco e Poiars.

4. ANÁLISE ECONÓMICA DO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

4.1. ECONOMIA E PERFIL FUNCIONAL

Esta parte do relatório analisa as dinâmicas socioeconómicas do concelho de Freixo de Espada à Cinta, procurando aferir as suas principais problemáticas relativamente às condições de vida das populações, assim como face às dinâmicas empresariais.

Na tabela seguinte podemos observar alguns dados relativos à situação da população de Freixo de Espada à Cinta perante o emprego.

Tabela 45 – desemprego

Anos	Unidades geográficas	Taxa de desemprego	
		Total	Mulheres
2016	Portugal	11,1	11,2
	Norte	12,0	12,6
2015	Portugal	12,4	12,7
	Norte	13,7	14,3
2014	Portugal	13,9	14,3
	Norte	14,8	16,1
2013	Portugal	16,2	16,4
	Norte	17,1	18,0
2012	Portugal	15,5	15,5
	Norte	16,0	16,8
2011	Portugal	12,7	13,0
	Norte	13,0	14,4

Fonte: INE, 2011

Embora sem indicadores discriminados para a realidade concelhia, os dados do INE relativos a 2016 apontam para uma taxa de desemprego na ordem dos 11,1% para Portugal e de 12,0% para a realidade da região Norte. Todos estes valores têm sido sucessivamente revistos em baixa a partir do 2º trimestre de 2016, tanto para o Norte como para o país.

Relativamente à realidade concelhia, podemos observar que existe uma clara tendência (entre 2011 e 2016) para a diminuição do desemprego, não obstante este fator ter de ser conjugado com a diminuição demográfica da população de Freixo de Espada à Cinta.

Tabela 46 – Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por grupo etário

Anos	< 25 Anos	25 - 34	35 - 44	45 - 54	mais de 55	total
2011	46,4	56,8	49,8	56,7	31,4	241,1
2012	48,3	55,9	63,1	54,6	43,1	264,9
2013	27,5	63,9	65,8	61,8	50,0	268,9
2014	35,8	60,3	66,6	56,1	58,0	276,8
2015	39,1	57,2	61,6	47,9	42,0	247,8
2016	36,9	48,3	54,3	47,8	40,8	228,1

Fonte: PORDATA; Última atualização: 2017-02-15

Para Freixo de Espada à Cinta, os dados apontam para uma tendência de diminuição no número de desempregados inscritos no centro de emprego e de formação profissional, embora essa diminuição não verifique o mesmo ritmo para todos grupos etários, sendo mais lenta entre os 35 a 44 anos e para as pessoas com mais de 55 anos, onde os inscritos ainda são em número superior ao registado em 2011. O grupo etário que apresenta maior número de inscritos é entre os 53 e os 44 anos

Em termos de “tipologia” da população desempregada, podemos constatar a seguinte realidade.

Tabela 47 – perfil do desempregado inscrito nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) no concelho de Freixo de Espada à Cinta

Anos	Género		Tempo de inscrição		Situação face à procura de emprego		
	Homens	Mulheres	menos de 1 ano	1 ano ou mais	1º Emprego	Novo Emprego	Total
2011	91,3	149,8	122,7	118,4	57,2	183,9	241,1
2012	113,8	151,1	124,5	140,4	57,3	207,6	264,9
2013	111,1	157,8	119,2	149,8	39,9	229,0	268,9
2014	107,1	169,7	97,8	179,0	46,2	230,6	276,8
2015	98,5	149,3	68,3	179,5	49,5	198,3	247,8
2016	100,4	127,7	89,9	138,2	50,2	177,9	228,1

Fonte: PORDATA; Última atualização: 2017-02-15

Constata-se que o número (média anual) de desempregados inscritos no centro de emprego, entre os anos de 2011 e 2016, é sempre superior para o sexo feminino, e embora revelando variações distintas ao longo desses anos, ambos os sexos revelam uma tendência decrescente. Apesar dessa tendência, é possível verificar que no caso dos homens, o número atual de inscritos ainda é superior ao registado em 2011 e ligeiramente acima do registado em 2015, mas ficando abaixo dos anos 2012, 2013 e 2014.

Relativamente ao tempo de inscrição, o número de desempregados inscritos há menos de um ano revela uma tendência de diminuição passando de 122,7 em 2011 para 89,9 em 2016. O mesmo não se pode dizer para as pessoas inscritas a 1 ano ou mais, que entre 2011 e 2015, registraram um crescimento, em 2016 ocorre uma descida para 138,2, número que continua a ser superior ao verificado em 2011.

O número de inscritos que procuram um novo emprego é, entre 2011 e 2016 sempre bastante superior ao verificado para quem procura o primeiro emprego. Enquanto para a primeira situação se regista uma diminuição a partir de 2015, no caso daqueles que procuram o primeiro emprego a tendência é inversa, aumentando o número de inscritos a partir de 2014. Nas duas situações, o número médio anual encontra-se abaixo dos verificados em 2011

4.2. EMPREGO: SECTORES DE ATIVIDADE E RENDIMENTO

Na tabela seguinte podemos observar alguns dados relativos à distribuição dos trabalhadores do concelho de Freixo de Espada à Cinta por sectores de atividade.

Tabela 48 – população empregada segundo os Censos: total e por sector de atividade económica

Unidades geográficas	Total			Primário			Secundário			Terciário			
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	
2010	Portugal	4 650 947	2 599 088	2 051 859	231 646	155 387	76 259	1 632 638	1 138 958	493 680	2 786 663	1 304 743	1 481 920
	Norte	1 656 103	935 351	720 752	78 726	52 100	26 626	758 079	486 588	271 491	819 298	396 663	422 635
	Freixo de Espada à Cinta	1 276	837	439	392	277	115	251	227	24	633	333	300
2011	Portugal	4 361 187	2 075 974	2 085 213	133 386	94 474	38 912	1 154 709	831 835	322 874	3 073 092	1 349 665	1 723 427
	Norte	1 501 883	804 298	697 594	43 023	30 178	12 845	533 848	360 081	173 767	925 012	414 030	510 982
	Freixo de Espada à Cinta	1 153	644	509	230	167	63	198	171	27	725	306	419

Fonte: PORDATA, Última atualização 2015-09-01

Constata-se a presença maioritária do sector terciário, seguindo-se o secundário.

A tabela seguinte apresenta indicadores que nos permitem aferir o “perfil” da realidade socioeconómica do concelho.

Tabela 49 – Mercado de trabalho – Remunerações - ganho médio mensal

Anos	Unidades geográficas	Ganho médio mensal	Disparidade no ganho médio mensal por sexo	Disparidade no ganho médio mensal por sector de atividade	Disparidade no ganho médio mensal por nível de habilitações
		€		%	
2011	Portugal	x	x	x	x
	Norte	949,1	10,5	7,6	32,8
	Freixo de Espada à Cinta	673,1	2,4	5,1	20,1
2012	Portugal	x	x	x	x
	Norte	958,1	10,8	7,3	34,1
	Freixo de Espada à Cinta	683,5	5,3	2,3	17,7
2013	Portugal	x	x	x	x
	Norte	963,4	10,8	7,2	34,9
	Freixo de Espada à Cinta	719,9	5,1	4,1	18,1
2014	Portugal	x	x	x	x
	Norte	967,2	10,2	6,8	35,7
	Freixo de Espada à Cinta	736,1	6,1	3,0	19,4

Fonte: INE

Em termos de ganho médio mensal, não obstante se assista a um aumento gradual em termos de rendimento auferido pelos trabalhadores do concelho, este valor mantém-se substancialmente inferior face aos registados pela média da região Norte.

No entanto, assinala-se que embora a disparidade de rendimentos em termos de género seja reduzida – ou seja, os rendimentos do trabalho auferidos por homens e mulheres são mais aproximados do que a média regional – verifica-se que esta tem vindo a acentuar-se ao longo do tempo (de 2011 a 2014). No entanto, nesse mesmo período, as assimetrias de rendimento em termos de sector de atividade e nível de habilitações apresentam leitura inversa, ou seja, continuam a estar bastante abaixo da média regional, mas manifestam uma tendência para a redução.

Na próxima tabela podemos consultar os indicadores relativos ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de atividade económica.

Tabela 50 – ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de atividade económica

Unidades geográficas	Total	Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	Indústria, construção, energia e água	Indústrias transformadoras	Construção	Serviços
2010	Portugal	1.075,3	782,2	998,7	972,5	1.126,6
	Norte	940,7	750,0	865,3	845,0	1.007,4
	Freixo de Espada à Cinta	670,8	679,2	644,7	622,0	646,8
2011	Portugal	1.083,8	809,2	998,7	981,0	1.133,2
	Norte	949,1	816,3	871,6	853,3	1.014,8
	Freixo de Espada à Cinta	673,1	667,7	631,7	615,7	704,2
2012	Portugal	1.094,7	811,7	1.008,9	988,2	1.143,7
	Norte	958,1	771,0	884,9	863,3	1.020,7
	Freixo de Espada à Cinta	683,5	635,6	696,7	592,8	636,3
2013	Portugal	1.093,3	788,3	1.016,0	996,10	1.139,2

Unidades geográficas	Total	Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca	Indústria, construção, energia e água	Indústrias transformadoras	Construção	Serviços
Norte	963,4	713,2	894,4	875,5	895,9	1.024,7
Freixo de Espada à Cinta	719,9	628,8	707,7	651,6	722,8	738,9

Fonte: PORDATA, Última atualização 2017-07-11

O ganho médio mensal de um trabalhador em Freixo de Espada à Cinta registado entre 2010 e 2013 é sempre inferior à média nacional e regional.

Relativamente aos sectores de atividade, os rendimentos são superiores no sector terciário. Os rendimentos auferidos do sector primário são acentuadamente reduzidos.

4.3. EMPRESAS

Segundo a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR, através do seu site oficial, em termos de **atividades económicas** destacam-se: a agricultura, os cítricos, a horticultura, a produção de amêndoa, a produção de azeitona de conserva, o azeite e vinho, os serviços e a produção de seda; como algumas das principais fontes de rendimento da população deste concelho.

Nas tabelas seguintes podemos observar os indicadores sobre a realidade empresarial concelhia.

Tabela 51 – realidade empresarial no concelho de Freixo de Espada à Cinta

Dimensões	Empresas não financeiras		Sociedades		Pessoal ao serviço		Volume de negócios	
	2009	2015	2009	2015	2009	2015	2009	2015
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	52	372	12	19	103	412	2.113	4.717
Indústrias extrativas	0	0	0	0	0	0	//	77
Indústrias transformadoras	24	17	8	7	76	68	4.717	8.226
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	1	0	0	0	...	//	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	0	0	0	0	0	//	//
Construção	22	17	5	5	188	180	12.108	10.670
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	75	44	7	10	103	72	6.103	7.044
Transportes e armazenagem	10	6	6	5	55	...	2.951	...
Alojamento, restauração e similares	35	29	5	5	43	37	1.584	1.367
Atividades de informação e de comunicação	0	0	0	0	0	0	//	//
Atividades financeiras e de seguros			X	X			X	X
Atividades imobiliárias	3	5	2	3	4	5	134	25
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	13	8	2	2	16	14	314	371
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	13	13	0	0	13	13	50	154
Administração Pública e			X	-			X	X

Dimensões Anos	Empresas não financeiras		Sociedades		Pessoal ao serviço		Volume de negócios	
	2009	2015	2009	2015	2009	2015	2009	2015
Defesa; Segurança Social Obrigatória								
Educação	9	4	0	0	9	4	73	73
Atividades de saúde humana e apoio social	9	6	4	3	23	14	1.396	1.041
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	4	6	0	0	4	6	8	43
Outras atividades de serviços	15	13	3	2	15	15	184	352
Atividades das famílias empregadoras (...)			X	-			X	X
Atividades dos organismos internacionais (...)			X	-			X	X
Total	285	541	54	61	652	896	31.808	36.977

Fonte: PORDATA, Última atualização Março de 2017

A maior parte das empresas do concelho dedica-se ao sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, seguindo-se, embora em menor número, o comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, e os alojamento, restauração e similares, embora nestes 2 últimos casos se assista uma redução entre 2009 e 2015. Considerando o total de empresas não financeiras, verificamos, no período considerado, um aumento do seu número. Tal aumento deve-se ao grande crescimento de empresas ligadas a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, que em 2009 eram 52 e em 2015 passou para 372. Este aumento, não só compensou a perda generalizada de empresas nas outras atividades económicas, como também, permitiu quem em 2015 o número de empresas não financeiras em Freixo de Espada à Cinta crescesse para 541.

Considerando a realidade das sociedades constituídas, observa-se que entre 2009 e 2015 Freixo de Espada à Cinta registou um saldo positivo de 7 sociedades, voltando a ser a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca a mais representativa.

Outro indicador positivo prende-se com o número de trabalhadores empregados. De facto, entre 2009 e 2015 registou-se um aumento de 244 pessoa ao serviço das empresas do concelho. As áreas de atividade que empregam um maior número de indivíduos são, novamente, a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, seguida da construção que apresenta um número de trabalhadores bastante inferior e registando uma quebra em relação a 2009. Mais uma vez, a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca é a responsável pelo crescimento total de pessoal ao serviço entre 2009 e 2015.

Considerando o volume de negócios, observa-se um aumento de faturação entre 2009 e 2015, no entanto, contrariamente ao verificado anteriormente, o contributo da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, apesar do seu crescimento ser aproximadamente o dobro, é mais modesto. O maior volume de negócio pertence a construção, seguido das indústrias transformadoras e do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos. Apesar do seu maior contributo, o sector da construção sofreu uma redução no seu volume de negócios durante o período considerado.

Outros indicadores podem ser consultados na tabela seguinte.

Tabela 52 – Outros indicadores referentes a realidade empresarial no concelho de Freixo de Espada à Cinta

anos	Unidades geográficas	Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas	Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas (%)
2015	Portugal	5,16	4,48
	Norte	5,95	4,71
	Freixo de Espada à Cinta	54,18	46,8
2014	Portugal	5,77	4,88
	Norte	6,12	4,56
	Freixo de Espada à Cinta	55,53	53,12

anos	Unidades geográficas	Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas	Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas (%)
2013	Portugal	6,54	4,43
	Norte	6,29	4,74
	Freixo de Espada à Cinta	56,60	56,10
2012	Portugal	6,40	4,78
	Norte	6,28	4,94
	Freixo de Espada à Cinta	60,75	51,93
2011	Portugal	5,40	4,42
	Norte	5,95	4,52
	Freixo de Espada à Cinta	53,13	56,63

Fonte: INE, 2013

Constata-se uma incidente concentração de volume de negócios e de valor acrescentado bruto nas 4 maiores empresas do concelho, sintomático de uma realidade empresarial algo assimétrica.

4.4. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Este capítulo procura retratar a realidade concelhia face ao sector da educação. Em termos de enquadramento do sector há que atender aos pressupostos inerentes à Carta Educativa concelhia (2007), nomeadamente o seu modelo de monitorização. Em termos de indicadores podemos considerar as tabelas seguintes.

Tabela 53 – educação: Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário em % da população residente: total e por nível de ensino

Anos	Unidades geográficas	Educação Pré-Escolar	Ensino básico	Ensino secundário
2010	Portugal	2,60	11,88	4,58
	Norte	2,58	12,65	4,82
	Freixo de Espada à Cinta	1,58	8,23	0,00
2011	Portugal	2,62	11,43	4,18
	Norte	2,58	11,87	4,42
	Freixo de Espada à Cinta	2,26	7,96	0,37
2012	Portugal	2,59	11,01	3,91
	Norte	2,56	11,30	4,13
	Freixo de Espada à Cinta	2,51	7,80	0,30
2013	Portugal	2,55	10,46	3,81
	Norte	2,52	10,48	4,00
	Freixo de Espada à Cinta	2,44	7,77	0,63
2014	Portugal	2,55	10,17	3,70
	Norte	2,51	10,10	3,86
	Freixo de Espada à Cinta	2,40	7,47	0,61
2015	Portugal	2,56	10,06	3,80
	Norte	2,50	9,96	3,92
	Freixo de Espada à Cinta	1,76	7,49	0,28
2016	Portugal	2,52	9,82	3,79
	Norte	2,44	9,66	3,89
	Freixo de Espada à Cinta	2,12	7,59	0,26

Fonte: PORDATA, Última atualização: 2017-08-03

Embora se assista, de 2015 para 2016, a um novo crescimento na percentagem de alunos matriculados no pré-escolar, constata-se que ela continua a ser inferior à registada pela média nacional e para a região norte. Relativamente aos níveis de escolarização nos ensinos básicos, verificamos uma tendência decrescente que acompanha a região e o país. No caso do secundário, a tendência para o concelho é inversa da verificada para Portugal e para a região norte, ou seja, embora a percentagem de matriculados seja bastante inferior quando comparado com o panorama nacional e regional, verificamos um aumento em relação a 2010. Apesar disso,

o número de matriculados no secundário chegou a ser 0,63 em 2013, constatando-se a partir desse ano a uma diminuição da percentagem de matriculados

Considerando, por sua vez, a retenção e a desistência no ensino básico, constata-se que os resultados estão aquém das expectativas.

Tabela 54 – educação: Taxa de retenção e desistência no ensino básico

Anos	Unidades geográficas	Taxa de retenção e desistência no ensino básico			
		Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
2015/16	Portugal	6,6	3,7	6,7	10,0
	Norte	5,4	2,8	4,9	8,9
	Freixo de Espada à Cinta	6,0	6,7	3,6	6,8
2006/07	Portugal	10,1	4,0	10,5	18,4
	Norte	9,7	3,3	9,0	18,6
	Freixo de Espada à Cinta	15,0	7,6	13,9	26,7

Fonte: DGEEC, 2015/2016

Nos anos de 2006/2007 a taxa de retenção e desistência no ensino básico em Freixo de Espada à Cinta é, no total ou por ciclo de ensino, sempre mais alta que os valores registados para a Região Norte e para Portugal. Nos anos de 2015/2016 este cenário muda, passando a apresentar na globalidade, valores mais próximos dos registados para o país e região. Nesses anos (2015/2016) apenas o 1º Ciclo apresenta a taxa mais alta que Portugal e a Região Norte, nos outros ciclos de ensino, a taxa é mais baixa.

Não foi possível analisar o comportamento das taxas de transição/conclusão no ensino secundário, uma vez que esses dados não se encontram disponíveis para o concelho de Freixo de Espada à cinta

Relativamente aos estabelecimentos de ensino existentes podemos consultar o quadro seguinte.

Tabela 55 – estabelecimentos nos ensino pré-escolar, básico e secundário no concelho de Freixo de Espada à Cinta

Educação pré-escolar			Ensino básico									Ensino secundário		
Total	Público	Privado	1º Ciclo			2º Ciclo			3º Ciclo			Total	Público	Privado
			Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado			
4	1	3	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	0

Fonte: PORDATA, Última atualização: 2017-08-04

A maior parte dos estabelecimentos de ensino pré-escolar são privados, apenas 1 é público. Os ensinos básicos e secundário são inteiramente garantidos por estabelecimentos públicos, um em cada nível de ensino.

Relativamente ao número de estudantes que frequentam os mesmos equipamentos, encontramos a seguinte distribuição.

Tabela 56 – distribuição da população escolar do concelho pelos estabelecimentos de ensino 1

Anos	Educação pré-escolar			Ensino básico								
	Total	Público	Privado	1º Ciclo			2º Ciclo			3º Ciclo		
				Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
2015/16	73	19	54	105	105	0	56	244	0	101	101	0
2006/07	68	38	30	132	132	0	72	224	0	110	110	0

Fonte: DGEEC, 2015/2016

Constata-se um aumento da população escolar no pré-escolar entre os anos letivos de 2006/07 e 2015/16. Ainda no pré-escolar, assistiu-se ao crescimento do protagonismo do ensino privado, passando a ter mais alunos que no público. Relativamente ao ensino básico, assistimos ao decréscimo da população escolar no 1º, 2.º e no 3.º ciclo.

Relativamente ao ensino secundário, o decréscimo do número de matriculados é bem mais acentuado, passando de 30 no ano letivo de 2007/08 para apenas 9 no ano letivo de 2015/16.

Tabela 57 - distribuição da população escolar do concelho pelos estabelecimentos de ensino 2

Anos	Ensino secundário			Ensino pós-secundário não superior		
	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
2015/16	9	9	0	0	0	0
2007/08	30	30	0	0	0	0

Fonte: DGEEC, 2015/2016 e PORDATA, Última atualização: 2017-08-04

Relativamente à modernização tecnológica, deparamo-nos no ano letivo de 2015/16 com a seguinte realidade.

Tabela 58 – Rácio de alunos por computador

Unidades geográficas	Número médio de alunos por computador					Número médio de alunos por computador com Internet				
	Total	Ensino básico			Ensino secundário	Total	Ensino básico			Ensino secundário
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
Norte	3,3	5,1	2,9	2,9	3,0	3,9	6,3	3,3	3,3	3,4
Freixo de Espada à Cinta	1,5	1,4	1,5	1,5	1,5	1,7	1,7	1,7	1,7	1,8

Fonte: INE, DGEEC, 2015/2016

Constata-se que o rácio de alunos por computador e de alunos por computador com internet é bastante inferior ao registado para a região norte nos ensinos básico e secundário

4.5. SAÚDE

No subcapítulo seguinte são analisados os principais indicadores concelhios no que respeita ao sector da saúde.

Tabela 59 – indicadores de saúde do concelho de Freixo de Espada à Cinta 1

ANOS	Unidades geográficas	Enfermeiros por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes
			N.º	
2011	Portugal	6,1	4,1	0,3
	Norte	6,1	3,8	0,2
	Freixo de Espada à Cinta	5,6	1,3	0,3
2016	Portugal	6,7	4,9	0,3
	Norte	6,7	3,8	0,3
	Freixo de Espada à Cinta	6,2	1,5	0,3

Fonte: INE, 2013

Embora se observem indicadores sintomáticos de algumas melhorias, nomeadamente o aumento do número de médicos e de enfermeiros, o pessoal médico existente fica bastante aquém do verificado para a região norte e para o país.

Quando comparamos outros indicadores com a realidade da região norte e do país, verificamos a tendência de deterioração das condições de saúde da população do concelho de Freixo de Espada à Cinta, conforme é possível visualizar na tabela seguinte:

Tabela 60 – indicadores de saúde do concelho de Freixo de Espada à Cinta 2

ANOS	Unidades geográficas	Internamentos por 1000 habitantes	Consultas médicas nos estabelecimentos de saúde por habitante	Camas (lotação praticada) por 1000 habitantes nos estabelecimentos de saúde	Taxa de ocupação de camas nos estabelecimentos de saúde
2007	Portugal	117,7	4,1	3,5	76,8
	Norte	114,5	4,2	2,9	75,8
	Freixo de Espada à Cinta	71,9	2,9	1,5	55,9
2012	Portugal	112,4	4,1	3,4	78,7
	Norte	112,1	4,1	3,0	78,0
	Freixo de Espada à Cinta	0,0	2,9	0,0	-

Fonte: INE, 2002

Tabela 61 - indicadores de saúde do concelho de Freixo de Espada à Cinta 3

ANOS	Unidades geográficas	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (‰)	Taxa de mortalidade por tumores malignos (‰)
2011	Portugal	3,0	2,4
	Norte	2,4	2,2
	Freixo de Espada à Cinta	7,4	6,9
2015	Portugal	3,1	2,6
	Norte	2,7	2,3
	Freixo de Espada à Cinta	7,9	3,7

Fonte: INE, 2013

Embora a taxa de mortalidade por tumores malignos tenha diminuído no concelho de Freixo de Espada à Cinta, continuamos a

verificar o seu valor elevado quando comparado com as médias nacional e regional, maior preocupação revela os valores associados à taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório

Tabela 62 - indicadores de saúde do concelho de Freixo de Espada à Cinta 4

ANOS	Unidades geográficas	Taxa de incidência de casos notificados de doenças de declaração obrigatória
		(‰)
2001	Portugal	0,7
	Norte	0,7
	Freixo de Espada à Cinta	8,6
2008	Portugal	0,3
	Norte	0,4
	Freixo de Espada à Cinta	1,3

Fonte: INE, 2013

Observa-se que em relação à taxa de incidência de casos notificados de doenças de declaração obrigatória a situação é semelhante, registando-se valores superiores em relação ao país e a região.

Ao nível dos equipamentos de saúde existentes, Freixo de Espada à Cinta dispõe apenas de um centro de saúde que integra a rede de cuidados de saúde primários da Unidade Local de Saúde do Nordeste EPE.

Tabela 63 - indicadores de saúde do concelho de Freixo de Espada à Cinta 5

Total (2012)	Com internamento (2012)	Sem internamento (2012)	Extensões (2011)	Camas (2007)	Internamentos	Dias de internamento	Pessoal ao serviço (2012)			
							Total	Médico	Enfermeiro	Outro
1	0	1	3	2	0	0	21	2	x	1

Fonte: INE

4.6. PROTEÇÃO SOCIAL

No subcapítulo seguinte são analisados os principais indicadores concelhios no que respeita ao sector da proteção social.

Tabela 64 – indicadores de proteção social 1

anos	Unidades geográficas	Valor médio anual das pensões da segurança social	
		Total	
		€	
2011	Portugal	4 742	
	Norte	4 447	
	Freixo de Espada à Cinta	3 278	
2016	Portugal	5 182	
	Norte	4 831	
	Freixo de Espada à Cinta	3 482	

Fonte: INE, 2013

Embora os valores médios das pensões estejam a aumentar, realidade comum às médias nacional e regional, ambos o valor se mantém como inferiores aos registados pelas outras duas unidades geográficas.

Tabela 65 – Beneficiários das prestações de desemprego da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)

Territórios		Taxa - %			
		Subsídio social de desemprego		Subsídio de desemprego	
Âmbito Geográfico	Anos	2011	2016	2011	2016
NUTS 2013	Portugal	0,6	0,5	2,9	2,0
NUTS II	Norte	0,8	0,6	3,3	2,0
Município	Freixo de Espada à Cinta	0,6	0,6	1,8	0,8

Fonte: PORDATA, última atualização: 2017-06-17

Relativamente aos Beneficiários das prestações de desemprego da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%), a realidade é diferente. Em 2016 a percentagem de beneficiários do subsídio social de desemprego é igual ao valor registado para a Região Norte e fica uma décima abaixo a percentagem verificada para Portugal. Para o subsídio de desemprego, no mesmo ano, as percentagem de beneficiários fica bastante abaixo da Região e do País.

Relativamente ao número de pensões, podemos considerar a seguinte distribuição.

Tabela 66 - indicadores de ação social 3

Anos	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
2011	1 503	107	1 030	366
2016	1 400	79	957	364

Fonte: PORDATA, última atualização: 2017-08-01

Considerando os balizadores temporais de 2011 e 2016, assiste-se a uma diminuição do número de pensões no concelho de Freixo de Espada à Cinta. Esta realidade é transversal às 3 tipologias consideradas: invalidez, velhice e sobrevivência.

Outro aspeto a considerar prende-se com o aumento do número de beneficiários de rendimento mínimo garantido e rendimento social de inserção da segurança social, sintomático do agravamento das condições de vida da população do concelho de Freixo de Espada à Cinta.

Tabela 67 - indicadores de ação social 4

anos	Total	Sexo		Idade			
		H	M	Menos de 25 anos	25-39 anos	40-54 anos	55 e mais anos
2011	75	39	36	34	14	16	11
2016	139	72	67	58	39	35	7

Fonte: PORDATA, última atualização: 2017-09-28

De facto, observa-se um aumento significativo do número de beneficiários destas prestações sociais. Outro indicador relevante prende-se com o facto de a maior parte dos beneficiários ser de idade inferior a 25 anos, assim como o crescimento significativo de beneficiários na faixa etária dos 25-39 anos, sintomático da dificuldade dos jovens em ingressar no mercado de trabalho e/ou de obter rendimentos que lhes permitam garantir uma melhor qualidade de vida.

4.7. TURISMO E PATRIMÓNIO

No subcapítulo seguinte são analisados os principais indicadores concelhios no que respeita ao sector do turismo e do património. Há que assinalar, contudo, a escassez de dados acerca da realidade turística em Freixo de Espada à Cinta.

Cruzando os indicadores disponíveis podemos constatar esta mesma realidade.

Tabela 68 – indicadores do sector turístico

Anos	Unidades geográficas	Estada média nos estabelecimentos hoteleiros	Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	Proporção de hóspedes estrangeiros	Dormidas em estab. hoteleiros por 100 habitantes	Proveitos de aposento por capacidade de alojamento
		N.º	N.º	%	N.º	€
2014	Portugal	2,8	32,9	57,2	468,3	4 750,9
	Norte	1,8	14,3	43,7	166,9	3 733,0
	Freixo de Espada à Cinta	1,3/	22,8	13,7/	70,7	1 195,1
2016	Portugal	2,8	36,9	59,1	572,6	5 946,6
	Norte	1,8	16,2	47,7	222,3	5 193,9
	Freixo de Espada à Cinta	1,3	50,4	19,9	157,2	948,3

Fonte: INE, 2013; PORDATA, última atualização: 2017-10-23, 2017-12-04

De facto, constata-se a pouca “expressividade” do sector turístico em Freixo de Espada à Cinta. Esta realidade contrasta com a vivenciada pela média da Região Norte, cuja estada média nos estabelecimentos hoteleiros, proporção de hóspedes estrangeiros, dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes e os proveitos de aposento por capacidade de alojamento são substancialmente superiores. Por outro lado, a capacidade de alojamento por 100 habitantes do conselho é superior a verificada para a realidade regional e nacional.

Relativamente às ofertas de quartos para os turistas, podemos considerar o quadro seguinte.

Tabela 69 – oferta de quartos no município de Freixo de Espada à Cinta

Valência	N.º quartos	N.º pessoas
QUINTA DA FERRADOSA	4	6
CINTA D'OURO	6	16
RESIDENCIAL FATIBEL	16	48
MORADIAS DOURO INTERNACIONAL	10	40
CANTINHO DO PEPINO	7	14

Valência	N.º quartos	N.º pessoas
A CASA DE ALPAJARES ENOTECA & SPA	6	12
CASA DO CONSELHEIRO	4	10
CASA DO SALGUEIRO	8	16
Totais (estimados)	61	162

Fonte: Portal da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta

Existem 61 quartos disponíveis cuja capacidade estimada (através de consulta dos Website da especialidade ou dos próprios estabelecimentos) é de 162 turistas.

Há que considerar, contudo, que a escassez de indicadores neste sector não reflete uma diminuta capacidade de atração de turistas, muito pelo contrário. Freixo de Espada à Cinta possui diversas potencialidades, ao nível do património edificado, paisagístico e cultural, conforme evidenciado pelo Roteiro Turístico de Freixo de Espada à Cinta⁴⁰ da autoria do executivo municipal.

Algumas especificidades do património de Freixo de Espada à Cinta são identificadas em capítulo especialmente dedicado a essa temática.

4.8. CULTURA

A realidade cultural de Freixo de Espada à Cinta está intimamente relacionada com o seu património histórico. Esta história assume um importante papel de relevo, após a prova de determinação demonstrada pela população ao restaurar o foro municipal em 13 de janeiro de 1898, após o concelho ter sido suprimido e anexado a Torre de Moncorvo

Na tabela seguinte podemos consultar alguns dados sobre a realidade cultural do concelho de Freixo de Espada à Cinta.

Tabela 70 – indicadores culturais 1

	Unidades geográficas	Despesa em cultura e desporto no total de despesas
		%
2011	Portugal	9,6
	Norte	10,0
	Freixo de Espada à Cinta	9,2
2016	Portugal	9,7
	Norte	10,7
	Freixo de Espada à Cinta	7,2

Fonte: PORDATA, ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 2017-11-20

Contrariando a tendência nacional e regional, existiu em 2016 um menor investimento na área cultural no concelho de Freixo de Espada a Cinta. O mesmo não acontecia em 2011, quando a percentagem de despesa em cultura e desporto no total de despesas situava-se mais próxima dos valores verificados para o País e para a Região Norte.

Considerando os equipamentos disponíveis, entre os quais, o Museu da seda e do Território, o Museu Regional Casa Junqueira que ocupam um papel de relevo. Da mesma forma, há que destacar o papel da Associação Desportiva e Cultural de Freixo de Espada à Cinta e da Casulo Dourado – Associação da Seda de Freixo de Espada à Cinta

Em termos de espaços, podemos consultar os indicadores disponíveis na tabela seguinte.

Tabela 71 - indicadores culturais 2

Recintos culturais 2015

Total	Lotação
1	179

Fonte: PORDATA, ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 2016-08-23

4.9. AMBIENTE

A tabela seguinte disponibiliza alguns indicadores sobre a realidade do consumo energético no concelho de Freixo ed Espada à Cinta.

Tabela 72 – indicadores de energia

Anos	Consumo médio de energia elétrica por consumidor					Consumo doméstico de energia elétrica por habitante
	Total	Doméstico	Não Doméstico	Agricultura	Indústria	
	kWh					
2011	2 873,8	1 500,9	5 169,2	3 068,8	13 354,9	1 151,0
2015	2 827,6	1 378,5	4 844,6	4 374,1	30 564,8	1 150,0

Fonte: INE, 2010, 2005

Observa-se um decréscimo do consumo doméstico e não-doméstico de energia, contrastando com a agricultura e a indústria, verificando-se neste último sector um aumento considerável em 2015, quando comparado com os valores registados em 2011

No entanto, convém realçar que, em termos de pegada ecológica, não deixa de ser um aspeto positivo a diminuição, embora modesta, do consumo de combustível por habitante.

5. VALORES NATURAIS E REGIMES DE SALVAGUARDA TERRITORIAL

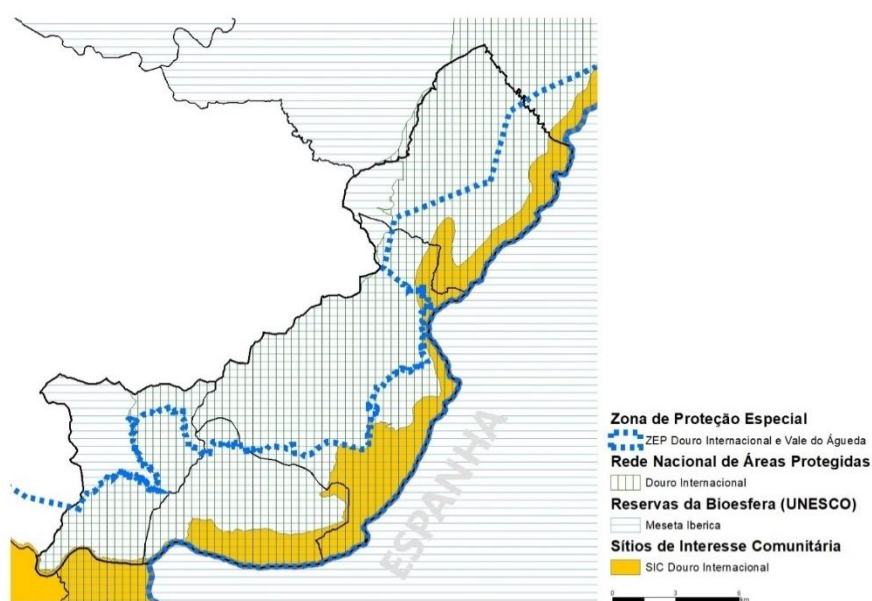
O concelho de Freixo de Espada à Cinta insere-se na área de transição entre o planalto mirandês e os vales dos rios Douro e Sabor, onde se destaca o Sítio de Interesse Comunitária (SIC) do Douro Internacional (PTCON0022) que integra o vale do Rio Douro, as reservas da biosfera, estando o concelho inserido na Meseta Ibérica, as áreas protegidas dos Parque Natural do Douro Internacional, e a Zona de Proteção Especial (ZPE) do Douro Internacional e do Vale do Águeda (PTZPE0038), que abrange uma faixa alargada ao longo do vale do Rio Douro.

O Sítio de Interesse Comunitária (SIC) do Douro Internacional (PTCON0022) agrega uma área de habitat rupícola com escarpas fluviais, afloramentos rochosos e um mosaico de habitats prioritários. Relaciona com a Zona de Proteção Especial (ZPE) do Douro Internacional (PTZPE0038), que apresenta vales assentes em substratos graníticos, onde ocorrem planaltos, cerros montanhosos e encostas suaves e/ou alcantiladas, observando-se grande diversidade de vegetação, matos de esteva e giesta, alternados com bosques de zimbro, azinheira, sobreiro e carvalho-cerquinho. A ZPE do Douro Internacional é um importante local para aves nidificantes rupícolas, aves de matos de cariz mediterrânico e aves de habitat pseudo-estepáticos.

O Parque Natural do Douro Internacional foi criado para garantir a conservação de uma área com elevada sensibilidade ecológica, que inclui o enclave orográfico constituído pelo rio Douro e seu afluente, o Águeda, fronteira natural entre Portugal e Espanha e possui características únicas em termos geológicos e climáticos, condicionando as comunidades florística e faunística, nomeadamente a avifauna, e as próprias atividades humanas.

A Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica é constituída por quatro parques naturais - Parque Natural de Montesinho, Parque natural Lago de Sanabria y Alredores, Parque Natural do Douro Internacional e Parque Natural de los Arribes del Duero – e outros espaços incluídos na Rede Natura 2000 - Espaço Natural Sierra de la Culebra, Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, etc. Este território foi candidato aceite pela UNESCO como um território onde a simbiose entre o Homem e a Biosfera é plena, como espaço com potencialidades de desenvolvimento socioeconómico sustentável. Esta designação pretende fomentar o potenciar para o turismo, aliando a marca UNESCO à conservação da Natureza, aos produtos regionais certificados e à criação de novas oportunidades de emprego. A Meseta Ibérica é a 15ª Reserva da Biosfera Transfronteiriça no mundo e a segunda em Portugal.

Figura 75 – Figuras de planeamento de proteção e salvaguarda ambiental

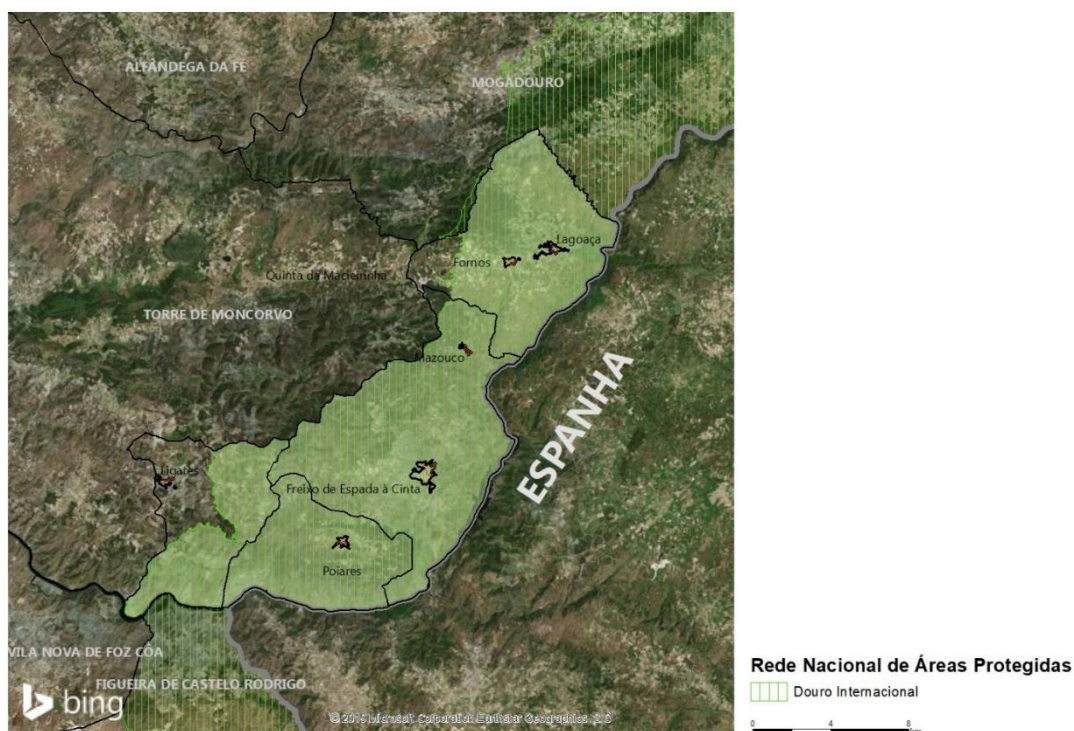


Fonte: CAOP, ICNF

5.1. RECURSOS, VALORES NATURAIS E FLORESTAS

O Parque Natural do Douro Internacional (PNDI), que faz parte da **Rede Nacional de Parques Naturais (RNAP)** ocupa quase a totalidade (90,39% - 22067,93 ha) do concelho de Freixo de Espada à Cinta, excetuando duas áreas do território municipal: a norte, junto à limite com os concelhos de Mogadouro e Torre de Moncorvo, junto às povoações de Macieirinha e Quinta da Macieirinha, e no extremo noroeste da Freguesia de Ligares.

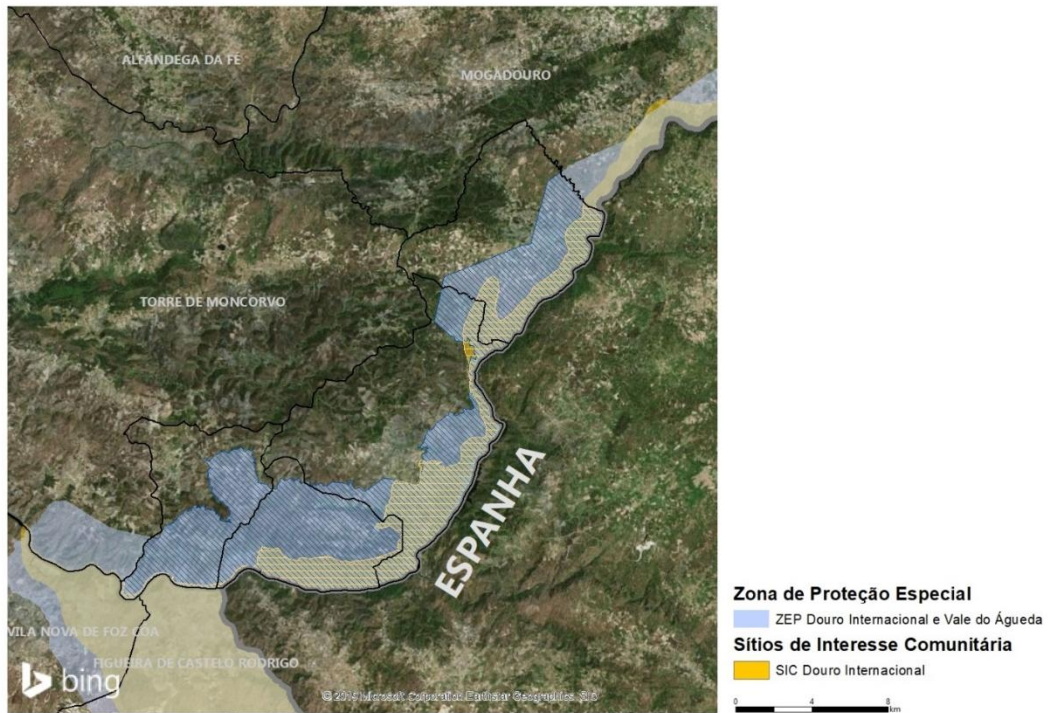
Figura 76 – O Parque Natural do Douro Internacional (PNDI)



Fonte: CAOP; ICNF

No que concerne às áreas incluídas na **Rede Natura 2000**, em Freixo de Espada à Cinta existem duas áreas de relevância que no essencial se sobrepõem territorialmente: o Sítio de Interesse Comunitária (SIC) do Douro Internacional (PTCON0022) e a Zona de Proteção Especial (ZPE) do Douro Internacional (PTZPE0038).

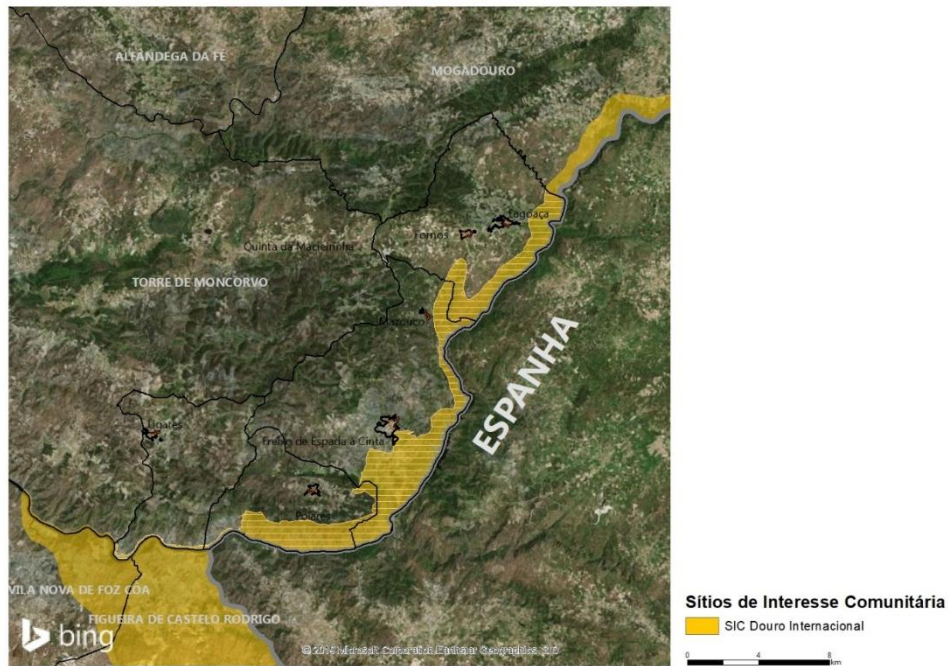
Figura 77 – Rede natura 2000



Fonte: CAOP; ICNF

O **Sítio de Interesse Comunitária (SIC) do Douro Internacional** (PTCON0022) integra o território nacional fronteira, ao longo da margem direita do Rio Douro, ocupando uma área de 4767,25 ha no concelho de Freixo de Espada à Cinta, cerca de 19,53% do território municipal.

Figura 78 – Sítio de Interesse Comunitária (SIC) do Douro Internacional



Fonte: CAOP; ICNF

A **Zona de Proteção Especial (ZPE) do Douro Internacional** (PTZPE0038) é mais extensa e integra zonas interiores dentro do concelho, totalizando 13024,27 ha, cerca de 53,35% do concelho. As povoações de Lagoaça, Mazouco, Poiães e uma parte da vila de Freixo de Espada à Cinta ficam dentro da área abrangida pela ZPE.

Figura 79 – Zona de Proteção Especial (ZPE) do Douro Internacional



Fonte: CAOP; ICNF

No total, a área do concelho integrada na Rede Natura 2000 é de 13073,52 ha, ou 53,55% da área concelhia, dos quais, 4718 ha se sobrepõem entre SIC e ZPE.

Tabela 73 – Áreas e percentagem das áreas classificadas e Freixo de Espada à Cinta

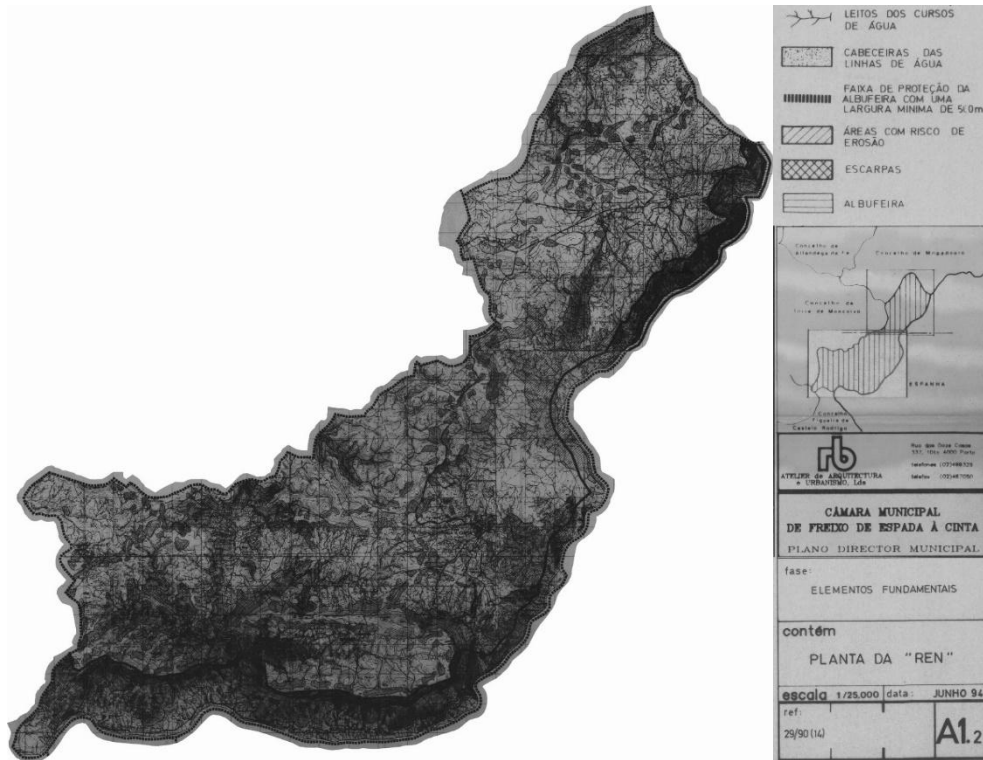
DESIGNAÇÃO	HECTARES	OCUPAÇÃO DO CONCELHO
Rede Nacional de Áreas Protegidas		
Parque Natural do Douro Internacional	22067,93	90,39%
Rede Natura 2000	13073,52	53,55%
SIC do Douro Internacional	4767,25	19,53%
ZPE do Douro Internacional	13024,27	53,35%

Fonte: CAOP; ICNF

Sobre a salvaguarda e conservação dos recursos naturais e agrícolas refere-se os regimes de **Reserva Agrícola Nacional (RAN)** e **Reserva Ecológica Nacional (REN)**.

A REN em vigor foi publicada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 56/96, de 26 de abril, e integra os sistemas de Leitos e cursos de água, Cabeceiras das linhas de água, Faixas de proteção de albufeira (largura mínima de 500 metros) e Albufeira, Áreas com risco de erosão e Escarpas.

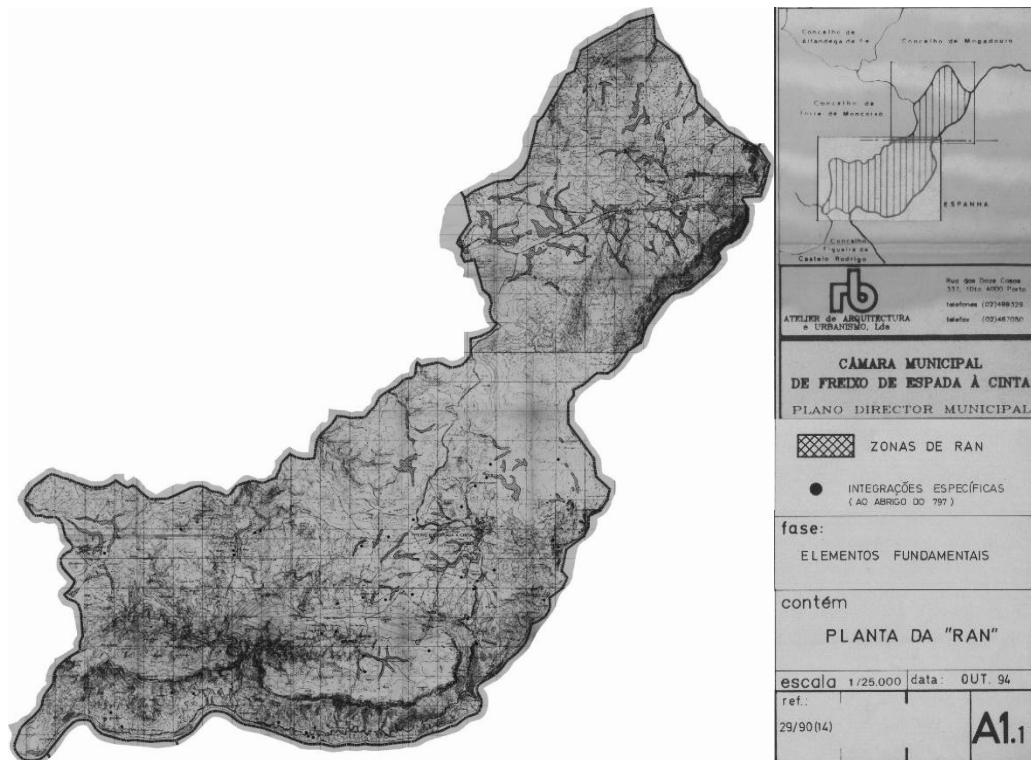
Figura 80 – Carta da Reserva Agrícola Nacional de Freixo de Espada à Cinta



Fonte: PDM Freixo de Espada à Cinta

A Carta da Reserva Agrícola Nacional de Freixo de Espada à Cinta foi publicada pela Portaria n.º 35/93, de 11 de janeiro.

Figura 81 – Carta da Reserva Ecológica Nacional de Freixo de Espada à Cinta

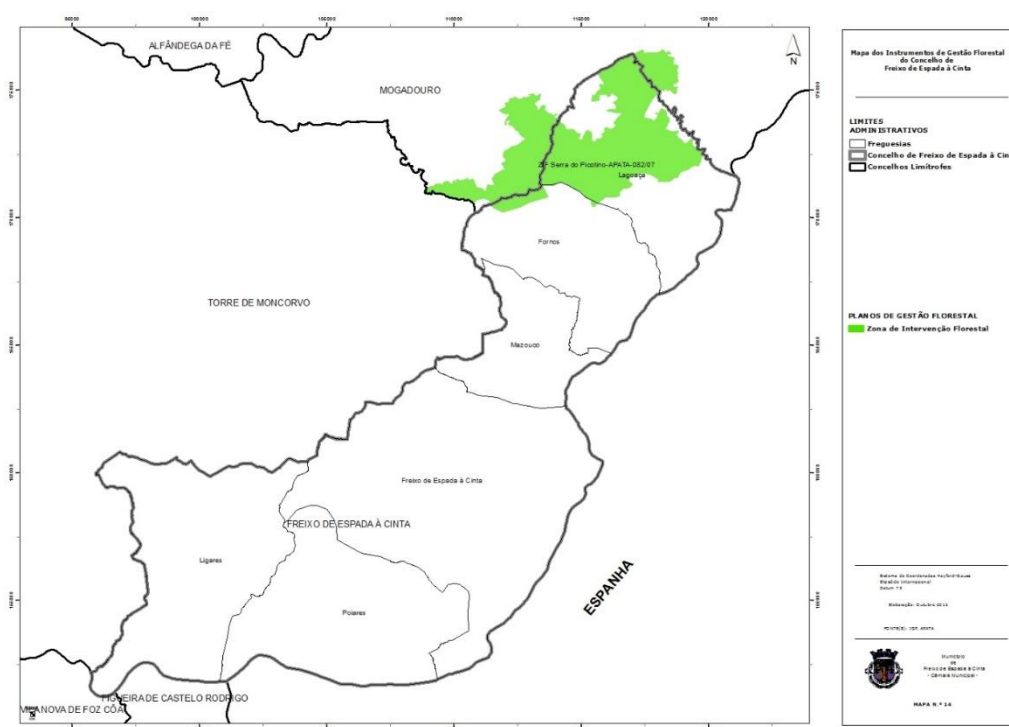


Fonte: PDM Freixo de Espada à Cinta

A área florestal ascende a 16,89%⁴¹ (4148 ha), com as folhosas a predominar ao longo do vale do Rio Douro (sobretudo no setor sul) e algumas áreas no centro do concelho, enquanto as resinosas sobressaem no norte do concelho. A floresta aberta, corte ou novas plantações também se evidencia espacialmente pela extensão de áreas ocupadas, evidenciando-se as alterações que este tipo de ocupação tem sofrido, sobretudo no seu corte ou a conversão.

Em 2009 foi criada a **Zona de Intervenção Florestal (ZIF) da Serra do Picotino** (n.º 85, processo n.º 82/07-AFN), que se estende por uma área de 2797,36 ha, englobando prédios rústicos das freguesias de Fornos e Lagoaça com continuidade para o concelho de Mogadouro (freguesias de Castelo branco e Bruço). A gestão desta ZIF é assegurada pela APATA – Associação de Produtores Agrícolas Tradicionais e Ambientais. A criação desta figura de gestão florestal permitiu a gestão integrada do território fragmentado em parcelas de pequena dimensão, com ganhos para a eficiência energética e defesa contra incêndios, agentes bióticos e abióticos.

Figura 82 – Zona de Intervenção Florestal (ZIF) da Serra do Picotino



Fonte: PMDFCI de Freixo de Espada à Cinta (Anexo 14)

⁴¹ Dados Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndio (PDMFCI) de Freixo de Espada à Cinta (2018)

6. IGT E POLÍTICAS DE ORDENAMENTO COM INCIDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

No âmbito do enquadramento legal identificaram-se os instrumentos de ordenamento do território em vigor e/ou em elaboração com incidência na área de intervenção, tendo por base o estabelecido no n.º 4 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que incumbe “identificar e ponderar os programas, os planos e os projetos, com incidência na área em causa, considerando os que já existam e os que se encontrem em preparação, por forma a assegurar as necessárias compatibilizações”. Esta identificação tem por base instrumentos que traduzam normativos com implicações diretas sobre o ordenamento do território, sem prejuízo de existirem outros instrumentos de carácter sectorial que também são ponderados no decurso da elaboração do Plano, como por exemplo o Plano Rodoviário Nacional ou o Plano Estratégico Nacional do Turismo.

Como tal, identificaram-se seis instrumentos de ordenamento do território com incidência no Município, devidamente eficazes:

- **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)** – Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro; 1.ª retificação pelo Decreto de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro; 2.ª retificação pelo Decreto de Retificação n.º 103-A/2007, de 2 de novembro; revisto pela Lei n.º 99/2019 - Diário da República n.º 170/2019, Série I;
- **Plano Nacional da Água (PNA)** – 1.ª revisão pelo Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro;
- **Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)** – Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho;
- **Plano de Ordenamento de Área Protegida do Parque Natural do Douro Internacional (POPNDI)** – Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2005 de 28 de julho;
- **Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro Rh3 (PGRH Douro)** – publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro; 1.ª retificação pelo Decreto de Retificação 22-B/2016, de 18 de novembro;
- **Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro (PROF Douro)** – Decreto Regulamentar n.º 4/2007, de 22 de janeiro.

Adicionalmente, existem outros programas com repercussões no desenvolvimento territorial e conteúdos programáticos a integrar no Plano, tanto de nível nacional como regional, de âmbito geral e/ou setorial, aos quais são sintetizadas as principais premissas:

- **Estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável (ENDS)** – aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto;
- **Programa operacional da região norte (Norte 2020);**
- **Programa nacional para o uso eficiente da água (PNUEA)** - aprovado pela Resolução do conselho de ministros n.º 113/2005, de 30 de Junho;
- **Plano estratégico de abastecimento da água e saneamento de águas residuais (PENSAAR2020)** - despacho n.º 9304/2013, de 2 de julho;
- **Plano estratégico para os resíduos sólidos urbano (PERSU2020)**
- **Programa de desenvolvimento rural do continente (PDR2020)**
- **Estratégia nacional para as Florestas (ENF)**
- **Programa de ação nacional de combate à desertificação (PANCD)**

São resumidas também as diretrizes e orientações dos Planos Setoriais de âmbito municipal, como sejam:

- **Plano municipal de emergência (PME)** – fevereiro de 2013;
- **Plano municipal de defesa da floresta contra incêndios (PMDFCI)** -
- **Carta educativa**

Existem ainda planos que, não estando aprovados, são considerados na revisão do PDM de freixo de Espada à Cinta:

- **Plano regional de ordenamento do território da região Norte (PROTN)** – publicação pendente;
- **Estratégia nacional para conservação da natureza e da biodiversidade (ENCNB)** – 1.ª revisão, atualmente fase de discussão pública.

6.1. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

6.1.1. PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT)

Foi publicada a Lei da Assembleia da República n.º 99/2019, de 5 de setembro, que consagra a revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT). O novo PNPOT que agora entra em vigor resulta de um processo aberto e participado de discussão em torno dos problemas e das oportunidades de desenvolvimento dos diversos territórios e dos desafios que se colocam ao ordenamento do território nacional.

A Proposta de Lei da revisão do PNPOT foi apresentada e aprovada no Conselho de Ministros Extraordinário, reunido em 14-07-2018, e o texto de substituição aprovado pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, com origem na Proposta de Lei n.º 148/XIII/3.ª do Governo, foi aprovada pelo Parlamento em votação final global na Reunião Plenária de 14 de junho de 2019 e, promulgada pelo Presidente da República em 23-07-2019. Em 05-09-2019, foi publicada a Lei n.º 99/2019 - Diário da República n.º 170/2019, Série I – Revisão do PNPOT.

Constituem elementos fundamentais do PNPOT, o Modelo Territorial que esquematiza os principais sistemas territoriais e a Agenda para o Território que contempla 50 medidas de política que visam dar resposta e aproveitar positivamente as mudanças críticas que o país vai enfrentar e apoiar a condução das trajetórias de mudança que se pretendem concretizar, em prol do desenvolvimento territorial sustentável.

A alteração do PNPOT teve como objetivos a elaboração do novo programa de ação para o horizonte 2030, no contexto de uma estratégia de organização e desenvolvimento territorial de mais longo prazo suportada por uma visão para o futuro do País, que acompanha o desígnio último de alavancar a coesão interna e a competitividade externa do nosso País e, também, o estabelecimento de um sistema de operacionalização, monitorização e avaliação capaz de dinamizar a concretização das orientações, diretrizes e medidas de política e de promover o PNPOT como referencial estratégico da territorialização das políticas públicas e da programação de investimentos territoriais financiados por programas nacionais e comunitários.

A revisão do PNPOT tem como referência para o diagnóstico territorial, os principais fatores que levaram a Mudanças críticas e tendências territoriais:

- Mudanças ambientais e climáticas;
- Mudanças sociodemográficas;
- Mudanças tecnológicas;
- Mudanças económicas e sociais.

Com a alteração do paradigma nacional, colocam-se novos desafios territoriais que o PNPOT sintetiza em 18 problemas do ordenamento do território e 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, transpostos da Agenda 2030 da ONU.

São elencados os seguintes desafios territoriais:

1. Gerir os recursos de forma sustentável;
 - a) Valorizar o capital natural
 - b) Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano
 - c) Aumentar a resiliência socio ecológica
2. Promover um sistema urbano policêntrico

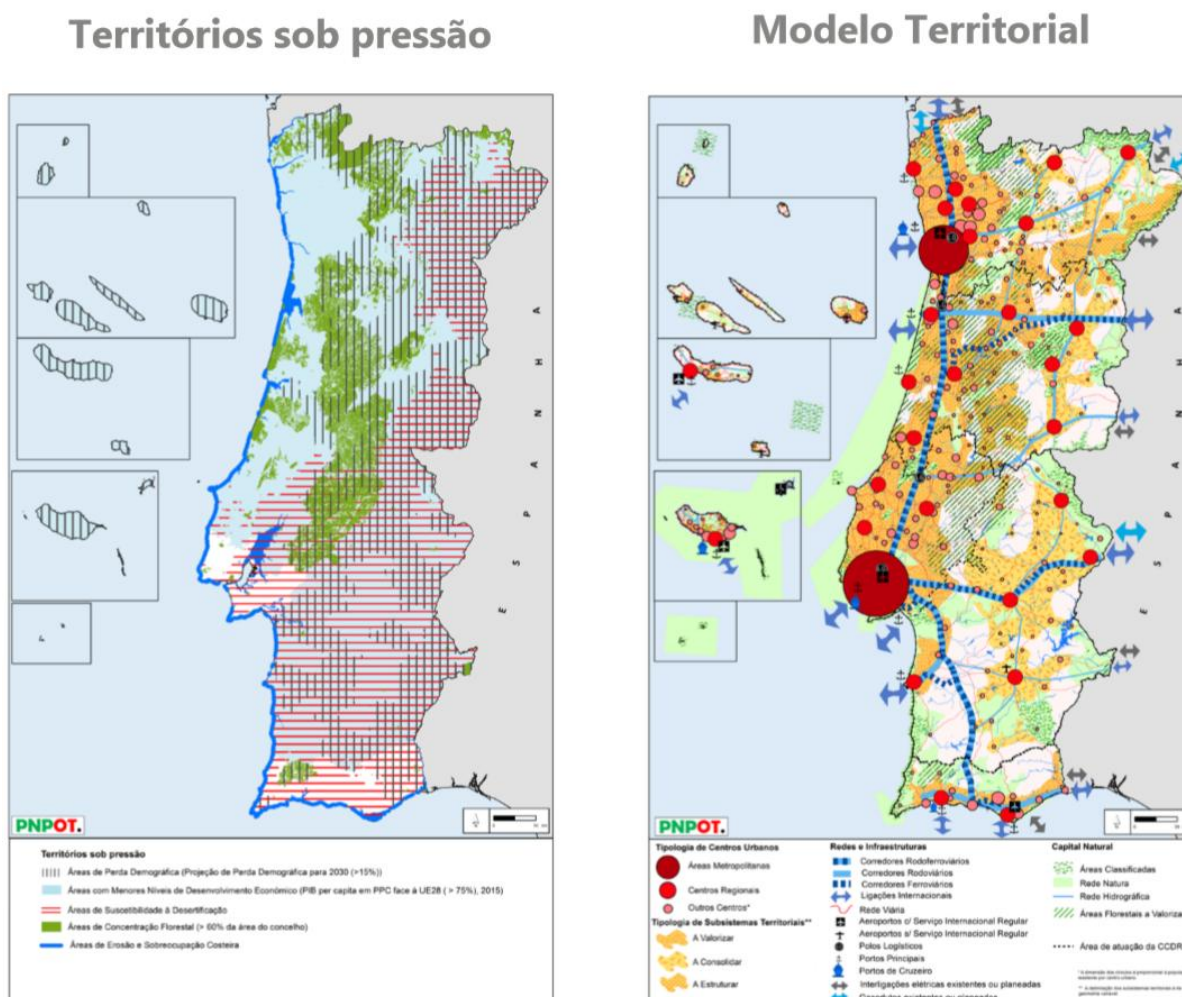
- a) Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e competitividade externa
 - b) Reforçar a cooperação interurbana e rural -urbana como fator de coesão interna
 - c) Promover a qualidade urbana
3. Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial
 - a) Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral
 - b) Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização
 - c) Promover o desenvolvimento transfronteiriço
 4. Reforçar a conectividade interna e externa
 - a) Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica
 - b) Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade
 - c) Dinamizar as redes digitais
 5. Promover a governança territorial
 - a) Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível
 - b) Promover redes colaborativas de base territorial
 - c) Aumentar a Cultura Territorial

MODELO TERRITORIAL

O modelo territorial estabelece um compromisso de organização do território reconhecendo o valor dos recursos e da diversidade territorial e antevendo a necessidade de adaptação às mudanças críticas emergentes. Deve por isso traduzir os desafios territoriais enunciados, contribuindo para aumentar a capacidade de resiliência dos diferentes territórios num quadro de coesão territorial. O Modelo Territorial irá também contribuir para uma maior coerência entre as políticas setoriais e as políticas de base territorial. Identifica, num quadro prospetivo, os territórios especialmente vulneráveis às mudanças críticas, que importam contrariar. Para cada sistema é apresentado um esquema territorial (cartograma) que procura sintetizar os respetivos elementos estratégicos fundamentais.

- **Sistema Natural** — Um País que conhece e compreende os seus recursos naturais valoriza os serviços prestados pelos ecossistemas em prol do bem-estar social e procura afirmar a sua diversidade territorial e construir estratégias de atratividade e de competitividade diferenciadoras, retirando partido da especificidade dos seus recursos, da sua cultura e das identidades socio territoriais.
- **Sistema Social** — Um país que valoriza as pessoas, a igualdade de oportunidades e a igualdade de direitos aos cidadãos, em matéria de habitação, saúde, educação, apoio social, justiça, cultura, desporto e lazer, independentemente da sua situação socioeconómica e geográfica, da nacionalidade, idade, género, etnia ou situação de deficiência, eleva a qualidade de vida e o bem-estar social.
- **Sistema Económico** — Um país que valoriza a diversidade e as especificidades territoriais como elementos de desenvolvimento e competitividade baseia -se num sistema territorial que procura retirar partido dessa variedade, apoiando o potencial de articulação entre distintos tipos de territórios, as estratégias estruturadas em clusters e com base em lógicas de especialização inteligente e, ainda, a importância dos ativos dos territórios urbanos e rurais.
- **Sistema de Conetividade** — Um país bem conectado em infraestruturas verdes, azuis e cinzentas, que tira proveito da sua posição geográfica e da facilidade de relação com outros povos, reconhece e valoriza as ligações e interconexões territoriais no espaço nacional e para além dele, assumindo a relevância da gestão dos ecossistemas e das redes naturais, viárias e digitais.
- **Sistema Urbano** — Um país que reconhece a importância da coesão e da equidade territorial afirma a sua estratégia de organização territorial num sistema urbano mais policêntrico, promovendo os centros urbanos enquanto âncoras do desenvolvimento regional e competitividade externa, e dinamizando subsistemas territoriais capazes de gerar massas críticas que favoreçam ganhos de sustentabilidade e acessibilidade em relação aos serviços de interesse geral.

Figura 83 –Sistemas e Modelo territorial



Fonte: Documento síntese distribuído nas sessões públicas de apresentação do PNPOT

COMPROMISSOS PARA O TERRITÓRIO

No quadro de articulação da Agenda para o Território constitui o Programa de Ação 2030 do PNPOT e no seguimento do Diagnóstico e do relatório de Estratégia, são estabelecidas opções estratégicas inerentes aos desafios territoriais e visa concretizar o Modelo Territorial esquematizado, sintetizados em 10 compromissos para o território:

1. Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades
2. Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica
3. Adaptar os territórios e gerar resiliência
4. Descarbonizar acelerando a transição energética e material
5. Remunerar os serviços prestados pelo capital natural
6. Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação
7. Incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território

8. Integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade
9. Garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos
10. Reforçar a eficiência territorial nos IGT

Os 10 Compromissos para o Território são operacionalizados no quadro de 5 Domínios de Intervenção:

- **D1 Domínio Natural**, que concorre para a otimização e a adaptação, dinamizando a apropriação e a capitalização dos recursos naturais e da paisagem.
- **D2 Domínio Social**, que concorre para a educação, qualificação e a inclusão da população e o acesso aos serviços públicos e de interesse geral.
- **D3 Domínio Económico**, que concorre para a inovação, a atratividade e a inserção de Portugal nos processos de globalização e aumentando a circularidade da economia.
- **D4 Domínio da Conetividade**, que concorre para o reforço das interligações, aproximando os indivíduos, as empresas e as instituições, através de redes e serviços digitais e de uma mobilidade que contribui para a descarbonização.
- **D5 Domínio da Governança Territorial**, que concorre para a cooperação e a cultura territorial, capacitando as instituições e promovendo a descentralização e a desconcentração e uma maior territorialização das políticas.

OPERACIONALIZAÇÃO DO MODELO TERRITORIAL

A Governança Territorial vai jogar um papel importante e central no desenvolvimento dos diferentes Sistemas. Os dispositivos de governo adotados para a concretização dos diferentes Sistemas devem identificar as escalas adequadas de atuação, testar novas formas de gerir as políticas e os investimentos públicos, e garantir a coordenação dos diferentes níveis de ação pública. A dimensão infranacional (municipal, supramunicipal e regional) das políticas públicas não pode ser negligenciada nos numerosos domínios de ação.

- **S1 Sistema Natural**
- **S2 Sistema Social**
- **S3 Sistema Económico**
- **S4 Sistema de Conetividade**
- **S5 Sistema Urbano**

Cada sistema tem estabelecidos objetivos a concretizar, traduzidos em efeitos diretos e efeitos indiretos, acompanhados de indicadores de monitorização a aplicar nos relatórios de acompanhamento e monitorização dos IGT.

DIRETRIZES PARA OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL - PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS

- O planeamento de âmbito municipal é da responsabilidade dos municípios (individualmente ou associados) e tem como objetivo definir os modelos de organização do território, estabelecer os regimes de uso do Solo Urbano e rústico e programar a urbanização e a edificação, num quadro estratégico de desenvolvimento municipal ou intermunicipal e de opções de organização territorial enquadradas pelos referenciais orientadores e pelas diretrizes de âmbito nacional (setoriais e especiais) e regional.
- O Plano Diretor Municipal (PDM) é um instrumento fundamental do sistema de gestão territorial, abrangendo a totalidade do território municipal e sendo de elaboração obrigatória. Pelo papel que desempenham no sistema de gestão territorial, os PDM devem ter um conteúdo estratégico reforçado.
- Diagnosticando-se um acréscimo progressivo e significativo dos conteúdos regulamentares dos PDM em detrimento dos conteúdos estratégicos, o PNPT sublinha a necessidade destes planos reafirmarem a sua dimensão estratégica e de

limitarem os conteúdos regulamentares. Para este objetivo deve contribuir uma melhoria da formulação e explicitação da componente estratégica, em sintonia com a avaliação ambiental dos planos, por parte dos municípios, e um maior contributo e apoio na produção e disponibilização de informação e conhecimento em matérias relevantes para a adoção de novas abordagens de sustentabilidade, bem como um maior esforço na contenção dos efeitos de alterações legislativas, por parte da administração central e periférica.

- Juntam-se às preocupações do ponto anterior a constatação da fraca dinâmica dos PDM, pelo menos em algumas regiões, o que associado ao predomínio da sua vertente regulamentadora rígida introduz disfuncionalidades no sistema de gestão territorial e de descredibilização dos instrumentos de planeamento, bem como tensões institucionais a obviar. Compete aos municípios promover a dinâmica do planeamento e assegurar uma gestão ativa e adaptativa do território enquadrada por instrumentos de planeamento atualizados.
- O PNPT aponta para a necessidade de se ponderar a essência do PDM e de se adotarem orientações e práticas consentâneas com a necessidade de um planeamento mais explícito e firme nos princípios e regras gerais de organização e de regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos e mais flexível nas regras de gestão, incorporando dispositivos orientadores da sua dinâmica futura, mecanismos de programação em função de informação de gestão e soluções de remissão para outras figuras de gestão territorial (planos de urbanização e planos de pormenor) e para regulamentos municipais.
- A reclassificação do Solo Rústico para urbano, à luz do atual quadro legal é enquadrada por Plano de Pormenor. Reiterando o carácter estratégico do PDM, o PNPT aponta para a necessidade dos PDM estabelecerem, em nome da estratégia que os enformam, princípios e regras gerais da reclassificação do solo, garantindo que se evitam operações de reclassificação casuísticas que desvirtuem a referida estratégia bem como o modelo de organização territorial gizado.
- Por outro lado, importa conciliar as orientações de reforço do carácter estratégico, de dinâmica adaptativa e de focagem de conteúdos do PDM com o objetivo de concentrar neste tipo de Plano as disposições relativas ao uso do solo, incluindo as decorrentes de PE e PS, encontrando mecanismos de integração adequados.
- É essencial melhorar a articulação dos PDM com os instrumentos de ordenamento florestal e de defesa da floresta e combate de incêndios, construindo um edifício de planeamento e gestão mais integrado e que melhor responda aos desafios dos territórios e à salvaguarda de pessoas e bens.
- Os Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP) desenvolvem os PDM e, nessa medida, refletem os quadros de referência nacionais e regionais.
- O PNPT afirma a necessidade de dotar os principais centros urbanos dos respetivos PU e incentiva a adoção de Planos de Urbanização e de Pormenor e Unidades de Execução, em função da respetiva adequabilidade e para os diversos tipos de espaço urbano, libertando os PDM de conteúdos urbanísticos excessivos e tornando mais qualificada, eficiente e adaptativa a gestão urbanística.
- Afirma ainda a necessidade de capacitar as instituições e atores para a operacionalização do regime económico do uso do solo, em articulação com o código das expropriações e outros instrumentos legais e financeiros que condicionam a sua aplicação.

DIRETRIZES DE CONTEÚDO – PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

- Os PDM devem explicitar a estratégia territorial municipal, estabelecendo os princípios e os objetivos subjacentes ao modelo de desenvolvimento de desenvolvimento territorial preconizado, explicando a coerência do modelo com as orientações de ordenamento do território nacionais e regionais, bem como com as orientações específicas de natureza setorial e especial aplicáveis e identificando as inerentes opções de organização, classificação e qualificação do solo e de regulamentação e programação adotadas.
- Assumir a Avaliação Ambiental estratégica do PDM como um exercício de integração das abordagens que concorrem para a sustentabilidade, bem como para a articulação dos PROT com os PDM em matéria de definição de âmbito e de sistema de indicadores de monitorização e avaliação.

- Definir o sistema urbano e as áreas de localização empresarial tendo em conta a inserção das centralidades nas redes municipais e supramunicipais e considerando os sistemas de mobilidade e as adequadas condições de acesso da população a serviços de interesse geral e das empresas a serviços de interesse económico.
- Considerar a perspetiva da eficiência energética nas opções de povoamento e de mobilidade, classificando e qualificando o solo com base em pressupostos de eficiência energético-ambiental e descarbonização, favorecendo a redução das necessidades de deslocação e fomentando novas formas de mobilidade sustentável.
- Identificar carências e necessidades habitacionais e promover disponibilidades de habitação acessível em regime de arrendamento, através da reabilitação e regeneração urbana e de políticas específicas, considerando a habitação como um fator determinante da atração de novos residentes.
- Reforçar as dimensões do ordenamento agrícola e florestal, tendo em vista valorizar os recursos endógenos, gerir compatibilidades de usos e gerar novas economias multifuncionais e novas relações urbano-rurais, assentes na promoção das atividades agrícolas e florestais, na valorização dos serviços dos ecossistemas, nomeadamente no que se refere à água, solo e biodiversidade e nas atividades de turismo, lazer, recreação e cultura.
- Delimitar as áreas de suscetibilidade a perigos e de risco, tendo em consideração os cenários de alteração climática e definir as medidas de precaução, prevenção, adaptação e redução da exposição a riscos, incluindo a identificação de elementos expostos sensíveis a gerir e a realocar, considerando a análise de perigosidade e risco próprias e à escala adequada e as macro vulnerabilidades territoriais críticas apontadas pelo PNPOT e desenvolvidas pelos PROT.
- Identificar medidas de redução e minimização das vulnerabilidades da interface urbano-florestal e de prevenção do risco de incêndio, através da identificação e definição de regras de gestão e segurança de aglomerados urbanos, de aglomerados rurais e de áreas de edificação dispersas, incluindo áreas de localização empresarial e unidades dispersas, identificando em cada situação tipo a sua articulação com os instrumentos de planeamento florestal e de prevenção e combate de incêndios.
- Garantir a diminuição da exposição ao risco na ocupação da orla costeira, interditando por princípio e fora das áreas urbanas, novas edificações que não se relacionem diretamente com a fruição do mar e a contenção das ocupações edificadas em zonas de risco dando prioridade à retirada de construções de génese ilegal, que se encontrem nas faixas mais vulneráveis do litoral.
- Desenvolver abordagens e integrar estratégias e diretrizes de sustentabilidade que garantam a salvaguarda e valorização de recursos e valores naturais, nomeadamente da água, solo e biodiversidade, a criação de estruturas ecológicas e infraestruturas verdes, a conservação da natureza, em particular em áreas classificadas e a valorização dos serviços dos ecossistemas e a qualificação das unidades de paisagem.
- Travar a artificialização do solo, adequar a extensão do Solo Urbano, promover a regeneração, reabilitação, reutilização e revitalização urbana, e restringir a nova edificação dispersa e isolada em Solo Rústico. O Solo Rústico deve tendencialmente limitar-se a acolher as atividades económicas relacionadas com as utilizações que lhe são próprias, seguindo as diretrizes que, para o efeito, estejam contempladas nos Programas Regionais. Por outro lado, as novas construções destinadas a habitação, devem cingir-se ao Solo Urbano, aglomerados rurais ou áreas de edificação dispersa, nestas últimas nos termos das orientações dos Programas Regionais e salvaguardando as vulnerabilidades aos perigos, nomeadamente de incêndio, cheia e inundação e deslizamento de vertentes.
- Identificar os passivos ambientais e o Solo Urbano com usos obsoletos e ocupações desqualificadas e definir estratégias e ações de incentivo à sua recuperação, reconversão e/ou reposição tendo em vista a sua incorporação nas cadeias de valor económico e social, nomeadamente através de mecanismos de compensação pela instalação de novos usos.
- Definir modelos de organização territorial e normativos de gestão que potenciem a descarbonização da economia e da sociedade, a mobilidade sustentável, a economia circular e de partilha e os consumos de proximidade.
- Identificar os territórios com potencial, aptidão e condições para a instalação de fontes de energias renováveis e para a exploração de recursos naturais e estabelecer os requisitos de conciliação de usos e de exploração, sem prejuízo da manutenção do seu, entretanto aproveitamento agrícola, florestal ou outro, que não condicione uma opção futura.

- Considerar a paisagem e a arquitetura como recursos com valor patrimonial, cultural, social e económico, estabelecendo as bases para a gestão e qualificação da paisagem e a promoção de uma cultura territorial.

6.1.2. PLANO NACIONAL DA ÁGUA (PNA)

O Plano Nacional da Água (PNA) define a estratégia nacional para a gestão integrada da água, estabelecendo as grandes opções da política nacional da água e os princípios e as regras de orientação dessa política, a aplicar pelos planos de gestão de regiões hidrográficas e por outros instrumentos de planeamento das águas. Define orientações de âmbito nacional para a gestão integrada dos recursos hídricos fundamentadas em diagnóstico atualizado da situação e na definição de objetivos a alcançar através de medidas e ações.

O Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro, aprovou o Plano Nacional da Água, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008, de 31 de maio, e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água.

O PNA assume os seguintes objetivos gerais, no contexto da gestão da procura, da sustentabilidade ambiental das utilizações atuais e potenciais dos recursos hídricos, da correção das disfunções ambientais existentes, e, tendo presente o quadro institucional e legal e sobre os quais foram associados objetivos específicos que se relacionam com a resolução de problemas atuais e potenciais identificados na Caracterização e Diagnóstico. O PNA é assim um instrumento de política setorial de âmbito nacional e estratégico.

“A gestão das águas prossegue três objetivos fundamentais:

- A proteção e requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água;**
- A promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a sua afetação aos vários tipos de usos tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis; e**
- A mitigação dos efeitos das inundações e das secas.”⁴²**

6.1.3. PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA 2000 (PSRN2000)

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica europeia formada por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, nas quais as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação desses valores naturais. Foi criada pela Diretiva do Conselho n.º 92/43/CEE, de 21 de Maio, compreendendo as zonas de proteção especial designadas pelos Estados-Membros, nos termos da Diretiva do Conselho n.º 79/409/CEE, de 2 de Abril, e que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats, e das espécies de aves migratórias, e que ocorram de forma regular. A Diretiva n.º 92/43/CEE define nos seus Anexos I e II os tipos de habitats naturais e das espécies, respetivamente, que devem ser considerados na criação da rede em cada Estado-Membro. Esta Diretiva foi transposta para o quadro legal português pelo DL n.º 226/97, de 27 de Agosto, revisto pelo DL n.º 140/99, de 24 de Abril, na sua atual redação no DL n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro.

“(…) a Rede Natura 2000 (...) compreende as áreas classificadas como ZEC e as áreas classificadas como ZPE” (art.º 4º) e a sua execução deverá ser “objeto de um plano sectorial (...), tendo em conta o desenvolvimento económico e social das áreas abrangidas e estabelecendo orientações para:

- a gestão territorial nos sítios da lista nacional de sítios, nos sítios de importância comunitária, nas ZEC e nas ZPE;**

⁴² Anexo I Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro, Resumo

b) as medidas referentes à conservação das espécies da fauna, flora e habitat” (n.º 4 do art.º 8º do DL n.º 140/99 na sua atual redação).

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) foi ratificado pela RCM n.º 115-A/2008, de 21 de Julho, e constitui “um instrumento de gestão territorial, de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização dos sítios e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade.”⁴³ Considere-se que o “PSRN2000 vincula as entidades públicas, dele se extraindo orientações estratégicas e normas programáticas para a atuação da administração central e local, devendo as medidas e orientações nele previstas ser inseridas nos planos municipais de ordenamento do território (PMOT) e nos planos especiais (PEOT)”

Os principais objetivos do PSRN2000 são os seguintes: ⁴⁴

- Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território;
- Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos Sítios e ZPE;
- Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação;
- Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger;
- Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores;
- Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacte ambiental e na análise de incidências ambientais.

Com incidência no concelho de Freixo de Espada à Cinta, existem as seguintes áreas de importância comunitária:

- **PTCON0022 – Sítio da lista nacional do Douro Internacional**, que se estende por 120km, ao longo dos troços internacionais do rio Douro e do rio Águeda, incluindo o canhão fluvial, vales e escarpas, rochosas e abruptas, e uma faixa planáltica, englobando cerros e encostas suaves entre os 600m e 800m de altitude.
- **PTZPE0038 – Zona especial de proteção do Douro Internacional e Vale do Águeda**, que corresponde a uma extensa faixa de terreno que acompanha os percursos fronteiriços dos rios Douro e Águeda, onde os vales escarpados, assentes sobretudo em substratos graníticos, assumem a forma de “canyon”.

Estas duas áreas são em grande parte coincidentes territorialmente, assim como as respetivas orientações de gestão são complementares. Igualmente, ao nível nacional, o Parque Natural do Douro internacional – Decreto regulamentar n.º 8/98, de 11 de maio – concorda, em grande parte, com as áreas da Rede Natura 2000, e, simultaneamente, as orientações e condicionantes territoriais seguem os mesmos princípios basilares.

6.1.4. PLANO DE ORDENAMENTO DE ÁREA PROTEGIDA DO PARQUE NATURAL DO DOURO INTERNACIONAL (POPNDI)

O POPNDI é um instrumento de fixação de princípios e regras quanto à ocupação, ao uso e à transformação do solo na área do Parque Natural do Douro Internacional, possibilitando a manutenção e valorização das características das suas paisagens naturais, seminaturais e da diversidade ecológica, aliado ao desenvolvimento das potencialidades dos sistemas seminaturais e humanizados, onde a atividade humana é determinante na sua preservação, constituindo um exemplo da integração das atividades humanas na

⁴³ Preâmbulo da RCM n.º 115-A/2008

⁴⁴ n.º 3 do Anexo I da RCM n.º 115-A/2008

natureza.

O POPNDI é publicado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 120/2005, de 29 de Julho, e a sua área de intervenção abrange os municípios de Mogadouro, Miranda do Douro, Freixo de Espada à Cinta e Figueira de Castelo Rodrigo.

De acordo com o art.º 2.º do regulamento, o “ POPNDI estabelece os regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, assegurando a permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável da área de intervenção e fixando regras com vista à harmonização e compatibilização das atividades humanas com a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade ecológica, à melhoria da qualidade de vida e ao desenvolvimento económico das populações aí presentes.”

Ainda de acordo com o mesmo artigo, os objetivos gerais do POPNDI são os seguintes:

- a) Assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, concentrando o esforço nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza;
- b) Enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, bem como as atividades de recreio e turismo com vista a promover simultaneamente o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações de forma sustentada;
- c) Corrigir os processos que podem conduzir à degradação dos valores naturais em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização;
- d) Assegurar a participação ativa de todas as entidades públicas e privadas, em estreita colaboração com as populações residentes, de modo a serem atingidos os objetivos de proteção e promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais do PNDI.

Os objetivos, tanto gerais como específicos, devem ser concretizados através de medidas expressas em planos de gestão de carácter periódico, aliados a incentivos de várias ordens para execução as ações necessárias. As intervenções devem ser contratualizadas entre organismos públicos e privados, com vista à conquista dos objetivos.

O art.º 6.º enuncia os usos, atos e atividades, sujeitos a regras conducentes a uma boa gestão dos recursos naturais e da conservação da natureza, que serão integrados na regulamentação do Plano:

- a) A manutenção de culturas e práticas agrícolas consentâneas com os objetivos de conservação da natureza, que são apoiadas no âmbito do Plano Zonal do Parque Natural do Douro Internacional e do Plano Zonal do Douro Vinhateiro, na área do PNDI abrangida por estes Planos;
- b) O desenvolvimento de atividades turísticas que respeitem e promovam os valores naturais da região que podem ser apoiadas pelo programa de turismo da natureza e mecanismos de financiamento associados, nomeadamente o SIVETUR;
- c) Ações de sensibilização aos agricultores, com vista à adoção de práticas adequadas de exploração do solo que não resultem na degradação dos valores naturais em presença, nomeadamente no apoio à utilização de produtos químicos na produção agrícola, e fornecimento de informação relativa a formas alternativas de produção agrícola;
- d) O desenvolvimento de acordos com os agricultores visando o abandono ou a reconversão das atividades que, de acordo com o regime de proteção definido para cada espaço, manifestamente se encontrem em desequilíbrio com os objetivos de conservação da natureza;
- e) O ordenamento da atividade cinegética;
- f) Ações de sensibilização junto dos pescadores desportivos, no sentido da adoção de práticas adequadas que não resultem na degradação dos valores naturais em presença, nomeadamente no que respeita às espécies que devem ser protegidas;
- g) O apoio e fomento do desenvolvimento sustentável através da promoção das atividades económicas tradicionais de base regional;

- h) Ações de sensibilização junto dos produtores florestais, no sentido da adoção de práticas adequadas e que não resultem na degradação dos valores naturais em presença, nomeadamente no que respeita à utilização de técnicas de instalação, gestão e manutenção da floresta, e fornecimento de informação relativa a formas alternativas de produção;
- i) O desenvolvimento de esforços para definir critérios de apoio à definição de projetos de instalação e reformulação de todos os tipos de infraestruturas, equipamentos e edificações que vierem a ocupar a área do PNDI;
- j) O apoio à definição, divulgação, sinalização e gestão dos percursos estabelecidos, podendo recorrer ao apoio das entidades que considere convenientes ou que se encontrem mais aptas para o efeito.

A mais recente alteração legislativa introduziu diversas inovações no quadro legal do ordenamento do território e urbanismo, nomeadamente a vinculação direta e imediata aos particulares do regime de uso do solo estipulado nos planos territoriais – municipais e intermunicipais – através da classificação e qualificação do solo. Para a concretização desta medida, a Lei de bases define um regime transitório⁴⁵ para a transposição das normas constantes nos planos especiais de ordenamento do território em vigor que vinculam diretamente os particulares, para a regulamentação a aplicar no âmbito da revisão do PDM.

Na sequência da publicação da Lei n.º 31/2014a, de 30 de maio, os PEOT passam a programas especiais de ordenamento do território que “constituem um meio supletivo de intervenção do Governo e visam a prossecução de objetivos considerados indispensáveis à tutela de interesses públicos e de recursos de relevância nacional com repercussão territorial, estabelecendo exclusivamente regimes de salvaguarda de recursos e de valores naturais, através de medidas que estabeleçam ações permitidas, condicionadas ou interditas em função dos objetivos de cada programa, prevalecendo sobre os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal⁴⁶, ficando o regime de uso do solo e respetiva execução ao cargo dos planos territoriais municipais e intermunicipais. Desta forma deverão ser integradas as normas e as orientações estratégicas de desenvolvimento territorial decorrentes dos atuais PEOT, que no caso particular do município de Freixo de espada à Cinta.

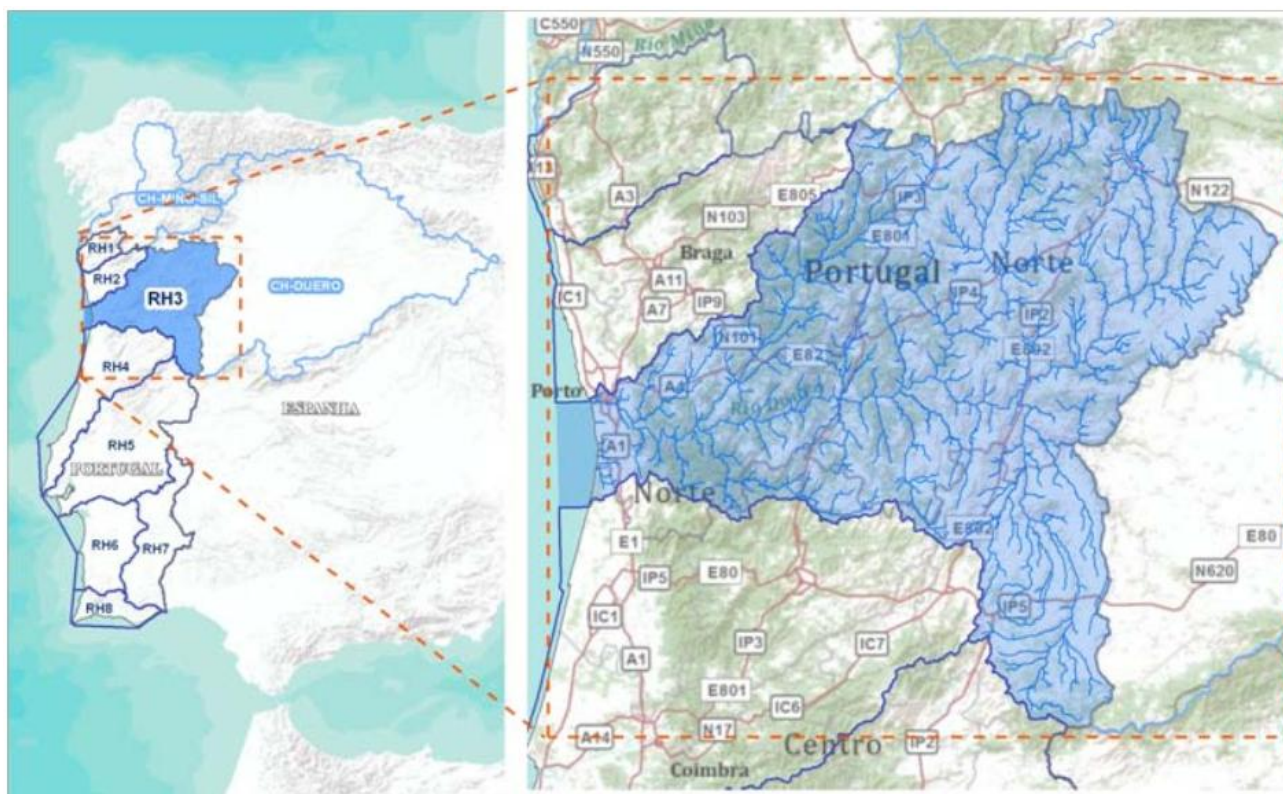
6.1.5. PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO DOURO Rh3 (PGRH DOURO)

O PGBH Douro Rh3 foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-C/2013 e é constituído por um relatório técnico e acompanhado pelo relatório de base e pelos relatórios procedimentais complementares, bem como o relatório técnico resumido referido na Portaria n.º 1284/2009, de 19 de outubro.

⁴⁵ Artigo 78.º da Lei de Bases

⁴⁶ n.º 4, artigo 40.º da Lei de Bases

Figura 84 –Limite do Plano de gestão da região hidrográfica do Douro Rh3 (PGRH Douro)



Fonte: Plano de gestão da região hidrográfica do Douro Rh3 (PGRH Douro)

A região hidrográfica do Douro (RH3) integra uma bacia hidrográfica em território internacional, com uma área de, aproximadamente, 79 000 km, sendo que destes, 19 000 km são em território nacional. Nesta bacia residem cerca de 4,2 milhões de habitantes, distribuídos em número aproximado entre Portugal (47%) e Espanha (53%). Esta região é constituída por nove sub bacias hidrográficas: Águeda, Côa, Ribeiras Costeiras entre o Douro e o Vouga, Douro, Paiva, Rabaçal/Tuela, Sabor, Tâmega e Tua. Destas, as sub bacias Águeda, Douro, Rabaçal/Tuela, Sabor e Tâmega são bacias hidrográficas transfronteiriças e a sub bacia Côa corresponde a uma bacia hidrográfica fronteiriça.

Na RH3 encontram-se delimitadas três massas de água subterrâneas e 383 massas de água superficiais, distribuídas pelas seguintes categorias: 361 rios (seis troços de rio fortemente modificados e duas massas de água artificiais), 17 albufeiras (massas de água fortemente modificadas da categoria lagos), 3 águas de transição (duas fortemente modificadas) e duas águas costeiras. Relativamente à disponibilidade dos recursos hídricos superficiais, a afluência total média anual disponível na região é de, aproximadamente, 17 023 hm³, sendo que 8 023 hm³ são gerados pela bacia portuguesa e 9 000 hm³ pela bacia espanhola. No que diz respeito à disponibilidade hídrica subterrânea, verifica-se que esta é, sensivelmente, 975 hm³ /ano no conjunto das três massas de água subterrânea. As necessidades de água para usos consumptivos, na região hidrográfica do Douro, estimam-se em cerca de 628 hm³ /ano, podendo atingir um valor máximo, em ano seco, de 725 hm³ /ano. A agricultura é o maior consumidor de água, sendo responsável por cerca de 81% das necessidades totais da região. Segue-se o sector urbano, com um peso de cerca de 17% das necessidades de água totais e a indústria, com um peso de 1,3%. Como utilização quantitativamente não consumptiva, a produção hidroelétrica assume grande significado, existindo atualmente em exploração 11 aproveitamentos hidroelétricos de dimensão significativa, com um total de potência instalada de 1 951 MW, bem como inúmeros aproveitamentos de pequena dimensão, e também uma central de ciclo combinado.⁴⁷

⁴⁷ Anexo Relatório técnico resumido, Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-C/2013

O PGBH Douro Rh3 determina objetivos estratégicos por áreas temáticas, que se concretizam através de programas de ação territorial.

Tabela 74 – Síntese dos objetivos estratégicos do PGBH Douro Rh3

Área temática	Objetivos estratégicos
AT1 – QUALIDADE DA ÁGUA	Proteger a qualidade das massas de água superficiais (costeiras, estuarinas e interiores) e subterrâneas, visando a sua conservação ou melhoria, no sentido de estas atingirem o bom estado; Garantir a proteção das origens de água e dos ecossistemas de especial interesse, incluindo a manutenção de um regime de caudais ambientais e, em particular, de caudais ecológicos.
AT2 – QUANTIDADE DA ÁGUA	Assegurar a quantidade de água para os usos e promover e incentivar o uso eficiente do recurso, contribuindo para melhorar a oferta e para gerir a procura; Promover as utilizações de água com fins múltiplos e minimizar os conflitos de usos.
AT3 – GESTÃO DE RISCOS E VALORIZAÇÃO DO DOMÍNIO HÍDRICO	Prevenir e minorar riscos naturais e antropogénicos associados a fenómenos hidrológicos extremos e as situações de risco de poluição accidental. Preservar o domínio hídrico, assegurando a sua gestão integrada, nomeadamente no que diz respeito ao controlo dos fenómenos de erosão hídrica e costeira ou à melhoria da qualidade dos ecossistemas. Fomentar o ordenamento dos usos e ocupações do domínio hídrico, articulando o planeamento e ordenamento do domínio hídrico com o ordenamento do território, promovendo o licenciamento e controlo dos usos do domínio hídrico e a valorização económica dos recursos compatíveis com a preservação dos meios hídricos.
AT4 – QUADRO INSTITUCIONAL E NORMATIVO	Promover a adequação do quadro institucional e normativo para assegurar o planeamento e gestão integrada dos recursos hídricos com uma intervenção racional e harmonizada dos diferentes agentes.
AT5 – QUADRO ECONÓMICO FINANCEIRO	Promover a sustentabilidade económica e financeira, visando a aplicação dos princípios do utilizador-pagador e poluidor-pagador, permitindo suportar uma política de gestão da procura com base em critérios de racionalidade e equidade e assegurando que a gestão do recurso é sustentável em termos económicos e financeiros.
AT6 – MONITORIZAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E CONHECIMENTO	Aprofundar o conhecimento técnico e científico sobre os recursos hídricos e promover a implementação de redes de monitorização de variáveis hidrológicas e de qualidade física, química e ecológica da água, nomeadamente das substâncias perigosas e prioritárias; Promover o aumento do conhecimento, do estudo e da investigação aplicada aos sistemas hídricos e ecossistemas envolventes, incluindo o desenvolvimento de um sistema de informação relativo ao estado e utilizações do domínio hídrico.
AT7 – COMUNICAÇÃO E GOVERNANÇA	Promover a informação e participação do cidadão nas diversas vertentes do planeamento e da gestão dos recursos hídricos e assegurar a disponibilização de informação ao público e a dinamização da participação nas decisões; Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local e também com instituições congéneres de outros Países, em particular com o Reino de Espanha.

Fonte: PGBH Douro Rh3, Relatório de base Parte 5 - objetivo

O concelho de Freixo de Espada à Cinta integra a sub bacia hidrográfica do Sabor, onde são consideradas um conjunto de medidas para a resolução de escassez no abastecimento urbano, controlo e redução da contaminação, conservação e restauro da vegetação, requalificação de linhas de água e ações de monitorização da qualidade biológica e físico-química.

Com incidência do território concelho, são especificadas as seguintes medidas:

Tabela 75 – Especificação e programação de medidas com incidência territorial no concelho de Freixo de Espada à Cinta

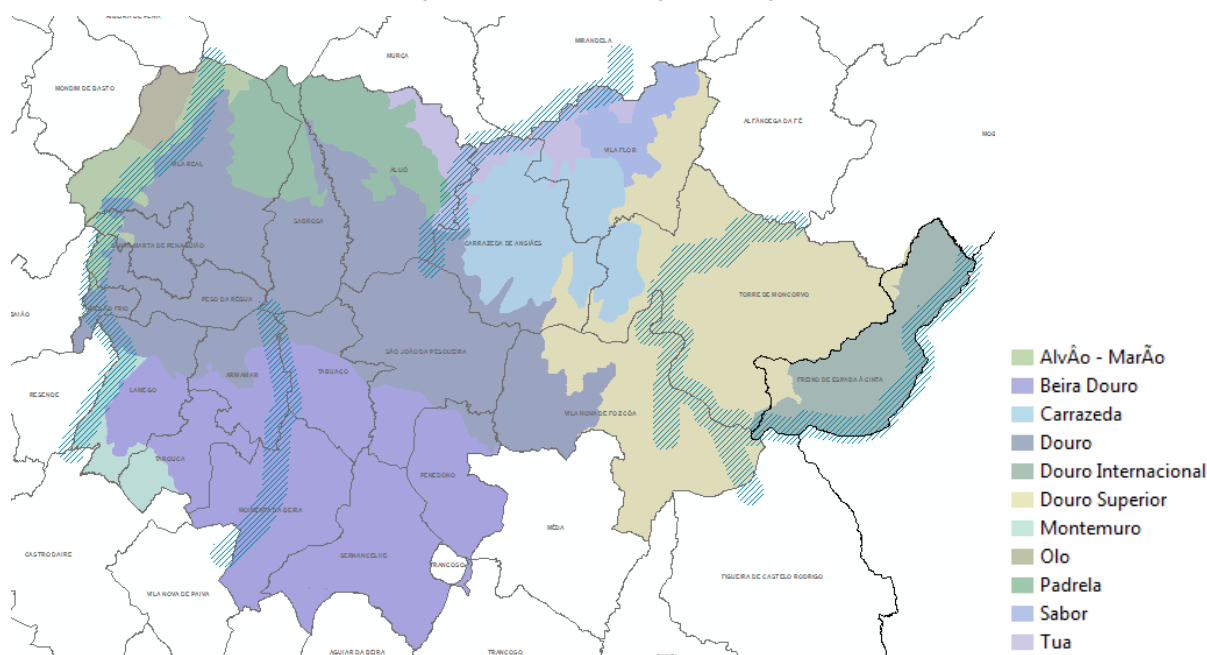
Área temática	Tipologia	Responsável	Programa de origem
Controlo e redução da poluição tóxica urbana – intervenções nos sistemas de saneamento das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro na bacia do Douro: Obras de construção e reabilitação de sistemas de transporte e tratamento de águas residuais em alta, incluindo melhorias no nível de tratamento: Obras nos sistemas interceptores, estações elevatórias e ETAR.			
AT1	Medida de base	AdTMAD	PEAASAR II

Fonte: PGBH Douro Rh3, Relatório de base Parte 6 – programa de medidas

6.1.6. PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO DOURO (PROF DOURO)

O Decreto Regulamentar n.º 4/2007, de 22 de janeiro, aprova do PROF Douro, assumindo os princípios da Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 e Agosto). O PROF Douro abrange os municípios de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Penedono, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real.

Figura 85 - PROF Douro, regiões homogéneas



Fonte: PROF Douro

O município de Freixo de Espada à Cinta integra quase totalmente a região homogénea do Douro Internacional e, parcialmente a região homogénea do Douro Superior. Ao longo do rio Sabor, o corredor ecológico 6 – Douro Internacional/Angueira/Sabor, une o Douro Internacional ao vale do Sabor, acompanhando por vezes o curso do Rio Angueira.

Dada a natureza jurídica do PROF Douro, as suas orientações estratégicas florestais, fundamentalmente no que se refere à ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais, serão integradas nos planos municipais de ordenamento do território (PMOT). No caso do município de Freixo de Espada à Cinta, são integradas as orientações referentes às sub-regiões homogéneas:

Tabela 76 – Principais funcionalidades, características e objetivos das sub-regiões homogéneas do PROF Douro abrangidas no concelho de Freixo de Espada à Cinta

SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA DO DOURO INTERNACIONAL	
Funcionalidades	1ª. Conservação dos habitats, de espécies de fauna e flora e de geo-monumentos
	2ª. Proteção
	3ª. Recreio, enquadramento e estética da paisagem
Pontos fortes	Limitações / ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Área com elevado valor para a conservação Elevado investimento público Elevado potencial para o uso múltiplo da floresta Existência abundante de regeneração natural Grande quantidade de terrenos agrícolas abandonados 	<ul style="list-style-type: none"> A diminuição da população na sub-região Fogos florestais e áreas ardidas Desordenamento das áreas de pastoreio Falta de gestão em grandes áreas de sobreiro Existência de núcleos com elevado risco de erosão

Tabela 76 – Principais funcionalidades, características e objetivos das sub-regiões homogêneas do PROF Douro abrangidas no concelho de Freixo de Espada à Cinta

<ul style="list-style-type: none"> • Condições propícias à expansão do sobreiro, azinheira e lodão bastardo • Excelentes condições para atividades de recreio e paisagem • Existência de áreas consideráveis com potencial para a produção de produtos florestais não-lenhosos 	<ul style="list-style-type: none"> • Solos com elevado índice de suscetibilidade à desertificação.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a superfície florestal arborizada com sobreiro e azinheira, com função de proteção das encostas; • Aumentar a superfície florestal arborizada com sobreiro, com função de produção de cortiça; • Adaptar as práticas silvícolas e ser mais rigorosos na escolha das espécies, em situações de elevado risco de erosão; • Desenvolver o ordenamento cinegético; • Potenciar e expandir o ordenamento aquícola; • Controlar e amenizar os processos relacionados com a desertificação, fundamentalmente na parte Sul do concelho de Freixo de Espada à Cinta; • Fomentar o potencial do turismo de natureza desta sub-região, aliada aos valores de conservação e a diversidade florística e faunística da sub-região; • Expandir a produção de alguns produtos associados, nomeadamente o mel, cogumelos e plantas aromáticas; • Criação da denominação da Cortiça do Nordeste; • Certificar a gestão florestal sustentada do Sobreiro.
SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA DO DOURO SUPERIOR	
Funcionalidades	<p>1ª. Silvo pastorícia, Caça e Pesca nas águas interiores</p> <p>2ª. Proteção</p> <p>3ª. Recreio, enquadramento e estética da paisagem</p>
Pontos fortes	Limitações / ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Excelentes condições para a produção de produtos florestais não lenhosos • Elevado potencial para a prática da caça e boas condições para a silvo pastorícia • Existência abundante de regeneração natural • Grande quantidade de terrenos agrícolas abandonados • Condições propícias à expansão do sobreiro, azinheira, zimbro, carvalho cerquinho e castanheiro • Excelentes condições para atividades de recreio e paisagem • Declínio do amendoal 	<ul style="list-style-type: none"> • Fogos florestais e áreas aridas • Os solos desta sub-região apresentam elevada suscetibilidade à desertificação • Mau estado de conservação dos povoamentos • Grande suscetibilidade a ataques de pragas e doenças
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a superfície florestal arborizada com sobreiro e azinheira, com função de proteção das encostas; • Aumentar a superfície florestal arborizada com sobreiro, com função de produção de cortiça; • Adaptar as práticas silvícolas e maior rigor na escolha das espécies, em situações de elevado risco de erosão; • Desenvolver o ordenamento cinegético; • Criação de zonas de pastagens permanentes; • Aproveitar as áreas com elevado potencial de uso silvo pastoril; • Incentivar à produção de raças com Denominação de Origem Protegida, nomeadamente a Churra da Terra Quente e a Mirandesa; • Controlar e amenizar os processos relacionados com a desertificação; • Fomentar o potencial do turismo de natureza desta sub-região, aliada aos valores de conservação e a diversidade florística e faunística da sub-região; • Expandir a produção de alguns produtos associados, nomeadamente o mel, castanha e cogumelos; • Criação da denominação da Cortiça do Nordeste; • Certificar a gestão florestal sustentada do Sobreiro.

Fonte: PROF Douro

6.2. PLANOS SETORIAIS DE ÂMBITO MUNICIPAL

6.2.1. PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA (PME)

O Plano municipal de emergência de Freixo de espada à Cinta está em vigor desde Fevereiro de 2013 e tem como objetivo “fazer face a todas as situações recorrentes da manifestação dos riscos Naturais (...); tecnológicos (...) ou Mistos (...)”⁴⁸ em todo o território municipal.

Na revisão do PDMFEC serão tidos em conta os objetivos patentes no PME, assim como integradas as orientações decorrentes da articulação entre planos, nomeadamente sobre a adequação do ordenamento e classificação do solo às vulnerabilidades para mitigação da exposição de bens e pessoas aos riscos.

Os pontos de convergência entre a revisão do PDMFEC e o PME são os seguintes:

- Incorporação da tipificação de riscos;
- Adoção de medidas de prevenção dos riscos associados ao uso do solo.

6.2.2. PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PMDFCI)

O Plano municipal de defesa da floresta contra incêndios de Freixo de Espada à Cinta 2014-2018 foi finalizado em Julho de 2014 e aprovado pelo ICNF nos termos do regulamento do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, publicado em anexo ao Despacho n.º 4345/2012, de 27 de março.

Tabela 77 – Objetivos e eixos estratégicos

EIXO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS OPERACIONAIS
1.º Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Proteger zonas de interface urbano/florestal • Implementar programas de redução de combustíveis
2.º Redução da incidência dos incêndios	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização e educação das populações • Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações 	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização (população em geral e população escolar) • Fiscalização
3.º Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1ª intervenção • Adequação da capacidade de 1ª Intervenção • Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós incêndio 	<ul style="list-style-type: none"> • - Estruturar a gestão da vigilância e a deteção como um sistema integrado • Estruturação do nível municipal de 1ª intervenção • Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância após incêndio • Integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.
4.º recuperar e reabilitar os ecossistemas	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação e reabilitação dos ecossistemas 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo.
5.º Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz	<ul style="list-style-type: none"> • Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios 	<ul style="list-style-type: none"> • Fomento das operações de DFCEI e garantia do apoio técnico e logístico

Fonte: PMDFCI, Plano de ação

⁴⁸ PME 2013 – Versão final, pp. 14

6.3. PLANOS EM REVISÃO OU EM FASE DE DISCUSSÃO PÚBLICA

6.3.1. PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO NORTE (PROTN)

A decisão de elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROTN) foi aprovada pela RCM n.º 29/2006, de 23 de Março, visando os seguintes objetivos principais, para além dos já contemplados na Lei de bases e no RJIGT:

- Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região do Norte (...);
- Definir o modelo de organização do território regional (...);
- Identificar os espaços sub-regionais relevantes para a operacionalização do PROT, nomeadamente considerando as sub-regiões do Minho, de Trás-os-Montes e Alto Douro e do Grande Porto como unidades territoriais específicas, com critérios de ordenamento e gestão apropriados às suas características físicas e de ocupação humana, e desenvolver propostas estratégicas adequadas à valorização das suas especificidades territoriais e à criação de complementaridades com vista ao reforço conjunto da competitividade e coesão regionais;
- Definir orientações e propor medidas para contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa para fins habitacionais ou instalação de atividades não rurais, promovendo simultaneamente o planeamento e a constituição de áreas apropriadas para o desenvolvimento urbano não especulativo e para a localização de atividades empresariais;
- Definir orientações e propor medidas para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes;
- Propor medidas para a proteção e valorização do património arquitetónico e arqueológico, condicionando o uso dos espaços inventariados e das suas envolventes;
- Identificar e hierarquizar os principais projetos estruturantes do modelo territorial proposto, bem como os que contribuam para o desenvolvimento dos sectores a valorizar, e definir orientações para a racionalização e coerência dos investimentos públicos;
- Contribuir para a formulação da política nacional e regional de ordenamento do território, harmonizando os diversos interesses públicos com expressão espacial, e servir de quadro de referência e definir orientações para as decisões da Administração e para a elaboração de outros instrumentos de gestão territorial;
- Definir mecanismos de monitorização e avaliação da execução das disposições do PROT – Norte.

Tendo sido elaborada em cumprimento da RCM n.º 29/2006 e cumprido os requisitos legais estabelecidos pelo DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua atual redação, a proposta do PROTN cumpriu o período de discussão pública entre os dias 8 de Julho e 9 de Setembro de 2009. Os objetivos apresentados pela proposta do PROTN, objeto de discussão pública, são sintetizados no quadro seguinte.

Tabela 78 – Componentes e respetivas opções estratégicas estabelecidas pelo PROTN (versão final de discussão pública)

COMPONENTES ESTRATÉGICAS	OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Consolidação do Sistema Urbano (pontos nodais da estrutura de apropriação do território) a dois níveis	Estabelecimento de uma matriz policêntrica da rede urbana, com base numa combinação de elementos da hierarquia com elementos de complementaridade, explorando as virtualidades os efeitos de rede Promoção, como componentes essenciais da sua atratividade e competitividade, dos elementos de excelência e dos vetores de qualificação tanto dos meios urbanos propriamente ditos como dos nós de especialização funcional (plataformas logísticas, polos de ciência e tecnologia, infraestruturas de acolhimento empresarial, etc.), de sustentação e fomento das economias de aglomeração, da intensificação tecnológica e da competitividade da base económica e das atividades da Região, o que inclui a identificação e conformação dos instrumentos de ordenamento territorial, dos instrumentos de planeamento urbanístico e dos instrumentos de intervenção operacional pertinentes em cada caso
Conformação e Concretização das Redes e	Grandes infraestruturas e interfaces de transporte (portuários e aeroportuários)

Tabela 78 – Componentes e respetivas opções estratégicas estabelecidas pelo PROTN (versão final de discussão pública)

COMPONENTES ESTRATÉGICAS	OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Sistemas Fundamentais de Conectividade (suportes dos fluxos de pessoas, de bens, de serviços e de informação) centrada na articulação entre pontos nodais da estrutura territorial da Região e destes com o exterior, como elemento fundamental de fomento da competitividade, do reforço da mobilidade e da promoção de maior equidade territorial	Rede rodoviária estruturante
	Redes ferroviárias de alta velocidade e convencional (suburbana / interurbana / regional) Redes telemáticas
Territorial, encarando de forma integrada os seus elementos constitutivos enquanto valores intrínsecos (dever de preservação da memória e identidade coletiva), enquanto componentes de uma dinâmica de desenvolvimento sustentado, e enquanto fatores de melhoria da qualidade de vida	Sistemas de transportes e de comunicações, tendo em vista garantir níveis adequados de articulação / conexão entre os centros urbanos e uma acessibilidade alargada a equipamentos e serviços básicos (serviços de proximidade)
	Proteção e qualificação dos valores naturais, ambientais e patrimoniais Controlo e gestão das situações de riscos naturais e tecnológicos (identificação, medidas de prevenção, monitorização), e atenuação / eliminação dos passivos ambientais (recuperação de situações degradadas, eliminação / desagravamento de fontes poluidoras, ...)
Gestão Sustentada dos Recursos Produtivos de dependência territorial (exploração das potencialidades / atenuação das fragilidades)	Aproveitamento do potencial hídrico numa perspetiva de sustentabilidade do recurso (reserva estratégica de água, produção de eletricidade, abastecimento, rega, desporto e lazer, valorização paisagística, elemento de atenuação e controlo do risco, reequilíbrio ambiental)
	Sustentabilidade energética, na dupla vertente de promoção do aumento da eficácia nos consumos energéticos e de reforço da componente da produção energética a partir de fontes renováveis (eólica, hídrica, geotérmica, biomassa, ...)
	Consideração das especificidades da Zona Costeira, em termos da necessária compatibilização das suas potencialidades com as fragilidades do seu suporte biofísico
	Exploração da fileira dos recursos geológicos e hidrogeológicos
	Exploração das fileiras vitivinícola, agropecuária e silvo pastoril, com relevo especial para o desenvolvimento de "nichos de qualidade" (produtos certificados, DOC ...)
	Desenvolvimento sustentável dos recursos florestais e dos espaços associados e ainda dos recursos cinegéticos, apícolas e aquícolas das águas interiores e outros diretamente associados à floresta e às atividades silvícolas e, a melhoria da competitividade das indústrias florestais, promovendo a adequada organização e prevenção estrutural dos espaços florestais
Exploração da fileira do turismo	

Fonte: PROTN, Proposta do Plano (2009, pp. 27-29)

Refira-se ainda que a proposta do PROTN estabelece várias diretrizes para o ordenamento do território na Região Norte, que concretizem o alcance e forma de execução das opções assumidas, segundo várias temáticas – Sistema Urbano, Uso do Solo, Mobilidade, Transportes e Acessibilidades, Infraestruturas e Redes de TIC, Sistema Energético, Sistema Biofísico e Patrimonial, Património Histórico-Cultural, Sustentabilidade Hídrica, Zona Costeira, Riscos Naturais e Tecnológicos e Sistemas de Recursos Produtivos.

6.3.2. ESTRATÉGIA NACIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE (ENCNB)

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), aprovada pela RCM n.º 152/2001, de 11 de Outubro, estabelece objetivos gerais:

- conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia;
- promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;
- contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza em que Portugal está envolvido (...) designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos,

Os objetivos são concretizados através de opções estratégicas:

- Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas;
- Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas;
- Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social;
- Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de proteção especial integrados no processo da Rede Natura 2000;
- Desenvolver em todo o território nacional ações específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico;
- Promover a integração da política de conservação da Natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais;
- Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local;
- Promover a educação e a formação em matéria de conservação da Natureza e da biodiversidade;
- Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil;
- Intensificar a cooperação internacional.

7. AVALIAÇÃO DO ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO E DO PLANEAMENTO TERRITORIAL

No território municipal está em vigor em Freixo de Espada à Cinta apenas um Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT), referente ao Plano Diretor Municipal (PDM) de Freixo de Espada à Cinta – Resolução de Conselho de Ministros n.º 110/95, e 20 de outubro.

7.1. CONTEÚDO DOCUMENTAL DO PDM DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

O PDM de Freixo de Espada à Cinta é um dos poucos PDM de 1ª geração ainda em vigor na região Norte de Portugal. O seu conteúdo documental é o seguinte, de acordo com o artigo 6.º do Regulamento do Plano em questão:

- Elementos fundamentais:
 - Regulamento;
 - Planta de Ordenamento, à escala 1/25 000;
 - Planta de perímetros dos aglomerados urbanos, à escala 1/25 000;
 - Planta de ordenamento do aglomerado urbano de Lagoaça, à escala 1/10 000;
 - Planta de ordenamento do aglomerado urbano de Fornos, à escala 1/10 000;
 - Planta de ordenamento do aglomerado urbano de Mazouco, à escala 1/10 000;
 - Planta de ordenamento do aglomerado urbano de Freixo de Espada à Cinta, à escala 1/10 000;
 - Planta de ordenamento do aglomerado urbano de Ligares, à escala 1/10 000;
 - Planta de ordenamento do aglomerado urbano de Poiares, à escala 1/10 000;
 - Planta de Condicionantes, à escala 1/25 000
 - Planta da Reserva Agrícola Nacional, à escala 1/25 000;
 - Planta da Reserva Ecológica Nacional, à escala 1/25 000;
- Elementos complementares:
 - Índice do Plano e Relatório;
 - Planta de enquadramento regional;
- Elementos anexos:
 - Análises setoriais escritas: física, agrícola e florestal, núcleos urbanos, equipamentos, demografia, histórica, económica;
 - Peças desenhadas: Relação geográfica no País e no distrito; Relação com infraestruturas gerais do País; Insolação; Sombras a norte (hipsometria); Precipitação máxima; Precipitação mínima; Temperatura; Geadas; Nebulosidade; nevoeiro, granizo e trovoada; Orografia – curvas de nível; Orografia – plataformas de cota; Orografia – pendentes e declives; Orografia – festos e talvegues; Hidrografia; Carta geológica; Áreas florestadas; Áreas ardidas; Sensibilidade a incêndios florestais; Solo agrícola; Zonas agrárias; Divisão fitogeográfica; Análise agrícola – vinha; Análise agrícola – amendoeira; Análise agrícola – cereais; Análise agrícola – oliveira; RAN anterior do PDM; Desafetações da RAN; REN anterior do PDM; Desafetações da REN; Análise de paisagem; Pontos turísticos; Análise arqueológica e histórica; Divisão administrativa; Habitantes por freguesia (demografia); Rede Viária; Distâncias à sede do concelho; Inquérito a Fornos; Inquérito a Lagoaça; Inquérito a Ligares; Inquérito a Mazouco; Inquérito a Poiares; Planta da situação existente.

A Reserva Ecológica Nacional de Freixo de Espada à Cinta foi publicada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 56/96, de 26 de abril e a Reserva Agrícola Nacional foi publicada pela Portaria n.º 35/93, de 11 de janeiro.

7.2. AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS DE ORDENAMENTO MUNICIPAL

O PDM de Freixo de Espada à Cinta define no artigo 4.º que o objetivo do Plano é:

- “dotar o Concelho de um instrumento orientador de todo o seu desenvolvimento socioeconómico e a possibilidade de disciplinar e gerir o desenvolvimento dos seus núcleos urbanos e das infraestruturas gerais”.

Foi opção do município que a definição regulamentar do objetivo do Plano fosse genérica e concisa, abarcando essencialmente a necessidade de estabelecer um normativo para regulamentar o uso e as utilizações, de acordo com a classificação do solo estabelecida, compatibilizada com as servidões e condicionantes territoriais. Desta forma, ficou garantida a compatibilização entre o objetivo do PDM com outros documentos com disposições regulamentares com incidência no território, nomeadamente, o Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação, e outros planos e programas de desenvolvimento territorial.

A fim de avaliar os objetivos do PDM de Freixo de Espada à Cinta, recorre-se à análise do seu grau de execução, que assenta em três aspetos fundamentais:

- a abrangência do plano às múltiplas escalas de planeamento (regional e local);
- seletividade (escolher quais os fatores de análise críticos à revisão do PDM);
- rigor através de um processo de avaliação de critérios pré-definidos.

Esta análise pretende, pretende abordar as três principais vertentes do planeamento que levam à tomada de decisões de continuidade ou rutura com a parametrização dos usos do solo definidos no PDM 1994, estas sendo: controlo do futuro, processo de tomada de decisão e instrumento para a concretização de resultados.

O processo de avaliação assenta sobre nove critérios que constituem o cerne metodológico de análise:⁴⁹

- **Coerência interna:** análise do PDM em vigor com vista à organização lógica da regulamentação que o compõe (objetivos, modelo territorial e mecanismos de implementação);
- **Relevância:** adequação dos objetivos e propostas do PDM em vigor face às necessidades de transformação do território urbano e rústico (crítica ao conjunto de necessidades fundamentais do solo urbano e do solo rústico, identificando as dinâmicas estabelecidas e emergentes);
- **Interpretação legal:** interpretação do enquadramento legal vigente à data de elaboração do PDM em vigor, com vista a perceber o paralelismo entre a mesma classe /categoria entre Freixo de Espada à Cinta e os concelhos vizinhos;
- **Coerência externa:** coerência dos objetivos e regulamentação do PDM em vigor com outros planos territoriais;
- **Utilização do PDM na tomada de decisão:** nível de sucesso do PDM em vigor do ponto de vista da autarquia, pretendendo verificar se a entidade responsável pela gestão territorial sente que o plano é positivo para o desenvolvimento do concelho;
- **Envolvimento de recursos humanos e financeiros:** relação entre os recursos humanos e financeiros necessários para a execução do PDM em vigor, com vista à disponibilidade de meios para a sua implementação;
- **Eficácia:** relação entre a situação atual do ordenamento do território municipal e objetivos/ intervenções preconizadas no PDM em vigor;
- **Direção para o processo de desenvolvimento:** este critério pretende estabelecer uma relação entre o estado do território antes do PDM em vigor, a perspetiva de transformação do território subjacente à estratégia do PDM em vigor e a realidade atual do concelho (uso do solo, perímetros urbanos e edificações me solo rústico, infraestruturas, rede viária, demografia...).

A aplicabilidade do PDM, pelos serviços da autarquia, permitiu a verificação prática dos seus efeitos no território, omissões e perniciosidades face a evolução do concelho. Algumas escolhas do Plano, expressas na sua regulamentação foram-se mostrando, ao longo do tempo, desajustadas para a sua conveniente gestão territorial.

⁴⁹ “Avaliação em planeamento urbano”, Vítor Manuel Araújo de Oliveira, 2011

Nesta nota, destacam-se alguns aspetos como imprecisão, desacerto e falta de rigor de escala nas peças desenhadas, a divergência entre cartas existentes que têm dificultado tomadas de decisão e zonas de charneira, principalmente quando se trata de questões de pormenor, como é exigido nas operações urbanísticas.

Em termos de conteúdo estratégico, as opções tomadas na elaboração do atual Plano, nomeadamente a não definição de perímetros urbanos na totalidade das povoações do Concelho (situação já identificada na proposta para a revisão do PDM em 1997) originaram constrangimentos na gestão urbanística, que, parcialmente, incentivou à desertificação e ao abandono populacional das aldeias.

Outro aspeto de relevo prende -se com o desenvolvimento económico, nomeadamente a aptidão turística do concelho, onde se constatou, ao longo do tempo, um aumento da procura por parte dos visitantes, tornando-se necessária a opção de novas políticas tendo em vista a dinamização deste setor.

7.2.1. COERÊNCIA INTERNA

A regulamentação definida no PDM em vigor está diretamente relacionada com as necessidades do concelho à data de vigência do Plano, como consta no relatório do PDM em vigor, quanto ao panorama geral do território.

Freixo de Espada à Cinta é um território de dimensão considerável e de características marcadamente rurais, onde, no início da década de 1990, as principais preocupações prendiam-se com a acessibilidade, mobilidade e acesso ao saneamento básico das áreas habitadas. De uma forma geral, esses objetivos estavam preconizados no PDM foram alcançados.

Por outro lado, ao nível do planeamento rural, o município verificou que, ao longo dos anos de vigência, tem sentido alguma fragilidade na regulação da ocupação edificada, visto haver áreas rurais com uma forte dinâmica construtiva, em detrimento das áreas urbanas em vigor.

Relativamente à estrutura do regulamento, este define orientações específicas em relação a:

- Infraestruturas municipais projetadas ou programadas;
- Caracterização das categorias e subcategorias de solo;
- Disposições complementares sobre a emissão de poluentes.

Contudo, e tendo a vista a complexidade regulamentar exigida atualmente, todas as matérias podem ser melhoradas e verificada a sua conformidade com a legislação vigente relativamente às matérias que incidem sobre elementos que integram condicionantes legais. É de ressaltar que o regulamento emprega o termo servidão ao que, na prática, são regras de ordenamento adicionais a aplicar a estes elementos.

Tabela 79 - Regulamento do Plano Diretor Municipal de Freixo de Espada à Cinta 1995: Apreciação crítica

CAPÍTULO I - Disposições gerais	
Artigo 1.º - Âmbito territorial	-
Artigo 2.º - Âmbito da aplicação	A definição do IGT não tem de estar plasmada no regulamento
Artigo 3.º - Regime	Este artigo é redundante
Artigo 4.º - Prazo de vigência	O prazo de vigência do plano é definido pela lei geral. Quando integrado no regulamento do PDM, deverá constar das disposições finais juntamente com as condições de revisão do Plano
Artigo 5.º - Objetivos	Embora o articulado remeta para conteúdos nos artigos anteriores, os mesmos não integram objetivos do Plano
Artigo 6.º - Composição	Os elementos que constituem o Plano são definidos pelo RJIGT
Artigo 7.º - Natureza jurídica	Este artigo é redundante
CAPÍTULO II – Servidões e faixas de proteção	
Artigo 8.º - Servidões a monumentos nacionais e imóveis de interesse público e de interesse concelhio	As servidões do património classificado são definidas por legislação própria. Porém no PDM podem ser definidas normas de ordenamento adicionais, inclusive a elementos não classificados, mas com valor cultural associado
Artigo 9.º - Servidões rodoviárias – Rede nacional	As servidões rodoviárias da rede de estradas nacionais são definidas por legislação própria

Tabela 79 - Regulamento do Plano Diretor Municipal de Freixo de Espada à Cinta 1995: Apreciação crítica

Artigo 10.º - Servidões rodoviárias (rede municipal) e ferroviárias	A rede ferroviária tem servidão própria
Artigo 11.º - Servidões da rede elétrica de média e alta tensão	A rede elétrica de média e alta tensão tem legislação própria
Artigo 12.º - Servidões das estações de controlo de poluição atmosférica e torre meteorológica	-
Artigo 13.º - Servidões dos sistemas de saneamento básico	O sistema de saneamento tem legislação própria e é matéria de desenvolvimento setorial, podendo ser introduzidas normas de ordenamento adicionais, em sede de PDM
Artigo 14.º - Servidões de áreas de explorações minerais	As áreas de exploração mineral são também uma categoria de espaço (área potencial e área efetiva)
Artigo 15.º - Servidões das áreas afetadas aos recursos hídricos	Os recursos hídricos são alvo de legislação própria
Artigo 16.º - Servidões de condutas industriais	A definição de condutas industriais não consta no regulamento
CAPÍTULO III – Disposições urbanísticas	
Artigo 17.º - Classificação dos espaços de ordenamento	O regulamento é confuso sobre os termos de uso dominante e categoria/ subcategoria de espaço. A organização das classes e categorias está regulada por decreto regulamentar.
Artigo 18.º - Caracterização do espaço urbano	A caracterização do espaço urbano tem de obedecer aos preceitos legalmente definidos nas leis gerais
Artigo 19.º - Caracterização do espaço urbanizável	Esta categoria de espaço já não tem enquadramento legal
Artigo 20.º - Caracterização do espaço industrial	O espaço industrial pode enquadrar-se em solo urbano como EAE ou em solo rústico, desde que diretamente ligados às atividades em típicas de solo agrícola ou florestal
Artigo 21.º - Perímetros urbanos	Não há necessidade de definição deste termo em regulamento, pois os perímetros urbanos são a totalidade de solo urbano
Artigo 22.º - Caracterização do espaço agrícola	A caracterização do espaço agrícola tem de obedecer aos preceitos legalmente definidos nas leis gerais
Artigo 23.º - Caracterização do espaço florestal	A caracterização do espaço florestal tem de obedecer aos preceitos legalmente definidos nas leis gerais
Artigo 24.º - Caracterização do espaço natural	A caracterização do espaço natural tem de obedecer aos preceitos legalmente definidos nas leis gerais
Artigo 25.º - Espaços-canais	Os espaços-canais são uma condicionante legal com definição própria
Artigo 26.º - Administração urbanística	Este artigo está desatualizado
CAPÍTULO IV – Disposições complementares	
Artigo 27.º - Emissão de poluentes	O artigo sobre emissão de poluentes tem de ter consequência no ordenamento, não apenas constituir uma definição
Artigo 28.º - Poluição do ar	A determinação das instalações com a obrigatoriedade de instalação de dispositivos de mitigação de emissão de poluentes consta em legislação própria
Artigo 29.º - Poluição da água	
Artigo 30.º - Poluição do solo	
CAPÍTULO V – Proteção civil	
Artigo 31.º - Proteção civil	Este artigo é redundante
CAPÍTULO VI – Disposições finais	
Artigo 32.º - Condicionantes	Este artigo é redundante
Artigo 33.º - Modificação de estrutura espacial de ordenamento	A modificação da classe de solo após aprovação do PDM tem mecanismos próprios definidos pela lei aplicável
Artigo 34.º - Coimas	A aplicação de coimas não é matéria de PDM
Artigo 35.º - Definições	Existem definições legais a aplicar ao PDM, sendo que aquando da necessidade da definição de termos adicionais, estes devem ser feitos no início do regulamento

Fonte: adaptado de PDM Freixo de Espada à Cinta em vigor

Tratando-se de um território de génese rural, as normas de edificação são relativamente vagas, dando origem à proliferação da edificação dispersa, cujo controlo é essencialmente feito pela autarquia através da negociação com os particulares. Este aspeto não é exclusivo ao município de Freixo de Espada à Cinta, mas é transversal a muitos PDM da mesma geração. Em conclusão, é de salientar que a regulamentação ao nível do solo rural é parca e não reflete a importância dessas categorias de solo.

O Plano Diretor Municipal de Freixo de Espada à Cinta em vigor tem como objetivo estabelecer o regime de uso do solo, definindo modelos de ocupação territorial e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo, bem como de garantia da sustentabilidade socioeconómica e financeira e da qualidade ambiental.

Na Planta de Ordenamento, elaborada à escala 1:25.000, encontram-se identificadas nove categorias de espaço, organizadas da seguinte forma:

- Espaço urbano;
- Espaço urbanizável;

- Espaço industrial: indústria transformadora e indústria extrativa;
- Espaço agrícola: protegido (RAN) e complementar;
- Espaço florestal: perímetros florestais e núcleos florestais;
- Espaço natural;
- Espaço-canal;
- Espaço cultural.

Também fundamental na proteção e salvaguarda de determinados bens é a Carta de Condicionantes constituída, no presente PDM, por três cartas – Carta da RAN, Carta da REN e Carta de Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública. No que diz respeito ao regulamento, entendeu-se que seria importante avaliar e questionar algumas das suas disposições. Como tal, procedeu-se a uma análise jurídica, da qual resultaram os seguintes pressupostos:

- Rede viária: estradas nacionais, estradas municipais e caminhos municipais, caminhos agrícolas e ferrovia (caminho de ferro);
- Reserva agrícola nacional;
- Reserva ecológica nacional;
- Perímetro florestal;
- Rede elétrica: linha de alta tensão;
- Exploração mineira;
- Biótopos: 1 – Lagoaça (Assumada); 2 – Vale da Ribeira de Mós; 3 – Penedo Durão;
- Domínio público hídrico (leito da Albufeira);
- Domínio hídrico;
- Limite da zona de proteção hídrica;
- Rede de abastecimento de água: depósito de água e adutora;
- Áreas de proteção a imóveis classificados - Zona especial de proteção:
- Monumentos nacionais: 1- Castelo (Torre do Galo) de freixo de Espada à Cinta; 2 – Igreja Matriz de Freixo de Espada à Cinta; 3 – Pelourinho de Freixo de Espada à Cinta;
- Interesse público: 4 – Altar-mor da Capela de Fornos; 5 – Castelo de Alva; 6 – Igreja da Misericórdia de freixo de Espada à Cinta; 7 – Capela do Senhor da Rua Nova em Fornos; 8 – Escarpa e insculptura rupestre em Mazouco; 9 – Pinturas rupestres da Fonte Santa em Lagoaça; 10 – Calçada de Alpajares em Poiares.

Alguns dos elementos representados na Planta da Condicionantes das servidões e restrições de utilidade pública não constituem efetivamente uma condicionante legal, como sejam os caminhos agrícolas, e, por outro lado, estão em falta outros elementos territoriais, nomeadamente a rede de saneamento, elementos patrimoniais entretanto classificados, sistema multimunicipal de abastecimento de água, traçados da rede rodoviária nacional, etc.

7.2.2. RELEVÂNCIA

A primeira geração de PDM tinha como principal preocupação a estruturação do território à escala municipal, e nas áreas mais rurais do país, essa preocupação refletia-se na concretização dos sistemas setoriais de acessibilidade e saneamento: rede viária e redes de infraestruturas básicas. Os povoamentos são de pequena dimensão, compostos por edificações modestas de características rurais, normalmente associadas a atividades agrícolas, e, desta forma, as preocupações subjacentes ao planeamento ligavam-se à abertura ou melhoramento dos acessos intra e inter concelhios e a cobertura territorial das redes de abastecimento e saneamento básico. Desta forma, os objetivos e regulamentação do PDM incidiam sobre estes temas, em detrimento da abordagem a questões de regulação da ocupação, proliferação ou padronização das áreas edificadas, proteção dos recursos naturais ou regulação das utilizações do espaço agrícola e florestal.

Por outro lado, a anexação de Portugal à CEE trouxe consigo um conjunto de investimentos em obras públicas de infraestruturas, nomeadamente o alargamento e modernização da rede viária, que contribuíram para as transformações territoriais.

Pode-se afirmar que a relevância do PDM em vigor relativamente à realidade pelo qual foi planeado está consentânea, porém são notórias as lacunas em várias temáticas e questões que o planeamento deveria abordar no âmbito das políticas urbanas e atividades em solo rural, mas que não foram tidas em consideração na elaboração do PDM.

7.2.3. INTERPRETAÇÃO LEGAL

O decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de maio, que apresentou as linhas mestras da utilização do PDM como instrumento do ordenamento do território, “procurando torná-lo operacional, esclarecendo a respetiva posição perante os demais tipos de plano que, e, futuro próximo”, deveriam ser objeto de revisão. O PDM estava configurado como “instrumento de planeamento de ocupação, uso e transformação do território pelas diferentes componentes setoriais da atividade nele desenvolvida e um instrumento de programação das realizações e investimentos municipais (...), um meio de coordenação dos programas municipais com os projetos de incidência local dos departamentos da administração central e regional, articulando-se com os planos ou estudos de carácter nacional e regional”, representando uma definição inovadora nas relações entre o planeamento físico, económico e administração pública.⁵⁰

Por definição o PDM deveria “traduzir as metas programáticas nos domínios do desenvolvimento económico e social, do planeamento territorial e urbano, do fomento das atividades, das infraestruturas e dos equipamentos (...). definir estratégias relativas às atividades produtivas a desenvolver pela iniciativa privada e à mobilidade da população”.⁵¹

A partir das definições de âmbito e conteúdo a desenvolver nos PDM, pode-se afirmar que o PDM de Freixo de Espada à Cinta não cumpre a interpretação legal do instrumento, nem desenvolve o conteúdo regulamentar necessário ao cumprimento dos objetivos do plano. Como foi mencionado sobre a relevância, esta desadequação é comum a muitos PDM da mesma geração, muito por culpa da desadequação dos conteúdos materiais e formais do plano e da sua realização, pois a complexidade formal que deveria estar presente nos PDM exigia informações detalhadas nas disciplinas da socio-economia que, à data, não estava disponível à escala concelhia.

O decreto lei n.º 69/90, de 2 de março, procurou clarificar e simplificar o processo de elaboração e aprovação dos PMOT, tornando a ação administrativa local e regional mais expedita nos seus diferentes níveis de atuação. Todavia, a experiência técnica dos planeadores do território ficava aquém do que era necessário para a construção dos planos e, se os PDM eram claros quanto regulação da edificabilidade nas áreas urbanas e urbanizáveis e áreas de expansão urbana, não o era relativamente aos espaços agrícolas e florestais. A edificabilidade dispersa desordenada é um dos atuais fatores de degradação da paisagem e a expansão indisciplinada das redes de infraestruturas é igualmente uma consequência da não consideração das consequências da falta de planeamento.

Desta forma, as discrepâncias observadas do ponto de vista da interpretação legal dão-se ao nível do tratamento dos espaços de uso agrícola e florestal, criando situações de desigualdade entre municípios e entre regiões (entendendo como porção de território regido por uma comissão de coordenação regional). Em Freixo de Espada à Cinta é notória a incipiência regulamentar referente às categorias de solo rural.

7.2.4. COERÊNCIA EXTERNA

O nível da coerência externa é evidente a desarticulação dos objetivos estratégicos patentes ao PDM em vigor com as orientações definidas no PROT. Por um lado, este facto deve-se aos diferentes períodos temporais em que os dois planos foram feitos, sendo o

⁵⁰ “Urbanismo e democracia”, Leonel Fadigas, 2015

⁵¹ n.º 1 do artigo 3.º do DL n.º 208/82 de 26 de maio

PDM anterior ao PROTIN, por outro lado, a evolução da legislação e das políticas de desenvolvimento territorial, e as preocupações subjacentes ao território são muito diferentes das que estavam patentes no início da década de 1990.

Os novos paradigma do planeamento territorial são tecnicamente mais complexos, produzindo regras mais eficazes para a regulação da ocupação e utilização do solo municipal. Os programas de financiamento das transformações do território evoluíram de uma perspetiva expansionista para o incentivo à compactação e reabilitação das áreas edificadas em solo urbano, e proteção e uso racional dos recursos naturais em solo rustico.

No PDM em vigor está patente uma reflexão desatualizada do contexto territorial municipal e, embora tenha sofrido sucessivas alterações por adaptação à legislação e aos planos que, entretanto, entraram em vigor, a visão do território está desconectada com a programação regional.

7.2.5. UTILIZAÇÃO DO PDM NA TOMADA DE DECISÃO

De acordo com a autarquia, para além da notória desatualização dos elementos de base cartográfica que constituem o PDM em vigor, observa-se uma progressiva desadequação do modelo de ordenamento que deu origem a divergências da gestão municipal relativamente a algumas ações previstas. Estas divergências colocam-se na incapacidade do PDM em vigor responder a novos e maiores desafios ao ordenamento do território nas matérias de sustentabilidade dos recursos naturais e qualidade de vida da população.

A autarquia entende que o PDM em vigor coloca entraves à redução das assimetrias de desenvolvimento ao nível das freguesias relativamente ao reforço das redes básicas de infraestruturas e equipamentos, articulação das redes de transporte e da rede viária e aumentar o nível de eficiência aplicado à proteção e equilíbrio ambiental, desenvolvimento sustentável e reabilitação do edificado existente.

A autarquia manifesta que o PDM em vigor já está esgotado e a sua utilização, nalgumas situações, causa alguns constrangimentos cuja revisão pretende colmatar e atualizar a forma de gerir o território municipal.

7.2.6. ENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

A autarquia de Freixo de Espada à Cinta é ativa na definição de programas integrados nos quadros de financiamento para o aproveitamento e desenvolvimentos de atividades, utilizações e ações de valorização territorial. Na área da habitação, a autarquia tem particular atenção ao realojamento de famílias carenciadas através do programa PROHABITA. Igualmente, a autarquia procura aproveitar as oportunidades de financiamento na área da reabilitação que podem ser realizados acordos de parceria com agentes económicos privados, para a reabilitação urbana dos Centros Históricos.

7.2.7. EFICÁCIA

Por motivos que se prendem essencialmente à desatualização da visão do território, o PDM em vigor não se mostra eficaz na resolução de alguns problemas patentes em Freixo de Espada à Cinta. A necessidade de integrar intervenções com objetivos e formatos inovadores esbarra na regulamentação do PDM em vigor, obrigando os agentes municipais a entrar em processos de exceção ao PDM para conseguir aproveitar e implementar as oportunidades de investimento.

As novas procuras nos domínios das intervenções em espaços agrícolas e do turismo não encontram espelho nos objetivos de desenvolvimento preconizados no PDM em vigor nem no enquadramento para se poderem concretizar em novas oportunidades empresariais que abrem o município ao mercado de novas ofertas, com maior capacidade de renovação e aproveitamento dos

recursos já existentes.

Por outro lado, a autarquia sente que o PDM atual não contém normas orientadores de evolução programada do território e não está integrado na estratégia dos PMOT de nível superior.

7.2.8. DIREÇÃO PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

O REOT define que com a revisão do PDM Freixo de Espada à Cinta, de uma forma geral, as problemáticas inerentes à obsolescência regulamentar e estratégica serão resolvidas através da redefinição da classificação e qualificação do solo, atualizando-o e adequando-o às novas realidades existentes, quer a nível concelhio, quer no âmbito regional e nacional.

Considera-se, desta forma, desejável que o futuro plano constitua um instrumento promotor da consolidação da matriz rural do território e da sua revitalização (combatendo as assimetrias verificadas), paralelamente à ascendência da centralidade da sede do concelho e ao desenvolvimento dos restantes núcleos urbanos; e que, em simultâneo, se mostre capaz de responder às dinâmicas dos diferentes agentes e atividades económicas.

Para este, deverá ser efetuada a reavaliação dos mecanismos de regulação da ocupação do solo, através da definição mais exaustiva do leque de usos e utilizações, da avaliação das suas compatibilidades e complementaridades, alternativas e incompatibilidades, corrigindo o ordenamento atual.

Deverá, ainda, ser efetuada a identificação das áreas e a definição de estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços, tendo em conta as efetivas aptidões do território e a dinâmica demográfica. Relativamente à delimitação e regulamentação dos perímetros urbanos, considera-se ser desejável estabelecer a clara distinção entre os aglomerados marcadamente urbanos e os de cariz essencialmente rural.

A definição e mecanismos de equilíbrio e salvaguarda ambiental e patrimonial pretende-se que o PDM vise o funcionamento e equilíbrio dos ecossistemas ambiental e biofísico, associado a intervenções de interesse turístico, desportivo e de lazer, criação de áreas de paisagem protegida, ordenamento do solo geológico, implementação de planos sectoriais para os recursos hídricos, eólicos, agrícolas e florestais, bem como a implementação do zonamento acústico.

Dadas as constantes mudanças a que o território municipal se encontra sujeito, as transformações inerentes à própria autarquia, enquanto entidade gestora, e pelo fato de a revisão ser obrigatória segundo o regime jurídico vigente (nº2 do art.º 93, do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio), apresentam-se de seguida algumas das principais questões que estão na base deste processo de revisão.

No sentido de dotar o município de um instrumento mais operacional, de acordo com as tendências atuais, e visando a clarificação de situações cujo enquadramento se considera ambíguo e contraditório, entende-se como necessário:

- Avaliar a adequação do PDM em vigor face à presente realidade concelhia;
- Analisar o crescimento de determinadas áreas e o abandono de outras, procurando um crescimento ordenado e equilibrado, conseguindo simultaneamente a racionalização das infraestruturas;
- Enquadrar, de forma integrada, na base económica concelhia – o turismo através da potenciação de áreas vocacionadas para atividades de agroturismo, turismo rural e turismo de habitação;
- Avaliar o papel da atividade industrial enquanto atividade fomentadora de investimento e desenvolvimento concelhio;
- Potenciar o impacte das intervenções de qualificação do espaço público e de reabilitação urbana realizadas;
- Avaliar a rede de acessibilidades e de transportes coletivos, confrontando as potencialidades e as carências;
- Avaliar a rede de equipamentos de utilização coletiva, analisando as potencialidades e as carências;
- Compatibilizar a informação existente com a cartografada e proceder a atualizações e acertos;
- Integrar as alterações ocorridas desde os estudos realizados em 1994 para o PDM em vigor;

- Avaliar as questões regulamentares, conferindo-lhes maior coerência face à realidade concelhia, procurando integrá-las na abordagem flexível que se pretende, adequada à constante mutação do território;
- Redefinir os sistemas de reserva – ecológica e agrícola, procurando maior coerência na sua classificação e eliminando áreas de sobreposição com pequenas aglomerações e construções existentes;
- Compatibilizar regras de estruturação espacial do território com os instrumentos de gestão territorial dos concelhos vizinhos;
- Adequar o presente instrumento de planeamento em vigor ao recente quadro legal.

Face ao exposto, apresentam-se agora alguns dos objetivos concretos a que este processo de revisão pretende dar resposta:

- Redefinição da estrutura e zonamento do PDM;
- Reavaliação dos mecanismos de regulação da ocupação do solo;
- Revisão do modelo de ordenamento urbano, de forma a permitir um zonamento mais sensível e adequado às diferentes realidades, necessidades e vocações presentes no território;
- Integração de novas opções de âmbito regional, articuladas com as políticas municipais, e de reforço do potencial endógeno do Concelho;
- Completar e articular as redes de equipamentos e infraestruturas;
- Articulação e compatibilização das cartas correspondentes às principais redes de equipamentos e infraestruturas do território;
- Promover a reestruturação e definição de uma hierarquia da rede viária municipal de modo a contribuir para a coesão e promover a sua articulação com o nível regional e nacional;
- Definir mecanismos de proteção ambiental e de salvaguarda do património cultural;
- Atualizar e corrigir normativas do Plano;
- Integração das alterações ocorridas no tecido urbano;
- Adaptação do PDM à nova legislação urbanística;
- Introdução de ajustes e correções dos elementos desenhados do PDM;
- Eliminação de erros, omissões e incompatibilidades detetadas ao longo dos anos de gestão do PDM em vigor;
- Integração em Sistemas de Informação Geográfica;
- Proteção, valorização e promoção do Património Natural e Cultural.

7.3. ERROS MATERIAIS E LIMITAÇÕES DECORRENTES DA INTERPRETAÇÃO DAS PEÇAS DESENHADAS

A primeira geração de planos territoriais, nomeadamente PDM, têm inerentes um conjunto de erros de interpretação associados à precisão do desenho e grafismos, representados à escala do Plano: 1/25 000. O grau de rigor utilizado à data motivou discrepâncias de elementos comuns nas peças constituintes e a difícil interpretação dos limites de manchas e perímetros, nomeadamente sobre o regime aplicável em situações de charneira.

A colmatção destas limitações deve ser colmatada através da aplicação de um método coerente de transposição e interpretação das atuais peças desenhadas para versão vetorial e georreferenciada.

7.4. SERVIÇOS DA AUTARQUIA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO

A autarquia de Freixo de Espada à Cinta presta apoio ao cidadão e às empresas, incluindo as seguintes valências e serviços:

- Serviços de Ação Social:
 - Programa de Apoio à implementação da Rede Social de Freixo de Espada à Cinta (Resolução de Conselho de

Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro), que inclui o Plano de Desenvolvimento Social (2008-2011) e o Plano de Ação da Rede Social (2008-2010);

- Fundo Social de Apoio à Habitação (financiamento de obras de recuperação de habitação própria);
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ);
- Gabinete de Psicologia;
- Serviços de Educação:~
 - Carta Educativa;
 - Conselho Municipal;
 - Transporte escolar (5 circuitos);
- Serviços ligados ao Desporto e Juventude:
 - Utilização do Pavilhão Gimnodesportivo para as escolas, associações desportivas e público em geral;
 - Estádio Municipal;
- Serviços de Urbanismo e Ambiente:
 - Plataforma WebGis;
 - Proteção Civil e Gabinete Técnico Florestal;
 - Serviço de Águas e Saneamento;
 - Gabinete de Apoio à Reabilitação Urbana (ARU);
 - Gabinete Veterinário;
- Serviços ligados à Cultura:
 - Arquivo municipal (Arquivo Administrativo e Arquivo Histórico);
 - Auditório Municipal para manifestações culturais;
 - Biblioteca Municipal António M. Monteiro Cardoso (serviço de biblioteca, sala de leitura, sala audiovisual, ludoteca e espaço internet)
 - Casa natal do poeta Guerra Junqueiro (casa de exposições);
 - Museu Regional Casa Junqueiro;
 - Museu da Seda e do Território;
- Serviços aos Recursos Humanos:
 - SIADAP - Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços da Administração Pública (SIADAP 1); Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Dirigentes da Administração Pública (SIADAP 2); Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública (SIADAP 3).

7.5. PROGRAMAS E PROJETOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

A autarquia tem em funcionamento programas e projetos ligados à recuperação ambiental do território, nomeadamente:

- Plano condicionado de trânsito para valorização ambiental e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;
- Ecocentro de FEC;
- Recuperação Ambiental da Área Mineira de Fonte Santa - A concessão da Mina da Fonte Santa, com uma área de cerca de 30 ha, localiza-se nas freguesias de Castelo Branco e Lagoaça pertencentes, respetivamente, aos concelhos de Mogadouro e Freixo de Espada-à-Cinta, incluídos no distrito de Bragança;
- Área de reabilitação urbana de Freixo de Espada à Cinta.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES SEGUNDO OS INDICADORES

O REOT como documento técnico utilizado pela autarquia para monitorizar o desenvolvimento do território municipal recorre-se de uma matriz de indicadores relacionados com a execução dos instrumentos de gestão territorial, estratégias municipais e outras figuras de ordenamento com implementação no território.

Tal como definido na metodologia a aplicar a este relatório, sobre os indicadores definidos são tiradas conclusões que devem alinhar com a análise territorial sobre o atual estado do concelho e tecer objetivos e necessidades que devem estar patentes na atualização do paradigma de desenvolvimento de Freixo de Espada à Cinta.

8.1. GRAU DE CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DEFINIDOS E AÇÕES DEFINIDAS NO PDM DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

O objetivo apresentado para o PDM de Freixo de Espada à Cinta é de definição vaga e remete para a necessidade genérica de definir regras de ordenamento para o território, resultante da obrigatoriedade de o fazer. Porém, há que considerar que o objetivo foi cumprido, remetendo para a revisão do PDM que os objetivos propostos sejam de natureza material, baseados em metas para o investimento no desenvolvimento do concelho e colmatação de necessidades.

8.2. GRAU DE CONCRETIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS TERRITORIAIS

Pela sua situação interior e afastada de outros centros urbanos regionais, as redes de infraestruturas estão dimensionadas aos aglomerados urbanos existentes, com ligações pontuais às redes de infraestruturas territoriais regionais.

Em termos de rede elétrica e abastecimento de água, de acordo com os dados dos Censos de 2011, todos os alojamentos estão servidos por estas redes, e, relativamente ao saneamento, apenas 2% dos alojamentos não possuem nenhuma das variantes desta infraestrutura.

Sobre a drenagem de águas residuais, cerca de 14% dos alojamentos Fornos regista esta ausência e nas restantes freguesias a percentagem é inferior.

De uma forma geral, as áreas de povoamento estão positivamente servidas de redes de infraestruturas territoriais, mas ressalva-se que o PDM em vigor não propunha a extensão das redes existentes à data de elaboração ou criação de novas nas áreas urbanas livres. Sendo assim, regista-se uma lacuna de conteúdo do PDM atual que deve ser colmatada na revisão do plano municipal, através da espacialização das áreas efetivamente servidas pelas redes de infraestruturas existentes e as previsões sobre a manutenção das mesmas e/ou áreas de extensão.

8.3. GRAU DE CONCRETIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA PREVISTOS

A par do que se referiu sobre as redes de infraestruturas territoriais, a concretização dos equipamentos de utilização coletiva não é diretamente relacionável com o conteúdo do PDM de Freixo, pelo que resultaram da gestão corrente que a autarquia fez do território, suprimindo as carências identificadas sectorialmente por relatórios da especialidade.

Relativamente às carências identificadas, estas ocorrem ao nível dos equipamentos de educação e de apoio social à infância e à terceira idade. Conclui-se, no entanto, que a revisão do PDM deva incluir os projetos cuja realização já esteja no horizonte

programático da autarquia, não sendo esse o instrumento específico para determinar a realização destas estruturas, na medida em que os critérios que determinam a sua necessidade não provêm do ordenamento do território em sede de PDM, enquanto classificação e qualificação do solo, mas antes de estatísticas demográficas. Mas deve ser tido em conta no estabelecimento dos regimes de edificabilidade a compatibilidade das várias tipologias de equipamento com as categorias de solo urbano e de solo rústico.

8.4. TAXA DE OCUPAÇÃO DO SOLO NAS ÁREAS URBANAS E ÁREAS LIVRES PASSÍVEIS DE SEREM OCUPADAS;

Dos 6 centros urbanos analisados no âmbito desta análise, cerca de 97,7% vive nos centros urbanos, ao passo que a restante população habita o território rural, sob a configuração de edificações isoladas ou quintas. Porém a taxa de ocupação calculada para os perímetros urbanos mostra uma clara hegemonia da sede de freguesia, relativamente aos restantes aglomerados. A vila de Freixo de Espada à Cinta apresenta uma área ocupada que ronda os 92,57%, muito díspar dos restantes aglomerados, onde a proporção de ocupação oscila entre os 33,46% em Lagoaça e 18,30% em Ligares.

Porém esta conclusão não deve estar divorciada da análise geográfica entre áreas ocupadas e perímetros urbanos, pois, a tendência que se verifica é a divergência entre a configuração das áreas urbanas e das áreas edificadas. Estas duas variáveis conjugadas fazem-nos tirar duas conclusões que devem ser consideradas na revisão do PDM de Freixo de Espada à Cinta:

- A vila de Freixo de Espada à Cinta, com a maior taxa de ocupação, é o aglomerado que pode ter maior necessidade de considerar áreas programadas para a edificação;
- Os restantes aglomerados devem ser analisados com vista à adequação da área ocupada e/ou com expectativa para edificação aos limite urbano, assim como acuidade na determinação dos parâmetros urbanísticos, analisando as tipologias construtivas dentro e nas imediações exteriores dos perímetros urbanos.

É de referir ainda o caso do aglomerado da Quinta da Macieirinha existente no limite do concelho, cuja continuidade se verifica para o concelho vizinho. É necessário que a classificação do solo tenha em conta a ocupação edificada, compatibilizando com a regulamentação utilizada na povoação implantada para além do limite administrativo.

8.5. IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS URBANAS A ALTERAR

As avaliação sobre o estado de conservação e qualidade urbana dos aglomerados do concelho de Freixo de Espada à Cinta concluiu, de uma forma geral, que as áreas urbanas têm necessidade de intervenções de conservação e reestruturação do edificado, tendo sido identificadas muitas estruturas devolutas, em risco de ruína ou com patologias que põem em causa a salubridade da construção e a segurança dos ocupantes e do espaço público adjacente.

Na perspetiva da qualidade urbana, há que ter em conta a génese rural do povoamento e a escala dos elementos que constituem o espaço público, sejam passeios, vias e outros elementos. Este facto alerta-nos para a gestão diferenciada da acessibilidade que deve acautelada nos núcleos primitivos e nas áreas de expansão dos aglomerados, relativamente ao acesso pedonal, acesso a pessoas com mobilidade condicionada e acesso automóvel, nomeadamente locais com necessidade de alocação de lugares para cargas e descargas de produtos.

Conclui-se que todas as áreas urbanas do concelho deveriam ser intervencionadas neste sentido, no entanto, deve haver a priorização das intervenções baseada na necessidade de reabilitação urbana e o acondicionamento socioeconómico na programação dos projetos, que poderão andar a par das intervenções de manutenção das redes de infraestruturas territoriais. Este tipo de abordagem é mais facilmente gerido pela autarquia ao nível da gestão corrente do território feito pelos serviços municipais,

devendo verter, para a revisão do PDM, a programação já prevista e a salvaguarda de que outras intervenções sejam possíveis nas áreas urbanas.

8.6. ÁREAS VERDES URBANAS, EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS URBANAS

A qualificação urbana é um dos principais aspetos que influenciam a capacidade de atratividade e fixação da população nas áreas urbanas periféricas. Por outro lado, com respeito à morfologia rural do povoamento, temos de ter em consideração a génese da relação entre as áreas urbanas edificadas e o espaço rústico envolvente. Freixo de Espada à Cinta é um território com pouca densidade construtiva, pautado pela paisagem rural, que, em contexto, envolve as povoações. Este facto é relevante na análise sobre as áreas verdes urbanas que no contexto específico das povoações do concelho de Freixo de Espada à Cinta, acabam por ter uma importância proporcional à dimensão da povoação, ou seja, visto que os aglomerados são de reduzida dimensão e integrados na paisagem rural, preponderante no concelho, os espaços verdes urbanos de referência são os pequenos ajardinados integrados nos espaços públicos, formalmente conceptualizados, ou junto a equipamentos outras estruturas marcantes da povoação.

8.7. EDIFICAÇÃO NO SOLO RÚSTICO

Tem-se verificado a falta de terrenos dentro do perímetro urbano da sede de concelho, o que tem gerado uma especulação crescente do sector imobiliário e uma pressão construtiva sobre a área rural, com todas as consequências que daí resultam, designadamente um acréscimo crescente de gastos nas múltiplas infraestruturas necessárias, o que recomenda a reavaliação das propostas do plano.

É relevante a observação sobre a discrepância entre a aferição geográfica das áreas edificadas e o limite dos perímetros urbanos, significando, por um lado, a escolha de edificar na periferia rural, fora dos perímetros urbanos, ao invés das áreas urbanas livres. Este facto pode estar relacionado com condicionamentos fisiográficos ou legais nas áreas urbanas livres, ou, por outro lado, à falta de interesse imobiliário dessas áreas.

Em contraponto, a edificação em solo rústico na periferia dos perímetros urbanos é um indicador de inadequabilidade dos perímetros em vigor, devendo esta questão ser abordada na revisão do PDM, para adequação do limite das áreas urbanas à real procura para ocupação edificada.

A análise às áreas urbanas mostrou que as áreas ocupadas ocorrem dentro e fora dos perímetros urbanos, observando-se duas tendências distintas:

- Na vila de Freixo de Espada à Cinta, a área ocupada está maioritariamente em solo urbano, porém com uma forte tendência à edificação em solo rústico na periferia do aglomerado – cerca de 29,97%;
- Nas restantes povoações, as áreas ocupadas em solo urbano estão abaixo dos 20%, indicando que a componente de edificação em solo rústico é maior e desordenada da classificação do solo.

Existe um caso em particular da povoação da Quinta da Macieirinha que é um aglomerado com expressão à escala da concelho, mas não está refletido no ordenamento em sede de PDM, tratando-se assim de área edificada em solo rústico, com continuidade para o concelho vizinho, que deve ser devidamente enquadrada na revisão do referido IGT.

8.8. AVALIAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES E MOBILIDADES

Sobre as infraestruturas viárias, há que referir que esta zona do país tem um sistema rodoviário muito deficitário, servido quase exclusivamente por estradas nacionais e municipais, o que confere uma acessibilidade limitada em termos de distância/ tempo. A via

rápida mais próxima do concelho é o IP2, que se desenvolve nas imediações de Torre de Moncorvo, a cerca de 40km de distância da sede de concelho de Freixo de Espada à Cinta.

Na Planta de Ordenamento do PDM estão identificados os traçados das principais vias nacionais e municipais, assim como as vias agrícolas com relevância e a linha de caminho de ferro, no entanto não é identificado qualquer traçado proposto, o que não invalida o facto de terem havido várias intervenções ao nível da reabilitação, manutenção e criação de novos troços viários decorrentes da gestão municipal corrente e de projetos promovidos pelo município ao nível da qualificação territorial.

8.9. GRAU DE CONCRETIZAÇÃO DOS DEMAIS INVESTIMENTOS PÚBLICOS PREVISTOS NO PDM; IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES DE MUDANÇA DA ESTRUTURA DO TERRITÓRIO;

Muitas das melhorias visíveis são o resultado da gestão corrente do município e resulta da aplicação direta das orientações da gestão urbanística, nomeadamente os aspetos diretamente associados à aumento da qualidade urbana. Paralelamente, os investimentos feitos ao nível dos serviços municipais e equipamentos de utilização coletiva têm consequências diretas na qualidade de vida da população, a par das melhorias nas redes de infraestrutura urbanas.

A necessidade de revisão do PDM de Freixo de Espada à Cinta é fulcral devido, em primeiro lugar, à alteração do paradigma legislativo que enquadra o ordenamento do território, tendo sido alterados os quadros normativos e definição de conceitos legais a aplicar aos planos territoriais. Em segundo lugar, a evolução dos fatores com influência na dinâmica setorial, obrigam a uma reavaliação dos objetivos e das necessidades a colmatar perante o atual estado do território e da população. E finalmente, em terceiro lugar, é imperativo que haja a atualização das condicionantes territoriais que atuam no concelho de Freixo de Espada à Cinta, entre os quais, os regimes de Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional.

8.10. DEFINIÇÃO DE NOVOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO E IDENTIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE A ADOPTAR.

Um dos fatores a ter em conta no estabelecimento de objetivos de desenvolvimento do concelho de Freixo de Espada à Cinta é o respeito pela sua génese rural e valor paisagístico.

A sua situação periférica dentro da região acautela desafios que têm implicações da competitividade e na atratividade do concelho para a fixação de pessoas e empresas. No entanto, há que considerar que a periferização também pode ser encarada como um aspeto intrínseco do território e uma mais valia para a criação de valor.

O principal paradigma a imputar na definição de objetivos de desenvolvimento é a manutenção das estruturas existentes e a mitigação as dificuldades que essas mesmas estruturas encontram, seja em termos de permanência ou necessidade de crescimento. Esta manutenção passa invariavelmente pelo investimento nas redes de mobilidade, interiores e exteriores, e pela valorização das componentes urbanas e paisagem rural:

Devem ser tidos em conta os seguintes objetivos:

1. Manutenção da classificação do solo em função da real ocupação do território;
2. Valorização do espaço público;
3. Dar continuidade às estratégias de apoio à população, preconizadas na instalação de equipamentos e serviços de apoio;
4. Revisão das condicionantes territoriais;

5. Implementação de estratégias intermunicipais e internacionais de valorização e salvaguarda da paisagem;
 6. Aprofundar a economia do turismo de natureza;
 7. Implementar a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável nos vários setores do ordenamento territorial, delineando linhas de atuação transversais concretizáveis através de programas territoriais.
-